



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**O DOMÍNIO TERRITORIAL REPUBLICANO
MANIFESTADO NA MULTIEXPRESSIVIDADE
DA COMISSÃO RONDON**

CRISTIANE APARECIDA ZAMBOLIN TEODORO

**RONDONÓPOLIS
2017**

CRISTIANE APARECIDA ZAMBOLIN TEODORO

**O DOMÍNIO TERRITORIAL REPUBLICANO
MANIFESTADO NA MULTIEXPRESSIVIDADE
DA COMISSÃO RONDON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira.

RONDONÓPOLIS
2017

Banca Examinadora

Orientador Professor Dr. Carlo Eugênio Nogueira
Orientador

Professor Dr. Manoel Fernandes de Souza Neto
Examinador Externo

Professora Dra. Cristiana Cardoso de Souza Higa
Examinadora Interna

Professor Dr. Flávio Vilas Boas Trovão
Suplente

À meu pai e ao Wellington.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando este momento tradicional de agradecimentos, de modo breve e curto, mas imensamente importante, agradeço ao professor Dr. Carlo Eugênio Nogueira, por toda a orientação. Ao professor Dr. José Roberto Tarifa, por ter cedido o Laboratório de Climatologia da UFMT/CUR como local de estudo para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ao Welington Rodrigo Mendonça, por ter me ajudado com a produção cartográfica. Ao seu Luiz, meu pai, pela vida.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar as contribuições que a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907 a 1915) para os processos de apropriação e domínio territorial exercidos pelo Estado Republicano durante a Primeira República ou República Velha (1889 – 1930), correspondente às áreas ao Noroeste do Brasil, em suma Mato Grosso, no então denominado de “sertão vazio”. Para tanto, parte-se do ideário de que a CLTEMTA possui um caráter multiexpressivo, uma vez que se constituía por múltiplos desígnios, sejam eles científicos, sociais, econômicos, protetivos, culturais, ideológicos ou territoriais, fatores que foram determinantes para o processo de legitimação estatal em uma sociedade que se encontrava em processo de composição.

Palavras-chave: Comissão Rondon, Território, Estado.

Abstract

This paper aims at demonstrating the contributions that the Strategic Telegraph Commission of Amazonas - CLTEMTA (1907 to 1915) made to the processes of appropriation and territorial domination exercised by the Republican State during the First Republic or Old Republic (1889 - 1930), corresponding to the areas north-west of Brazil, in short Mato Grosso, in the so-called "empty hinterland". Therefore, it is based on the idea that CLTEMTA has a multi-expressive character, since it consisted of multiple scientific, social, economic, protective, cultural, ideological or territorial purposes, factors that were determinant for the process of legitimation in a society that was in the process of composition.

.

Key words: Rondon Commission, Territory, State.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Território Luso-americano e População.....	40
Quadro 2 - Demografia no Mato Grosso – Século XIX.....	102
Quadro 3 - Organização para o início da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA).....	135
Quadro 4 - Documentos procedentes da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas - 1907 a 1915.....	152
Quadro 5 - Construção do Ramal Telegráfico de São Luiz De Cáceres à cidade de Matto-Grosso (Vila Bela de Santíssima Trindade).....	162
Quadro 6 - Primeira expedição de Reconhecimento da Comissão De Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.....	167
Quadro 7 - Segunda expedição de Reconhecimento da Comissão De Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.....	171
Quadro 8 - Terceira expedição de reconhecimento da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.....	175
Quadro 9 - Discrepâncias entre os Documentos.....	188

Lista de Figuras

Figura 1 – Limites Territoriais de Mato Grosso – Primeira República (1889 – 1930).....	20
Figura 2 - Capitânicas Hereditárias.....	35
Figura 3 - População escrava e livre – Mato Grosso e Goiás (1825)	48
Figura 4: Carta geographica de que se serviu o Ministro Plenipotenciario de S. Magestade Fidelissima para ajustar o tratado de limites na America Meridional, assignado em 13 de janeiro de 1750.....	50
Figura 5: Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional - Mapa das Cortes (1749).....	52
Figura 6: Carta Corographica do Império do Brazil – 1846.....	62
Figura 7: Economia de Mato Grosso na passagem para o século XX.....	96
Figura 8: Cândido Mariano da Silva Rondon.....	108
Figura 9: Cândido Mariano da Silva Rondon e família.....	113
Figura 10: Índios Borôro na construção da linha telegráfica.....	126
Figura 11: Os quatro expedicionários na posição de guarda ao serem atacados pelos índios Nhambiquaras (1) e expedicionários depois do ataque, vendo o índio Uazacuri-gaçu (Pareci) com as flechas encontradas que foram lançadas pelos Nhambiquaras (2)	138
Figura 12: Índio Nhambiquara	139
Figura 13: Praças do destacamento de Juruena como a correspondência que provocou o retorno de Rondon.....	142

Figura 14: Índio Toloiry, auxiliar da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.....	144
Figura 15: Estação telegráfica de São Luiz de Cáceres, inicial do ramal para a cidade de Matto-Grosso.....	164
Figura 16: Construção do Ramal Telegráfico de São Luiz de Cáceres à cidade de Matto Grosso – 1907.....	165
Figura 17: Trabalhadores da Comissão Rondon.....	168
Figura 18: Primeira expedição de reconhecimento da CLTEMTA.....	170
Figura 19: Segunda expedição de reconhecimento da CLTEMTA.....	173
Figura 20: Terceira expedição de reconhecimento da CLTEMTA.....	177
Figura 21: Fases da construção da Linha Telegráfica.....	184
Figura 22: Estação Telegráfica de Porto Espiridião.....	191
Figura 23: Ponte de Pedra.....	193
Figura 24: Índios Parecis na estação de Utiaity.....	193
Figura 25: Estação Juruena.....	194
Figura 26: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1907.....	202
Figura 27: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1908.....	202
Figura 28: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1908.....	203
Figura 29: Carta Sintética de Mato Grosso.....	205

Figura 30: Representação Cartográfica totalizadora das coordenadas referente às Conferências de 1910 realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.....	206
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

Introdução	12
------------	----

Capítulo 1

Território, Domínio E Poder

1.1 “Mapa Da Narrativa”	16
1.2 O Território E Poder Luso Americano	29
1.3 O Império Territorial E Sua Herança Para A República	53

Capítulo 2

O Brasil que se manteve na territorialidade do vazio: 71sertão repleto de certezas

2.1 As incertezas e miscelâneas dos primeiros anos republicanos	73
2.2 Representação Geográfica na República: Sertão, litoral e Identidade Nacional	85
2.3 A Consolidação do Noroeste brasileiro no cenário Nacional Republicano	93

Capítulo 3

Ação e intervenção no sertão

3.1 Cândido Mariano da Silva Rondon: um sertanista	107
3.2 As primeiras Comissões de Rondon: entusiasta territorial e político	117
3.3 A Comissão multifacetada: Domínio territorial, político e social	127

Capítulo 4

Relatórios e Conferências da CLTEMTA: uma análise no espaço/tempo

4.1 Apresentando os caminhos de Rondon	150
4.2 As facetas territoriais expressas nas Conferências da CLTEMTA	152
4.3 Relatório da Comissão Rondon e suas ênfases	178
4.4 Resultantes territoriais: uma análise nos Primeiros anos de República	199
Considerações finais	209
Referenciais Bibliográficos	211

Introdução

Apresentar o conteúdo de uma pesquisa é sempre uma tarefa que se mostra muito complexa, uma vez que os achados que a compuseram se fazem tão latentes em nossa memória que resumi-la em um texto introdutório acaba transformando-se em um emaranhado de informações que, afinal, devem ou não ser ditas nesse primeiro contato com o estudo?

De imediato, o objeto de estudo selecionado para esta pesquisa foi a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907 a 1915), cujos feitos se prolongaram em uma gama de concretizações acerca do povoamento e desenvolvimento de Mato Grosso durante a Primeira República (1889 – 1930) e no decorrer do século XX, criando-se certa mitificação de sua realização e, mais ainda, de seu dirigente, Cândido Mariano da Silva Rondon.

Não ousamos desmitificar a imagem construída, mas a buscar compreender os motivos que promoveram essa imponente posição da CLTEMTA para a História de Mato Grosso e do Brasil, especialmente por tratar-se de um período em que a recente mudança de regime político (Proclamação da República) promovia uma reorganização política, social, cultural, religiosa, econômica e especialmente territorial.

Dentre esses aspectos, a reorganização territorial se fazia como uma das mais relevantes, uma vez que a República havia herdado um território dúbio, cujas diferenças regionais originavam a existência de dois brasis distintos, um desenvolvido (litoral) e o outro estigmatizado pelo atraso (sertão). A unificação territorial se torna então proeminente para o desenvolvimento do Brasil, sendo que por meio desta se alcançaria a legitimação almejada pela República.

Tendo isso exposto, o estudo teve como objetivo analisar as contribuições da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) no fortalecimento do domínio territorial estatal e na proteção das regiões fronteiriças durante o período denominado de 1ª República (1889 – 1930).

Para tanto, foram analisados Conferências e Relatórios, oriundos da CLTEMTA, produzidos pelo próprio Cândido Mariano da Silva Rondon, cujo conteúdo é composto por retrospectos referentes à expansão e formação do Mato Grosso, aos aspectos geográficos de seu território, sociais, econômicos e principalmente das ações da Comissão Rondon, que propiciaram uma gama de informações que contribuíram para a elaboração desse estudo.

Organizamos a dissertação em quatro capítulos, que visaram organizar a pesquisa de

modo a destacar o processo de formação territorial brasileiro e suas implicações, dando ênfase aos primeiros momentos do Período Republicano e à integração que se promoveu no sentido leste/oeste.

No primeiro capítulo abordamos os conceitos relacionados a território, nação, poder, domínio, colonização e expansão, bem como o processo de formação territorial brasileiro, relacionando os períodos políticos e econômicos pelos quais o Brasil passou, de modo a salientar as principais ações que resultaram na apropriação das áreas que formam o noroeste do país. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica que correspondeu aos períodos colonial e imperial brasileiro, destacando-se os principais aspectos de influência que resultam na herança territorial legada à República.

Dando prosseguimento, o segundo capítulo direciona-se o estudo para questões mais específicas, ressaltando os processos oriundos dos períodos anteriores e que ainda exerceram influência na organização republicana, as chamadas heranças territoriais imperiais. Discute-se acerca da formação territorial nos chamados sertões do Brasil e de que modo estes se consolidam no cenário nacional, inserindo nessa discussão as contribuições da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) para essa afirmação territorial, política e cultural.

Dedica-se o terceiro capítulo a um estudo específico acerca de Cândido Mariano da Silva Rondon e das comissões telegráficas em que ele teve participação, de modo a enfatizar os objetivos alocados às mesmas e à imagem de Rondon, fortalecendo o ideário de que estas comissões eram multifacetadas, contribuindo para um desenvolvimento coletivo (científico social, cultural, político e territorial).

No quarto e último capítulo, faz-se uma análise das Conferências e Relatórios que se dividiu em duas premissas: a primeira baseada nas questões ideológicas que permearam a Comissão Rondon e a segunda fundamentada nas políticas territoriais exercidas. Estas análises resultaram na produção de uma representação cartográfica a fim de evidenciar os processos rompantes sofridos pela referida, que modificaram as estruturas territoriais internas e externas que compunham o estado de Mato Grosso e serviram como base estrutural para ações posteriores.

Embora haja estudos direcionados para a compreensão da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) e a formação territorial na região noroeste do Brasil no espaço tempo determinado para a pesquisa, este trabalho tem a preocupação, nem sempre presente, de composição de um material cartográfico que

evidenciasse as projeções territoriais realizadas pela Comissão, estabelecendo um contraponto entre as tarefas efetivamente executadas no terreno e as diferentes representações que se fizeram dos trabalhos da Comissão.

Capítulo 1

TERRITÓRIO, DOMÍNIO E PODER

O escritor que demarca com segurança os contornos externos do mapa brasileiro, conhecendo sem hesitações seus limites com águas oceânicas e com terras dos vizinhos hispânicos, preocupa-se em definir suas formas internas, investigar o conteúdo da imensidão de quilômetros quadrados por dentro das linhas divisórias com o exterior. A questão-desafio dos textos dessa “brasileira” geopolítica é, então, definir o que há dentro do mapa. (SOUZA, 1997, p. 35 – 36)

Tomando-se por base a questão-desafio posta por Candice Vidal e Souza (1997), definir o que há dentro do mapa torna-se a questão primordial na análise da formação territorial de um Estado. Dá-se atenção peculiar aos limites fronteiriços, que comportam aspectos oriundos de ambos os sentidos da composição de sua demarcação. No Brasil, as demarcações que definiram seus limites territoriais, originaram-se em um processo deliberado, iniciado pela expansão luso americana, a qual visava o enriquecimento do Império português considerando seja os fluxos econômicos (cana de açúcar, ouro, látex entre outros), seja a constituição de fundos territoriais para potenciais futuros de apropriação de terras. Assim, acarretou-se na formação de um Brasil com “territórios” que se distinguiam entre si, com uma área comportando a formação de um eixo desenvolvimentista (leste - litoral) e o outro sendo o lugar da primitividade (oeste – sertão), configuração dual que, grosso modo, mantém-se até o início do século XX, quando o sertão, por meio de políticas públicas, torna-se protagonista de um desenvolvimento com maior ênfase. É a mudança dessa configuração territorial dualista que nos propomos a esclarecer neste trabalho.

1.1 “Mapa da Narrativa”¹

Desbravar os sertões brasileiros, civilizar as populações que habitam estas terras tão longínquas daquelas onde se concentra o modelo de sociedade a ser arraigado no âmago da população brasileira em seus novos tempos. Tempos republicanos, tempos de modernidade, tempos de progresso.

Tais circunstâncias que permeavam o início do século XX eram ações que colocavam-se postas para o Estado desde o Período Imperial, de modo a visar a promoção

¹ Subtítulo inspirado na introdução da obra CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania No Brasil: o longo caminho**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

de políticas territoriais que proporcionassem a integração do território brasileiro, ocasião na qual se deu início à montagem de um quebra cabeça territorial, social, cultural e político daquilo que posteriormente seria o Brasil.

Ao se propor uma analogia entre o Brasil e um “quebra-cabeça”, partiu-se da premissa de que a organização do Estado brasileiro se desenvolveu por meio de ações que, ao serem somadas durante os anos correspondentes aos períodos Colonial, Imperial e Republicano (este, nesse estudo, limitado ao seu primeiro momento, denominado de República Velha ou Primeira República 1889 – 1930), delinearam a demarcação de limites fronteiriços que construíram uma espécie de “cofre territorial”, pensado como coeso e inviolável, mas que guardava alguns desajustes em seu interior.

Entre o que denominamos como desajustes, limitamo-nos a estudar alguns aspectos da formação territorial brasileira, por meio de um estudo da situação da região Noroeste do Brasil, designando o recorte tempo/espço correspondente à Primeira República, no estado de Mato Grosso, e tendo como objeto de estudo a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 a 1915), liderada pelo militar Cândido Mariano da Silva Rondon, e, por isso, integrada ao conjunto de expedições popularmente chamadas de “Comissão Rondon”.

Cabe-nos esclarecer o que seriam tais desajustes existentes no território brasileiro. Desde seu período de conquista pelo Império Português, o Brasil perpassou por etapas distintas, as quais resultaram em formas sociais, políticas, culturais e especialmente territoriais que se diferenciavam entre si, de acordo com cada área a ser incorporada ao domínio do poder estatal, seja ele português (quando ainda Colônia) ou brasileiro.

Desse modo, o processo colonizador ocorrido no território correspondente ao atual Estado Brasileiro não sobreveio por um mesmo processo, mas por incentivos que a cada período pareciam distanciar-se, embora fosse mantida uma conexão entre si², especialmente ao analisarmos que se conservou certa tendência expansiva, sobretudo se pensarmos nas áreas originalmente pertencentes à Espanha.

Tal pressuposto é identificável ao analisarmos os relatos de Moraes (2002),

² Ao tratarmos acerca das questões expansionistas portuguesas, sabe-se que o domínio territorial era algo inserido em sua atitude exploratória, desse modo ao tratarmos das questões que envolvem o conjunto disperso de colônias na América, pertencente a uma vasta área e pouco explorada, nos transporta a clareza do interesse português em ampliar seus domínios territoriais. O que nos colocamos a refletir é que apesar desse interesse luso, a real expansão das terras na América se deu de modo fragmentado, de acordo com os interesses que se sobressaiam, quase sempre econômicos. Assim foram recorrentes investimentos pontuais em cada área (especialmente no interior) e que de acordo com a intensidade desses recursos, ampliava-se ou diminuía-se, e muito, a atenção, permanecendo poucos incentivos para a proteção das regiões de expansão.

abordando a perspectiva relacionada ao processo de acúmulo de fundos territoriais, uma vez que o processo de colonização ao qual o Brasil foi exposto perpassava pela expansão de domínio territorial sem que de fato fosse exercido um povoamento naquelas áreas, salvo as fundações de fortes, cidades e povoados estratégicos visando à proteção das fronteiras e a exploração econômica.

Assim, cabe-nos a argumentação que o citado autor nos instiga a referendar de que o Brasil se formou como território antes que tivesse uma nação, destacando que, esse ponto de vista a que nos propomos, acena para um sentimento nacionalista, de modo sucinto, àquele nacionalismo patriótico, exercido pela população que reside naquela área. Cabe essa observação, uma vez que enquanto Colônia, estas terras pertenciam à coroa portuguesa e, desse modo, fazia-se uma extensão de seu domínio jurisdicional, e que, a expansão das conquistas portuguesas, de modo claro, gerava altivez a seu povo.

Cabe destacar que não podemos afirmar rigorosamente que havia um domínio territorial a ser herdado pelo Período Imperial (1822 – 1889), isso porque não temos uma base territorial estática e fixa, uma vez que pouco havia se definido das linhas fronteiriças do Brasil, mas um desenrolar desses processos. (NOGUEIRA, 2008)

No que remete a formação expansão do território brasileiro, Vanderlei Borba (2013), afirma que a materialização dos limites territoriais do Brasil teria início a partir do século XVIII, a fim de separar o que seria terras espanholas da dos portugueses, sendo este um processo longínquo cuja afirmação (quase) definitiva se dividiria em quatro fases que se prolongam no decorrer da História do Brasil:

Na evolução das fronteiras terrestres, podem ser definidas quatro fases histórico-políticas: (1ª) fase de expansão, no período colonial, caracterizada pelo deslocamento dos limites do Tratado de Tordesilhas, para o norte, oeste e sul; (2ª) fase de regularização ou de legalização, no período monárquico, das ocupações territoriais para além dos limites do Tratado de Tordesilhas; (3ª) fase de demarcação, durante a República, quando foram realizados os trabalhos das Comissões de Limites; e, (4ª) fase de vivificação ou de povoamento, com a construção de fortes, instalação de colônias militares e organização de unidades militares de fronteiras. (BORBA, 2013, p. 63)

Foi nesse longo processo, que se estende desde a chegada dos portugueses até a emancipação republicana, que se consolidaram alguns dos desajustes que serviram de estudo para esse trabalho. O governo republicano herdaria um extenso território, com fronteiras imprecisas e extensas regiões que contavam uma ínfima apropriação e efetiva colonização,

uma vez que os investimentos realizados no período mencionado concentravam-se no leste brasileiro, ou seja, o litoral.

Não queremos aludir à ideia de que incursões às áreas interioranas não tivessem sido incentivadas, especialmente no período do auge aurífero, mas estas ocorreram de modo muito pontual, quase sempre relacionadas aos ciclos econômicos de maior rentabilidade ou a proteção das áreas de fronteira, sem que houvesse de fato a preocupação com o povoamento e organização social, política ou econômica dessas áreas a oeste.

Nesse viés, o estado de Mato Grosso se mantinha como área distanciada do litoral, não apenas por sua localização geográfica, mas de acordo com o desenvolvimento que se cominava, uma vez que “a noção de longe ou perto estava vinculado à ideia de progresso” (SANTOS, 2012, p.11). Assim, atribuiu-se ao Mato Grosso, desde os tempos imperiais, o adjetivo pejorativo de sertão, que ao adequar-se a realidade brasileira, nomeava as áreas mais longínquas do território, distantes (muito mais por um conceito ideológico) daquela realidade idealizada como a representação da modernidade.

Essa imagem de sertão atribuída ao Mato Grosso era de descontentamento para a elite nacional, que em vias republicanas de desenvolvimento, com uma inspiração que se repousava na lógica positivista, no liberalismo norte-americano e no desenvolvimento cultural europeu (realmente uma miscelânea ideológica), buscava inserir o Brasil no cenário internacional como um país moderno; e também para a elite local mato-grossense, que desde meados do século XIX obtinha um crescimento e ambicionava se inserir no panorama nacional (SANTOS, 2012).

O sertão de Mato Grosso era visionado da seguinte forma:

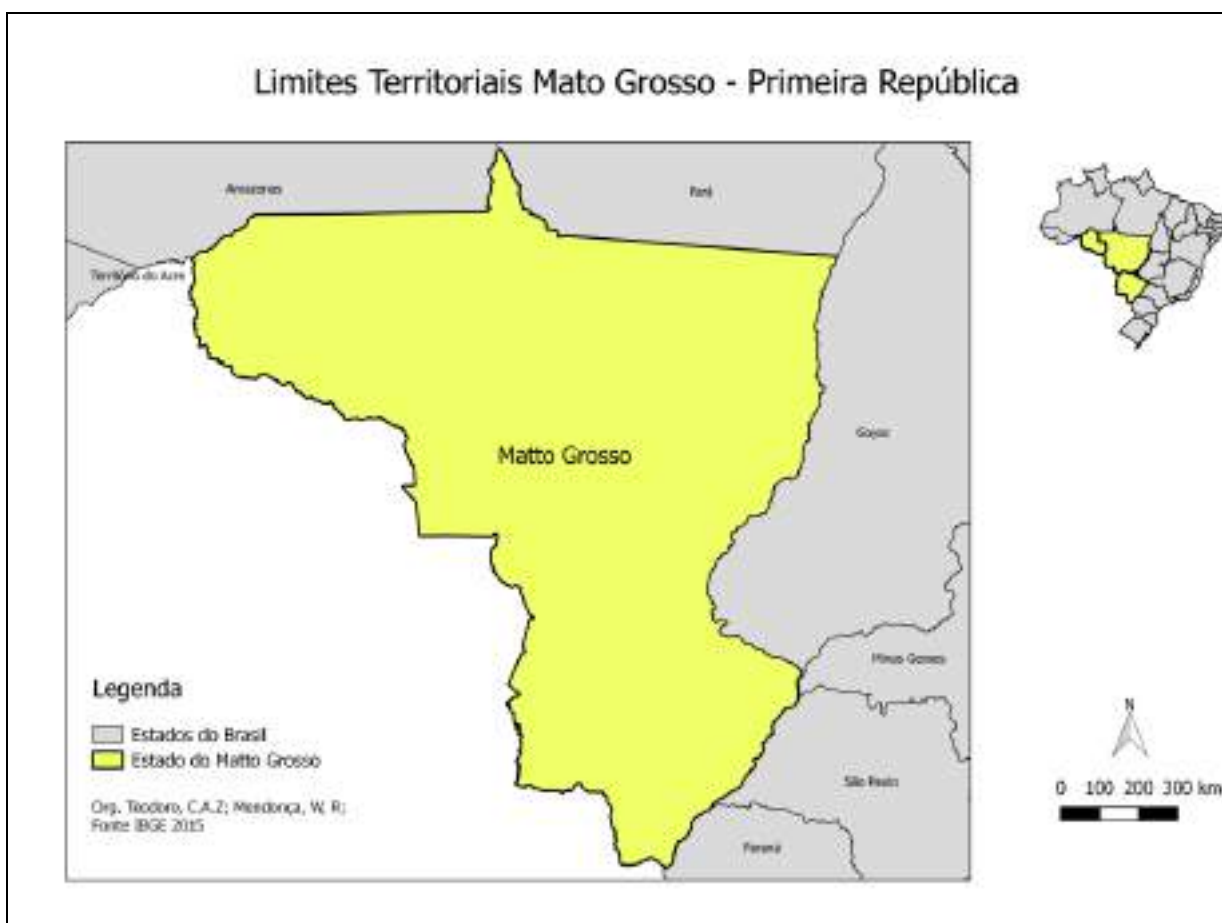
Distante e desconhecida, sem meios de comunicação eficazes com o litoral e mesmo com as províncias mais próximas, a província era identificada pela negatividade: não possuía uma atividade produtiva de peso capaz de prover suas necessidades (do abastecimento de gêneros alimentícios à defesa de suas fronteiras), não possuía vias de comunicação que encurtassem as imensas distâncias que a separavam do litoral civilizado, carecia de braços para o trabalho e de investimentos de capitais para explorar suas riquezas naturais. Em seu enorme território, distribuía-se irregularmente uma escassa população, na qual predominavam os índios 'selvagens' e caboclos 'indolentes', mal se sobressaindo entre eles uma diminuta classe proprietária, quase sempre identificada como carente de espírito empreendedor. (GALETTI, 1995, p. 55)

Essa imagem atrasada, primitiva e bárbara atribuída ao sertão (AMADO, 1995) se constituía como um reflexo da ausência do Estado nessas áreas que, como citado

anteriormente, promoveu apenas ações pontuais nesses espaços. Podemos aferir que as preocupações do Estado na manutenção desses fundos territoriais de fato tornaram-se fonte de inquietação após a segunda metade do século XIX, com a eclosão da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), que demonstrou a fragilidade que havia nas áreas de fronteira e o risco iminente de invasão ou possível desintegração dessas áreas do território brasileiro.

Apesar de o Paraguai ter saído derrotado da guerra e em grave situação econômica e social, cabe salientar que nas regiões de divisa entre Paraguai e Brasil, “estabeleceu-se então uma fronteira móvel, sem uma clara definição, permeada de várias partes do país e de estrangeiros, em especial paraguaios, que se digladiaram pela posse da terra” (CORRÊA, 1999, p. 34), a qual promoveu uma inserção paraguaia em terras brasileiras, isso porque, “apesar da República Paraguaia ter sido derrotada pelas armas, a frágil presença das instituições brasileiras na fronteira possibilitou que a região fosse tomada pela cultura, pelos costumes e pela língua guarani.” (CORRÊA, 1999, p. 102)

Figura 1 – Limites Territoriais de Mato Grosso – Primeira República (1889 – 1930)



Como forma de elucidação acerca da extensão fronteiriça, estamos nos referindo um Mato Grosso que correspondia a uma área³ de 1.486.963 km², a qual é atualmente composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, e que, no período fazia divisa com os atuais estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, bem como a República da Bolívia e a do Paraguai. A fundação de Mato Grosso enquanto Capitania se deu apenas no século XVIII, em 1748, com a descoberta de ouro no rio Coxipó, o que levou a fundação de Cuiabá em 1719, que somente irá passar a categoria de vila em 1722. O primeiro capitão geral somente será concedido em 1751, e a primeira capital, Vila Bela de Santíssima Trindade, fundada em 1752, na divisa com a Bolívia, como estratégia para a proteção dos limites fronteiriços.

A tardia fundação oficial da Capitania, em 1748, veio acompanhada do precoce declínio da mineração, no início do século XIX, no qual se instaurou um período de estagnação econômica, baseando-se numa produção de subsistência. A partir de 1850 inicia-se uma reorganização da economia, impulsionada pela navegação no Rio Paraguai, que terá um esmorecimento durante a guerra, mas que conseguirá se restabelecer durante a década de 1870. Corumbá despontará como eixo de fomento com a região platina e também pela diversificação das atividades desenvolvidas, como a pecuária, a cana de açúcar, aguardente, o extrativismo (poaia e seringueira), a erva-mate (especialmente pela Companhia Matte Laranjeira) e ainda resquícios da mineração. (XAVIER, 2006; FRANCO, 2014)

Nesse momento pós-guerra, o Estado brasileiro passa a investir com mais precisão nas áreas de fronteira e distantes do eixo litorâneo, além da questão econômica, os fatores sociais, culturais, de infraestrutura e tecnológicos começam a despontar. Os meios de transporte e de comunicação tornam-se preciosos para o desenvolvimento do país, como forma de aproximação entre as áreas até então afastadas, em específico o litoral e o interior (sertão). As ferrovias e os telégrafos passam a ser construídos em todo o território nacional, acelerando o desenvolvimento e o progresso.

Entretanto, esses investimentos tardaram a chegar ao Mato Grosso, sendo que em 1889, ano da Proclamação da República, apenas Mato Grosso, Goiás e o Amazonas não

³ A extensão da área de Mato Grosso exposta é baseada na quilometragem apontada por Cândido Mariano da Silva Rondon em suas conferências, a qual preferimos adotar como base referencial por ser o objeto de estudo desse trabalho. Entendemos que o período que em referência é palco de acordos territoriais, como o de Petrópolis, em 1903, e de demarcações de fronteiras, fatos que podem ocasionar flutuações nesse número em exato, como exemplo, apontamos Franco (2014) com a estimativa de 1.500.000 km² e Bigio (2000) com 1.200.000 km².

contavam com o circuito telegráfico (MACIEL, 1999), evidenciando que embora a região noroeste tenha se tornado uma área de iminentes conflitos, sendo uma importante região de fronteira, determinados investimentos e tecnologias chegariam concomitante a afirmação de grupos políticos/econômicos hegemônicos no estado.

Acompanhando o crescimento econômico despontado em Mato Grosso, com maior ênfase a partir da década de 1870, surge uma elite heterogênea, oriunda da diversificada economia que desperta para o interesse político, o que virá a formar as oligarquias dominantes durante a Primeira República, chefiadas quase que por todo o período pelos irmãos Murinho, Generoso Ponce, Antônio Francisco Azeredo e seus aliados. (FRANCO, 2014)

A oligarquia que se forma em Mato Grosso, assim como ocorre em diversos âmbitos em todo o cenário nacional, busca uma maior participação política a fim de promover benefícios voltados ao grupo de destaque econômico, fator representado com proeminência pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais.

Tal almejo será concretizado com a instauração da República, uma vez que esta proporcionará aos estados maior autonomia e, após o período de conflitos e crise econômica/política, estabelecerá alianças entre o Estado Nacional e os entes federativos, nos quais o apoio e fortalecimento dessas oligarquias será imprescindível para o domínio estabelecido durante a Primeira República. (CARDOSO, 2010; NEVES, 2010)

Para tanto, tornar-se-ia necessário uma articulação precisa entre os governantes nacionais, estaduais e locais, estes últimos representados na imagem dos coronéis, de modo a garantir a preservação de resultados favoráveis aos grupos dominantes (RESENDE, 2010).

Nessa configuração, as oligarquias mato-grossenses buscam durante esse primeiro momento republicano a consolidação de seu poder, em um período que será marcado por arranjos e rearranjos locais, estaduais e nacionais com vias de manter preservados os interesses daqueles que controlam a política no estado. Assim, é possível constatar tais alianças claramente mesmo em meio às disputas que se instauram, que quase sempre eram resolvidas com a intervenção (mesmo que indireta) do Presidente da República, de modo a manter resguardado o pacto oligárquico.

O embargo oligárquico que se concretiza e a inserção dessas áreas na política pública nacional como um estado republicano não condizem com a “terra ignota” que há muitos anos caracteriza a imagem do território mato-grossense. Se desde a Guerra da

Tríplice Aliança permeava uma possível instabilidade nas áreas de limites fronteiriços (cuja maior extensão correspondia a um único estado), o crescimento das elites locais também se mostrava como algo prioritário a ser asseado pela máquina republicana.

Embora o estado de Mato Grosso estivesse se instituindo no cenário nacional com seus representantes políticos e uma economia diversificada que começava a despontar, as constantes disputas travadas entre os chefes oligárquicos, os chamados coronéis, (quase sempre marcadas pelo alto índice de violência) acabavam por acentuar a visão de barbárie que se alocava à região, de modo que, “as ‘revoluções’ protagonizadas pelas elites mato-grossenses, entre 1889 e 1906, para exemplificar, já haviam somado dezenas de mortes violentas, chacinas como a da baía do Garcez, linchamentos e o assassinato de um presidente do Estado”. (GALETTI, 1995, p. 58)

Desse modo, as referências ao atraso da região ainda continuavam sendo discutidas, sendo estas ratificadas pela incivilidade de seus líderes políticos, portadores de características raciais que se faziam indesejáveis na condução do progresso e do desenvolvimento⁴ que deveriam corresponder a uma República (GALETTI, 1995).

Tal visão correspondia as origens miscigenadas entre índios, negros e brancos que formavam a população de Mato Grosso, como revela Capistrano de Abreu⁵ (1998, p. 210) ao referenciar-se aos índios guaicurus e seu gênio sanguinário que teria sido herdado pela população cuiabana e se manifestado com maior frequência após a Proclamação da República, quando se amplia a disputa pelo poder. Alia-se a esse fato ao afastamento territorial bem como de comunicação, de ideologia, social e econômico que este então sertão bárbaro ainda apresentava em relação aos moldes de modernização e desenvolvimento estabelecidos pelo período.

Posta essa realidade, a manutenção da integridade territorial seria ponto consensual desde o Império até a República. No Período Imperial, a legitimidade territorial teria sido contínua apesar da ruptura ocasionada no processo de emancipação política do Brasil com

⁴ Tal afirmação pauta-se nas ideologias racistas que eram disseminadas naquele momento histórico, como o Darwinismo Social e o Evolucionismo Social.

⁵ Embora a citação tenha um teor carregado de ideologias que nos remetem as teorias racistas difundidas no período em questão, João Capistrano de Abreu (1853 – 1927) nasceu no Ceará e foi um dos principais nomes da História do Brasil, responsável por transpor mesma do litoral para os sertões e por introduzir o “povo” na sua historiografia. “Após a morte de Capistrano, no fim da década de 1920, vários discursos o caracterizaram como intelectual-símbolo de uma nacionalidade que se quer culta e civilizada e, ao mesmo tempo, próxima do sertão não civilizado, lugar onde, acreditava-se, o Brasil seria mais autêntico. Esse historiador "sertanejo" seria uma espécie de mediador entre os mundos da civilização e da barbárie, por possuir aquilo que então se esperava de um historiador: erudição, cultura geral, informações originais, "habilidade de investigação minuciosa, aliada ao método de comparação, dedução e exposição" e, talvez o principal, o "sentimento da terra e da gente" brasileiras.” (GONTIJO, 2010, p. 21)

relação a Portugal devido a forma institucional com que se deu esse processo, originando o Império de D. Pedro I, que possuía por direito hereditário a Casa de Bragança, fator de forte importância na decisão diplomática, facilitando as relações externas. (MAGNOLI, 2012)

Na esfera interna a legitimação do Estado e da integridade territorial seria fortalecida por outras vias de poder, ao considerarmos que o Estado funcionava como mediador entre as discrepantes oligarquias que se formavam em todo o território brasileiro, sendo o ponto de culminância entre as mesmas a escravidão:

O Estado imperial construiu-se como argamassa de uma entidade oligárquica de tipo pré-nacional. O centro político, materializado no imperador e no Conselho de Estado, teria de funcionar como gestor dos múltiplos e eventualmente conflitantes interesses das oligarquias dominantes, que se expressavam de modo desigual no vasto território brasileiro. A fragilidade do conjunto residia na sua precária coesão, principalmente em razão da fratura de descontinuidade social representada pela instituição da escravidão. A escravidão era, contudo, o alicerce social a ser preservado pelo Estado. Paradoxalmente, o sucesso histórico do Império derivou dessa fonte original de fraqueza que, funcionando como pólo aglutinador dos interesses essenciais das oligarquias, possibilitou a concentração do poder político. (MAGNOLI, 2012, p. 2)

Se a descontinuidade social colocava-se como uma fragilidade à legitimação Estado, a fragmentação territorial era outro ponto crucial na integridade do território brasileiro. “Assim sendo, decorre da percepção da descontinuidade no espaço a convicção de que a própria nação se apresenta em desequilíbrio. O Brasil não é o mesmo em toda a sua extensão.” (SOUZA, 1997, p. 35 – 36).

A ligação entre os estados brasileiros torna-se então fundamental para a manutenção territorial. Com a Proclamação da República, embora houvesse um rompimento com a Casa de Bragança, as oligarquias que se formaram durante o Império, acentuaram o seu exercício de poder, deste modo, as políticas territoriais exercidas pela República “configuraram-se muito mais enquanto continuação do projeto imperial que como ruptura” (DUARTE, 2013, p. 91).

O Estado Nacional deveria fazer-se presente em todo o território brasileiro, assim os laços formados pela política oligárquica se estabeleciam como um facilitador para tal feito, de modo que as questões sociais, culturais, científicas e tecnológicas despontavam como elementos para que houvesse uma (re) afirmação do poder estatal nessas áreas incógnitas. (DUARTE, 2013)

Nesse emaranhado complexo que se apresenta, a implantação dos telégrafos

coloca-se como medida essencial para aproximar esse sertão incógnito das regiões mais desenvolvidas e, conseqüentemente, da civilidade e do progresso. Dando continuidade aos feitos já iniciados durante o Período Imperial, o governo republicano se apropria então dessa tecnologia, não somente como forma de expandir os meios de telecomunicação e facilitar a troca de mensagens no território nacional, mas também como um meio de controle e organização territorial, especialmente naquela região que, nesse momento, constituía-se como uma das únicas sem essa tecnologia. (MACIEL, 2001)

Esse controle estabelecido pelo poder estatal por meio das instalações telegráficas dava-se por duas vias que se diferenciavam: 1) a primeira correspondente ao mundo moral, pautando-se em questões relativas ao patriotismo e ao nacionalismo; 2) a segunda atinente ao mundo cívico, no qual temas como tecnologia, urbanização, domínio territorial, cientificidade e desenvolvimento eram primordiais (MACIEL, 1998).

Cabe ressaltar que a maioria dos profissionais que compunham essas comissões telegráficas eram militares, ou ao menos, comandados por um militar. Tal medida se fazia não somente pela formação acadêmica profissional destes homens, como também pelo fato de fortalecer a ideia de proteção nessas regiões, sendo estes representantes diretos do Estado e de seus interesses.

A tradição positivista pela qual as forças armadas se assinalavam, permitia o fortalecimento dos interesses postos pela jovem República, que visava a integração territorial, desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Complementa-se a ideia posta:

Todos esses engenheiros e militares vinculam-se à tradição do pensamento positivista e evolucionista, confiantes numa perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico, no qual a ferrovia e o telégrafo surgem não apenas como veículos desse progresso, mas sobretudo como instrumentos da ordem pública. (MACIEL, 1998, p.100)

De fato, a geopolítica que se impõe ao estado emerge em demandas distintas, os investimentos e necessidades de cunho imediato que se faziam imprescindíveis para o desenvolvimento da região noroeste, quando comparadas a outras regiões do Brasil, em específico o litoral, pertenciam às mais variáveis temáticas, fosse de caráter social, político ou tecnológico, de modo que “os argumentos estratégico-militares da vulnerabilidade e da necessidade de proteger as fronteiras do Brasil em Mato Grosso foram tão fortes quanto os argumentos políticos e econômicos [...] que defendiam a construção de ferrovias a fim de

facilitar o escoamento da produção”. (BIGIO, 2000, p.10)

Tal dualidade posta como desígnio para a implantação de linhas telegráficas era defendida notadamente pelo militar Cândido Mariano da Silva Rondon, que se tornara o principal representante desse projeto modernizador no sertão, sendo que as decorrências de seus feitos permearam-se por décadas, de forma direta ou restituindo-se em novos programas governamentais e políticas públicas.

Cândido Rondon foi um Militar, formado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra do Brasil, positivista ávido, nascido em Mimoso, interior de Mato Grosso, de fato um sertanista que, após sua inserção na civilidade, representava a imagem do real brasileiro, patrono de suas origens e defensor do progresso e da modernização.

Sua inserção nos projetos telegráficos se inicia a partir de 1892, quando nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, e membro da Comissão de Linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás – Comissão Goiás (1890 a 1898) liderada pelo Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, a qual ligaria Cuiabá ao Araguaia e implantaria uma estrada ligando Cuiabá ao estado de Goiás; no ano de 1900, geriu a construção de mais uma extensão telegráfica no estado, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – Comissão do Mato Grosso (1900 a 1906), esta se desenvolvendo nas regiões do centro-sul do estado e alcançando as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

Em 1907, em meio a esse discurso de civilizar o sertão como veículo da ideologia modernizante, de modo que, por meio deste, o Estado aproveita-se para construir meios de dominação do território, Rondon é convidado pelo presidente Afonso Penna para chefiar uma nova incursão ao sertão mato-grossense, naquela que seria a responsável por transpor seus feitos a posteridade, a chamada Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907 a 1915). Alçava-se agora, com um projeto desenvolvido pelo engenheiro Francisco Bhering, estabelecer uma ligação entre o norte do estado de Mato Grosso, Acre e Amazonas com a capital federal.

De Cuiabá, o telégrafo iria até Santo Antônio do Madeira; além desta linha principal, chamada linha tronco, mais três ramais deveriam ser construídos: para o Acre, Purus e Juruá, ficando a cargo da Comissão a escolha do ponto a partir do qual a linha seria estendida até Manaus. Os pontos extremos da linha seriam Cuiabá, Santo Antônio do Madeira e Manaus. (ARANHA, 2012, p. 92)

A CLTEMTA destaca-se por sua abrangência, sendo uma provedora não somente

para os avanços referentes às comunicações no território brasileiro, mas para múltiplos enfoques que se faziam emergentes naquele momento. Destaca-se o fato de que “as expedições lideradas por Rondon foram também uma oportunidade para realizar explorações científicas nas áreas de Botânica, Zoologia, Geologia, Cartografia, Antropologia e Etnografia” (MOREL; MOREL, 2009, p.48).

De modo sintético, a CLTEMTA foi responsável por favorecer a integração nacional, a expansão telegráfica, o desenvolvimento científico, social e econômico, possibilitou a abertura e construção de estradas, a fundação de povoados e cidades, a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), medidas estas que se desdobraram em inúmeras ações, mas que, de certo modo, se encarregavam de apropriar o território pelo poder republicano.

Podemos inferir que a principal diferenciação entre as comissões anteriores e a CLTEMTA, se encontra no fato de que as primeiras realmente visavam à melhoria das comunicações existentes no território nacional, especialmente entre os sertões de Mato Grosso e a capital federal, aproximando estas regiões. Em contrapartida, os telégrafos implantados pela CLTEMTA se encarregaram antes de tudo de dominar o território, proteger e definir as fronteiras, estabelecendo um poder material e imaterial nas regiões até então pouco habitadas, haja vista que a presença dos militares do exército, dos cientistas e pesquisadores que compunham a Comissão, representavam o poder Estatal. (MACIEL, 1998)

Nesse viés, para que se torne possível compreender os processos de apropriação territorial que se desenvolveram durante a Primeira República, (os quais consideramos legitimar o território como espaço de jurisdição exclusiva do poder do Estado, seja nas áreas mais desenvolvidas (litorâneas) ou nos “sertões” (áreas interioranas), contidos em uma busca pela integração territorial), faz-se necessário “esquartejar” as emblemas que se inseriam na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), a “Comissão Rondon”, ocorrida entre os anos de 1907 a 1915, uma vez que os esforços postos para a efetivação desta, culminaram em bases estruturais para a formação de novas políticas públicas, da produção de conhecimento tecno-científico e da elaboração de uma cartografia renovada.

Cabe-nos então enunciar a hipótese de que as ações colocadas pela Comissão Rondon contribuíram para o processo de formação territorial na região noroeste brasileiro, colocando em destaque o Mato Grosso, decorrente de medidas geopolíticas instituídas pelo

Governo Republicano que favoreceram a apropriação territorial e a (re) afirmação do poder estatal em áreas até então caracterizadas pela pouca expressão demográfica, pelo atraso no desenvolvimento econômico e suposta incivilidade, em outras palavras, o sertão.

Com risco de cometer um descomunal excesso de apreço pelo objeto de estudo descrito, a distinção que se faz nesse momento da geo-história de Mato Grosso se pauta pelo interesse do Estado em realmente estar presente no sertão brasileiro, em fazer-se representar nessas áreas longínquas, descritas como uma esfinge geográfica (MACIEL, 1998), como forma de reconhecer/apropriar o território e blindar aquelas áreas que há muito pertenciam ao Brasil, mas que há pouco se mostravam de formal relevância para o fortalecimento nacional.

Apontamos o descomunal excesso, pois é sabido que antes de tais investimentos já haviam sido realizadas pesquisas científicas (especialmente por viajantes estrangeiros), incentivos econômicos, reconhecimento da fauna, da flora, dos rios, do relevo, fundadas cidades, povoados, fortes, confeccionado uma cartografia de representação dessas áreas, acordos com os países vizinhos para delimitar os limites fronteiriços e até uma guerra! Entretanto, com tantas “idas e vindas”, os investimentos no adentrar do século XX se faziam “vir para ficar”. Exemplifica-se o exposto com as palavras do próprio Rondon:

A nossa situação, pois, não seria idêntica á de muitos outros exploradores dos sertões, desde o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que de 1788 a 1790 subiu o Guaporé até Bella Vista, ou o mallogrado Langsdorf, que de 1826 a 1828 desceu o Arinos; até Carlos Von den Stein, que em 1884, de Cuyabá ganhou as cabeceiras do rio S. Manoel e destas as do Xingu, descendo por este até o Amazonas; e isto sem citar as e A. L. da Silva Manso, d'Orbigny, Castelnau, Netterer, e, mais modernamente, as dos Capitães Telles Pires e Oscar Miranda, Spencer Moore, Barbosa Rodrigues, e algumas outras. Além disso, as poucas tentativas que se haviam feito antes de 1907, para devassar os sertões segundo um itinerário análogo ao que eu tinha de seguir, deram resultados que só podiam servir para aumentar e fortalecer a universal descrença na viabilidade de um tal empreendimento. [...] **Por todos esses motivos, a a duvida sobre a exequibilidade do novo empreendimento dominava os espiritos em geral, e muito mais os dos que sabiam a diferença que há entre uma simples viagem de estudos e os trabalhos de uma comissão que tinha de fazer obras de instalação definitiva,** levando enorme e pesado material e numerosissimo pessoal. (RONDON, 1922, p. 08 - 09) (grifo nosso)

Nesse sentido, não procuramos atribuir a Comissão Rondon um ineditismo por esboçar sua entrada no sertão noroeste, mas sim por estabelecer meios para que se tornasse possível à fixação de investimentos nessas áreas bem como para uma (neo) colonização que

viria a se consolidar de fato em anos posteriores, enfim, pela apropriação territorial que lhe é perpetuada.

Para tracejar o modo pelo qual a CLTEMTA amplia o poder do Estado nesse processo de apropriação territorial durante o período da Primeira República, consideramos necessário compreender o modo pelo qual se deu a formação territorial brasileira, suscitando as bases formativas e geopolíticas que conduziram a materialização e proteção desse fundo territorial que se forma na região noroeste do Brasil.

Faz-se, para tanto, necessário um acentuado recuo tempo/espço na História do Brasil, buscando exprimir informações sobre a formação territorial brasileira desde os primórdios de sua colonização. Tal escolha metodológica se justifica ao consideramos que a compreensão daquela realidade existente no início do século XX, a qual exprime um Mato Grosso com extensa área territorial e ainda pouco desenvolvido, com baixa densidade demográfica, possui seus parâmetros no processo de formação a que foi submetido, sendo este essencial para a definição do conceito de apropriação a que nos referimos.

Amparando a impetuosidade, faz-se menção:

A formação territorial é, do ponto de vista espacial um processo cumulativo que articula os resultados de forma de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural com os elementos de qualificação dos diferentes espaços. (MORAES, 2002, p. 66)

Nessa conjuntura exposta, após delinear os processos gerais acerca da formação territorial brasileira, encaminha-se a pesquisa para o afunilamento em direção ao objeto de estudo, em síntese, o estado de Mato Grosso e a influência da CLTEMTA sobre sua consolidação territorial, originando, nessa perspectiva, uma reflexão contínua e combinatória entre os âmbitos nacionais e locais, que embora se diferenciem não se distanciam.

1.2 O território e poder luso americano

O reconhecimento das áreas correspondentes ao noroeste do Brasil, mais especificamente ao Mato Grosso, dá-se pela premissa de “desbravamento dos sertões”, da área incógnita, temida por muitos e alvo de curiosidades daqueles que se encorajavam a

adentrar a natureza selvagem. Selvagem pela flora, pela fauna e por seus habitantes primitivos e incivilizados.

Nomeia-se sertão porque existe sua antítese, no caso brasileiro as áreas de desenvolvimento, de civilidade, de progresso, o litoral. Há, nesse sentido, uma disparidade no território, ocasionada por um processo de formação territorial e colonização desigual, impulsionada pelos interesses do colonizador.

Tal disparidade se torna aspecto essencial às pesquisas relacionadas ao território brasileiro, isso porque ao pensarmos no processo de dominação e expansão realizado desde os primórdios pelo agente colonizador (Portugal), seguiu-se um direcionamento “do mar para o sertão” (CARVALHO, 2014, p. 4), ou do leste para oeste, segmento adotado durante todo o processo de formação territorial brasileiro, seja enquanto Colônia, Império ou República.

Por conseguinte, pensar o Brasil antes de pensar acerca de seu processo colonizador é inexequível, uma vez que “para entender o caso da formação brasileira, temos necessidade de entender o que se está passando na Europa naquele momento” (MORAES, 2001, p.105), isso porque o Brasil não existia antes de seu colonizador. Ora, o território que atualmente corresponde ao Brasil era habitado por diversas sociedades indígenas que não possuíam uma unidade entre si, “não havia uma raiz indígena que amarrasse essa porção de espaço. Não havia unidade natural, o Brasil era um mosaico de ecossistemas, embora se saiba que as características naturais não fundamentam a existência de um Estado.” (MORAES, 2001, p.105)

Explicitada tais premissas, o esboço que se faz, ainda que de modo breve, procura especificar os processos de dominação, expansão e formação territorial, que se iniciam com a formação colonial luso-americana, tornando-se assim possível estabelecer parâmetros avigorados para o percurso da pesquisa.

Isto posto, cabe ressaltar que o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade envolve diversos aspectos, entre eles citamos os políticos, econômicos, sociais, religiosos, culturais e ideológicos. Tais aspectos são responsáveis por modelar a sociedade que está se formando, sejam essas relações mais simples ou mais complexas em sua configuração.

Nesse sentido, a *sociedade/nação* que se forma com o tempo, acaba por envolver atributos característicos àquele processo especificamente, e que por isso carrega consigo características próprias que (re) afirmam o fortalecimento identitário daquele meio social.

Todo esse processo de materialização de uma *sociedade/nação* tende a se projetar em um determinado território, sendo este a área de exercício legítimo de uma soberania formal daquele grupo humano.

No processo de formação territorial vivenciado pelo Brasil, essa relação ideal de influências recíprocas entre território e sociedade foi marcada desde o início pela condição colonial, isso porque a colonização portuguesa visava à exploração dos recursos do território, mas não objetivava o povoamento das áreas de expansão, formando-se um território ligado à consolidação de uma estrutura produtiva, mas que tinha problemas em identificar o conjunto da população a uma nação ali existente.

O processo produtivo/colonizador instaurado na colônia luso-americana foi resultante de modulagens próprias daquilo que, em primeiro momento, o território oferecia como benefício à Metrópole Portuguesa. Moraes (2001) identifica que há dois vetores básicos para ilustrar o interesse colonizador, a densidade demográfica e os recursos naturais, fatores que de imediato não foram encontrados no Brasil considerando que, estima-se haver no período uma média de dois habitantes por Km², e que ouro e os demais metais preciosos só vieram a ser explorados no início do século XVIII.

Assim, Portugal promove uma colonização na qual os habitantes e os meios produtivos a se desenvolverem são externos, oriundos da metrópole e com capacidade de investimento e produção para colonizar a terra, submeter as populações nativas existentes a seu domínio e explorar os recursos que se mostrarem possíveis, trazendo inclusive traços de violência, que é um aspecto comum no processo colonial. (MORAES, 2001, p.105)

Esses traços de colonização não se fixaram apenas durante o Período Colonial brasileiro, mas se prolongaram e, como uma herança, constituíram as medidas de apropriação territorial que foram consolidadas durante a Primeira República (1889 – 1930), embora adequadas as demandas postas pelo modo de produção que modifica a maneira com que a sociedade se apropria do espaço. Essa constante redefinição proporciona a dinâmica do espaço, redefinindo a cada época, o conteúdo do território. Nesse sentido, assumimos a narrativa de Milton Santos para elucidar a afirmação posta:

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso, o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos. (SANTOS, 1988, p.67)

Desse modo, Moraes (2002) indica que o território contém também em sua definição uma ideia de valor (material e imaterial) atribuída a uma determinada área de acordo com a representatividade que lhe é conferida por uma sociedade, de modo que “o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes.” (MORAES, 2002, p. 74)

A fixação, domínio e exercício legítimo da soberania desses grupos humanos em um território ocorrem de diversas maneiras. Entretanto, pode se dizer que todas as sociedades organizam-se politicamente de modo a criar meios de manter a ordem social e a proteger o povo que ali habita, bem como o próprio território. Essa organização política não é constante ou imutável, e com o tempo pode modificar-se e se reorganizar em um novo desenho, desenvolvendo modos de organização mais complexos.

Nas sociedades modernas, uma das formas mais recorrentes para o exercício social do poder sobre um território encontra sua representação na figura do Estado, sendo este entendido como a unidade administrativa de um território, formado por um conjunto de instituições que pretendem representar a população. A corporatura do Estado está associada ao território e ao seu poder jurisdicional, sendo estes elementos integrados em uma mesma estrutura de domínio, que podem ser descritos da seguinte forma:

Estado e território, dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território, isto é, entre os qualificativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um *Estado territorial*. [...] A construção jurídica dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação dessa amálgama entre Estado e território corre como um processo lento (plurissecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno. (MORAES, 2002, p. 61 - 62)

Como mencionado anteriormente, as sociedades, em seu processo de formação,

assumem configurações diferentes e, por isso, nem sempre seguem um aparato unidimensional. O processo de formação territorial no Brasil esteve alocado, por muitos anos, em uma dependência da visão evolucionista daquilo que existia na Europa, recriando imagens em território nacional que não correspondiam necessariamente ao imaginário sócio-cultural-econômico existente no Brasil.

Alegamos uma periodização baseada numa visão eurocêntrica que não corresponde exatamente às ocorrências formativas que culminaram na República Federativa do Brasil, embora a Europa tenha tido participação direta em todo o processo brasileiro de desenvolvimento. Nesse sentido, é relevante:

Recuperar a história da formação dos territórios atuais, num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, movimento que a partir de certo momento (variável em cada caso, mas passível de ser periodizado em diferentes porções do planeta) cruza e amalgama-se com a questão nacional. (MORAES, 2002, p. 65)

Nessa linha de pensamento, Vlach (2013, p.2) relata que “a construção de uma identidade territorial nacional se confunde com uma instituição dominante, o Estado-nação, de origem europeia, mas que acabou se impondo no mundo inteiro não somente pela força político-econômico-militar-cultural dos mesmos”. Corroborando com tal ideia, Moraes (202, p. 38 -39) elucida que:

Constrói-se, assim, várias geografias europeias do mundo extra-europeu, cada uma projetando áreas de interesse e originando interpretações dos domínios territoriais pouco consolidados. [...] Trata-se de leituras, de versões envoltas em grandes controvérsias de interpretação, cujo argumento advém em muito do lugar social e do lugar geográfico do narrador, da identificação dos interesses territoriais que acompanham seu ponto de vista. A localização (histórica e geopolítica) de quem fala é essencial para bem qualificar a fala, pois na verdade se trata de interpretações altamente valorativas e parciais. (MORAES, 2002, p. 38 - 39)

Dando alusão a essa influência dominante que a Europa exerceu durante a formação do Estado brasileiro, destaca-se que as datas de rupturas existentes nesse processo, por muito se dirigiram a acontecimentos *externos* ao território brasileiro (ou luso-americano durante o período Colonial). Essas rupturas refletiram no modo de organização da realidade que até então existia, ocasionando reflexos na construção temporal da História Brasileira.

Isto posto, torna-se relevante mencionar o fato de que a organização do território

colonial surgiu sem que se formasse uma nação específica, diríamos até, que surgiu antes mesmo do povo brasileiro, associado a um domínio europeu legitimado por Tratados diplomáticos (pelo princípio do *Uti Possidetis*) e franqueado pelos interesses internacionais. Desse modo, o território que se formava era politicamente território português e afirmava os processos políticos, econômicos, culturais e ideológicos daquela nação.

Aferimos então que o território colonial português cresceu concomitantemente à afirmação da nação portuguesa, logo, o Brasil, enquanto colônia era uma extensão das conjecturas existentes naquela sociedade. Essa proposta de extensão a que nos referimos concentra-se nas questões atinentes ao poder de domínio sobre a colônia luso-americana, uma vez que em se tratando que desenvolvimento social, cultural e econômico, mantinha-se um distanciamento daquilo que a sociedade portuguesa considerava como apropriado, caracterizando-se não “como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial”. (MORAES, 2002, p. 115)

Essa percepção territorial anterior à construção de uma identidade nacional autônoma se deve ao modo de colonização ao qual fomos submetidos, uma vez que, pós-descobrimto português, nossos limites se tornavam um apêndice a Portugal, em outras palavras, éramos o território de reserva natural, submetido a um poder legitimado e soberano.

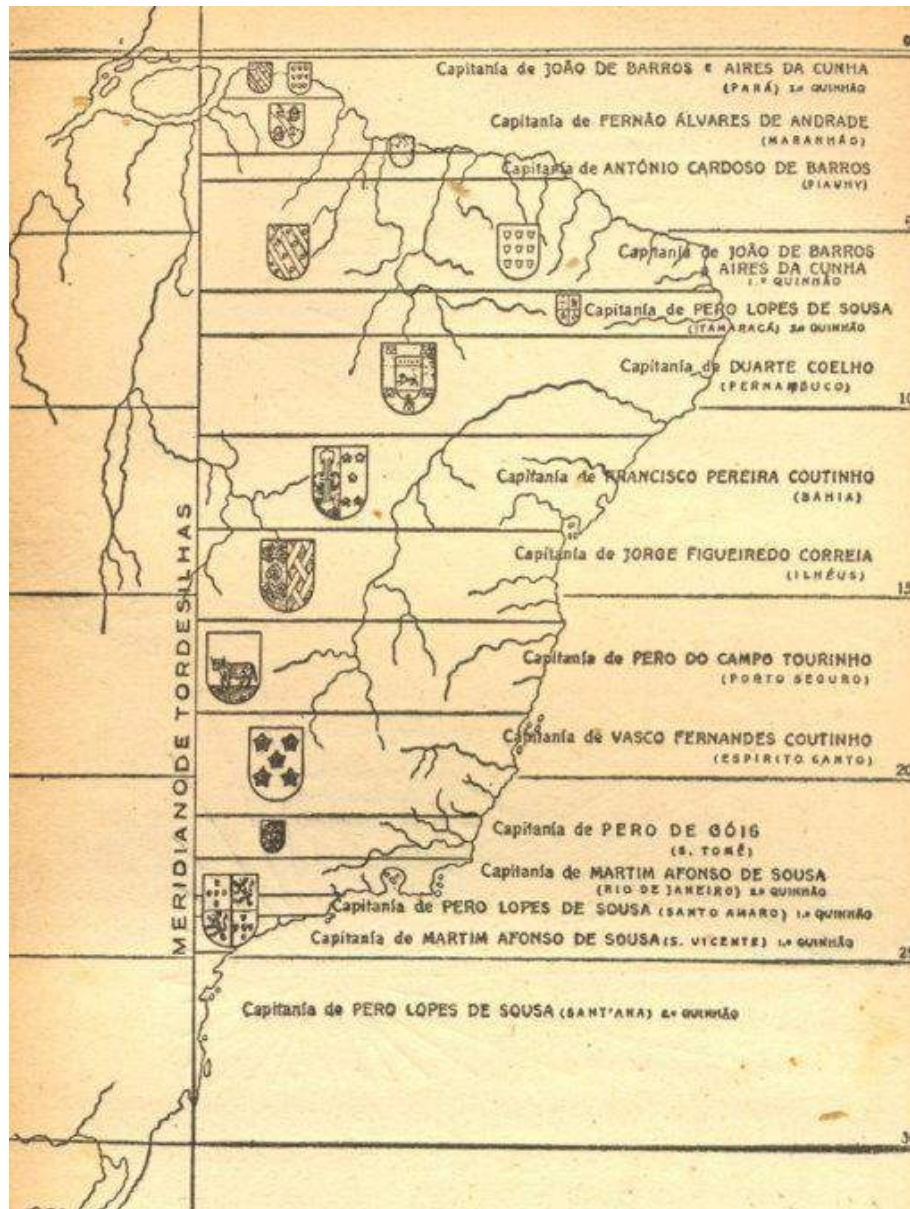
Nesse viés, Biaggi (2011) defende a ideia de que o Brasil, desde o início de sua colonização, assume a forma de uma linha, diferente do que ocorria na Europa, tendo em vista que há muito tempo as fronteiras europeias poderiam ser compreendidas por meio de representações zonais. Desse modo, a cartografia e as fronteiras brasileiras foram sendo construídas baseadas em limites territoriais, sendo definidas por acordos e conflitos envolvendo os vizinhos hispânicos, mas que, acima de tudo, representavam o domínio de um Estado preocupado, em sua maior parte, com a expansão territorial e com o protecionismo.

Partindo dessa premissa, apresentamos a figura 2⁶, representativa da primeira forma

⁶ Embora saibamos que há discordâncias teóricas quanto à posição geográficas das Capitâneas, suas coordenadas, seus nomes e donatários, e ainda, quanto a localização exata que deveria ter sido representada a linha do Tratado de Tordesilhas (1494), o que pretendemos com esta imagem é representar as divisões cartográficas do Brasil Colonial expressadas unicamente por traçados que não consideram as questões físicas (clima, solo) e sociais (culturais, étnicas, religiosas), mas apenas demarcavam a projeção do poder jurisdicional de Portugal e de sua organização político-econômica na Colônia. Dando ênfase ao explicitado, citamos Cintra (2013, p.12): “Imagens como essa se repetem à saciedade em obras clássicas, em livros didáticos e na internet, tanto no Brasil como em Portugal. Essas imagens, aliás, não são concordes, divergindo quanto ao nome das capitâneas, aos pontos de divisa e outros muitos detalhes”; e Pereira (2011, p.02): “Para entendermos o processo de colonização do Brasil a partir de 1530, é preciso compreender que as bases sobre

de organização política realizada por Portugal em terras luso-americanas, no caso, as Capitânicas Hereditárias. Na representação, percebe-se uma divisão cartográfica baseada no Tratado de Tordesilhas (1494), que pouco, ou nada, considerava as condições reais do território, seja em questões físicas ou socioculturais.

Figura 2: Capitânicas Hereditárias



Fonte: PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. 2 ed. Editora Nacional, 2008.

as quais se estruturou essa colonização estavam inseridas no contexto da expansão comercial europeia, o que significa dizer que a colonização do território brasileiro foi planejada dentro de um projeto de ampliação do poderio comercial lusitano. Fazia-se necessário fazer uma exploração econômica que possibilitasse um retorno a curto prazo”

Na verdade, embora formalmente a colonização das terras futuramente brasileiras já tivesse sido iniciada, de fato o interesse português por essas terras ainda não se apresentava totalmente desenvolvido, e com isso, as poucas explorações realizadas nos primeiros trinta anos não foram suficientes para ilustrar os potenciais recursos naturais das áreas que estavam sendo colonizadas.

Deste modo, distingue-se o fato de que a representação cartográfica possuía a função de delimitar os espaços a serem preservados como domínio do poderio luso, traçando as áreas de influência e evitando que outras nações europeias ousassem de algum modo, intervir no território de posse portuguesa.

Esse “acatamento” acerca das áreas de influência legitimada pelas nações a partir de acordos e da representação cartográfica simbolizava uma sujeição a um tipo de linguagem e, “assim como o relógio introduziu a disciplina do tempo, os mapas introduziram a disciplina do espaço.” (LIMA, 2010, p.1)

Isso porque, como descreve Harley (2009, p.3): “a cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder, [...] conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político”, e complementa que “os mapas foram uma invenção similar no controle do espaço; eles facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado.” (HARLEY, 2009, p.4)

Não há representatividade na Figura 2 das áreas que seriam objeto de apropriação territorial realizada pela Comissão Rondon, fator de evidência das ações portuguesas para o alargamento de seus fundos territoriais. No entanto, é cabível mencionar que, mesmo antes do despertado interesse português pela colonização efetiva de sua Colônia, e séculos antes do desbravamento pelas áreas a noroeste, em meados de 1525/26, já havia pisado no que viria a ser solo mato-grossense, um explorador português, Pedro Aleixo Garcia.

Pouco se sabe ao certo sobre os motivos e dificuldades que fizeram esse explorador aportar na costa luso-americana, relacionando sua exploração em solo colonial português a um naufrágio que o teria feito encalhar onde hoje seria Santa Catarina. Resgatado pelos indígenas, teria vivido naquelas terras por cerca de seis anos, até que ao saber da existência de metais preciosos no interior destas terras longínquas, organizou uma expedição com o próprio grupo indígena que o acolheu, de modo a encontrar o “El Dourado”, e nesse trajeto pelo mito encantador, teria passado pelas terras onde viria a ser o Mato Grosso. (PASOLD, 2013)

A esse pioneiro, Cândido Mariano da Silva Rondon, em sua Conferência nomeada de

“Influência de Cuiabá na revolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje”, no ano de 1919, em comemoração ao bicentenário da cidade, atribui os primeiros experimentos de penetração nas terras a noroeste:

Os seus primeiros, mas já vigorosos ensaios, se penetrarmos no Passado, iremos encontrá-los vinte seis annos apenas depois da viagem de Pedro Alvares Cabral, quando se realiza a prodigiosa façanha de Aleixo Garcia de partir de São Vicente, com uns três ou cinco portuguezes, à frente de um exército de índios e com elles atravessar sertões de S. Paulo e Paraná: transpor o rio deste nome: entrar e discorrer pelo sul do nosso Estado, e invadir o Peru, por onde andou conquistando cidade e apoderando-se de enormes quantidades de prata... (RONDON, 1919a, p.32)

Embora sua trajetória tenha sido baseada em mitologias que cerceavam o imaginário dos exploradores daquele período, estas se propagaram com a colonização, especialmente nas áreas de sertão, cujo acesso e conhecimento eram precários e pouco explorados. As descobertas de metais e pedras preciosas no início do século XVIII nas áreas a noroeste viriam a confirmar esse encantamento sustentado por muitos exploradores.

Ainda que a passagem de Pedro Aleixo Garcia tenha sido célere, ou mesmo um enigma para a História de Mato Grosso, o mito do “El Dourado” e da abundância de pedras preciosas, favoreceu os futuros desbravamentos bandeirantes, já que, como será abordado mais adiante, será este o impulsionador do interesse português. (CORRÊA FILHO, 1969; MACIEL, 1998)

Como quer que seja, a análise territorial que se insere na figura 2 corresponde à projeção da imediata apropriação e tentativa de domínio português em terras coloniais da América, as quais são expressas de modo a seguir as dimensões políticas postas pelos tratados acordados naquele período. Refere-se assim à materialização do poder territorial e de expansão pertencente à Nação Lusitana, em suma, via-se uma área supostamente vazia e despovoada que deveria ser colonizada e sobrepujada aos interesses de sua metrópole.

Nascia assim os primeiros indícios daquilo que seria o Estado Brasileiro séculos depois, ramificado territorialmente pelas ações de expansão que visavam ampliar o desenvolvimento econômico da metrópole, por meio da exploração das áreas produtivas de sua colônia americana.

Há inserido nesse processo a noção de movimento, no qual o processo de expansão territorial relativo à formação do Brasil assinala-se como ação cumulativa de modo a estabelecer “padrões (historicamente delineados) de objetivação deste processo. Nesse sentido, o território estatal nacional é uma forma histórica específica.” (MORAES, 2002, p.

66)

Nessa ótica, o sentido Leste-Oeste do movimento de expansão das áreas referentes ao Brasil constitui o processo expansionista a que a Colônia e, posteriormente o Império, fora submetido, de modo a possibilitar a aceção de desenvolvimento desigual que se propaga no início do século XX, que comumente dividia o país entre o sertão e o litoral.

A essa expansão territorial a oeste do Tratado de Tordesilhas (1494), sendo este processo iniciado ainda no primeiro século de “descobrimento”, Cândido Rondon exprime as intenções da Metrópole, em fazer-lhe enquanto houvesse terras a conquistar, iniciando sua menção no feito de Aleixo Garcia:

Esse audaciosíssimo empreendimento, no entanto, ainda não deve ser considerado como o verdadeiro prelúdio do formidável movimento que se vae iniciar com o século seguinte, e continuando por elle a dentro, a prolongar-se pelo décimo oitavo e durar enquanto houver terras a conquistar a oeste da linha do Tratado de Tordesilhas para dar a grandeza territorial de nossa Pátria e a configuração com que Ella entrou no concerto das nações independentes. (RONDON, 1919a, p.32)

O território brasileiro era então uma extensão das terras portuguesas, mas que, a léguas de distância, precisava de maior proteção de sua área do que apenas a documentação realizada por cartas que visavam representar limites fronteiriços de fato desconhecidos. Assim, era preciso efetivamente colonizar o território, colonização realizada inicialmente pelo sistema de Capitânicas Hereditárias (já citado anteriormente) e que se prolongou em um sistema político, econômico e cultural no qual os grandes proprietários e investidores (inicialmente oriundos de Portugal e com o tempo alguns nascidos na Colônia) dominavam o cenário como um todo e representavam os interesses da coroa portuguesa. Em síntese:

A colonização implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão, comumente localizados no centro difusor original. [...] A colônia deve ser um anexo territorial do território metropolitano, uma adição de espaço à economia do país colonizador. (MORAES, 2002, p. 78)

Cabe destacar que uma colonização não se dá apenas por investidores e grandes produtores, mas de fato pela mão de obra existente no local de domínio, que, via de regra, passa a ser vista como um bem natural daquele espaço, digno de ser explorado e utilizado, tal qual ocorre com qualquer outro “recurso” daquele meio. Vistos como estoques locais, a “existência de mão de obra local disponível aparecia como um *handicap* significativo para o

empreendimento colonial, pois o desonerava da necessidade de realizar um povoamento laboral para trocar a produção, diminuindo seu custo de instalação e manutenção”. (MORAES, 2002, p. 82 – 83)

Nesse sentido, a população que habitava o território luso-americano, indígenas das mais diversas etnias, é vista como inferior⁷, passível de escravização. Junta-se a esses indivíduos os negros trazidos à força da África, os portugueses dos segmentos desfavorecidos (pobres, ex-presidiários, prostitutas etc.), e os miscigenados que nasciam. Estava esboçado o caldeirão do que viria a ser a população brasileira, uma vez que portugueses e seus descendentes diretos não se viam como (futuros) brasileiros. Como descreve Vlach (2013, p.3): “tratava-se de um arquipélago econômico-social onde vivia uma população rarefeita, pequena em termos numéricos e composta por três formações sociais”.

Como referenciado anteriormente, o território é também uma construção simbólica, que associa identidade, cultura, economia, política, religião e ideologia, deste modo, a construção de pertencimento a um Estado-nação-territorial torna-se algo subjetivo e relativo à noção de identidade do indivíduo, mais que isso, influi nas relações e coletividade na qual o mesmo está inserido. Vlach (2013) reitera a afirmação ao descrever que:

Se consideramos a sua própria existência - um Ser biológico-cultural - e a constituição/afirmação de sua identidade - individual e coletiva - no arcabouço das relações de poder, é nítido que a referência territorial faz parte do processo que permite compreender sua atuação político-econômica no mundo, suas ambições geopolíticas para além do espaço nacional que controla etc. Em outras palavras: a compreensão da maneira como o Ser humano vive, como organiza a sua vida, como convive com os diferentes grupos que a civilização humana constituiu ao longo da história, e como cada Ser, cada sociedade se diferenciam no mundo, é algo que nos conduz a refletir sobre o território e seu(s) significado(s). (VLACH, 2013, p.1 - 2)

Com tal relato acerca da formação populacional no Brasil, evidencia-se que durante o Período Colonial as populações que aqui resistiam estavam alicerçadas em diversas formas e não constituíam um todo único e representativo. Desse modo, reitera-se a ideia de que o território estava estruturado como um espaço voltado para a produção de riqueza para um centro distante antes que se tivesse uma legitimação internamente, como um ente autônomo, característica que iria refletir posteriormente nas formas de governo que o Brasil assumiu em

⁷ “A teoria evolucionista da história – da qual a geografia humana é herdeira direta – aparece como a mais bem-sucedida teorização para equacionar a questão das desigualdades dos povos e das culturas, assumindo um percurso único entre a barbárie e a civilização, que permite classificar um dado grupo social por seu “estágio” no “processo evolutivo”. (MORAES, 2002, p. 35 - 36)

sua história.

Quadro 1

Território Luso-americano e População		
Território Luso-americano	População	Características
Possuía uma extensa área territorial, jurisdicionado pelo domínio de uma coroa europeia cujo poder era legitimado pelo <i>Uti Possidetis</i> .	Indígenas	Diferentes etnias com uma noção distinta de território, poder e domínio.
	Negros	Oriundos do continente africano (retirados de seu território identitário)
	Branços	Europeus e descendentes (com pertencimento identitário a Europa)

Org.: TEODORO, 2017.
Fonte: (MORAES, 2002; VLACH, 2013)

Tendo essa configuração social colonial em vista, assentamos que:

A sobrevivência de relações sociais muito assimétricas, herdadas da organização colonial, **torna difícil falar em bem comum ou em vontade geral nestas sociedades, onde vigoram formas de trabalho compulsório (entre elas o escravismo) e impedimentos sociais extra-econômicos (de raça, por exemplo). Em tais sociedades, o “povo” não abarca a totalidade da “população” do país, pois ali vigoram regras de exclusão na distribuição dos direitos de cidadania** (tendo por situação-limite a dos escravos, que se caracterizam como “propriedades”, não como sujeitos políticos). **Enfim, a legitimação do Estado emerge como problemática nestes contextos.** (MORAES, 2002, p. 93) (grifo nosso)

O arquipélago econômico-social que se forma, embora diverso em sua etnografia, não possui expressividade demográfica. Considera-se ainda o subjugamento existente às populações indígenas e negra, ambas escravizadas, reduzindo a população a uma pequena parcela de homens considerados “bons”.

No final do século XIX, a Abolição da Escravatura em 1888 reconfigurar-se-ia a situação social brasileira, de modo que a visão da contribuição desses três troncos formativos da população nacional sofreria mudanças, embora lentamente, mas consistentes em suas novas representações. Assim, consideramos que as ações deflagradas especialmente pela Comissão Rondon, funcionam como uma retificação, ainda que frágil, acerca da participação desses povos para a composição populacional e desenvolvimento territorial. Por essa

perspectiva, Darcy Ribeiro enfatiza:

Surgimos da confluência do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. [...] Na verdade, cada família brasileira de antiga extração retrata no fenótipo de seus membros características isoladas de ancestrais mais próximos ou mais remotos dos três grandes troncos formadores. Conduzindo, em seu patrimônio genético, todas essas matrizes, os brasileiros se tornam capazes de gerar filhos tão variados como variadas são as faces do homem. (RIBEIRO, 1995, p. 19; 238)

Seguindo essa direção, o que encontramos nos discursos de Rondon é uma exaltação acerca da contribuição desses três povos para a formação territorial brasileira, promovendo um discurso que, em seu espaço/tempo, busca inflamar justificativas positivas à formação do que seria, já no século XX, o legítimo brasileiro⁸.

Para tanto, há um resgate dos feitos anteriores há seu tempo, destacando as contribuições e o que já se havia desbravado dos sertões, enobrecendo a formação populacional brasileira, em especial no que tange a região noroeste do Brasil, avultando as contribuições dos negros, indígenas e portugueses para a expansão do território que, mesmo enfrentando abstrusos caminhos, mortes, fome, miséria e doenças, deram início a passagem que se constituiu após séculos no Brasil Republicano que se apropriava de sua gente, de sua nação, de sua pátria. Em suas palavras:

O português, sozinho, ver-se-ia por muito tempo, [...] apegado a alguns estabelecimentos, mais ou menos precários, lançados ao longo da orla marítima. Se elle foge a essa fatalidade e penetra na vastidão das terras interiores, é apoiado no índio – elemento inestimável na conquista do sertão, conquista em que elle representa invariavelmente, o número, a habilidade, a agudeza, a orientação, o segredo do sucesso, por ser ágil, sóbrio, nada exigente, sadio quando em liberdade, capaz de descobrir recursos onde ninguém jamais o suspeitava e apto a desvendar mystérios. (RONDON, 1919a, p.32)

E continua:

Juntos evocaríamos a parte de glorias e de esforço, de sofrimentos e de misérias, de victorias e de sortes, que couberam aos representantes das três raças irmanadas nesses grandes empreendimentos de longas travessias, por sertões sem estradas e de tipos desconhecidos e veríamos como, afinal, foram os próprios brasileiros, guiando massas de guerreiros, nascidos nestas plagas, que formaram o torrão sobre o qual se levanta a pátria que agora nos cumpre amar... (RONDON, 1920a, p. 5)

⁸ Esse tema será melhor abordado no Capítulo 2 “O Brasil que se manteve na Territorialidade do Vazio: Sertão repleto de certezas”, tópico 2.2 “Representação Geográfica na República: Sertão, litoral e Identidade Nacional”.

Partindo então do mar para o sertão, percebe-se que a intervenção territorial da metrópole diminuía, de modo a formar duas configurações territoriais que se distanciavam entre si, enquanto o litoral procurava meios de se aproximar do desenvolvimento europeu (civilizado), o distanciamento físico e ideológico dos sertões em comparativo ao que se almejava nas áreas litorâneas, era visto como próximos da barbárie. Candice Vidal e Souza discorre sobre essa polarização que se constitui o Brasil:

Invariavelmente, as narrativas se sustentam sobre o contraste entre as partes distintas que compõem o todo Brasil: Sertão e Litoral. Observam-se, então, dois cenários, combinação de terra e gente, que polarizam um amplo temário relativo aos problemas nacionais e ao caráter do desenvolvimento político e econômico brasileiro, atuando na análise social como noções classificatórias que viabilizam a caracterização de estados/estágios históricos e sociais considerados como elementos indentitários do Brasil. (SOUZA, 1997, p. 38 - 39)

Até meados do século XVII, o “sertão” contava com uma ínfima população considerando sua extensão territorial. As fragmentações políticas existentes nas sociedades indígenas que habitavam tais áreas ampliavam essa problemática, uma vez que sua ocupação se dava em grupos menos expressivos e com pouca intervenção sobre o espaço natural.

Nessa argumentação, “o país foi construído consoante com a apropriação de terras, tendo na conquista espacial um forte elemento de identidade e coesão sociais” (MORAES, 1999, p. 44), assim, a expansão territorial consolidou-se como o motor formador daquilo que seria o Estado brasileiro posteriormente, sem que se priorizasse, efetivamente, a composição existente no interior desses limítrofes que se formavam.

Considerando que “os processos econômicos, políticos e culturais trazem uma forte marca da geografia nos países de passado colonial.” (MORAES, 1999, p. 44), torna-se necessário realizar uma abordagem, mesmo que concisa, dos processos econômicos que desencadearam o movimento de expansão territorial portuguesa, isso porque o eixo econômico é um dos principais responsáveis pelo alargamento espacial da colonização por sob terras inicialmente hispânicas. Isso ocorre ao considerarmos o fato de que foi a exploração econômica do espaço que arrastou as *linhas fronteiriças* para áreas que formalmente não compunham o território de domínio português.

A ocupação/apropriação econômica do território recebe maior incentivo a partir do século XVIII, com a descoberta do ouro e metais preciosos no Brasil em áreas que até então

eram pouco (ou nada) habitadas⁹, começam a ser alvo de bandeirantes que buscam encontrar o “*El dourado*” e enriquecer, afinal, como aponta Virgílio Corrêa Filho (1969, p. 201) “a notícia auspiciosa não tardou em transpor os sertões, para se espalhar entre os litorâneos.”

Esse crescimento durante o ciclo da mineração possibilitou que outras áreas viessem a se desenvolver com maior veemência, devido ao fato de que nas regiões onde se encontrava ouro ou metais preciosos, rapidamente havia um aumento populacional, o que acabava por ocasionar o surgimento de vilas e cidades, e com elas, a necessidade de abastecimento. Detalhamos:

De um modo geral, é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje. A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo. A agricultura e mais em particular a pecuária desenvolver-se-ão grandemente nestas regiões. É de notar que o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes localizadas no centro de Minas Gerais) é impróprio para as atividades rurais. O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nestas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora. Servir-lhes-á sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial — como se dera com as regiões açucareiras do litoral —, alcançará um nível de relativa prosperidade. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 44)

Ao analisarmos a formação territorial a noroeste, torna-se possível estabelecer um zoneamento que se desenha de acordo com os recursos naturais passíveis de exploração, com vistas ao mercado externo, possibilitando com isso a formação de núcleos de povoamento esparsos que asseguravam (ainda que de maneira pouco formalizada) a expansão territorial. (MORAES, 1999, p.45)

Nesse contexto, as áreas do que seriam o oeste/noroeste do Brasil passam a ser ocupadas pela coroa portuguesa. Antes que se descreva o processo de ocupação a que o Mato Grosso foi submetido, cabe aqui ressaltar a importância que Cândido Mariano da Silva Rondon atribuiu a esse processo histórico/geográfico, enobrecendo os bandeirantes, especialmente os paulistas, a extensão territorial supostamente conquistada e as riquezas naturais da antiga capitania e, à época, Estado de Mato Grosso. Em suas palavras, sabemos que prolongadas, mas de importante contribuição:

⁹ Quando argumentamos que essas regiões eram pouco ou nada habitadas estamos nos referindo ao padrão europeu de civilização, portanto, cabe ressaltar o fato de que essas regiões possuíam uma população indígena.

Quando – não há ainda um anno -, todos nós os filhos de Matto-Grosso, festejamos o segundo centenário da fundação de Cuiabá, e nos certificávamos, pelo exame desse curto mas brilhante passado, que havíamos, senão augmentado pelo menos conservado inscto, o legado de arrojadas e corajosas iniciativas, que nos deixaram os heroicos forjadores da grandeza territorial de nossa pátria, eu me sentia empolgado pelo Vehemente desejo de vir entre vós – Paulistas” – expandir as minhas emoções de gratidão e de profunda admiração por aquelles fomirdaveis sertanistas que, partindo deste ninho onde me incubou o conceito de Pátria Brasileira, lançaram-se para o Sul, para o Norte, e para o Poente, apagaram a linha de Tordesilhas e dilataram as nossas fronteiras até quase o sopé oriental da cordilheira dos Andes. Eu rememoriaria comvosco aquelles feitos gigantescos, primeiras manifestações da energia physica e moral da raça brasileira, creada pelo consorcio do portuguez com o índio, e deter-me-ia na contemplação da pedra fundamental desse espantoso monumento da audácia viril do nosso povo, que foi a conquista e a occupação de territórios tão vastos e tão afastados como o são as bacias fluviaes do Paraná, do Paraguay, do Guaporé e do Madeira e, pelo assenhoreamento destes, , do domínio final e sereno das águas amazônicas. (RONDON, 1920a, p. 5)

A descoberta de ouro nos rios Cuiabá e Coxipó, em Mato Grosso, realizada por Pascoal Moreira Cabral Leme, desperta o interesse econômico e incentiva a tomada de ações pontuais que ressaltam a tentativa de proteção do território expandido com as novas regiões da fronteira oeste/noroeste do Brasil. Um exemplo é a fundação de Cuiabá, em 1719, que será elevada à categoria de vila em 1727, com a criação da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá.

Cabe destacar que, embora “a Pascoal Moreira, todavia, reservou o destino privilégio de iniciar a nova era da região, de que surgiu Mato Grosso.” (CORRÊA FILHO, p.196), vários bandeirantes se aventuravam a “desbravar” o sertão a fim de aprisionar indígenas e encontrar ouro. Entre eles, destacamos Manoel de Campos Bicudo, que alcançou as terras mato-grossenses entre 1670 e 1673, conhecendo a região entre Cuiabá e Paranatinga (atual) e, mesmo acreditando ter encontrado a região que o arrastaria a riqueza, “ao revés, os índios coroas afiguraram-se-lhe superiores às forças de que dispunham. E retrocedeu prudentemente, para evitar possível derrota.” (CORRÊA FILHO, 1969, p.162)

Apesar de possível confronto, espalha-se a ideia de que na região havia ouro, instigando viajantes e desbravadores a adentrar no ideário promovido por Bicudo. Outro exemplo de inserção nos sertões de Mato Grosso dá-se com Francisco Xavier Pedroso que, ao contrário do que havia feito Bicudo, que deixou apenas fontes de vagas e superficiais de sua empreitada, consentiu vasta documentação que ratificava seu trajeto, oposto ao de seu contemporâneo, preferindo “infletir para o sul, depois de transposto o Paraná” (CORRÊA,

FILHO, p.163)

A Capitania de Mato Grosso vai ser criada em 1748, por meio de Carta Régia pelo governo colonial português, desmembrada da Capitania de São Paulo, por Rolim de Moura, que também irá fundar Vila Bela de Santíssima Trindade, em 1752, na divisa com o atual território da Bolívia.

A esse respeito, Cândido Rondon, conhecedor de causa das dificuldades sôfregas que permeiam a vida daqueles que se dispunham a percorrer as áreas de sertão, descreve de modo enfático a importância da fundação de Vila Bela de Santíssima Trindade para a demarcação do território luso americano, destacando a estratégia de controle fluvial que tal medida proporcionou para o governo da Colônia.

Não obstante o acabrunhador isolamento a que se viam condenados aqueles destemidos garimpeiros, ainda encontraram eles forças e animo bastantes para irem fundar Villa-Bella e, com isso arrebatarem das mãos dos hespanhoes a navegação e o domínio do Guaporé e fecharam-lhes o acesso do rio Paraguay, fazendo cessar as comunicações interiores que por ele, pelo São Lourenço, pelo Itiquira, pelos Garças e Araguaya tinham os seus emissários jesuíticos com estabelecimentos da Companhia no Pará. (RONDON, 1920a, p. 6 - 7)

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o território até então pouco explorado, estava “pontilhado por vilas, quartéis ou fortes que viriam estabelecer as bases materiais do domínio português naquela região” (GARCIA, 2003, p.3), expressando o valor estratégico da Capitania, que ampliava o poder português para uma área com limites ainda duvidosos. Salienta-se que:

Seus limites internos eram imprecisos, à época colonial, mas eram reconhecidos fazendo divisa com as capitânicas de Goiás a leste, São Paulo e Paraná ao sul e ao norte com as do Pará e Rio Negro. Quanto aos limites externos, apenas se definia que confinavam com as terras espanholas representadas pelos governos de Chiquitos, Moxos e Assunción. (XAVIER, 2006, p. 22)

Dando continuidade à ideia, destaca-se:

A localização geográfica fez de Mato Grosso uma capitania estratégica na geopolítica colonial portuguesa, por se localizar na fronteira com o território pertencente ao império colonial da Espanha, com quem a questão de limites estava sem solução e era motivo de disputas diplomáticas que não raras vezes avançava para escaramuças militares. (GARCIA, 2001, p.7)

A Metrópole Portuguesa, que há muito fundamentava seu exercício de poder na expansão de suas áreas de domínio, percebera que “a conservação de todo o Brasil, e do Reino, depende tanto desse estado [Mato Grosso]” (CORRÊA FILHO, p.13), que se expõe eminentemente às ameaças de invasões, oriundas de pontos diversos em uma fronteira com larga escala territorial.

Prioriza-se assim, uma administração disposta em bases militares, escolhendo para o controle da Capitania “Capitães-Generais”, sendo o uso da força e violência um recurso viável para a manutenção do poder territorial português, de modo a sustentar a apropriação do território que, por Tordesilhas não pertenceria aos Lusos, mas que por questões práticas, já se fazia português. Pelo todo, explicita-se:

A preocupação primeira da metrópole não esteve na forma e condições das frentes de ocupação, mas sim no estabelecimento de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América. E, na defesa de suas posses, pouco interessou à metrópole se seus representantes enfrentassem fome, doenças, animais ferozes ou outras formas de violência. (CORRÊA, 2009, p.59)

Dessa maneira, promover-se-á uma exploração e ocupação em Mato Grosso com características marcantes da relação metrópole-colônia, traçando formas de violência que impunham o poder e o controle colonizador. “Assim, as relações de exploração existentes [...] assumiram a violência como forma de garantir a posse da terra conquistada, transformando o homem e a natureza em instrumentos de uma política espoliativa” (CORRÊA, 2009, p.59), moldando uma das representações de identificação do sertão que, ainda hoje, permanece no imaginário nacional, tornando-se recorrente para indicar as “representações sobre Mato Grosso: a de um sertão-fronteira sem lei e sem ordem.” (XAVIER, 2006, p. 23 - 24)

Essas áreas ao oeste/noroeste configuram-se como sertões a serem desbravados, tomando o sentido de espaços vazios, brutos, de natureza selvagem que se contrapunha às áreas já conhecidas e urbanizadas que, apesar de contar com a presença de outros povos (índios e negros), já haviam sido dominadas pela cristandade branca, evidenciando as problemáticas enfrentadas pela futura República quanto à divisão social e territorial ocasionada pela colonização portuguesa. (AMADO, 1995)

A partir desse momento, ampliam-se as áreas de ocupação luso-americanas. Caio Prado Junior (1981) destaca que a partir de 1650, e contando mais um século, os portugueses haviam ocupado praticamente todo o território que atualmente constitui o Brasil. Caberia também ressaltar que essa ocupação se deu de forma dispersa e

fragmentada, pelo pouco investimento realizado.

Estima-se que ao final do século XVIII, apesar dos incentivos provocados pelo auge aurífero, a Capitania contava ainda com uma população ínfima, na qual a concentração da população e produção alocava-se em Cuiabá, principal centro político e econômico de Mato Grosso.

Desse modo, evidencia-se a fragilidade existente nas regiões de fronteira da colônia portuguesa a oeste/noroeste, reforçando a premissa de que tais áreas recebiam insuficiente atenção quanto a sua colonização e desenvolvimento seja em questões políticas, culturais ou econômicas, desse modo, inferimos que, como já citado, as mesmas eram mantidas como fundos territoriais.

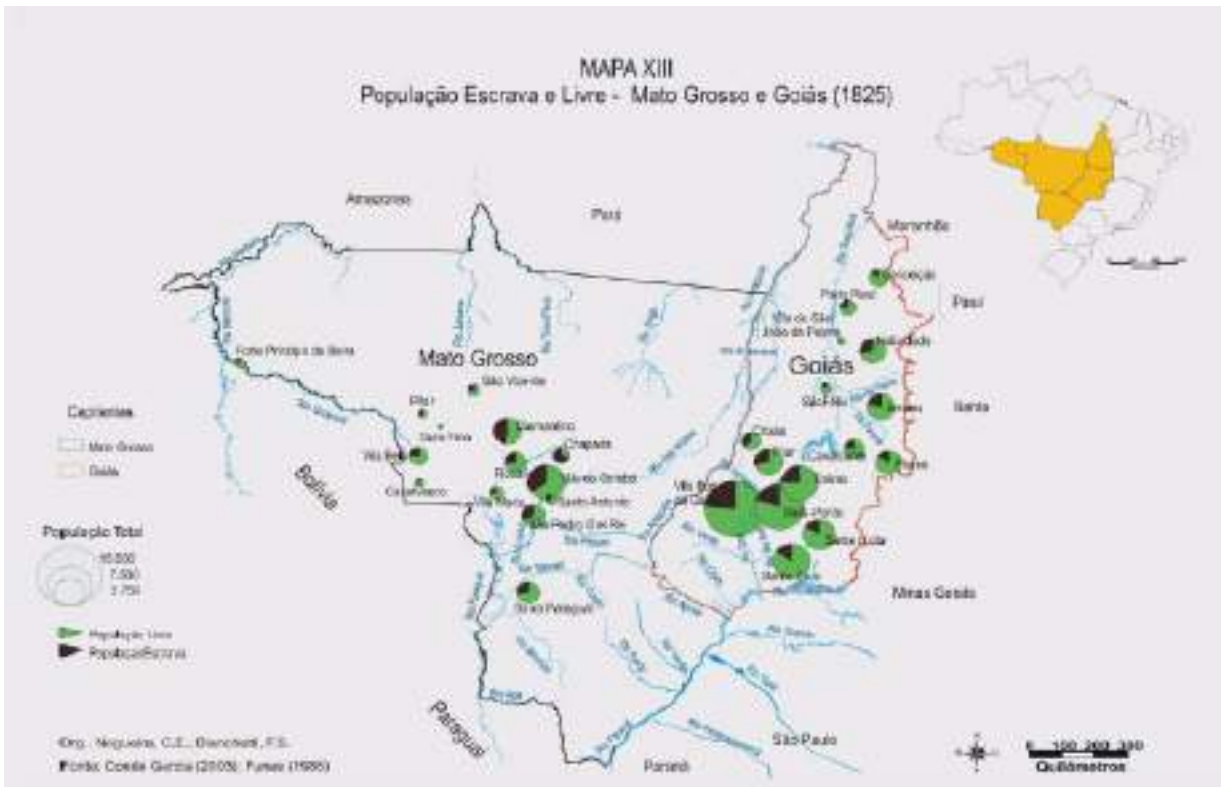
Sua ocupação está intrinsecamente relacionada às ações protetivas que se propagaram durante o processo de expansão, como a fundação de fortes e presídios, assim, “Mato Grosso identificar-se-ia plenamente com uma área que teve sua organização territorial influenciada objetivamente pela construção de um limite estritamente político, uma vez que a especificidade geoestratégica da sua ocupação tem caráter evidentemente militar” (NOGUEIRA, 2012, p. 16)

Com o exposto, sugere-se que a expansão territorial, dando continuidade às características coloniais, não explorou (declaradamente ou como objetivo definido) as questões sociais ou culturais que permeavam a população, uma vez que as ações portuguesas implantadas na colônia americana deveriam servir como afirmação do engrandecimento da pátria portuguesa.

Essas particularidades que assinalavam a formação territorial do Brasil estender-se-iam no decorrer do espaço/tempo e acabará por resultar em problemáticas relevantes para a formação territorial no período republicano, haja vista que a herança deixada pela colonização portuguesa e pelo Império correspondia a um desmazelo a essas áreas de modo a ocasionar um “atraso” ao desenvolvimento técnico-científico-cultural do período.

No mapa abaixo representado torna-se possível identificar as áreas de maior povoamento nas regiões consideradas como sertão, no caso específico Mato Grosso e Goiás durante o século XVIII, duas Capitânicas formadas durante o século em questão decorrente especialmente da expansão econômica aurífera. Quanto ao Mato Grosso, percebe-se uma concentração da população no centro-norte, região da descoberta de ouro no período. (GARCIA, 2001)

Figura 3 - População escrava e livre – Mato Grosso e Goiás (1825)



Fonte: Nogueira, 2008

Cabe ressaltar que, apesar do escasso investimento destinado à colonização e a pouca aplicação de recursos nessas áreas a oeste/noroeste, a administração portuguesa preocupou-se em preservar o território que poderia ser unificado sob o domínio de sua coroa, defendendo-o por meio de tratados e impondo sua legitimação com a criação de documentos cartográficos que desenhavam as áreas sob seu domínio.

Ao representarmos o espaço em cartas e mapas, estamos nos referindo a uma linguagem que corresponde a uma determinada sociedade que, ao produzir os mesmos, objetivavam representar aspectos ideológicos que simulam o modo pelo qual percebem o mundo e a realidade em que vivem. Deste modo, ao expormos essas representações cartográficas, originárias de épocas passadas, acabamos por recuperar aspectos culturais, sociais, políticos, geográficos e históricos decorrentes daquele período em questão que, com o passar do tempo, sofreram alterações. Assim, a cartografia histórica permite uma análise, não somente geográfica, mas que visa compreender a realidade como um todo, as variantes que ocorreram desde o momento da confecção dos artefatos. Assevera-se:

Eles são considerados imagens que contribuem para o diálogo num mundo

socialmente construído. Nós distinguimos assim a leitura dos mapas dos cânones da crítica cartográfica tradicional e de seu rosário de oposições binárias entre mapas “verdadeiros e falsos”, “exatos e inexatos”, “objetivos e subjetivos”, “literais e simbólicos”, baseados na “integridade científica” ou marcados por uma “deformação ideológica”. Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. (HARLEY, 2009, p. 2)

Seguindo a premissa exposta, ao observarmos a figura 2, descrevemos uma representação cartográfica na qual prevalece a divisão dos limites políticos pretendidos (ou imaginados) para as capitanias hereditárias, uma vez que, como já foi citado anteriormente, baseia-se no acordo posto pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e idealiza “legitimar a realidade da conquista e do império.” (HARLEY, 2009, p. 5), sem que haja a representação de aspectos sociais, culturais ou de características físicas.

Em contrapartida, a representação explorada na Figura 4 mostra a expansão territorial do domínio português na América, uma vez que se torna possível visualizar uma demarcação topográfica como estratégia de definir os limites territoriais com referência às “fronteiras naturais”.

É possível visualizar as demarcações feitas pelas cores vermelha e amarela que seguem características do relevo e hidrografia da área, antecipando uma característica cartográfica presente durante todo o século XIX, como acentua Biaggi (2011, p.5):

A grande maioria dos mapas do século XIX se apoia amplamente em uma idéia de fronteiras ditas “naturais”. Rios e montanhas assumem uma forma alongada, prolongada com alguns traços pontilhados, e são as bases da delimitação do oeste e norte brasileiro no decorrer do século. Se a ideia de representar rios de maneira linear pode-se justificar face à escala de representação, o fato de que as montanhas também assumam um aspecto retilíneo vêm reforçar uma vontade de legitimar uma fronteira política “natural” e simplificada ao extremo.

Esse processo que durou pouco mais de um século acelerou a ocupação das terras que seriam espanholas, por meio do estímulo a criação de “inúmeros núcleos de povoamento que cumpririam o objetivo de garantir a ocupação e justificar, por ocasião das negociações, argumentos que pleiteavam a posse definitiva de terras formalmente espanholas” (NOGUEIRA, 2008, p. 29).

“civilizada” na área para exercer uma ação de fato legitimadora. Desse modo, tratava-se de aplicar uma prescrição diplomática, momento no qual novos acordos territoriais estavam sendo firmados entre Portugal e Espanha.

No século XVIII então, Mato Grosso coloca-se como a “chave do Brasil, isso tanto por sua função defensiva quanto pelo papel que poderia desempenhar no suporte das vias de integração entre as mais distantes partes do Império” (NOGUEIRA, 2008, p.89). Tal importância transparece no acordo, denominado de Tratado de Madri (1750) que, pelo princípio do “*Uti Possidetis*”, acabou por favorecer Portugal, restando a Espanha ceder as terras que haviam sido habitadas, descobertas, povoadas ou colonizadas primeiramente pelos portugueses.

Com o Tratado de Madri em vigência, em curto prazo foi providenciado o mapa que representasse e legitimasse tal acordo, redefinindo o território luso-brasileiro. Este, já evidenciava modificações quanto à organização do mesmo, sendo organizado e desenhado mediante a Carta Topográfica.

A ação diplomática entre as duas Metrôpoles resultou em acordos territoriais que procuravam legitimar as fronteiras, desse modo tornou-se possível ir desenhando os limites territoriais almejados para o Brasil. Em 1761 o Tratado de Madri fora anulado pelo Tratado de El Pardo, uma vez que o primeiro não havia estabelecido a paz como se planejava, seja pela resistência luso em entregar os territórios correspondentes a Colônia de Sacramento ou pelos conflitos com os indígenas Guarani, que se recusavam a sair da tutela espanhola.

No Tratado de Santo Idelfonso em 1777, há a recolocação em posse espanhola da Colônia do Sacramento e dos Sete povos das Missões, entretanto ocorre a validação dos contornos a Oeste acordados no Tratado de Madri, “pois os limites, mesmo que ainda não demarcados, continuariam a ser balizados pelos rios Paraná, Paraguai e Guaporé” (NOGUEIRA, 2008, p. 119 – 120)

Nesse entretempo, o fortalecimento militar nas áreas de fronteira continuo sendo incentivado por meio da fundação de fortes por Luís de Albuquerque no Sul do estado de Mato Grosso, exatamente nas áreas de proximidades dos Sete Povos das Missões, bem como nas regiões que atualmente correspondem a Corumbá, Coimbra, Cáceres e Vila Bela de Santíssima Trindade. (NOGUEIRA, 2008)

Nesse embate, em 1801 ocorre um novo acordo, o Tratado de Badajoz, reiterando o anterior, no qual Portugal deveria aceitar a decisão quanto a Colônia de Sacramento e aceitar a posse sobre os Sete Povos das Missões.

Figura 5: Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional - Mapa das Cortes



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Para a continuidade do processo de expansão, constituiu-se um aparelho militar e uma política de povoamento que ofertava privilégios e concessões àqueles que aceitassem residir na capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela de Santíssima Trindade, ou em

seus arredores, favorecendo uma fração de criminosos que, dispostos pelas vantagens obtidas, se dispunham a povoar as fronteiras arredias, fortalecendo o ideário de uma terra sem lei, sem ordem, um sertão bruto. (XAVIER, 2006)

Entretanto, não era apenas em aspectos negativos que o sertão mato-grossense se assinalava, sua extensa área territorial despertava o interesse de inúmeros viajantes e pesquisadores, devido a sua riqueza natural, seja em biomas, hidrografia, fauna, flora, em seus “selvagens silvícolas”, promovendo a vinda de pessoas que buscavam conhecer essas opulências naturais. Virgílio Corrêa Filho (1969, p.25), registra em seus escritos:

Curiosos observadores registraram as suas impressões, ampliadas pelos técnicos das Comissões Demarcadoras de Limites, de 1750 e 1777. [...] Cada vez mais bem dotados de elementos de pesquisa, não mais deixaram os observadores de aplicar-lhe o seu saber, em viagens repetidas até a atualidade. A imensidão territorial, todavia, dificultava o exame global por uma só pessoa, de sorte que os resultados se parcelam em zonas variavelmente definidas, com maior ou menor precisão, conforme a incidência de fatores propícios a investigação.

Ao compararmos com a realidade territorial posta no início do século XX, as áreas em disputa no século XVIII correspondem às identificadas como pontos ainda frágeis do território brasileiro, sendo notório citar que esses espaços, mesmo no início do século XX, continuavam a ser considerados como vazios, atrasados e não civilizados, ratificando a premissa da pouca solidez com que tais áreas foram colonizadas. Os materiais cartográficos que foram produzidos durante o período colonial serão os primeiros traçados representativos das áreas que posteriormente serão demarcadas pela ação da Comissão Rondon

Inferimos, pelo exposto, que foi durante o século XVIII que os trajetos ao “poente” tiveram de fato uma abertura diante do restante do território luso-americano. Não mais como uma façanha que descumpria o Tratado de Tordesilhas, mas como parte integrante de um extenso império que se forma. Encontram-se nesses primórdios da História do Mato Grosso, o sentido que trará Rondon, quando no século XX citar em seus relatórios e conferências sua busca incessante pelo desbravamento ou conhecimento do sertão oeste/noroeste.

1.3 O império territorial e sua herança para a República

Antes de iniciarmos os relatos subsequentes à formação territorial brasileira e as suas constantes ou, em determinados momentos, inconstantes políticas, é de relevância destacar a

projeção que se faz da então Província de Mato Grosso, sendo esta classificada em um estado intermediário entre àquelas mais importantes e as de menor valor para o poder imperial. Seu papel intermediário é resultado de sua posição geográfica estratégica, devido a sua região de fronteira, mas que não possuía importância política ou econômica. (GARCIA, 2001, p. 21)

Decorrente da escassez econômica que se encontrava a Província desde o auge da extração aurífera, há sobre esse período da história mato-grossense uma rede de ideias na qual se supunha uma estagnação no desenvolvimento da mesma. Tal arranjo é homologado pelas características atribuídas a um sertão primitivo, cuja organização social, política, econômica e cultural em muito se distanciam do cerne exemplar que se atribui ao eixo litorâneo, sendo esse distanciamento muito maior do que àquele conferido apenas pelo território.

Não expomos tal fato como sinônimo de concordância, nem que seja uma aceitação tácita entre os teóricos que estudam o período, mas por se tratar de um protótipo que irá permear o século XIX e alcançar o XX, este atraso consistir-se-á numa justificativa ao incentivo para as ações política republicanas que impulsionaram a Comissão Rondon. O pressuposto em questão evidencia-se na fala de Cândido Mariano da Silva Rondon, em uma de suas conferências realizadas na cidade de Cuiabá em 1919: “Depois desses grandes acontecimentos, por muito tempo, pelo século XIX a dentro, Cuiabá parece dormir, cansada do esforço enorme despendido na sua valorosa juventude.” (RONDON, 1919a, p.51)

Infere-se desse modo que, apesar dos acontecimentos que fortalecerem Mato Grosso no cenário nacional e no sul-americano, estas áreas a oeste/noroeste expressam-se no período imperial novamente como fundos territoriais, mas que enfrentariam no século XIX os vestígios da expansão territorial a oeste do Tratado de Tordesilhas, sendo demarcadas especialmente por um dos principais conflitos sul-americanos, definidor de acordos externos e impulsionador de uma nova política interna.

As mudanças políticas que influenciariam a formação territorial da Província, bem como os futuros conflitos territoriais, aconteceram com certa precocidade quando comparados à futura emancipação política brasileira. Mato Grosso já vislumbrava das transformações que iriam remodelar seu contexto sócio-político-territorial em 1818, com a elevação de Vila Bela de Santíssima Trindade, agora denominada de Mato Grosso, à categoria de cidade e o mesmo feito se fez à Cuiabá.

Com isso, devido à importância reluzente das duas cidades para a administração de Mato Grosso, foram criadas duas juntas governamentais. A cidade de Mato Grosso, embora fosse apontada como inóspita pelos políticos pelas suas difíceis condições de vida e

acesso, mantinha-se como ponto estratégico de fronteira, enquanto Cuiabá ia destacando-se como referência no território mato-grossense, sendo palco administrativo de governantes que não se satisfaziam em residir na então capital oficial. Assim a primeira acaba se distinguindo por reportar-se a Lisboa, especialmente às questões diplomáticas com a Espanha, e a segunda pelas relações com a então capital do Império Português, o Rio de Janeiro.

As mudanças em questão evidenciavam os processos transitórios que Mato Grosso iria passar durante o século XIX, e indicavam o redirecionamento das comunicações e transporte fluvial da região amazônica para a região platina (XAVIER, 2006, p. 28). Essas alterações não se configuravam externas ao contexto nacional, mas acompanham o processo político que se instaurava no Brasil.

A transição do período colonial para o imperial ocasionou mudanças na configuração política, haja vista que desde 1822 o Brasil tornara-se um país emancipado de sua metrópole. O Período Imperial herdava uma pretensão de soberania com limites fronteiriços que representavam o interesse português em expansão e domínio, quando de fato, pouco se havia consolidado acerca das linhas de fronteira. Ao que foi descrito, utilizamo-nos dos escritos de Moraes (2002, p.87 – 88) para ratificar a ideia posta:

Completando essa breve caracterização geográfica [...] resta falar dos *fundos territoriais*, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das fronteiras, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou “naturais”. Na ótica da colonização são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares da realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2002, p. 87 – 88)

Nesse contexto, a política imperial precisava se posicionar de modo a preservar os fundos territoriais que a Colônia havia provisionado sob a tutela do governo português, visto que, no que se refere ao quesito fronteiras, mesmo após as revoluções ocorridas no cenário da América Latina que resultaram na formação de Estados independentes, “as contestações da legitimidade jurisdicional de exercício do poder e a contraposição de projetos políticos intra e interestatais” tiveram continuidade, progredindo muitas vezes em conflitos armados. (NOGUEIRA, 2008, p.5)

Via-se, assim, a necessidade de um Estado forte, centralizador, capaz de unificar o território e sanar com as demandas conflituosas que ameaçavam se desenvolver, sejam elas de envolvimento com os países vizinhos ou internas. Isto posto, apropriando-se das palavras de Nogueira, (2008, p.11), vê-se que a legitimidade dinástica que se buscava no Brasil

independente:

De certa maneira, [...] expressava uma tentativa de justificar, no plano internacional, uma possível afirmação da soberania por sob as antigas fronteiras pactuadas durante o período colonial, uma vez que, subjacente à forma monárquica de governo implantada, estaria à pretensão e a necessidade de se manter unido o antigo território colonial português.

A manutenção da integridade territorial, vista então como a maior herança colonial, se tornara alvo de um processo de legitimação, uma vez que as características culturais, sociais, políticas e ideológicas se tornaram objetivos de uma busca por redefinição, embora, fosse primordial a preservação dos privilégios da minoria dirigente que se encorpava, entre eles, a conservação da escravidão.

De fato, as premissas que se apontavam como entraves para o desenvolvimento do Brasil estavam associadas às questões de cunho nacional/patriótico, já que o legado deixado pelo período colonial não incluía a formação de cidadãos brasileiros, uma vez que suas ações estavam diretamente relacionadas à reafirmação do Estado português. Assim retomamos as proposições postas no início do texto, nas quais sugerimos que o território brasileiro se formou como um espaço de exploração econômica e de dominação política antes mesmo que houvesse uma nação a ocupar suas áreas. Utilizamos de José Murilo de Carvalho para asseverar a afirmativa posta.

Em três séculos de colonização (1500 – 1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2005, p.17 - 18)

O trecho que se refere ao início do século XIX, terá ainda aspectos pontuais que permanecerão atuais no início do século XX. A sociedade republicana que se forma e se constitui no poder político será uma aristocracia latifundiária, que apesar de não possuir escravos, controla seus trabalhadores de modo rigoroso, exercendo um domínio sobre os mesmos. Há ainda o fator territorial, no qual o Estado Republicano se constituirá como uma extensa área de exercício de seu poder jurisdicional, mas que não terá de fato a formação de uma nação sobre a mesma, pelo contrário, constitui-se com força a ideia de uma dualidade de níveis de desenvolvimento.

Essa sustentação territorial que se mantém durante o Período Imperial pode ser

atrelada ao controle exercido por D. Pedro I. O sistema político que se forma, validado pela 1ª Constituição Brasileira, outorgada em 1824, apoiava-se nos princípios iluministas e na divisão dos três poderes de Montesquieu, dissimulando um relativo esclarecimento pautado nas teorias e ideologias da época, mas que, na verdade, consolidava um poder despótico, pautado na seguinte composição: 1) Executivo; 2) Legislativo; 3) Judiciário e 4) Moderador. O poder moderador era exercido impreterivelmente pelo Imperador, o qual dava ao mesmo pleno poder de intervenção em qualquer um dos demais, assim, embora inventariado nos princípios iluministas e da divisão de poderes, mantinha-se uma governabilidade arbitrária.

A proposição de que a proclamação da Independência seria a solução nos entraves gerados pelo período colonial era apenas imagética, uma vez que o rompimento com a metrópole traria consigo problemáticas características de um cenário estatal que precisava se firmar enquanto *Estado Nação Soberano*.

Nesse sentido, retomamos o que já foi relatado acerca da questão *nacional* no território brasileiro. Havia de fato uma área que se imaginava como um território, mas a legitimação popular do domínio estatal ainda era sutil. Isso se integra ao fato da continuidade dinástica adotada pelos influentes do período que em prática continuava fortemente vinculada ao sistema de poder adotado na Europa.

O território brasileiro constituía-se então como um espaço que, embora contasse com uma projeção da demarcação de limites e um Estado que potencialmente exercia seu domínio, não contava com uma legitimação popular, a nacionalidade e identidade não correspondiam com a mesma ênfase, ampliando as incertezas quanto à integração e manutenção dessa extensa área que cabia ao Brasil.

As tensões que se alocavam no bojo da administração imperial, estavam intrinsecamente relacionadas à realidade da Província de Mato Grosso, cujo afastamento e dificuldade de comunicação com as áreas litorâneas a colocavam em situação de desvantagem, visto que, apesar da inquietação provocada pela região de fronteira, havia uma precariedade na atenção e investimentos ofertados.

A transferência oficial da Capital para Cuiabá, em 1835, provocou uma mudança no eixo econômico, político e social. A pacificidade encontrada no período em Mato Grosso, em relação aos seus países vizinhos, acabou proporcionando um afrouxamento da proteção fronteiriça e, a cidade de Mato Grosso, que até então havia exercido fundamental papel protetivo, perde seu posto e cede espaço para a crescente e próspera Cuiabá.

A mudança de capital acarretará em um crescimento na parte sul de Mato Grosso, o que alterará gradativamente as principais vias de comunicação com a Província. Desse modo, as águas da Bacia Amazônica, que até então eram o principal meio de acesso ao sertão oeste/noroeste, vão fornecendo seu lugar para o Rio Paraguai e a Bacia Platina, processo que se consolidará em meados de 1850, mas que desde a década de 1830 contribuirá para a ampliação da demografia, do comércio e do desenvolvimento na região. Sobre esse sertão ao sul da província, menciona-se que:

A partir da década de 1830 começou de fato o povoamento das terras do sul de Mato Grosso; havia já moradores nos arredores do presídio de Miranda, no Forte de Coimbra, nos povoados de Albuquerque, na fazenda de Camapuã, do destacamento do Piquiri e no sertão dos Garcias, nele levantada a freguesia de Santana do Paranaíba, mas, com essa mudança de rota das comunicações mato-grossenses para o sul, há um incremento populacional nessas e em outras localidades. (XAVIER, 2006, p. 28)

Deste modo altera-se a dinâmica territorial da Província e seus fluxos econômicos, sendo estes, no entanto, pouco estruturados quando se faz referência à organização e investimento estatal, assim, promove-se uma agressiva mudança no cenário mato-grossense seja em quesito local, nacional e internacional, mas que, mesmo assim, não se torna de fato um acometimento de investimento no Império.

Com total atenção as especificidades existentes à geo-história de Mato Grosso, Cândido Rondon discorre sobre a temática exposta, acentuando:

Depois, no tempo do Imperio, os esforços para se manterem e melhorar essas vias anteriores, cessaram: o engodo das facilidades creadas pela abertura do estuário do Prata e da parte inferior do curso do Paraguay favoreceu a natural e conhecida inercia do governo daquele período. Durante 67 annos, os sertões de Matto-Grosso só foram lembrados nas altas espheras administrativas do Paiz como terreno para estudos de sábios estrangeiros que andavam a cata de assumptos sensacionais para livros e de objetos exóticos para museus. (RONDON, 1920a, p. 21 – 22)

Embora se apresentem algumas problemáticas quanto ao modo com que estas terras a oeste/noroeste foram de fato colonizadas e desenvolvidas, as mesmas sempre se mantiveram como objeto de manutenção para a expansão do território, como importantes medidas protetivas e ainda se fundamentaram como fundos territoriais, por isso a complexidade ao investigar a formação territorial brasileira, uma vez que se consolida uma preocupação com a preservação do território que estaria dissociada (em grande parte) das políticas públicas de desenvolvimento, cujo eixo esteve alocado nas regiões litorâneas.

Deste modo, retomamos a ideia de que o Brasil se consolidou como um “cofre territorial”, no qual se havia a preocupação em resguardar o território conquistado desde seus primórdios, mas priorizando os investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras.

Nesse viés, durante o período imperial, amplia-se o processo de reconhecimento territorial, por meio da ação intelectual, somando diversas áreas na tentativa de desenhar metodicamente o que seria o Brasil. Sérgio Nunes Pereira (2005) expressa à assertiva:

A partir da Independência, a extensão de um domínio territorial em grande parte ‘desconhecido’ e os riscos de sua fragmentação política, somados à ausência de uma história oficial capaz de selecionar elementos do passado que alimentassem uma ideia nacional, eram percebidos com preocupação por um Estado nascente como o brasileiro, que buscava definir uma identidade própria capaz de orientar sua atuação tanto no plano interno como externo. Para a conformação dessa identidade foram convocadas diversas áreas do conhecimento e da produção intelectual, dando origem, no começo do Império, a órgãos de cultura oficiais, criados com a missão política de tornar mais objetiva e palpável a noção abstrata de pátria, ou seja, para “desenhar-lhe um rosto [...], moldar sua imagem de realidade”. Entre esses órgãos cabe ressaltar o IHGB, que, mais do que qualquer outro, simbolizou a institucionalização de um lugar de saber onde a ideia de Brasil – constituída por sua história e sua geografia – fosse possível. (PEREIRA, 2005, p.113)

Almejando fortalecer os preceitos nacionais e territoriais brasileiros, em 1838 é fundado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, sob a criação do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos e presidência do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres. O IHGB, embora tenha sido criado com influência externa europeia, sendo inspirado especialmente no *Instituto Historique*, fundado em Paris, em 1834, ganhou apoio e investimento do imperador.

O IHGB consolida-se paralelamente à formação territorial do Estado Nacional, sendo sua implantação impulsionada como forma de rescisão entre passado/presente/futuro, buscando efetivar o esboço daquilo que seria a nacionalidade brasileira a partir da consolidação de sua própria História. Tratava-se de romper com os traços de uma sociedade aportuguesada, e iniciar um processo de nacionalização, no qual a imagem do verdadeiro brasileiro se sobressaísse de modo a torná-la homogeneizada na fração social de maior poder:

Se consideramos esse caso, a origem das sociedades geográficas em nosso país vincula-se estreitamente ao processo de formação do Estado nacional,

que, a exemplo de outros lugares, exigiu um rompimento simbólico com o passado e a mobilização de esforços para se delinear a gênese da nacionalidade brasileira. Com o IHGB, a nação recém-independente passava a contar com uma instituição destinada a escrever sua história, fundar suas tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer. Vale lembrar que não se tratava somente de construir uma imagem de Brasil, mas também de torná-la homogênea no interior do segmento social dominante, que a transmitiria, por sua vez, ao conjunto da sociedade. (PEREIRA, 2005, p.113)

O instituto, que teria contribuições de diversos intelectuais, seria um meio de consolidar a Monarquia, escrevendo uma História para o Brasil, destacando seus heróis e principais feitos e geografizando o território, agindo assim como construtor e perpetuador da nacionalidade brasileira, utilizando-se para isso as ciências que ganhavam peso e reconhecimento no decorrer do século XIX. Em mais detalhes:

Seu projeto de atuação estava intimamente ligado às demandas do aparelho estatal comprometido com o projeto de uma “memória nacional”, a geografia tinha o papel de auxiliá-la nesta tarefa. Assim, procurava coletar o maior número de documentos e informações geográficas e históricas, o que garantiria subsídios para os embates diplomáticos em caso de demarcação de limites territoriais com outras nações limítrofes ou no reconhecimento de regiões distantes e inóspitas. (CARDOSO, 2007, p. 01 – 02)

Redesenhar a linha territorial representava também assumir a nacionalidade brasileira e o fortalecimento desse ideário, de modo a estabelecer o poder nas áreas formalmente pertencentes ao Brasil, especialmente naquelas ainda (quase) inabitadas, ou onde ainda se vivia de modo “primitivo”, “atrasado” ou não desenvolvido. Cabia também ao IHGB e a seus membros incentivar o Ensino Público, que por muito tempo foi voltado para fortalecer os ideais que o Estado queria repassar para a população.

O IHGB associava planos políticos e cognitivos como modo de alcançar os objetivos a que se propunha, recebendo incentivos do poder imperial para seus feitos. Assim, coloca-se que “da mesma maneira que atendia às demandas de representação patriótica do aparelho estatal, o IHGB conformava um determinado modelo de conhecimento cujas características, [...] atuavam no sentido de fornecer os elementos constitutivos daquela representação.” (PEREIRA, 2005, p.114).

A representação ideológica e científica proposta e iniciada pelo IHGB no período Imperial terá certa continuidade por muitos anos, o que sugerimos ter incentivado, ainda que de modo sutil e indireto, à Comissão Rondon, haja vista que os objetivos semelhantes

se impunham àquela ação desenvolvida durante a Primeira República, notadamente no que tange a construção geográfica do oeste/noroeste do Brasil, de modo à (re) desenhar os traçados internos e externos que configurariam a região, em especial o Mato Grosso.

Inicia-se então, a partir da década de 1840, uma produção cartográfica do território brasileiro, que constituirá uma “base para os traçados da segunda metade do século, onde podemos situar o auge de uma produção que se tornará regular e cada vez mais diversa.” (BIAGGI, 2011, p.7). Essa produção resultará nas Cartas Gerais confeccionadas no final do século XIX e início do século XX, e pode ser representada ainda pela apreensão implicitamente alocada nas ações da Comissão Rondon, haja vista que a construção de uma cartografia do oeste/noroeste Brasileiro consistiu como um dos principais objetivos da referida.

O IHGB foi primordial para o surgimento da Primeira Carta Geral do Império do Brasil, em 1846¹⁰, que demarcaria com mais detalhes os limites fronteiriços no Brasil, com ênfase na questão interna e externa. “Construída por Conrado Jacob de Niemeyer, [...] estabeleceu padrões técnicos e estéticos que seriam endossados pelas Cartas Gerais posteriores e mapas parciais do território”. (PEIXOTO, 2004, p. 311)

A carta referenciada, como aponta Harley (2009), foi uma forma de linguagem que expressava o anseio de um determinado grupo dominante em representar o território que se queria sob seu domínio, delimitando seus limites mesmo antes de legitimar sua nacionalidade.

Embora o surgimento do IHGB tenha “esvaziado” o Arquivo Militar (PEIXOTO, 2004, p.311), durante o 2º Reinado houve um investimento intelectual nesse grupo, que passará a exercer importante papel nas demandas científicas e tecnológicas do período, de modo a impulsionar os mesmos para que pudessem margear o território brasileiro, uma vez que as zonas fronteiriças, mais propensas aos conflitos, precisavam de atenção por sujeitos responsáveis capazes de defendê-las, nesse caso, as forças armadas.

¹⁰ “Niemeyer procurou inicialmente basear sua representação do território brasileiro sobre o que chamou de Mapa Geral, ou seja, o produto resultante da reunião dos traçados de duas cartas estrangeiras, a Carta da América Meridional, da casa editorial Arrowsmith, e a Carta da Costa Brasileira, do Almirante Roussin. Em seguida, esse Mapa Geral foi modificado e complementado através da consulta a diversos mapas, roteiros, memórias e descrições, sendo que, entre este último tipo de corografias textuais, Niemeyer utilizou especialmente os trabalhos de Cerqueira e Silva (1883), Cunha Mattos (1874) e Aires de Casal (1943), no caso, segundo os trabalhos cartográficos acreditados no debate do IHGB e pela remissão ao cânone ali consagrado. Finalmente, os limites nacionais foram inscritos sobre o produto resultante segundo o Programa Geográfico, de Pinheiro, e a divisão das províncias, de acordo com a Corografia Brasílica, de Aires de Casal.” (PEIXOTO, 2004, p. 311 - 312)

Figura 6: Carta Corographica do Império do Brazil – 1846



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Nesse momento da história do Império, impulsionado pela contestação de vias separatistas e nativistas, exposta durante os conflitos ocorridos no Primeiro Reinado e durante as Regências, ampliava-se a tentativa de criar uma interação entre o indivíduo, o meio social e o Estado. Para tanto, a Carta de Niemeyer passou a ser exposta em órgãos públicos e em escolas, situação que não ocorria com os mapas anteriores, representando desse modo o pertencimento territorial a um Estado Nação, mesmo que essa percepção fosse algo frágil que precisasse ser despertada na população.

De modo acentuado e enfático, Leandro Macedo Janke (2014), ao estudar o período em discussão, relata que o Brasil, mesmo após anos de independência, destacava-se por representar uma grande colônia, ou várias colônias, considerando a demanda territorial e a heterogeneidade econômica, social e cultural que havia em sua área de domínio, não conseguindo ainda alcançar os “moldes de uma nação moderna [...], o que representaria um atraso na marcha do Império rumo ao progresso, impossibilitando-o de inserir-se no conjunto das Nações Civilizadas”. (JANKE, 2014, p. 5)

A província de Mato Grosso exacerba-se nesse enunciado posto por Janke (2014), uma vez que as realidades vivenciadas nessas áreas eram, em muito, distintas entre si e do restante do território. Domingos Sávio da Cunha Garcia (2001, p. 24) ressalta que “no começo dos anos cinquenta [...] Mato Grosso ainda se encontrava em situação de isolamento muito grande”, e mais preocupante ainda, destaca-se “o fato do Paraguai estar em pleno desenvolvimento possibilitava à distante província de Mato Grosso gravitar economicamente nos circuitos econômicos paraguaios”. (CORRÊA, 1999, p. 27 - 28)

Nota-se assim, que essa pacificidade relatada anteriormente entre as regiões de fronteira ocasionava problemas que, a qualquer momento, poderiam se materializar no território brasileiro, dada a relação próxima que essas áreas fronteiriças estabeleciam entre si, especialmente no que tange as vias fluviais, sendo necessário uma “constante atividade diplomática e militar do Império.” (GARCIA, 2003, p.4)

Para o Brasil, os rios que compunham a Bacia Platina eram imprescindíveis para o comércio e a manutenção da integridade territorial, especialmente nas terras que formavam o território da Província do Mato Grosso, área de limites com países como Paraguai e Bolívia. Por isso, seria mais vantajoso ao Brasil e aos demais decidir as subversões por meio de acordos cortesões.

Foi pautado nessas relações diplomáticas que o Brasil assina com o Paraguai, em 1856, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, permitindo a navegação mútua nos

rios Paraguai e Paraná, facilitando assim a comunicação da Província de Mato Grosso com a capital Rio de Janeiro e fomentando o desenvolvimento na região, que se via nos ânimos locais desde meados de 1830. Cabe ressaltar que era do interesse brasileiro inserir no Tratado as definições referentes às questões de limites fronteiriços entre os dois países, mas tal proposta não foi aceita pela República do Paraguai.

O acordo contribuiu para o crescimento econômico e político da Província, entretanto, esta ação diplomática vincula-se mais à preocupação da Corte com a manutenção territorial do que com o desenvolvimento da Província. Ainda nesse período, as terras ao oeste/noroeste do Brasil pouco contribuíam para o crescimento e desenvolvimento econômico do Império. De fato, suas caracterizações práticas associavam-nas a fundos territoriais que se mantinham protegidos, mas com um mínimo de recursos para o investimento, por isso, essas áreas destoavam-se dos pontos já economicamente explorados, sendo “arrastadas” a um primitivismo quando cabíveis de comparação

Naquele período, a província de Mato Grosso pouco tinha a oferecer, sendo que a necessidade de uma via de comunicação eficiente estava mais relacionada com a necessidade de circulação da informação rápida com a Corte e à importação de produtos comerciais. Mato Grosso foi inserido na rota do mercado internacional para ligar a província com o litoral do país, embora de maneira ainda acanhada, foi estimulado o desenvolvimento da província, com mudanças na estrutura urbana, instalação de novas casas comerciais e estímulo à imigração estrangeira. (SANTOS, 2012, p. 12)

Tal configuração territorial, que o Império Brasileiro consegue alcançar por um curto período de tempo, terá o equilíbrio rompido pela Guerra do Paraguai (1864 – 1870), fator desestabilizador que evidenciará a insatisfação de determinados grupos e o surgimento de novos movimentos, sendo a década de 1870 um referencial para o declínio imperial e para a ascensão política, econômica e social que se teria no Mato Grosso.

Mas de repente, um abalo tremendo, a guerra, a invasão do nosso território pelas forças da República do Paraguay, a fazem de novo encontrar o seu destino político e ocupar o lugar que lhe cabe na economia, na defesa e conservação da Pátria Brasileira. (RONDON, 1919a, p.51)

A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas devido à extensão e às questões geopolíticas que a envolveu, em suma, podemos dizer que foi um “resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”. (DORATIOTO, 2002, p.23) A região, desde os antecedentes coloniais

hispânicos e lusos, fora atrativa devido sua hidrografia, que permitia a circulação em uma extensa área sul-americana (que envolve o atual Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai) e ainda a saída para o Oceano Atlântico.

Havia, ainda na década de 1860, resquícios das disputas de limites fronteiriços que, associadas a conflitos internos de cada país que compunha a Bacia do Prata, instaurava tensões que ameaçavam ser o estopim de uma possível revolta e/ou tentativa de reconquista entre os envolvidos, especialmente após o Tratado de Santo Idelfonso (1777) e a Guerra da Cisplatina, considerando que Argentina e Brasil haviam perdido parte das terras que formavam a República do Uruguai.

Apesar dos estímulos em manter a diplomacia entre os países que compunham a Bacia Platina, estes não impediram a invasão brasileira ao Uruguai em 1864, devido às reivindicações sulistas pelas terras brasileiras que estavam sendo invadidas por Uruguaios, no entanto, a fim de evitar maiores agitações, o conflito foi resolvido com um acordo de paz entre as partes. (DORATIOTO, 2002)

Enquanto os demais países mantinham-se contraídos após longos períodos de expansão e conflito, o Paraguai havia se mantido recluso por muitos anos, com uma política caracterizada pelo isolacionismo. Tal vertente seria rompida após Solano Lopez assumir o poder e iniciar uma política expansionista, ambicionando o domínio da Bacia do Prata até que se alcançasse uma saída para o Oceano Atlântico, ocupando para tanto, territórios de domínio argentino, uruguaio e brasileiro. Estava declarada a Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

Os acordos existentes entre o Paraguai e demais países foram rompidos e estes se uniram formando a Tríplice Aliança, com vistas a derrotar o Paraguai. O estopim da Guerra do Paraguai foi o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda no porto de Assunção, e a subsequente invasão à região onde atualmente se localiza a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, o que originou um dos maiores conflitos das Américas.

Essa invasão da região oeste/noroeste do Brasil demonstrou a fragilidade do controle e defesa das fronteiras daquela área, despertando um aspecto de preocupação para o Estado Imperial, que se esforçava em manter a unidade do território brasileiro. O desprezo inicialmente atribuído ao poderio paraguaio prolongou a guerra, alertando a Tríplice Aliança para a força militar que até então se acreditava não haver no país, o que culminou em vitórias paraguaias nas primeiras batalhas, sendo que essa situação apresentou sinais de reversão apenas com a Batalha do Riachuelo, em 1865.

Sob o comando de Francisco Manuel Barroso da Silva, as tropas brasileiras conseguiram conter as paraguaias em uma investida no rio Riachuelo, afluente do rio Paraguai. A Guerra iria ter seu fim apenas em 1870, sob a liderança do Duque de Caxias, com a invasão das tropas da Tríplice Aliança à capital Assunção e a morte do líder Solano Lopez.

No que tange ao Brasil, os meios que se prevaleceram para alcançar tal êxito conduziram a um desgaste político, econômico e social, considerando os inúmeros empréstimos feitos, especialmente com a Inglaterra, e o investimento de recursos humanos feitos para que a vitória fosse alcançada. O Império concretizava-se, assim, como vitorioso na Guerra do Paraguai, ao mesmo tempo em que se solidificavam questões internas problemáticas, que indicavam a insatisfação da população com a realidade que se mantinha no governo imperial, indicando o declínio do poderio monárquico no Brasil.

As questões territoriais que estavam envoltas na Guerra do Paraguai, especialmente nas regiões fronteiriças, eram alvo de preocupação do Império. Aproveitando-se da fragilidade que o conflito proporcionara aos países que compunham a área em disputa, outros limites territoriais foram acordados, revendo tratados anteriores.

Para Mato Grosso, a Guerra do Paraguai funcionou como agente renovador, isso porque “antes da guerra, a província tinha sobrevivido com grandes dificuldades com o prolongamento das formas coloniais de exploração na região [...] tendo como consequência mais relevante à ruptura do seu processo de ocupação iniciado no século anterior.” (CORRÊA, 1999, p. 31)

O que ocorreu na Província foi uma influência direta da região do Prata, que após o conflito, abrigou um forte fluxo migratório, seja de outras partes do país, seja de paraguaios que se alocavam no bojo mato-grossense à procura de uma melhor condição de vida após as consequências desastrosas da guerra. Nesse processo, a economia mato-grossense aproveitou-se do fomento ao comércio com a região Platina, promovendo uma reorganização da economia:

Houve, então, um processo de revivescência da economia local: parte dos engenhos de produção de açúcar e demais subprodutos da cana foram modernizados; o maquinário rudimentar foi substituído por sistemas de produção mais eficazes; a erva-mate – planta nativa no sul do Estado, consumida em forma de chá ou como chimarrão, bebida típica do sul do Brasil e de países platinos – passou a ser explorada de forma sistemática, assim como o látex, base de fabricação da borracha. Ocorreu ainda a retomada da criação do gado e do beneficiamento de seus derivados. Aliado a isso, verificou-se um conjunto de ações que implicaram em melhoria das

vias de comunicação entre Mato Grosso e a região platina que se refletiu na expansão da economia local. Assim, o ano de 1870 constituiu-se em uma espécie de turn-point para a economia mato-grossense, marco de um recomeço. (FRANCO, 2014, p.36)

Tais circunstâncias despertaram certa preocupação quanto à manutenção da integridade do território brasileiro, e visando desenvolver uma apropriação territorial em um momento no qual as tensões externas e internas estavam afloradas, o Estado passou a investir em um meio de comunicação mais eficaz, que facilitasse a comunicação e as relações entre a cidade capital e as áreas mais afastadas. Em outras palavras, entre o sertão e o litoral.

Nesse período, o telégrafo estava entre as tecnologias de comunicação mais utilizadas, especialmente após a ligação intercontinental, a partir de 1851, com a instalação do primeiro cabo submarino no Atlântico, o que viria a desencadear a expansão de um domínio tecnológico em nível mundial, capitalizado, especialmente, pelos países europeus que se destacam no cenário político, científico e ideológico, e que já contavam com essa tecnologia da comunicação desde a década de 1840. (DUARTE, 2013)

Como forma de facilitar a comunicação no território brasileiro e inserir o Brasil no cenário internacional de desenvolvimento, o telégrafo passou a ser alvo de investimentos visando propiciar uma comunicação mais rápida e eficaz. A experiência da guerra evidenciou a emergência de meios de comunicação mais ágeis no território.

As notícias da Guerra chegavam com atraso ao lado leste brasileiro, e as principais cidades e figuras políticas não sabiam ao certo o que estava acontecendo na fronteira oeste/noroeste de nosso país. Muitos jornais noticiavam a guerra como acabada, outros que duraria meses, outros ainda que Lopez estava preso e a caminho do Rio de Janeiro. Houve também o caso de que a publicação da notícia a respeito do fim da Guerra do Paraguai somente generalizou-se um ano depois de seu real término. Nessa realidade, constatou-se a necessidade de se investir nas comunicações entre as distintas regiões, sendo o primeiro telégrafo implantado em 1865, em direção ao sul do país, onde eclodia a guerra e o poder fronteiro estava estremecido. (MACIEL, 1998)

O que podemos aferir é que a Guerra do Paraguai assinala o início de um movimento que viria a desencadear a passagem do Império a República, modificando o modo pelo qual a sociedade faz uso do território, promovendo uma nova forma de legitimação territorial pelo Estado. Essas reconfigurações ocorrem, pois, a cada época, a sociedade engendra nexos de cooperação espaciais que podem modificar o modo como a

própria sociedade se apropria do conjunto de lugares que formam o território.

Tal proposição nos conduz ao termo Rugosidades, de Milton Santos (2002), identificado como as heranças físico-territoriais, sócio-territoriais e sócio-geográficas que permanecem ao longo do tempo. Nesse parâmetro, ao expormos no decorrer desse trabalho os termos território colonial, imperial e republicano, embora se diferenciem quanto a sua lógica espacial e territorial, carregam consigo rugosidades que se prolongam e acabam por caracterizar determinados aspectos.

Como exemplo do exposto, citamos o termo pejorativo sertão, atribuído as regiões a Noroeste desde os primórdios da colonização, que embora tenha sido remodelado e atribuído diferentes significações com o tempo (AMADO,1995), tende a representar os espaços tidos como afastados e vazios. (MORAES, 2002)

Assim, apesar de determinadas mudanças serem identificadas, suas estruturas tendem a ser modificadas de modo lento e processual, uma vez que são permanências enraizada na formação daquela sociedade, entretanto, torna-se importante acentuar que não são estáticas, mas mutáveis.

Desse modo, é possível afirmar que a Guerra do Paraguai irá modificar o panorama referencial da situação social, política, econômica, cultural e científica que se instituiu no Brasil Imperial, isso porque, como acentua José Murilo de Carvalho (2005, p.38), “as guerras são fatores importantes na criação de identidades nacionais”, e direcionando-se a essa afirmativa, a do Paraguai irá promover uma intensa forma de envolvimento entre as regiões que compunham o Brasil, uma vez que lutar na guerra seria um ato cívico, heroico, digno de exaltação. Nas palavras do autor:

Para muitos brasileiros, a ideia de pátria não tinha materialidade, mesmo após a independência. Vimos que existiam no máximo identidades regionais. A guerra veio alterar a situação. De repente havia um estrangeiro inimigo que, por oposição, gerava o sentimento de identidade brasileira. São abundantes as indicações do surgimento dessa nova identidade, mesmo que ainda em esboço. Podem-se mencionar a apresentação de milhares de voluntários no início da guerra, a valorização do hino e da bandeira, as canções e poesias populares. (CARVALHO, 2005, p.38)

As mudanças ocasionadas pela Guerra do Paraguai acentuavam-se à medida que as relações com a Europa iam se tornando cada vez mais próximas e, ainda durante a guerra, em 1866, América e Europa se unem com a conquista da “telegrafia transatlântica” e, na configuração que se dava naquele momento repleto de dúvidas (já que o Brasil passava por problemáticas territoriais e ao mesmo tempo fornecia indicações para a possibilidade de

uma maior integração nacional):

No Brasil, esse acontecimento foi apresentado como uma possibilidade para sua emancipação política e econômica, na medida em que o telégrafo poderia torna-lo “vizinho da Europa”, modificando todas as suas relações com o exterior, além de favorecer a “direita comunicação” do governo com seus auxiliares e dos produtores com seus consumidores, auxiliando o desenvolvimento do país. (MACIEL, 1998, p. 51 – 52)

Com o término da guerra, os investimentos para a ligação do interior do Brasil com o litoral continuaram. Ao final do Período Imperial, havia mais de 19 mil quilômetros de linhas telegráficas em todo o território brasileiro. O telégrafo não representava apenas a mudança tecnológica no país, mas também estava relacionado aos avanços culturais, sociais e políticos que os agentes influentes do período apoiavam, estruturando-se especialmente nas ideologias de modernização representadas pelo positivismo.

No entanto, apesar da posição estratégica de fronteira, a tecnologia telegráfica tardaria a chegar a terras mato-grossenses, sendo efetivamente implantada apenas no Período Republicano. Esse alongamento para modernizar a Província de Mato Grosso ratifica o caráter secundário ou, como posto em outro momento, intermediário que assinalava a mesma, de modo que as políticas territoriais que visavam às áreas a oeste/noroeste vislumbravam manter estas pertencentes ao Estado, mas sem de fato integrá-las ao que se havia de Brasil.

Se o Brasil estava em vias de desenvolvimento tecnológico, científico, cultural e social, o sistema político também passaria por mudanças. A divisão de fluxos históricos ocasionada pela Guerra do Paraguai trouxe ao sistema monárquico o declínio de sua existência, impulsionado por motivos diferenciados, mas que convergiam em um mesmo desígnio.

Desenvolve-se um segmento militar, fortalecido pela vitória na guerra, que almejava melhores condições e reconhecimento social, político e econômico. O crescimento da economia cafeeira, que passa a ocupar posição primordial na economia nacional, e a falta de participação política da maior parte da população, colocava-se como problemas para o segmento militar.

A questão religiosa, a questão abolicionista e ainda a formação de um forte grupo de bacharéis e letrados que disseminavam novas ideias filosóficas, especialmente o positivismo de Benjamim Constant, bem como a influência da filosofia liberal norte-americana e da francesa (jacobinismo), podem também ser apontadas como integrante dessa

nova conjuntura. (MARTINS, 2001; FAORO, 2001; CARVALHO, 1990)

A propaganda pró movimento republicano seria mais um exemplo que tardaria a chegar em Mato Grosso. Os primeiros indícios datam da década de 1883, com a fundação do Jornal “A República”. As organizações partidárias a favor do movimento também não se fixaram com êxito nas terras a oeste/noroeste “como, aliás, ocorria em outras regiões do país, com raras exceções, não se achava o povo mato-grossense compenetrado da urgência de substituição da Monarquia pela República.” (CORRÊA, 1969, p.579)

Entretanto, a elite política que se forma com a ascensão econômica durante o pós Guerra do Paraguai ambiciona maior participação e influencia no cenário nacional, especialmente no que tange a autonomia da província, de modo a proporcionar meios que dissolvessem “o status quo que regulava os mecanismos de acesso ao poder existente durante o Segundo Reinado.” (FRANCO, 2014, p.44 - 45)

Esse emaranhado de questões políticas, econômicas e sociais, aliadas à crise dinástica da Casa de Bragança que, enfrentada desde o assumir do trono em 1822, ocasionou o fim da Monarquia, essa “flor exótica brasileira” (MARTINS, 2001), e o florescimento de uma nova configuração governamental, igualando o Brasil às demais Repúblicas da América, ao menos em termos teóricos.

A Proclamação da República, realizada em 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, figurada como um momento político de rupturas e inovações no processo governamental brasileiro, herdaria as problemáticas que se alastravam durante o Império. A emergência de uma consolidação territorial/nacional se fazia primordial, bem como a inserção do Brasil no cenário internacional como um país integrado ao desenvolvimento capitalista.

Capítulo 2

O BRASIL QUE SE MANTEVE NA TERRITORIALIDADE DO VAZIO: SERTÃO REPLETO DE CERTEZAS

Invariavelmente, as narrativas se sustentam sobre o contraste entre as partes distintas que compõem o todo Brasil: Sertão e Litoral. Observam-se, então, dois cenários, combinação de terra e gente, que polarizam um amplo temário relativo aos problemas nacionais e ao caráter do desenvolvimento político e econômico brasileiro, atuando na análise social como noções classificatórias que viabilizam a caracterização de estados/estágios históricos e sociais considerados como elementos indentitários do Brasil. (SOUZA, 1997, p. 38 – 39)

A História e a Geografia do Brasil são marcadas por peculiaridades que a diferem das demais repúblicas americanas. Nossas rupturas políticas enquanto Colônia e, em posterior, Império, não foram marcadas por Revoluções que assinalassem o fervor da população pela liberdade, igualdade, pelo desenvolvimento ou quaisquer situações similares. Em resumo, os dois momentos de ruptura quanto às formas de governo a que o Brasil se submeteu, sendo o primeiro em 1822, com a Proclamação da Independência, e o segundo em 1889, com a Proclamação da República, foram comandados por uma elite que oficializara sua autonomia no cenário político.

Cabe apontar que tal processo não foi excluído de conflitos e disputas, especialmente internos, pois revoltas separatistas, nativistas e disputas oligárquicas pelo poder permearam a História Brasileira, associando-se a conflitos externos. A almejada República trazia consigo resquícios importantes do Império e até mesmo do Período Colonial, especialmente no que tange o território brasileiro.

Indiscutivelmente, apesar das instabilidades ocorridas durante o percurso em direção à República, os limites territoriais brasileiros, seja por meio de acordos diplomáticos ou conflitos, conseguiram bem ou mal se manter conforme o projeto de poder herdado da geopolítica portuguesa, o que fez da República do Brasil a maior em extensão territorial da América Latina. No entanto, era também maior a disparidade de desenvolvimento entre as distintas partes do território, o que quer dizer desigualdade cultural, econômica e demográfica do país. Restava à nova República a dúvida: que caminho seguir?

Enquanto a recém República era contemplada por incertezas quanto a seu rumo

político, econômico, social e cultural, o estado de Mato Grosso se via repleto de certezas, adjetivando um posterior cenário que se diferenciaria do “atraso” que o cometia até então. Era esse o momento para o desenvolvimento, o progresso, a civilidade, a integração com o litoral, a participação política nacional, o crescimento econômico e a autonomia.

Se as palavras citadas soam como ufanistas e patriotas, representam então o modo com que a República procurava se inserir no cenário nacional naquele momento. E no Mato Grosso não se fazia diferente, sendo o solo que abrigou de umas das maiores campanhas modernizadoras da Primeira República, a Comissão Rondon, que dentre muitos feitos, contribuiu para a materialização da apropriação territorial de um Estado que se via ainda fixado sobre uma divisão territorial-ideológica que há muito caracterizava o Brasil.

Com uma elite político-econômica crescente, Mato Grosso unir-se-á com oligarquias nacionais e, desse modo, contribuirá para a formação de uma das mais representativas políticas que constituem a História do Brasil, a Política dos Governadores. Essa consistência política, será primordial para o fortalecimento da unidade territorial do país, de modo a preservar as heranças territoriais que a República herda dos períodos colonial e imperial.

Após o longo período de estagnação econômica a que o Mato Grosso foi mantido, ocupando a função, quase que exclusiva, na defesa da integridade territorial do país, restava agora elevar seu “nível de intermediário para algo mais avançado”. Para tanto, ou diríamos até que enfim, desviava-se de certo modo da centralidade exercida então pelas áreas litorâneas e o sertão assumia, ao menos discursivamente, o foco de investimento tecnológico, econômico, social e cultural visando promover a integração territorial e legitimação do Estado Nação. Corroborando com a afirmação, Nísia Trindade Lima afirma:

Os primeiros anos da República foram palco de expressivo movimento de valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional. (LIMA. 1999, p.65)

Com todo o exposto, almeja-se expor e analisar os fatos nesse início republicano que fortaleciam o poder Estatal e o local. Para a consecução desses objetivos, faz-se necessário uma exposição daquilo que se defendia como o modelo de sociedade a ser implantada no Brasil, isso porque foram essas diretrizes que direcionariam os incentivos à Comissão Rondon e a implantação telegráfica como um todo.

Portanto, mesmo que a primeira parte desse segundo capítulo possa parecer um

parêntese na discussão acerca da formação territorial, ou ainda, prolongar a discussão sobre a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 a 1915), consideramos necessário expor a conjuntura republicana, sendo esta a fração que impulsionará as políticas públicas na década de 1900.

2.1 As incertezas e miscelâneas dos primeiros anos republicanos

O Brasil conseguira emancipar-se de seu título de “flor exótica das Américas”, organizando-se, em 1889, em um governo de caráter republicano, o que veio alterar as configurações sociais, culturais, políticas e econômicas a que a população estava submetida até o momento.

Não haveria mais um Imperador de supremo poder que legitimasse as feições nacionais (mesmo que com certa fragilidade), além de que, permanecer com as configurações anteriores imperiais davam ao país uma imagem ultrapassada quanto às novas ordens que surgem no final do século XIX e início do século XX.

Entretanto, as heranças relativas às questões das fronteiras, da unidade territorial e da integração nacional se mantinham, mantendo-se igualmente os acordos territoriais internacionais fixados pelo Império, fatores que demonstram a precariedade da integração entre as distantes áreas que compunham o território a partir do viés da nacionalidade. Os fundos territoriais conquistados e defendidos pela Coroa Portuguesa mantiveram-se sob domínio do Estado imperial, mas para o governo federalista que se propunha na nova configuração política, a apropriação científica, cultural e social de todo o território era fator primordial para a materialização do corpo da pátria republicana.

Ademais, subjacente às questões físico-jurídicas sobre os limites e fronteiras havia por parte do conjunto daqueles produtores intelectuais relacionados ao pensamento sobre o Brasil, preocupações relacionadas às questões de centralização-descentralização administrativa e territorial, a unidade e coesão social, isto é, as problemáticas que envolveram território e nação. Porém, neste contexto a geografia local das bordas fronteiriças continuava relegada ao segundo plano ou mesmo inexistente na pauta das reflexões geográficas sobre o país. (MENEZES, 2006, s/p)

O progresso e o desenvolvimento se sobressaiam como as novas diretrizes a serem adotadas, um progresso que deveria se igualar àquele europeu, que representava o que havia de mais moderno no momento. Tal progresso e desenvolvimento não se fixavam apenas nas

questões econômicas ou políticas. A cultura e a formação social como um todo estavam envoltos nesse processo, culminando em uma vontade de reorganização da realidade brasileira, que viria a se estabilizar somente anos depois.

Assim, a visão progressista implantada durante o Império no após Guerra do Paraguai, na tentativa de aproximar e integrar as áreas que compunham o território da nação brasileira, tornaram-se desígnios primordiais para o estabelecimento da República. Apesar dos percalços que circundaram os primeiros anos republicanos, os investimentos nos telégrafos e ferrovias como forma de consolidação nacional prosseguiram e, num momento posterior de estabilização política, se tornaram marcos políticos de apropriação territorial na Primeira República. Acentuando a relevância de tal empreendimento, destaca-se que:

Com o advento da República e da crença de que o novo regime despertaria as forças produtivas do Brasil, adormecidas pelo ritmo letárgico do Império, a telegrafia se torna um dos expoentes dessa imagem de velocidade e de ritmo febril do movimento comercial e industrial desse período. É nesse contexto que o telégrafo ganha ares de elemento de segurança e ocupação das fronteiras, sendo constantemente citado em relatórios sobre áreas “pouco” conhecidas e povoadas do noroeste brasileiro. (DUARTE, 2013, p. 50)

E ainda, nas palavras de Laura Antunes Maciel:

Colocava-se, assim, o papel atribuído aos inventos técnicos como precursor da “civilização”, do desenvolvimento material, da integração do território e da promoção de uma cultura acional. De outro lado, ressaltava-se a função defensiva e estratégica do telégrafo não apenas em períodos de guerra, mas para o estabelecimento definitivo das linhas divisórias com países vizinhos e para a posse efetiva de regiões fronteiriças ou distantes da capital federal, tornada possível e estável apenas com uma “sábria e prudente administração”. (MACIEL, 1998, p.72)

Nesse momento de inserção da política e do ideário republicano, o termo que melhor se adéqua é *legitimação*. Legitimar o Estado Republicano fazia-se de relevante urgência, haja visto que o não reconhecimento dessa forma de governo poderia acarretar em problemas de diferentes vieses. Para tanto, como aponta Carvalho (1990. p.9) “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder”.

Esse processo de consolidação do Estado Republicano não ocorreria de modo rápido ou fácil, havia uma miscelânea de modelos ideológicos a serem seguidos, disputas pelo poder, crise econômica, revoltas de oposição à nova forma de governo, questões territoriais internas e externas, o que gerava uma inconstância no movimento de afirmação

da República.

Entretanto, a presteza quando da institucionalização da República estava marcada nos decretos velozmente homologados após a proclamação, de modo a garantir a soberania jurisdicional dessa nova forma de governo a que se propunha o Estado brasileiro, dando ênfase à conduta do Estado em garantir que a República fosse preservada e garantida a sua segurança, bem como instituindo autonomia às antigas províncias e formatando as primeiras materializações daquilo que seria a República Brasileira.

Tais medidas estão descritas no Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, no qual o Governo Provisório estabelece as normas pelas quais se deveria reger o Estado, dando destaque aos artigos:

Art. 1º Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira – a República Federativa.

Art. 2º As Províncias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3º Cada um desses estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 5º os governos dos estados federados adoptarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais quer estrangeiros.

Art. 7º Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular. (BALEEIRO, 2012, p.14 – 15)

A implantação da República não se pautava apenas em fatos políticos e disputas de grupos, era preciso estender a legitimação republicana aos segmentos sociais iletrados e de menor educação formal. Para tanto, se via a necessidade de criar mitos, símbolos que efetivamente cumprisse essa missão. (CARVALHO, 1990, p. 10)

Ainda nesse segmento, em 19 de novembro de 1889, instituiu-se o decreto que prevê os dispositivos simbólicos dos Estados Unidos do Brasil, da bandeira e das armas nacionais que representariam a República, ficando estabelecido que:

Considerando, pois, que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da pátria entre as outras nações:

Art. 1º A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas cores nacionaes – verde e amarella – do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul,

atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda – Ordem e Progresso – e ponteadas por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronômica, quanto à distância e o tamanho relativos, representando os vinte estados da República e o Município Neutro; tudo segundo o modelo desenhado no anexo n.1.

Art. 2^o As armas nacionais serão as que se figuram na estampa anexa n. 2. Art. 3^o Para os sellos e sinetes da República, servirá de símbolo a esfera celeste, qual se desenha no centro da bandeira, tendo em volta as palavras – República dos Estados Unidos do Brasil. (BALEIRO, 2012, p.15 – 16)

Embora tenham sido idealizadas diferentes figurações da bandeira nacional republicana, no qual alguns modelos, inclusive que nos circularam 15 de novembro, se aproximavam do desenho representativo dos Estados Unidos da América, a rejeição por esta e a preservação pelo modelo à brasileira foram preservados.

Com isso, Teixeira Mendes, responsável pela composição da Bandeira Republicana, justifica a nova, a qual carregava preceitos positivistas em seu arranjo, representando o que viria a ser uma das influências ideológicas existentes na Primeira República. Nesse âmbito, a bandeira representaria o passado, o presente e o futuro, por meio da junção de elementos oriundos do império, da recente República e almejando o progresso e o desenvolvimento futuros. Para Carvalho (1990), tal proposição se define do seguinte modo:

Sempre de acordo com princípios positivistas, alega que o emblema nacional deve ser símbolo de fraternidade e ligar o passado ao presente e ao futuro. A ligação com o passado se dava na conservação de parte da bandeira imperial, segundo obra de José Bonifácio (o desenho era de Debret, discípulo de David, o pintor da tricolor francesa). Conservavam-se o desenho imperial e as cores, representações de nossa natureza e nossas riquezas. Até mesmo a cruz permaneceu no Cruzeiro do Sul, uma cruz leiga que podia ser vista com simpatia pelos católicos. Reconhecia-se desse modo, o passado, a tradição, tanto política como religiosa, pois a Monarquia e o catolicismo eram fases da evolução da humanidade, a ser superadas, mas necessárias e portadoras de aspectos positivos. A bandeira continua Teixeira Mendes, tinha de representar também o presente, o novo regime, e o futuro. A divisa “Ordem e Progresso” cumpria esse papel. De um modo até então dividido entre as duas tendências, com excessos de ordem senso substituídos por excessos de progresso, passava-se em consequência das descobertas científicas da dinâmica social do Mestre, a uma concepção que unia dois polos. Tal concepção era a base da nova dinâmica de confraternização universal, prenúncio da fase final da evolução da humanidade. (CARVALHO, 1990, p. 113)

Outra questão simbólica cuja significância cumpriu efetiva representatividade

nesse processo de legitimação ideológica e, mais que isso, costurou um sentido de pertencimento nacional àqueles que compunham a população do Estado brasileiro, foi o Hino Nacional, denotando uma “vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime.” (CARVALHO, 1990, p. 122)

Não havia ainda um hino que correspondesse ao movimento republicano, o que se tocava nas ruas no 15 de novembro era a *Marselhesa*, Hino Francês que remetia aos rompantes e lutas pela liberdade ocorridos no século XVIII. Nessa esfera, o Governo Provisório decidiu por criar um concurso para escolher uma nova melodia que viesse a musicar a letra que Medeiros e Albuquerque havia composto como hino oficial do Partido Republicano.

O concurso viria a modificar sua destinação com o acontecimento do dia 16 de janeiro de 1890. Visando promover a aclamação dos membros do governo provisório, foi realizada uma manifestação a Deodoro da Fonseca com a presença de nomes ilustres do período, como Benjamim Constant, a presença da marinha e da população. As bandas que tocavam marchas militares e o Hino da Marselhesa pouca empolgação proporcionavam aos presentes, alterando essa realidade ao tocar o Hino Nacional Imperial. Com a empolgação da população, decidiu-se por manter o hino de Francisco Manoel da Silva dando-lhe a letra de Joaquim Osório Duque Estrada, transformando assim o concurso em um evento para escolher o Hino da Proclamação da República. (CARVALHO, 1990)

Tais medidas adotadas pelo Governo Provisório remetiam à apreensão alocada na integridade nacional, uma vez que nesse início do período republicano a miscelânea de correntes ideológicas e políticas se tornavam uma iminência de riscos à organização territorial brasileira. As províncias (agora estados) brasileiras se distinguiam quanto à questão demográfica, cultural, social, política e aos seus próprios limites territoriais, ocasionando uma instabilidade entre as mesmas e o governo central. Essa problemática era acentuada nas regiões que contavam com de fronteiras políticas externas.

As medidas tomadas pelo governo republicano quanto aos símbolos de representação da República do Brasil, satisfaziam o ideário da população das áreas mais desenvolvidas do território brasileiro, especialmente os eixos urbanos. Em contrapartida, as regiões mais afastadas, em destaque as terras do noroeste, não possuíam efetiva participação nesse processo. De fato, enquanto na capital do país, o Rio de Janeiro, era polvilhado de manifestações de apoio ou contestação ao poder republicano, o estado de Mato Grosso só ficaria sabendo da adoção de uma nova forma governamental um mês após

o ocorrido.

Nesse sentido, a construção da ideia de nação pela República brasileira precisou obscurecer o fato de que a maior parte de seus habitantes continuou excluída de participação e direitos políticos e a existência de uma diversidade linguística, étnica e cultural que impedia o apelo a uma tradição do “povo” brasileiro ou a um “passado comum”. Assim, a construção de uma identidade nacional permaneceu durante um longo tempo como um problema político e uma questão intelectual importante, exigir um investimento em práticas simbólicas para “inventar tradições” – rituais cívicos, monumentos de caráter oficial ou não, bandeiras e hinos – capazes de modelar a imagem de um povo homogêneo. (MACIEL, 1998, p.21)

O atraso de desenvolvimento que caracterizava a região noroeste do Brasil era notável, pois havia uma discrepância colossal entre o modelo civilizacional pretendido e aquele real das regiões afastadas da capital. Retomando o relato de Laura Antunes Maciel (1998), no início da República, os únicos estados que o telégrafo ainda não havia alcançado eram Mato Grosso, Amazonas e Goiás, o que evidencia o atraso dessa região em comparação ao restante do país.

Os termos sertão e litoral, como nomenclaturas usuais, faziam referência à extrema diferenciação que se consolidara com os anos, reafirmando as proposições citadas no capítulo anterior de que formara um território como área de dominação política e exploração econômica sem que se houvesse a consolidação de uma identidade nacional e de um ideário de nação. Asseverando as afirmações, citamos:

Conhecer suas riquezas, população, integrá-lo e ocupá-lo eram as premissas do novo governo. Neste contexto, com o debate acerca da integração nacional ganhando força, Mato Grosso, Amazonas e Acre se destacavam como principais alvos de iniciativas com este objetivo. Estes estados eram muito desconectados da então Capital Federal, o Rio de Janeiro, e havia dificuldade até mesmo em relação aos caminhos para se chegar até eles. À época o modo mais fácil de empreender a viagem era através de um longo percurso fluvial atravessando outros países, como Argentina, Uruguai e Paraguai, para então se chegar ao Mato Grosso. Os poucos caminhos terrestres existentes eram penosos e pouco transitáveis em determinadas épocas do ano, como entre os meses de dezembro e maio, por exemplo, quando acontece a cheia dos rios. (ARANHA, 2012, p. 91 - 92)

Isto posto, a tríade *Povo/Nação/Estado* se tornava primordial para a manutenção do território e do poder republicano. Fazia-se necessário inserir na população, desde as elites até os segmentos mais populares, um sentimento de pertencimento à nação brasileira e uma identidade local, em outras palavras, havia que se fazer reconhecer o Brasil dentro de

seus próprios limites.

Com a proclamação da República a ideia de nação precisava emergir no território brasileiro, pois o princípio moderno das nacionalidades prevê que um Estado só exerça sua autonomia e seu poder quando há um povo para legitimá-lo. Nesse sentido, qual seria a cultura comum ao conjunto do povo brasileiro? Quem seria esse povo? Quais os costumes que o caracterizariam? Qual a sua história? O que o tornaria uma nação? Como integrar essa diversidade em um mesmo todo conferindo um sentido patriótico? São questões que deveriam permear o ideário de nação a ser desenvolvido e que podem ser associadas à Comissão Rondon, que cientificamente deveria criar uma imagem da população que vivia no Brasil e registrar a unidade da diversidade de suas regiões.

A intenção com a exposição realizada referente à formação da nacionalidade e identidade brasileira, não é estabelecer um estudo específico sobre os mesmos, mas utilizá-los como recurso no intuito de compreensão da formação territorial ocorrente no Brasil, uma vez que as ideologias existentes no período incitavam a formação de políticas públicas mantendo o viés nacionalista, sendo este notadamente marcado nas ações promovidas pela Comissão Rondon e sua busca pela integração nacional, sintetizando tal pressuposto na citação: “a afirmação de que a *história da ocupação espacial é a história da formação nacional*” (SOUZA, 1997, p. 35).

A legitimação do Estado Republicano pela nação/povo brasileiro, que ainda precisava se materializar naquele momento de rupturas e de reorganização sócio/cultural/espacial, viria a ser realizada nesse primeiro momento por meio de uma legislação, infiltrando na população a premissa de liberdade e participação.

A constituição de 1891 traceja aquilo que perduraria pelas próximas décadas no Brasil, ficando muitas vezes no percalço das vontades daqueles que detinham o poder. Entre os modelos republicanos que disputavam o domínio no período, sobressaiu-se constitucionalmente o “Americano”, fundamentado nas Repúblicas dos Estados Unidos da América e da Argentina, carregando ainda aspectos positivistas e do clássico liberalismo, ver-se-ia então uma espécie de junção daquilo que havia de maior expressão política no período.

Nas questões políticas, o liberalismo americano surgia na República Brasileira delineando as margens de poder que se estabeleceriam sob o domínio da aristocracia rural do período. Entretanto, o modelo positivista posto por Auguste Comte se sobressai no cenário ideológico/cultural e fortalece as ações civilizatórias postas pelo governo

republicano.

O positivismo estava em vigor no ideário de parte da população, especialmente no meio militar, desde o período imperial, com a doutrinação direcionada aos jovens militares, por Benjamim Constant, propagando-se entre aqueles que, devido a sua formação técnica/militar, seriam os responsáveis por desbravar os sertões do poente no início do século XX. Estes tornam-se os principais representantes do positivismo no Brasil.

Com a instauração da República, visou-se substituir uma sociedade bacharelesca, influente no Império, por uma de formação técnica, visando o desenvolvimento tecnológico e científico. Em outras palavras, de acordo com a corrente positivista, o progresso de fato apenas se tornaria possível após a superação dos estados teológicos e metafísicos, vistos como entraves para o desenvolvimento da humanidade, já que seriam carregados de superstições e religiosidades. Assim, após esse momento de superação, a humanidade alcançaria o terceiro estágio da teoria de Comte, o positivo, que seria direcionado à pesquisa científica para comprovação dos fatos. Nesse caso, valoriza-se a cientificidade, o progresso e a ordem.

Em suma, o espírito positivo, segundo Comte, instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais. (GIANNOTTI; LEMOS, 1978, p.21)

Nesse sentido, “a República entrava nessas concepções como fator essencial da transição, por superar a fase metafísica em que elementos externos (monarquias hereditárias com base no direito divino dos reis) ainda perturbavam a evolução humana.” (CARVALHO, 1990, p. 131). O método positivo seria representativo da evolução humana, que teria alcançado seu nível superior de desenvolvimento e, por isso, justificaria a dominação sobre aquelas sociedades que ainda não estariam no mesmo processo, vivendo de forma atrasada e primitiva no Brasil, os habitantes dos sertões.

Entretanto, o primeiro momento republicano não se caracterizou pelas ideologias postas na Constituição de 1891, se instaurando um poder autoritário do exército e do então Presidente Deodoro da Fonseca, que não representava o federalismo que havia se instituído (CARDOSO, 2004, p.38). Nesse emaranhado, os primeiros anos caracterizar-se-iam pelo domínio dos militares no poder, sendo denominado de República da Espada (1889 – 1894),

os quais foram os responsáveis por conter e concomitantemente “provocar” os ânimos dos que se posicionavam contra a nova forma de governo ou ao modo pelo qual se conduzia a política. Cabe ressaltar que:

O pacto federalista faz-se necessário quando um país apresenta multiplicidade cultural, social a ponto de colocar-se em questão a desintegração nacional, mas ao mesmo tempo existe a defesa da integridade territorial contanto que se mantenha a autonomia local. Assim, o arranjo federativo é uma parceria com divisão de poder entre os parceiros, que necessita de uma Constituição estabelecendo os termos do poder compartilhado e a divisão de poder em bases territoriais. (ARRUDA, 2015, p. 02)

Essa realidade posta pelos primeiros presidentes militares da República não contrariava somente os pressupostos constitucionais, mas também os ideológicos que permeavam o cenário nacional. O Positivismo de Comte apresentava uma aversão ao militarismo, o que provocava incômodo na classe. Nesse sentido, foi realizado um movimento ideológico no qual ocorreu o inverso, pois se durante o período imperial o povo almejava alcançar a função de soldado, neste momento histórico e político pretendia-se o oposto, aproximar o soldado do povo, nas palavras de Carvalho (1987, p.49), era retirar de cena o “cidadão-soldado” e integrar o “soldado-cidadão”, o qual estaria buscando a plenitude dos seus direitos de cidadania.

As comissões para a instalação telegráfica que se formam no decorrer da Primeira República para atuar no noroeste do Brasil, evidenciam esse “soldado-cidadão”, que adentra em áreas inóspitas e se aproxima da população que ali reside, de modo a proporcionar uma “estreita” relação entre a capital do Brasil e as áreas de maior desenvolvimento, harmonizando as diferenças sociais que se hospedavam entre o sertão e litoral, agindo com destreza para a civilização daquelas áreas.

Apesar das discrepâncias que já se formavam no governo provisório, e a uma insinuação nada positiva à participação dos militares na República, a preservação pela conservação da ordem e da segurança impulsionava o apoio à candidatura destes, como forma de garantir a “defesa da propriedade e dos privilégios das classes dominantes, [assim] muitos insuspeitos democratas batiam às portas dos quartéis invocando os militares “como salvadores do momento que transformam a espada em talismã”. (FLORES, 2010, p.55 - 56).

A inconstância política governamental que se encontrava nesse início republicano era acompanhada de revoltas e problemas econômicos que ameaçam a sustentabilidade do

novo regime. Os governos militares nos primeiros anos da República laboravam em uma convergência de interesses, embora os civilistas e as oligarquias vissem no militarismo meios facilitadores de manter a ordem institucionalizando a República, estes também divergiriam entre si, expressando interesses políticos, econômicos e sociais distintos, ocorrência frequente especialmente com os cafeicultores que, desde o Império, almejavam ampliar os poderes políticos que lhes cabiam.

Nessa fracionada rede de interesses, em 1894, após as eleições, é eleito o primeiro Presidente Civil da República dos Estados Unidos do Brasil, Prudente de Moraes. Seu governo, que findou em 1898, assinalou-se pelo caráter pacificador, tratando de abrandar os conflitos existentes entre as oligarquias cafeeiras, os militares e o poder executivo originadas nos governos anteriores:

O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Durante quase dez anos de república, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado de café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. (CARVALHO, 1987, p. 31)

Prudente de Moraes inicia a modelagem política que iria perdurar pelos próximos anos da República. As medidas tomadas pelo presidente evidenciavam o caráter elitista assumido por seu governo, que favorecia as oligarquias cafeeiras que almejavam alcançar o poder. Assim, a sucessão presidencial ao fim do seu mandato se daria sem maiores agitações.

Em 1898 assume a Presidência Manuel Ferraz de Campos Sales, republicano histórico, membro do Partido Republicano Paulista, que [...] “garante, na verdade, em meio ao tumultuado processo republicano, a presença de São Paulo nas decisões mais importantes da política da República.” (RESENDE, 2010, p. 112)

A organização política que dominará a República até 1930 não se traduz em uma inovação, mas em uma manutenção de processos enraizados que já existiam no Brasil desde o período Imperial. De acordo com Queiroz (2004, p.155), “os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança – herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal”, herança que se traduzia em uma hierarquia do poder político que atingia o âmbito local, regional e nacional.

Após o conturbado período inicial, Campo Sales passou a defender a premissa de

que a melhor forma de modificar as vias republicanas e consolida-las de fato seria com uma harmonização política e econômica, pois: “a estabilização monetária e financeira está condicionada à estabilização política. Essas são as razões básicas imediatas para a formulação da política dos governadores.” (RESENDE, 2010, p. 114) Desse modo, propunha-se a reorganizar essas estruturas, instituindo o domínio político da elite agrária cafeeira, no qual seus arranjos acabam por consolidar o que se denominou posteriormente de “política dos governadores”, sustentada pelas oligarquias estaduais e pelo poder local dos coronéis.

A clareza posta por Campos Sales, ao afirmar que é “dos *estados que se governa a república*” (NEVES, 2010, p. 38), estabelece padrões adaptados à realidade posta em cada ente federativo, sendo mantido o poder por vias diferentes, sejam elas mais diplomáticas ou repressivas. Torna-se essencial evidenciar que:

A geografia das oligarquias dominantes é muito relevante para se entender a dinâmica do sistema. Há estados em que a disputa pelo poder está mais institucionalizada. Neles o partido estadual funciona como uma estrutura de agregação dos interesses, fato que torna a violência menor. Estão nesse caso Minas Gerais e São Paulo. Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro congrega os interesses de grupos familiares dominantes nas diversas regiões do estado, mascaradas pelas suas origens históricas, por atividades econômicas diferenciadas. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista congrega os interesses dos cafeicultores, representantes da economia dominante e praticamente, à época, exclusiva do estado. Nos estados dominados por oligarquias constituída de uma única família ou naqueles em que ocorrem lutas armadas entre facções oligárquicas pela hegemônica no estado, a violência é maior. Citam-se no primeiro caso Goiás, Mato Grosso, Amazonas, entre outros, e no segundo caso Paraná, Santa Catarina, Bahia e Piauí, por exemplo. (RESENDE, 2010, p.97)

Assim, o sistema federativo proposto pela Constituição de 1891, e a tentativa de expansão do número de votantes, consolidam o poder político nas mãos daqueles que o almejavam desde o final do período Imperial. A aristocracia agrária, ou aqueles letrados que dela se beneficiam, organiza-se em grupos políticos que fazem uso de arcabouços hierarquizados e repressivos para que se mantenha o domínio político e econômico em cada unidade federativa e no Estado Nacional.

Essa organização política oligárquica que se consolida durante o período em questão, irá favorecer os empreendimentos cientificistas e civilizadores expressos pelas comissões de linhas telegráficas, embora o domínio político estivesse nas mãos de uma aristocracia rural cafeeira, esta precisava engendrar o Brasil no cenário político/econômico internacional, objetivo que se consolidaria na medida em que o país estivesse em um nível

de desenvolvimento similar àquele experimentado na Europa e nos países emergentes.

Os pactos oligárquicos costurados pelas elites nacionais, regionais e locais serão os responsáveis pela expansão territorializada do poder estatal nas áreas tidas como espaços vazios, de modo a fortalecer a economia nacional e promover a integração do território. Tais ações se tornam mantenedoras da ótica geopolítica (enquanto estratégia de dominação) que fundamentava a realidade brasileira naquele momento. (MORAES, 2002)

Não é infrequente que em países de formação colonial o Estado acabe exercendo o papel de gestor do território, e as políticas públicas desenvolvidas acenavam para tanto. Se a região oeste/noroeste encontrava-se em atraso para os parâmetros de desenvolvimento almejados pelo poder republicano, a intervenção Estatal deveria ser funcional para resolver as limitações postas:

Por isso, a prática estatal manifesta-se fortemente em suas histórias enquanto políticas territoriais, isto é, como ações de modelagem e produção de espaços. A dotação de infraestrutura, a normalização dos usos do solo, a regulação da propriedade fundiária, a distribuição das populações, tudo se enfeixa na atuação governamental. O Estado se impondo como mediação básica na relação social entre a sociedade e o meio que a abriga. (MORAES, 1999, p. 44)

Considerando tal proposição relativa à integração do território, infere-se a relação política com que essa expansão era pensada, sendo esta uma derivação ocorrente desde o período colonial, tendo em vista a preservação que se instaurou de áreas que não possuíam um avivamento econômico ou cultural na perspectiva Estatal, de fato:

... a expansão do Brasil teve e tem caráter pronunciadamente interno. É a ação constante de valorizar a área política, de levar o desenvolvimento econômico mais perto da fronteira política”. Movimento que retira seu impulso da descompensação entre áreas internas geradas pelo fato de que o mapa econômico brasileiro é menor que o mapa político. (SOUZA, 1997, p. 143)

A implantação de telégrafos, ferrovias e a civilização dessas populações atrasadas (de acordo com a teoria positivista), eram os meios pelos quais se buscava obter o engrandecimento e valorização das regiões que eram alcançadas. Por isso, havia um favorecimento e um processo facilitador entre as instâncias que compunham a política nacional. Laura Antunes Maciel (1998) relata que a Comissão Rondon recebia dos mandantes locais e estaduais aparelhagens, produtos alimentícios e produtos farmacêuticos que contribuíssem para a expedição mesmo antes de se ter a verba para a mesma liberada, tamanha a confiança, o favorecimento e os interesses nas ações científicas/civilizadoras

demonstrados pelas classes dirigentes.

De fato, esse revezamento no poder Nacional que se consolida durante a Primeira República não será mantido pela união dos estados, mas sim pela premissa de exaltação de poder de um deles. Ora, mais viável a divisão do poder estabelecida pela diplomacia ao ter que enfrentar uma possível estagnação nesse domínio pela perda política, haja vista que os interesses dessas elites convergiam entre si.

2.2 Representação Geográfica na República: Sertão, litoral e Identidade Nacional

Alargam-se nesse momento republicano, as dificuldades erigidas pela dualidade existente em seu território. Promover uma unificação política e territorial, em um país orientado por um sistema federativo no qual os estados teriam maior autonomia e eram contextualizados por sua grande disparidade econômica e cultural, possuía entraves carecidos de solução.

O estado de Mato Grosso, sertão abrupto no seio republicano, representava um dos principais pilares dessa precária organização territorial, visto que até fins do século XIX, sua participação no cenário nacional ainda era tímida e fragilizada, mesmo com os adventos oriundos da abertura da navegação da Bacia Platina e da reestruturação da economia após a Guerra do Paraguai.

O fluxo leste/oeste para definição do sertão exacerbava o estigma da barbárie e primitividade que se alocava à região oeste/noroeste, haja visto sua localização fronteiriça, "seja no que se refere à expansão do litoral rumo ao interior, como também de limite entre países vizinhos, dando a impressão de um deslocamento do civilizado rumo ao desconhecido" (SANTOS, 2012, p.119), tornando uma marca constante na construção da identidade mato-grossense.

O sertão brasileiro precisava ser (re) colonizado pelo Estado Republicano, ou mais que isso, seria necessário um processo de apropriação dessas áreas afastadas, em especial as terras localizadas no extremo Noroeste, que ainda não haviam sido alcançadas pelo telégrafo, de modo a convalidar o poder estatal ali exercido.

Cabe ressaltar que não há uma definição exata do que seja o sertão, tão pouco uma caracterização geográfica definida sobre o mesmo, embora haja aspectos semelhantes, isso porque o sertão corresponde a um imaginário social, que se modifica em cada seio cultural no qual é formado.

Nesse sentido, enquanto realidade fático-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada. [...] Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno (MORAES, 2003, p. 02)

No caso brasileiro, o termo sertão era normalmente utilizado como expressão daquilo que se localizava distante das áreas próximas ao litoral, onde se fixavam as principais cidades do período, validando-se ainda como aquilo que não se conhecia, que não era habitado e que ainda estava à espera de processos de conquista. De certo modo, as áreas qualificadas como sertão correspondiam à maior parte do território brasileiro, por isso a efetiva preocupação dos políticos republicanos, uma vez que essa característica acentuada não correspondia à imagem de uma sociedade desenvolvida que queria se inserir no cenário mundial.

Ao referir-se a determinado lugar como um sertão, há um recurso ideológico que perpetua a premissa de um espaço vazio, um local ainda a ser de fato ocupado pela sociedade mais desenvolvida e, por isso, acaba por atrair uma valorização que emana do que se poderá usufruir daquela região. Fator que, ao analisarmos o caso mato-grossense, remete-nos à questão da migração, que contribuiu para a formação territorial, seja pela expansão (bandeirantes) ou manutenção, como é o caso daqueles que se fixaram ao sul da ainda província a partir de meados dos anos 1850, devido aos atrativos de oportunidade.

O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. (MORAES, 2003, p. 03)

Contrapontando o que era o sertão, existia o seu oposto, no caso de nosso país, o litoral, que se difundia como o cerne do desenvolvimento nacional. Esses adjetivos dados ao litoral, não diziam respeito apenas ao desenvolvimento econômico ou científico, mas eram em muito por conta do domínio de pessoas brancas que se alocavam naquelas áreas, isso porque naquele momento histórico, a sociedade perseverava no ideário posto pelas

teorias raciais¹¹.

Possuir o estigma de sertão sinalizava para uma incivilidade que não era combinatória com a elite social influente ou àqueles que, de alguma forma, aspiravam a participação social, entre estes, a elite mato-grossense que se forma a partir da década de 1850 e se consolida no período republicano.

Desse modo, articulava-se entre os cidadãos o que chamamos de “sertão de fronteiras”, que consistia na transferência dessa imagem de sertão sertanista a locais ou grupos sociais que se mantinham como atrasados ou na barbárie para o status quo da época. Assim, havia uma subsequente substituição acerca do que representava o sertão. O litoral atribuía essa imagem de incivilizado para os locais mais afastados, no caso em questão, Mato Grosso. A elite mato-grossense, na ânsia por inserção social, transferia o título para as suas próprias regiões fronteiriças e, com o desenvolvimento destas, para determinados grupos sociais, como os indígenas e quilombolas. (SANTOS, 2012)

As representações feitas sobre Mato Grosso mostram uma das construções sobre o imaginário dessa localidade e a forma como se apresentavam como parte da nação brasileira. Representações estas que se tornaram recorrentes na época e buscaram impor como legítimas. Daí o esforço das elites mato-grossenses em construir uma identidade para a sua região e se apresentar com tal, no esforço de se reconhecerem e serem reconhecidas, o que, segundo Pierre Bourdieu, é uma luta de poder de se apropriar de vantagens de uma identidade legítima. (SANTOS, 2012, p.120)

Essa diferenciação existente no território é atributo comum às sociedades de formação colonial: “marcadas por um nível tão alto de desigualdade que impede a caracterização (mesmo que formal) de um todo nacional que agrupasse um segmento significativo da população como partícipes de um “contrato social” fundante da legitimidade do poder estatal.” (MORAES, 2002, p. 98)

Outro fator característico do litoral era sua frágil “reprodução” do continente europeu. A Europa, como modelo a ser seguido, era constantemente “copiada” pelos habitantes que compunham as áreas mais desenvolvidas, certos de que, desse modo, ampliavam sua cultura e status-quo. Essa ação consistia muito mais em um simbolismo do que de fato na veracidade autêntica dos padrões europeus. Para Candice Vidal e Souza:

¹¹ Essa política de raças está associada ao que tange as teorias do século XIX como o Darwinismo Social e a Teoria dos Trópicos, justificando o domínio e apropriação dos territórios e das sociedades que eram tidas como atrasadas, primitivas e precisavam desse desenvolvimento. A ideia de sertão então foi uma criação mítica associada as características reais e imaginárias àquelas regiões, associando personagens e estereótipos aos indivíduos que ali habitavam.

O litoral, enganosamente vigoroso em seu progresso, representando um estado de decadência já indisfarçável, pois que seus avanços eram produto de processo mimético e artificial. Forjado em desobediência aos determinantes verdadeiramente nacionais, o estágio civilizatório do litoral foi atingido sob o preço do esquecimento de outros grupos da sociedade brasileira. (SOUZA, 1997, p. 92)

Sertão e litoral diferenciavam-se ainda pela questão populacional, as etnias que formaram a população Brasileira se dividiam grosso modo entre brancos, negros e indígenas, no entanto, a maior parcela da população correspondia às duas últimas. Essa característica discontentava uma pequena parcela, a elite branca, que subjugava as outras apoiadas pelas teorias raciais que se afirmam, propiciando a busca pelo branqueamento da população. Sintetizando, o sertão, formado por índios e miscigenados, possuía um papel secundário:

Neste sentido, a participação dessas populações nos acontecimentos fundamentais que, a partir do sertão, fundaram a nação e definiram sua trajetória rumo à construção de uma civilização brasileira, quando não é vista como obstáculo a esta caminhada, é considerada, como fator de atraso e de retenção desta marcha. Quando consideradas positivas, suas ações são descritas como meras participações coadjuvantes, em tudo figurativas, num texto em que o grande herói é sempre o homem branco. Vistas desde o palco da história, as populações não-brancas são sempre figurantes. Em geral são apresentadas apenas como observadoras. Observadoras privilegiadas, é verdade, posto que sempre na primeira ou na segunda fila (pois seria impossível esconder sua presença), mas sempre observadoras. Desçamos então a história, aqui, do palco para a plateia. (SILVA, 2006, p.429)

Por esse viés, Lima (1999) indica a inautenticidade existente no litoral, com características traçadas na negação daquilo que existe no território brasileiro, no anseio de forjar uma realidade que não era condizente com aquela vivenciada cotidianamente nas terras brasileiras, já que acomodadas em preceitos ideológicos europeus e racistas.

Em contraposição, como discorre Lylia Galetti (2012), o sertão carregava em si duas denominações que se distanciavam por sua dicotomia, sendo ao mesmo tempo desertos de civilização e reservas de brasilidade. Isto posto, “trata-se, em nosso caso, de uma oposição entre civilização de copistas e cultura autêntica, cultura que, em todo caso, ainda estava por ser descoberta.” (LIMA, 1998, p.268)

Enquanto o sertão se caracterizava pelo atraso e suposta falta de civilização, o litoral não representava o nacional. Desse modo, o governo republicano encontrava-se dividido entre o “reduto da civilização e dos grupos brancos – e o sertão dominado por uma

civilização incivilizada, mestiça, infantil, inculta, em estágio inferior da evolução social” (LIMA, 1999, p.60).

Essa dualidade na qual se encontrava o Brasil, acarretava sérios problemas para a legitimação da dominação territorial, pois embora estejamos nos referindo a questões de caráter social e cultural, a falta de identidade com o sistema republicano poderia ocasionar levantes separatistas visando uma possível fragmentação do território, especialmente nas regiões fronteiriças, que constituíam as maiores áreas de sertões naquele momento.

Desenvolver na sociedade brasileira uma identidade comum, de modo a promover a integração nacional entre sertão e litoral, era também uma forma de estabelecer o reconhecimento legítimo do território como espaço de jurisdição do poder do Estado, e com isso proteger a integridade territorial brasileira.

A integração territorial, por viés de duplicidade entre litoral e sertão, não era algo de fácil realização, tendo em vista a extensão das áreas sob domínio e as discrepâncias culturais e sociais que pairavam sobre a mesma. Atender ao modelo de sociedade posto pelas áreas litorâneas seria ressaltar o desenvolvimento tão almejado pela República, mas acatar um Brasil corrompido por ideologias externas. Por outro lado, o sertão representava a imagem do verdadeiro brasileiro, mas também o atraso e a incivilidade, o que viria a expor um retrocesso social. (SOUZA, 1997):

Conclusão: se o Brasil está no litoral, as características nacionais se corrompem pela aproximação permanente com influências exteriores. Na verdade, surgem claros os demarcadores entre o fator inteiramente local e aquele alienígena. Trata-se de uma nacionalidade duvidosa, cuja prevalência incomoda e determina a procura por outras representações mais seguras da nação. O Brasil não pode continuar a ser apenas o que se tem na marinha. A fórmula regenerativa para a nacionalidade imperfeita vai buscar nos lugares do sertão a matéria prima para se fazer outro país. (SOUZA, 1997, p. 104)

Nesse emaranhado, o governo republicano encontra a solução numa espécie de “transportação”, na qual os aspectos qualitativos do litoral (desenvolvimento, civilidade, conhecimento científico) seriam levados ao sertão, e conseqüentemente, este teria sua imagem associada ao progresso, ampliando a figura do sertanejo, agora civilizado de acordo com os paradigmas do período, para todo o cenário nacional.

Cabe considerar que a formação territorial se expressa por uma adesão concomitante da ocupação material e da legitimação simbólica de um período específico, “sendo o território considerado, portanto, como realidade objetiva localizada espacial e temporalmente”

(NOGUEIRA, 2016, p. 01). Assim, as extensões oriundas de outras localidades exercem influência direta na composição de formação e desenvolvimento a qual o Mato Grosso foi submetido, sendo objeto de uma modelagem espaço-temporal voltada a atender um simbolismo específico, no caso, o republicano.

A proposta do Estado Brasileiro Republicano, consiste em transitar no sentido Leste - Oeste, ou seja, litoral-sertão, na premissa de que o trajeto iria desvencilhar o litoral das influências externas que sofria, de modo que a cada quilometro mais próximo do sertão, se aproximaria também de sua identidade real, e concomitantemente, o sertão: “ao receber a chegada do mundo litorâneo abandona seu estado de atraso e primitivismo e passa a integrar a civilização.” (SOUZA, 1997, p.107)

A combinação desses elementos possibilitaria a formação de uma nova identidade brasileira, que iria compor o projeto indentitário nacional posto pela República. A formação de um nacionalismo brasileiro seria o recurso ideológico de legitimação do governo para que o território sob seu domínio se mantivesse integrado, tal como ocorreu nos períodos anteriores. Desse modo, inicia-se uma expansão interna, com a apropriação das áreas pouco conhecidas que já integravam o território, como aponta Souza (1997, p. 135):

Para dentro, o Brasil começa a crescer. Esta sim é a direção de expansão da fronteira. Área demarcatória entre partes constituintes de um mesmo país, a fronteira vem a ser intermédio entre um Brasil “cultivado” pela civilização e outro ainda bruto, muito sertão. Estender em profundidade a nacionalização apossadora das terras de interior, perdidas sem a decisiva marca de pertencimento ao Brasil, torna-se a máxima missão dos agentes financeiros. (SOUZA, 1997, p. 135)

Destaca-se como estratégia para tal projeto, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) de 1907 – 1915), que sob o comando do Militar Candido Mariano da Silva Rondon, parte da premissa de promover no oeste/noroeste do país a aproximação entre litoral e sertão, por meio da implantação das redes telegráficas, bem como o desenvolvimento social, cultural e científico daquelas áreas ainda incivilizadas e atrasadas. Em suma, “o principal objetivo da Comissão era conhecer, integrar, aproximar espaços tidos como afastados e atrasados e transformá-los em áreas produtivas, preparando-as para uma ocupação que deveria ir à esteira das melhorias da infraestrutura local.” (ARANHA, 2012, p. 92)

A CLTEMTA laboraria desse modo como um agente do Estado nas regiões ainda caracterizadas como o sertão, nesse caso específico, o Mato Grosso, geografizando o território “pouco explorado” e delimitando as feições que se almejava implantar enquanto unificação

brasileira, sendo o:

viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor da ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território, valor supremo da geopolítica nacional e pressuposto geral de todas as demais funções enumeradas. A ação governamental é pensada como geográfica por excelência. (MORAES, 1999, p. 45)

A Comissão Rondon iria impor aos habitantes do sertão a presença do Estado, de modo a exaltá-lo e legitimá-lo em suas ações, haja vista que representava o progresso, desenvolvimento, e a “preocupação” de um governo que visa a integração nacional, proteção das regiões de fronteira e o “bem estar de sua população”.

Isto posto, podemos aferir a Comissão Rondon como um projeto “homogeneizador de culturas, forjando uma identidade nacional por intermédio da comunicação, da linguagem e da transmissão do pensamento” (MACIEL, 1998, p.72). Sua ação ao noroeste do Brasil irá compor-se por uma série de medidas que afirmavam o poder do Estado e a translocação das características positivas do litoral ao sertão. Com os telégrafos, locomotivas, fundação de povoados e cidades, integrar os indígenas como cidadãos à medida que eram civilizados, “cobrindo” o vazio demográfico e desenvolvimentista que se colocavam como uma ameaça a República. (MACIEL, 1998)

Com o desenvolvimento do noroeste do país através do telégrafo, o governo brasileiro esperava uma grande quantidade de migrantes que se destinariam às terras do Mato Grosso e do Amazonas. De acordo com o planejamento do Estado, o estabelecimento de infraestrutura em comunicações através do telégrafo constituiria um cenário de apoio às populações que já habitavam estas áreas e um incentivo ao seu maior povoamento. Assim, a CLTEMTA agiria em três frentes, o incentivo ao povoamento, o conhecimento do território com vistas a sua proteção e o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas na região. Estes objetivos centrais estavam intrinsecamente ligados, pois do desenvolvimento e diversificação de atividades produtivas dependia o afluxo populacional esperado, e da sua ocupação, a proteção da região. (ARANHA, 2012, p. 92)

Toda essa mudança ocasionada pela Comissão Rondon ocorre sem que a imagem do sertão se perca, pelo contrário, um dos motivos pela escolha de Candido Mariano da Silva Rondon para liderar esse projeto foi devido a sua origem, tendo em vista que o mesmo havia nascido em Mimoso, cidade mato-grossense. Desse modo seria ele seria a idealização perfeita para as intenções expressas pelo projeto, afinal era um sertanejo que havia estudado e se integrado a sociedade civilizada sem perder suas raízes.

Por essa representação imagética atribuída a figura de Rondon, o homem do sertão

viajará por todo o Brasil, no decorrer de seus projetos telegráficos e desenvolvimentistas implantados nas áreas a oeste/noroeste, de modo a propagar os feitos e atributos que afeiçoavam o sertão, até então pouco estimados.

Com tal feito, há uma promoção das qualidades que distinguem o estado de Mato Grosso e o sertanista, sendo este a miscigenação da tríade étnica que compusera a população brasileira, exaltando assim, sua origem e sua pátria.

A respeito de Mato Grosso, ufaniza:

E Matto-Grosso um vastíssimo território de 1.486.963 kilometros quadrados, ainda quase todo deshabitado. Possui todas as riquezas naturaes que se encontram em outras Regiões do Brasil, com a particularidade de nelle serem mais consideráveis e quiça mais bem dotados os campos e campinas de terras pastoris, fator natural que no presente mais influe no seu evoluir promissor. (RONDON, 1920a, p. 7)

Sobre sua gente, exalta:

Mas os grandes feitos que hoje comemoramos não resultaram dessa espécie de aliança, desse concurso effectivo e necessário da capacidade coordenadora do português com a força das massas indígenas que ele submetia e dirigia. Esforços tão novos como esses de que foram teatro os vastos sertões que se estendiam para além da linha de Tordesilhas, exigiam, para se traduzirem em factos, a criação de um novo typo de homem, o mameluco, ou, para melhor nos exprimirmos, exigiam o aparecimento do legitimo brasileiro – nascido da transfusão n’um só individuo das qualidades de inteligência, de caráter e sentimento que se encontravam separadamente acentuados ora no europeu, ora no americano. (RONDON, 1919a, p.33)

É notável que todo o planejamento realizado para o empreendimento de integração do território brasileiro esteja fortemente alicerçado e combinado em um mesmo objetivo, de modo a associar aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos em um mesmo desígnio. Isso porque “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193), o que acaba por gerar uma alteração nos processos históricos que identificam aquele meio. Tal proposição se encaixa nas ações da Comissão Rondon, que colocariam uma região de pouca distinção no cenário nacional e, mais que isso, fortalecendo os laços identitários, escassos até então.

Cabe ressaltar que a aceitação desse projeto não ocorreu de forma pacífica, o núcleo social branco que compunha a sociedade brasileira apresentou resistências a essa imagem da identidade nacional calcada no sertão. René Marc da Costa Silva (2006) relata que as etnias negras e indígenas eram diminuídas e vistas como insignificantes em sua participação social,

assim o sertanejo a que se referem, seria aquele miscigenado, que teria passado pelo processo de branqueamento.

Essa resistência não ocorria de modo unilateral, de maneira semelhante havia aqueles sertanistas e indígenas que não queriam ceder suas raízes aos processos civilizatórios postos pela Comissão Rondon, situação vista na resistência dos índios Nhambiquaras como avanço das expedições da CLTEMTA em suas terras (SÁ, 2009), sendo necessário o uso da coerção para conter essas situações de aversão.

Entretanto, o bom êxito desse ideário nacionalista e desenvolvimentista imposto pelo Governo Republicano e figurado na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, pode ser evidenciado até os dias de hoje, pois é de conhecimento popular a figura do sertanejo como representatividade da nacionalidade do país.

2.3 A Consolidação do Noroeste brasileiro no cenário Nacional Republicano

Se durante o Período Colonial e Imperial competiu ao Mato Grosso um papel generalizante como fundo territorial (ainda que tenham sido explanadas nesse texto as exceções que se fizeram), seria na instauração do Período Republicano que o referido alcançaria seu advento e sua inserção no cenário nacional. A República carece do Mato Grosso.

Seguindo essa argumentação e posição primária que ocupam os sertões na Primeira República, Cândido Mariano da Silva Rondon enaltece que “*coube à República retomar o programma de fecundas iniciativas dos nossos ante passados*” (RONDON, 1920a, p. 22). Essa afirmação, feita por um dos principais atores desse processo, consolidado no início do período republicano, é relativa à estagnação que se creditou à Província durante o Império do Brasil, isso porque, ao estabelecermos fatos cronológicos, o século XVIII teria sido um ápice na geo-história mato-grossense e, em contraposição, no XIX, teria ocorrido um travamento em seu desenvolvimento. No século XX, a configuração da composição territorial brasileira apresentará um novo formato, desviando-se de certo modo da centralidade exercida então pelas áreas litorâneas, e com o sertão assumindo, ao menos discursivamente, o foco de investimento tecnológico, econômico, social e cultural visando promover a integração territorial e legitimação do Estado Nação.

Cabia à República construir um novo tempo, modernizando as instituições políticas, a economia e a sociedade nacionais de modo a equiparar o Brasil aos avanços do progresso e da civilização exibidos por outras nações. Para a

efetivação de tal projeto tornava-se fundamental 'homogeneizar' o país e diminuir as distâncias espaciais, econômicas e sociais que [o] dividiam e [o] tornavam tão desigual. (GALETTI, 1995, p. 53 - 54)

Forma-se, assim, um todo que, inevitavelmente, conduz os eixos republicanos ao sertão até então repellido socialmente, sendo possível elencar três ensejos para tal modificação: 1) *Política dos Governadores* – cuja excelência seria possível com uma aliança estabelecida entre o Governo Federal e os estaduais, ampliando a imagem e participação política de Mato Grosso consideravelmente; 2) *Legitimação do Estado Republicano* – havia uma frágil representação da República em várias partes do território brasileiro, especialmente no que tange o Mato Grosso, tornava-se necessário que a República se fizesse presente, de modo a condicionar na população o sentimento de pertença à pátria, em suma, um nacionalismo e patriotismo; e 3) *Integração Territorial* – a República herdou um território que se avultava pela sua divisão oriunda da interpretação das desigualdades existentes no país, que se configuravam em duas composições distintas, marcados pela dualidade desenvolvimento/progresso e barbárie/atraso.

O patriotismo e nacionalismo que se pretende formar com a República estão intrinsecamente interligados à apropriação do território brasileiro, uma vez que, como aponta Demétrio Magnoli (1997, p.110) “a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço”, sendo este último um dos aspectos mais relevantes para a afirmação estatal republicana.

A tradição que se mantinha no sertão, em grande parte, era alvo de alteração, transmutando-a para um entrelaçamento com aquilo que se determinava de progresso e desenvolvimento para a época¹². Em contrapartida, o território se tornava um dos maiores símbolos da grandeza do Brasil, apresentando-se como fator proeminente para os anseios implantados. Sobre esta premissa territorial, se considerava, “por si só motivo de orgulho e de diferenciação do Estado que fazia sua entrada no então chamado "concerto das nações". (VLACH, 2013, p.3)

Se o território mato-grossense era visionado pelos atores externos ao estado, internamente a disputa pelo poder político-territorial se manteve acirrada durante toda a Primeira República. De fato, a República acenava como restauradora, impulsionando a elite

¹² Embora tenha sido exposto que a autenticidade estava no sertão, esta só seria viável à República mediante sua transformação visando o progresso e o desenvolvimento. Assim, entendemos que o sertanejo a que tanto se valida como real brasileiro, acaba por transformar-se em uma espécie de mitificação, tendo em vista que sua imagem caracterizada é valorizada, entretanto este deve enquadrar-se em um parâmetro que está além de sua realidade imediata posta até então.

político-econômica mato-grossense que encontra na nova forma de governo a ascensão para a política nacional que há muito tempo almejava, alterando a participação do estado nas relações que teciam a teia que formava o Brasil.

A elite que se desenha em Mato Grosso é procedente de diversos ramos da economia que se forma a partir da década de 1870, pós Guerra do Paraguai, o poder que emanavam era extremamente local e, até então, não haviam partilhado do poder fora dos limites de Mato Grosso, lembrando ainda que, os presidentes que foram nomeados para a Província eram provenientes de outras localidades. Os “novos políticos” do Estado de Mato Grosso, em síntese:

Tinham formação escolar e atuação econômica heterogênea, e, na sua maioria, não possuíam vínculos com quaisquer das correntes de pensamento republicano. Muitos possuíam associações com famílias que tradicionalmente atuavam na política regional, como os Corrêa da Costa; outros, a exemplo de Generoso Ponce, eram neófitos. (FRANCO, 2014, p.67)

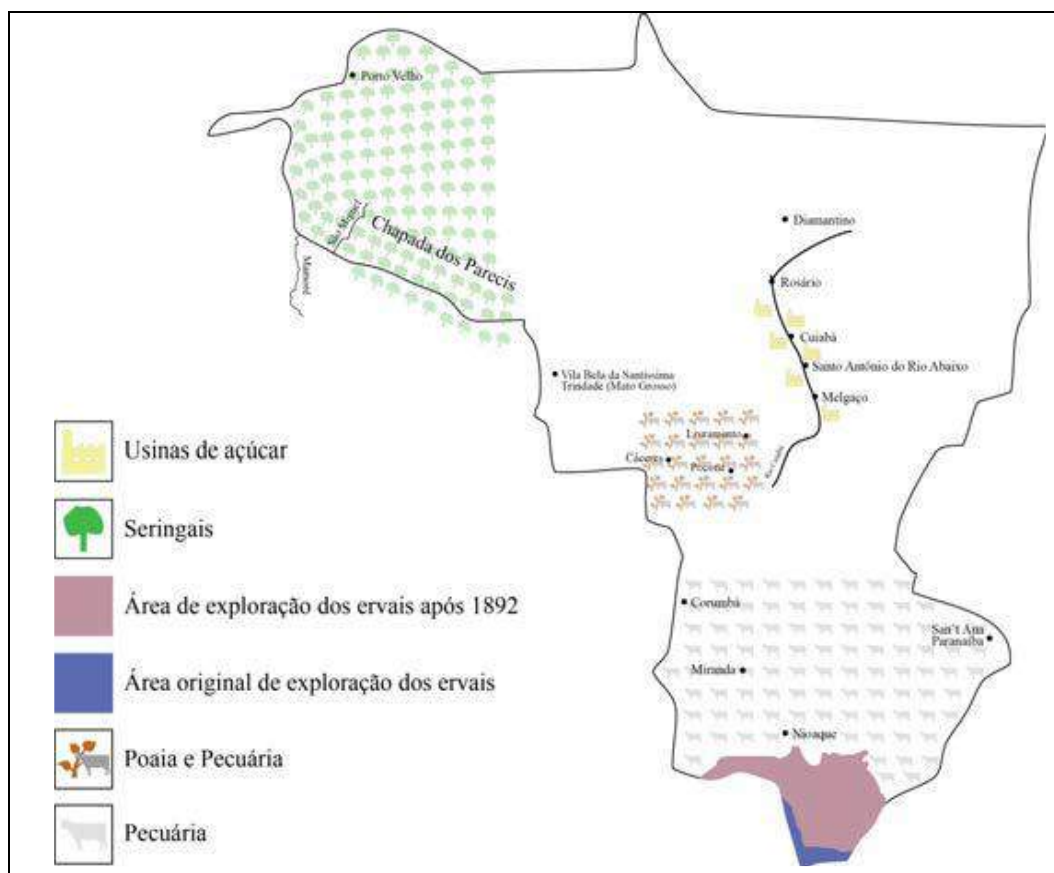
Devido ao fato desses homens terem se mantido na política interna da antiga Província, sem grandes vislumbres aos cargos de cunho nacional, fortaleceu-se um comando local, no qual o poder dos grandes coronéis era ratificado pela população que se via mais próxima e precisava de apoio econômico ou protetivo.

Nessa luta forjaram-se os *coronéis* fazendeiros e seus peões camaradas, pequenos agricultores, criadores e comerciantes, bandidos e ervateiros. Estes coronéis da nova frente de ocupação do espaço mato-grossense lutaram durante a Primeira República entre si, pela posse da terra, [...] pelo controle político. (CORRÊA, 1999, p. 34)

Os coronéis de Mato Grosso possuíam as mais diversas fontes econômicas, entre os que apresentam maior teor político destacamos: Generoso Paes Leme de Souza Ponce (comerciante), Joaquim Duarte Murinho (médico e empresário), Manoel Murinho (juiz), Antônio Paes de Barros e João Paes de Barros (usineiro). Homens que se utilizavam de qualquer artifício para se manterem no poder.

No território mato-grossense, embora cidades como Corumbá e Mato Grosso tivessem despontado pela sua importância comercial ou política, “há um predomínio incontestável de Cuiabá no cenário político mato-grossense. Para além de concentrar o maior contingente populacional, a capital era o lócus das atividades políticas na província” (FRANCO, 2014, p. 61 - 62), sendo esta concentração prorrogada para o então estado.

Figura 7: Economia de Mato Grosso na passagem para o século XX



Fonte: FRANCO, 2014

Cabe mencionar então que o número de cidades até então era irrisório, sendo que as cidades que possuíam foro de município, de acordo com os registros de Gilmar Franco (2014), eram: 1) Mato Grosso (ou Vila Bela da Santíssima Trindade), 1752; 2) Santana do Paranaíba, que se tornou vila em 1857; 3) Diamantino (1820); 4) Rosário do Rio Acima – atual Rosário Oeste (1865); 5) Miranda (1878); 6) Poconé (1863); 7) Livramento - atual Nossa Senhora do Livramento (1883); e 8) Nioaque (1890). De fato, nas três últimas décadas do século XIX, a região em que mais se concentrava a população de Mato Grosso, era o meio norte. (GARCIA, 2001)

As certezas que se fixavam em Mato Grosso correspondiam à sua inserção no cenário nacional, de modo a evadir-se do estigma de atraso que se via até então, entretanto, a política interna que se forma e os conflitos que se originam vão promover uma instabilidade pautada na disputa oligárquica local.

A oligarquia mato-grossense é reflexo direto da política nacional que se forma durante a Primeira República. Tais disputas possuíam um caráter extremamente elitizado, a

população como um todo não possuía participação no processo (CARVALHO, 1987), restando a opção de posicionar-se em um dos lados. Cada grupo populacional, quase sempre, possuía um coronel como arranjo para sua sobrevivência, e esta dependência gerava a formação de “legiões” quando as disputas pendiam para o conflito armado, o que se tornou comum em Mato Grosso.

O legado das disputas oligárquicas no Mato Grosso origina-se ferrenhamente desde o início da República, com a nomeação feita pelo então presidente provisório, Deodoro da Fonseca, do primeiro governante do estado, Antônio Maria Coelho. Em um primeiro momento houve a aceitação do nomeado Presidente do estado, no entanto, em pouco tempo as figuras políticas locais começaram a reivindicar e buscar uma nova definição de seus papéis na ótica republicana. Teríamos assim o primeiro momento de instabilidade na política mato-grossense na República, que se ocuparia dos anos de 1889 à 1892.

Formam-se dois grupos políticos, um liderado pelo então Presidente de Província Antônio Maria Coelho, que funda o Partido Republicano Nacional (PRN), e outro cuja aliança oligárquica de Generoso Ponce e dos irmãos Murtinho levava a formação do Partido Republicano (PR). Ambos os partidos “duelam” entre si pelo poder e, mediante a pouca progressão que Ponce e os Murtinho haviam alcançado até então, há uma mudança de tática: Joaquim Murtinho viaja até o Rio de Janeiro para alcançar seus objetivos no convencimento de Deodoro da Fonseca a emitir a demissão de Antônio Maria. (ARRUDA, 2015)

Seus objetivos alcançam êxito e Deodoro da Fonseca nomeia Sólton de Sampaio Ribeiro, coronel do exército, homem do círculo de confiança de Generoso Ponce para a Presidência do estado, vindo a assumir o cargo de fato em fevereiro de 1891. Entretanto, havia nesse período uma difícil comunicação entre o Mato Grosso e a Capital Federal, devido a isso Antônio Maria Coelho tarda a receber a notícia e procede com as eleições para a formação da Constituinte, elegendo maioria de sua confiança. Essa eleição será anulada por Sólton, que realizará uma nova em maio de 1891, elegendo dessa vez maioria favorável ao partido Republicano.

Novas discordâncias serão atenuantes na disputa entre os dois partidos e, visando a acalmar os ânimos, em junho de 1891 nomeia-se João Nepuceno de Medeiros Mallet para governar o estado. Em agosto do mesmo ano, após eleições indiretas, viria a assumir o cargo de presidente do estado, Manoel Murtinho.

Aproveitando-se da instabilidade política nacional ocasionada pela renúncia de Deodoro da Fonseca, o grupo político de Antônio Maria Coelho organiza uma intervenção

militar e depõe Manoel Murтинho do poder, assumindo em seu lugar uma junta governamentativa apoiada pelos opositores. Em reação, Generoso Ponce organiza uma força armada e Manoel Murтинho busca apoio político no então Presidente Floriano Peixoto. Forma-se a *Legião Patriótica Floriano Peixoto*. (FRANCO, 2014)

A luta armada organizada por Ponce recolocou o Partido Republicano no poder em 1892, consolidando a aliança formada por Generoso Ponce e os Murтинho e promovendo um período de estabilidade política que se prolongaria até o final do século XIX.

Os acontecimentos expostos, que marcam o início republicano em Mato Grosso, acentuam as colocações postas anteriormente quanto às características que seriam atribuídas a esse estado, sejam elas políticas, culturais, econômicas ou ideológicas. As ações de violência marcadas pela ação de Antônio Maria e Ponce refletiria a barbárie tão estigmatizada do sertão, que denotam a rudeza e incivilidade daqueles que o povoavam, como era comumente posto. (GALETTI, 1995).

A ideia vinculada de sertão e atraso torna-se ressaltante (de acordo com os parâmetros da época), ao se deparar com o fato de que um presidente de estado deposto continua com as ações embutidas a seu cargo por não ser notificado a tempo sobre sua nova condição na esfera política. Tempo esse que se torna prolixo, dificultoso por ainda não ser o estado de Mato Grosso contemplado com a tecnologia telegráfica ou com outros meios de comunicação e locomoção (ferrovias) mais ágeis.

Afere-se assim, a ideia de uma região que, apesar das modificações que vinha sofrendo, com maior ênfase desde a década de 1870, persistia ainda em uma espécie de “compressão territorial”, na medida em que os fluxos que conduziam o estado ao restante do Brasil, especialmente a Capital Federal, ainda eram precários.

A mudança no estigma territorial associado ao Mato Grosso estaria vinculada ao crescimento político e econômico que se desenvolvera após o 15 de novembro. Possuir o controle político do estado era ter em exercício plenos poderes para direcionar os arranjos econômicos, favorecendo a elite que se prostrava a favor da oligarquia dominante.

Destaca-se nesse viés, como principais influentes do período Generoso Ponce e os irmãos Murтинho, de modo que a política da Primeira República será guiada por esses nomes até 1911, com o falecimento dos mesmos. Generoso Ponce, chefe da guarda nacional, comerciante, “consagrou seu prestígio liderando homens em armas e continuou exercendo um relacionamento estreito com lideranças estabelecidas nos mais diversos municípios mato-grossenses.” (FRANCO, 2014, p. 123)

Os irmãos Murinho, como família emergente da recente ascensão econômica do estado, possuíam influência direta na Capital Federal, além disso, eram proprietários do Banco Rio e Mato Grosso (BRMT) e sócios da Companhia Mate Larangeira, principal empresa do período.

Joaquim Murinho “tinha sua força consagrada pela cultura que pautava a urbe carioca que se aburguesava em fins de século, e, juntamente com seu irmão, Manoel Murinho, era uma personagem que se tornou influente nas altas esferas republicanas. Com isso, passou a ser o controlador de um feixe de poderes que o tornava mais importante que seu próprio partido. (FRANCO, 2014, p. 123)

Dada às posições de privilégio desses homens influentes no Mato Grosso, associadas ao direcionamento do Estado pela continuação da implantação de redes telegráficas e de interligação do território Brasileiro, “apropriados pelo Estado como os instrumentos disponíveis para promover a ocupação do interior, a nacionalidade e a republicanização do Brasil” (MACIEL, 1998, p.72 – 73), desenvolve-se a Comissão de Linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás – Comissão Goiás (1891 a 1898), que visava ligar Cuiabá ao Araguaia e a Goiás. Empreendimento chefiado pelo Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, e no qual Cândido Rondon trabalhou como auxiliar.

A Comissão Goiás colocava o território de Mato Grosso em uma posição de inserção no desenvolvimento progressista que se aloca nas ideologias do poder republicano. Esta comissão começa a ser organizada ainda no governo provisório de Deodoro da Fonseca, entretanto, seus firmamentos serão de proveito apenas no final da década de 1890, haja vista as complicações que se colocavam, desde a má qualidade dos materiais utilizados ou aos transtornos locais impulsionados pela ignorância ou pela curiosidade dos habitantes que arrebatavam os fios. (MACIEL, 1998)

O período de estabilidade política mato-grossense teria seu rompimento com uma disputa intraoligárquica. Em 1899 ocorre a eleição para presidente do estado e Ponce e os Murinho divergem quanto ao nome do candidato sucessor. O primeiro apoia João Feliz de Azevedo Peixoto, enquanto os segundos possuem como candidato José Maria Metello.

Embora o candidato vitorioso tenha sido João Feliz de Azevedo Peixoto, “a facção derrotada, amparada pelo prestígio de Joaquim Murinho, então Ministro da Fazenda, se mobilizou para reverter o resultado com a alegação de que houve fraude na apuração dos votos” (FRANCO, 2014, p. 108).

Pela ineficácia do questionamento posto no pleito eleitoral, os irmãos Murinho resolveram empregar da sua influência junto à esfera federal e destituíram Ponce do cargo de

Chefe da Guarda Nacional, como forma de pressionar o coronel e deixar vulnerável o efetivo militar do estado. Tal fato foi possível porque os Murtinho conseguiram apoio do Presidente da República, Campos Sales, na dissidência política que se implantava em Mato Grosso. Assim, é nesse momento que ocorre a implantação da Política dos Governadores, com o fazer nacional aliado ao estadual.

Antônio Paes de Barros (“Totó Paes”) assume o posto de Chefe da Guarda Nacional e organiza um cerco em Cuiabá para que fossem realizadas novas eleições. Nesse momento, Cuiabá já contava com uma rede telegráfica que permitia o contato com a capital federal. Visionando impedir os relatos aos correligionários poncistas no Rio de Janeiro, os oposicionistas cortaram a rede, impediram a distribuição de provimentos alimentícios e interromperam o sistema de distribuição de água. (FRANCO, 2014, p. 138)

O fim do cerco se deu com o acatamento das condições impostas, novas eleições e a renúncia de Ponce do cargo de Senador. Nesse embate, Campos Sales se manteve “neutro”, isso porque a Política dos Governadores exigia alianças partidárias com as maiores forças estaduais, o que, nesse momento, era representado por Joaquim Murtinho, que ocupava o cargo de Ministro da Fazenda. Sobre Ponce:

Quem conhecesse as condições reais de Mato Grosso, onde o prestígio de Ponce, adquirindo no Império, viera as perturbadoras crises da transformação do regime, na revolução de 1892, em que a sua iniciativa restaurou a autoridade legal de Murtinho, deposto por glória quartelada, bem poderia prever que não havia no Estado ambiente propício a vitória de algum partido adverso, que apenas contasse com as suas próprias forças, apressadamente agremiadas às vésperas da eleição presidencial. (CORRÊA, 1969, p. 592)

Após ter obtido a vitória no conflito contra Generoso Ponce, Joaquim Murtinho o procurou para que fosse estabelecido um novo acordo entre as partes oligárquicas, de modo a manter uma possível aliança política entre as partes, haja vista que apesar das dissidências postas entre as partes, Ponce era um Senador Republicano e, junto a ele, havia aliados poncistas no Senado e três dos quatro deputados representantes de Mato Grosso na Câmara Federal. Apesar das tentativas, não houve concordância entre eles, e Joaquim Murtinho acabou por ser decisório no embate, resolvendo a problemática a seu modo e conveniência. Assim, surge como novo Presidente do Estado, o Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros. (FRANCO, 2014, p. 139 - 140)

Os telégrafos implantados se tornaram alvo de destruição dos grupos políticos, seja nos períodos de eleições ou em conflitos locais, como forma de impedir a comunicação entre

os aliados opositores. Os grupos oligárquicos exercem assim um controle sobre a informação, que variava desde a interrupção das mesmas à implantação de notícias, decorrente do favorecimento que poderiam ter ou não sobre a mesma, evidenciando o poder local e o coronelismo existente (MACIEL, 1998). Integra-se um território aos moldes daqueles que almejavam obter vantagens.

Generoso Ponce, visando retomar ao poder, organiza um novo movimento armado em 1901, com o apoio do João Paes de Barro. Na tentativa de um levante na Fazenda Conceição, de propriedade de Totó Paes, os poncistas são cercados e capturados, desses, 17 homens são amarrados com as mãos para trás e assassinados na Baía do Garcez, em Cuiabá, sendo jogados para as piranhas. O massacre marcaria os enfrentamentos entre as oligarquias e, após inúmeras cenas de violência, mortes e perseguições, Ponce e seus aliados evadem-se para o Paraguai, em Assunção.

A escolha feita por Ponce para se recluir na capital do Paraguai devia-se ao ponto estratégico que a mesma representava, uma vez que era passagem obrigatória das embarcações que ligavam Cuiabá a capital federal, promovendo assim uma rede de informações. Novamente os vizinhos paraguaios demonstram a influência que exerciam na região de fronteira. Em suma, o que se via era:

De fato era uma fronteira, manteve-se parte integrante do território brasileiro pelas atividades da Matte Laranjeira e pela atuação guerreira dos pioneiros da fronteira, em especial, os migrantes gaúchos. De forma contraditória, o que mais se notava na fronteira era a falta de representação de brasilidade de sua população ou, como registraram autoridades e viajantes da época, a ausência de um sentimento de nacionalismo na região. (CORRÊA, 1999, p. 103)

Cabe ressaltar que, apesar da fronteira com o Paraguai ser extremamente guaranizada, estes viam no Brasil uma possibilidade de refúgio da escassez que se vivia no país vizinho, não ocorrendo um novo levante devido à falta de organização política dos paraguaios no Brasil, em parte pela falta de um nacionalismo paraguaio. Assim, “mesmo com predomínio populacional, essas condições adversas não permitiram o aparecimento de ideias de autonomia ou interdependência desse território guarani.” (CORRÊA, 1999, p. 102)

A afirmação expressada não inviabiliza a ocupação/integração do noroeste de modo a legitimar o Estado Nação Republicano, uma vez que se via uma fronteira mista, com forte presença de migrantes que, pouco ou em demasia, não se reconheciam em um nacionalismo brasileiro, exemplificando com os dizeres de Valmir Batista Corrêa (1999), era uma terra de

ninguém, cuja manutenção territorial era mantida pelas ações da Companhia Matte Larangeira e da criação de gado, impulsionada pela migração gaúcha.

Ao final do século XIX, Mato Grosso possuía uma extensão territorial que correspondia a 1/5 do território nacional, entretanto sua população estimada pouco ultrapassava a média de 90 mil pessoas, excluídos os indígenas. Os representantes do poder estadual no congresso nacional, utilizam-se então desse fato como meio de reivindicação em investimentos federais voltados ao “transporte e comunicações, a fim de incrementar a colonização e facilitar o escoamento da produção de gado para o Rio de Janeiro e outras regiões” (BIGIO, 2000, p.6)

Essas reivindicações, à época, eram voltadas, em sua maioria, a atender as demandas da região sul do estado, que naquele momento apresentava uma economia melhor estruturada e mais fortalecida quando comparada com a existente na região norte. Esse desenvolvimento do sul em parte manteve-se pela navegação e comércio na Bacia Platina, cuja maior mobilidade se encontrava na parte sul do estado.

Quadro 2

Demografia no Mato Grosso – Século XIX								
Período	Homens livres maiores de 16 anos	Homens livres menores de 16 anos	Mulheres e Menores	Mestiços livres	Escravos	Total		
Século XIX	1810/20	2.744	2.898	9.689	2.522	10.984	29.801*	
	1850	-	-	-	-	-	54.558	
	Civilizados Livres				Índios	Escravos	Total	
	1862	35.000			24.000	6.000	65.000	
	1872	53.750			-	6.667	60.417**	
		Homens		Mulheres		Sem discriminação		Total
	1879	32.417		29.904		3.000		62.321
	1890	47.196		45.631		-		92.827
	1900	59.797		58.228		-		118.025
* O aumento do número de mulheres indica a estabilização de condições propícias ao equilíbrio demográfico.								
**Diminuiu o número da população devido a uma pestilência que devastou mais do que a guerra.								
Org.: TEODORO, 2017.								
Fonte: CORRÊA FILHO, 1969								

Como continuidade aos trabalhos de integração na região oeste/noroeste, em 1900 o Estado Nacional determinou a organização de mais uma comissão para implantação dos

telégrafos na região de fronteira. A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – Comissão do Mato Grosso (1900 a 1906), sendo esta comandada por Cândido Mariano Rondon, a primeira a qual chefiava.

A Comissão do Mato Grosso implantou telégrafos nos principais pontos do sul do Estado, como Bela Vista, Porto Murtinho, Corumbá, Coimbra, São Lourenço, Itiquira, Poconé, Cáceres. A rede telegráfica, enfim, chegaria à região de fronteira, palco de um dos principais conflitos da História do Brasil, promovendo o aceleração do desenvolvimento e ligando o sul do estado as demais regiões do país.

Nesse momento inicia-se também a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligaria Bauru até Corumbá, na divisa com a Bolívia, empreitada que se prolongaria pela primeira metade do século XX. A expansão ferroviária que se faria junto a implantação telegráfica estava associada às movimentações da frente pioneira do café e do algodão, dinamizadas em todo o Oeste Paulista, como também no norte do Paraná, visando incluir áreas que se viam distantes do estado de São Paulo no que se refere a sua órbita econômica.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, embora se amplia as possibilidades e incentivos de povoamento, proporcionando com o tempo a especulação no ramo imobiliário (NOGUEIRA, 2013), visionava a instalação férrea em áreas que já possuíam uma produção econômica (agropecuária) e que se colocassem como centros produtores de mercadorias que pudessem ser carreadas até o porto de Santos.

Assim como os telégrafos, a ferrovia proporcionava a facilitação das comunicações e do transporte, sendo símbolo efetivo do progresso e do desenvolvimento. As regiões que eram beneficiadas com tais tecnologias acabavam por ter um impulsionamento a urbanização, com a fundação de cidades, povoados, vilas ou com o aumento populacional daquelas que já existiam. A situação posta é retratada especificamente no sul do Mato Grosso, que com ambos os investimentos se vê incluído em uma dinâmica territorial de cunho econômico e urbano que insere a região no processo capitalista que se encontra em forte crescimento no Brasil.

Isto posto, tomamos como referência a noção de franja pioneira, desenvolvida por Pierre Monbeig, definida como a “forma pela qual a geografia acadêmica analisa o processo de expansão territorial do capitalismo no Brasil” (NOGUEIRA, 2013, p.13), pautado em um crescimento que pode ser definido como geograficamente desigual, uma vez que se instaura em seu processo de territorialização a inserção de áreas produtivas sob a influência de um sistema econômico centralizado em cunho nacional e internacionalizado.

Retomando a situação existente no Mato Grosso, com a saída de Ponce do cenário político imediato de Mato Grosso, Totó Paes, então chefe da Guarda Nacional, amplia seu poder e é eleito Presidente do Estado para o quadriênio 1903/07. O usineiro, ao ser eleito, procura afastar-se do grupo político que o levou ao poder e estabelecer-se como centro em um novo grupo.

Totó Paes se torna autor de medidas que contrariam o interesse da elite dominante mato-grossense, entre eles destacamos: 1) o Tratado de Petrópolis (1903) – responsável pela anexação do atual território do Acre, descontentou parte da elite de Mato Grosso devido ao fato de que em uma parte do acordo com a Bolívia constava a permuta de duas faixas de terras que pertenciam ao estado, a Baía Negra e outra que correspondia à divisa do estado com o Amazonas e a Bolívia. Além do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e a construção da Madeira-Mamoré; 2) aumento da fiscalização e impostos sobre a extração da borracha e da erva-mate; 3) o almejo de empréstimos no exterior para quitação das dívidas públicas do estado e; 4) tentativa de alterar a Constituição Estadual para manter-se no poder. (FRANCO, 2014)

Tal ação provoca irritação nas forças oligárquicas do estado que, por meio de uma represália à ambição de Totó Paes, se unem para tirá-lo do poder. Desse modo, a coligação formada por Generoso Ponce e os Murtinho é novamente alicerçada. Consegue-se assim a associação de grande número de favoráveis ao Coronel, dando sustentabilidade ao partido, e uma conquista efetiva do poder Legislativo Estadual e Federal. Com tal feito, no ano de 1906 a coligação teve novamente condições favoráveis para retomar o poder, contando ainda com o apoio do Presidente Eleito Afonso Pena.

Inicia-se a formação de um cerco para a deposição de Totó Paes, para tanto, como já foi exposto, “homens leais as Generosos Ponce tomaram o controle do posto telegráfico em Corumbá e passaram a controlar o fluxo de informações entre o Rio de Janeiro e Cuiabá” (FRANCO, 2014, p. 168), de modo a obter o conhecimento das notícias que vinham da Capital na intenção de salvá-lo.

Com tamanha vantagem, a Coligação cerca o fecho a Totó Paes em Cuiabá, que ao tentar fuga, não consegue êxito e acaba alvejado por dois tiros, morto no ano de 1906. Após o desfecho, consolida-se novamente a aliança oligárquica entre Ponce e Joaquim Murtinho até 1911, ano em que ambos morreram.

As desavenças políticas e os conflitos violentos que se formam não inviabilizam os projetos nacionais voltados ao progresso na região, pelo contrário, a presença do Estado

Nacional como forjador de uma cultura civilizada nessas áreas tidas como rudimentares se fazia primordial para o crescimento republicano. Alia-se a essa dissidência política, o apontamento feito pelos próprios representantes políticos, que relatavam sobre “a vulnerabilidade das fronteiras, um risco para a soberania nacional que os conflitos com o Paraguai e a questão do Acre já haviam explicitado. (BIGIO, 2000, p.6)

Nessa premissa, o Presidente Afonso Pena, em 1907, autoriza àquela que traria maior notoriedade aos projetos telegráficos, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907 a 1915). A diferenciação desta comissão estava na área que se pretendia desbravar, o noroeste do Brasil, alcançando a floresta amazônica.

Até então, as comissões de desbravamento tinham alcançado o sul e o meio norte do estado, ocasionando um distinto desenvolvimento, no qual o sul sobressaía-se, colocando a parte norte como a de maior sinônimo de atraso. O projeto da CLTEMTA iria realocar de modo sócio-territorial o noroeste do estado, tornando-o mais próximo das demais áreas por meio da técnica de comunicação telegráfica, e ainda acompanharia os traçados da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que estava em construção.

Além dos fatores de progresso, desenvolvimento e integração que a comissão empregava, seu diferencial referia-se ao conhecimento científico que se pretendia impregnar junto às ações dos engenheiros e militares. Assim a mesma foi acompanhada por biólogos, antropólogos, médicos, cartógrafos, geógrafos, de modo a contribuir para a construção científica brasileira.

Mato Grosso torna-se cenário de uma ampla rede de exploração territorial e científica, não no sentido que se estabeleceu no século XVIII, mas de modo a investigar as contribuições que essas áreas poderiam fornecer à República Brasileira. Assim, o sertão que por tanto tempo permaneceu em estado de “hibernação” na perspectiva desenvolvimentista, agora se torna o principal ator, de modo a promover a abertura de caminhos para os tempos posteriores.

Nas questões referentes à oligarquia do estado, o período que se segue possuiu como principal nome representativo pelo Mato Grosso na esfera nacional, Antônio Azeredo, que contava com o apoio de Antônio Aníbal de Toledo e Joaquim Augusto da Costa, nomes que se consolidaram junto da Coligação nos enfrentamentos de 1906, tendo como principal opositor, a figura de Pedro Celestino (FRANCO, 2014).

Haveria ainda na história da política mato-grossense mais um embate marcante, modificando a trajetória da mesma, sendo necessária a intervenção Estatal, o que acabou por determinar novos rumos para o poder executivo do estado e conseqüentemente para sua estrutura política/oligárquica.

Em 1915 o General Caetano Manoel Faria de Albuquerque assume a presidência do estado, suas ações viriam a desagradar o próprio partido, sendo este apoiado por Antônio Azeredo (PRC – Partido Republicano Conservador), uma vez que o General Caetano era acusado de proporcionar vantagens a oposição, cujo maior representante era Pedro Celestino (PRMG – Partido Republicano Mato-grossense).

O agravamento da situação viria com a publicação da lei 725 de setembro de 1915, que findava com o monopólio da Cia Matte Laranjeira para exploração do mate nas terras ao Sul do estado. Tal ação seria o estopim para os conflitos organizados em duas frentes: àqueles que se colocavam a favor da deposição de Caetano, e àqueles que se prostravam a permanência. (ARRUDA, 2015)

Inicia-se um embate jurídico-político, somado a enfrentamentos armados, entre as duas partes, cujo fastígio foi a invasão ao Hotel Cosmopolita, onde estavam hospedados políticos favoráveis a Azeredo, sendo estes ameaçados de morte. Após esse acontecimento, Caetano não conseguiria por muito tempo se manter no poder, apesar das tentativas, deixando o cargo em 1916. (ARRUDA, 2015)

Devido aos abusos cometidos pelos políticos no estado, o presidente Wenceslau Braz decreta intervenção federal e, na tentativa de um acordo entre os dois partidos, o novo governante de Mato Grosso se torna Dom Aquino Corrêa, religioso católico, cujo governo foi marcado pela neutralidade.

Os últimos anos que restavam a partir de então para finalizar a Primeira República, em 1930, não tiveram mais os conflitos característicos das oligarquias dominantes dos anos anteriores, os “mandões” locais procuravam entrar em concordância na indicação do próximo candidato, o que, por fim, revela um esforço de “inter-relação entre a política nacional e local que refletem em um processo de modernização/racionalização das práticas políticas no Estado” (FRANCO, 2014, p. 193), haja vista que a Política dos Governadores perdura com suas alianças.

Capítulo 3

AÇÃO E INTERVENÇÃO NO SERTÃO

Como tocado por varinha de fada, o sertão começou a vibrar e florescer, articulado com os núcleos civilizados, cujos anseios de progresso acompanhou. (CORRÊA, 1969, p.601)

Ah! O sertão! Lugar de mistérios! De uma esfinge Geográfica (Maciel, 1998)! De um todo que se contradiz, ora autêntico, ora em atraso! Sertão que se torna palco do Brasil do século XX, cujas raízes são valorizadas e a modernidade o almeja. Se a apresentação acerca do sertão até o momento demonstrou apenas características científicas, de certo modo mecânicas, estas também se confundem com poesias, em um misto de mistérios e admiração, seja na música, na literatura, no cinema ou no teatro, lá está o sertão. E onde está o sertão, há também o sertanista, em nosso caso específico, há Cândido Mariano da Silva Rondon, que muito fez pela terra onde nasceu, mato-grossense por direito. Não o consideramos a frente de seu tempo, mas um indivíduo que viveu a sua época, modificando as estruturas territoriais do Mato Grosso de acordo com as premissas que a República, o Positivismo e as ideologias em geral existentes no início do século XX disseminavam. O que de fato Rondon representa, é o brasileiro que se pretendia formar no período, um sertanejo de raiz, embargado pelo progresso, pela ciência e pelo desenvolvimento. Rondon evadiu-se de sua terra e retornou, preparado a integrá-la, a desenvolvê-la e a fazê-la progredir, este, que se apropria do território noroeste brasileiro, em nome de um Estado cuja legitimação apresentava-se ainda como pendente. Território, Estado-Nação, Desenvolvimento e Sertão, o quadro a ser difundido nas Comissões de Rondon.

3.1 Cândido Mariano da Silva Rondon: um sertanista

Desvendar os caminhos de um homem público como Rondon é mergulhar em um universo voltado ao patriotismo, ao dever para com a nação, ao respeito à cultura alheia ao mesmo tempo em que se espera pela evolução desta. É único e dúbio. Encantador e devastador. É, assim, a figura imagética que se pretende formar, oriundo das origens enraizadas do Brasil, mas apreendido pelo progresso, desenvolvimento, ciência e civilidade.

Há desse modo, um modelo de homem encarnado na figura de Cândido Rondon, que, em culpa de exageros, representa em si a apropriação e domínio territorial Estatal que caracterizam as três primeiras décadas do século XX, especialmente na tangente oeste/noroeste.

Figura 8: Cândido Mariano da Silva Rondon



Fonte: RONDON, 1920a

O sertão ao poente se torna palco de atração republicana após ter ocupado por séculos um papel secundário durante os governos Colonial e Imperial, conforme exposto nos

capítulos anteriores. Rondon é o agente público e político escolhido para comandar tal mudança, na perspectiva de que:

Na historiografia mato-grossense tradicional, na qual o passado é representado pelo bandeirante audaz, Rondon aparece como a continuidade desse ideal, o homem que aliava a coragem à inteligência, um mato-grossense legítimo e, portanto, capaz de revelar o estado “a si mesmo e ao mundo”. (MACIEL, 1998, p.16)

Buscava-se implantar uma nacionalidade que fosse fundada pela brasilidade mestiça, sendo o verdadeiro brasileiro o sertanejo, oriundo de raízes que se misturavam, entre o indígena, o negro e o branco. Entretanto, esse sertanejo mestiço deveria priorizar suas qualidades direcionadas para a cultura do colonizador português, do branco, enquadrando-se na política do branqueamento, mesmo que ideológico. (LEOTTI, 2013)

Se a proposição parece conflituosa, recordamos que este momento no qual se insere os trabalhos de Cândido Rondon, refletem uma República que ainda precisa consolidar-se, a qual carece de uma remodelagem nacional, “não importando qual a imagem que se crie, ela só poderá se fazer nomeada por sertão e litoral.” (SOUZA, 1997, p. 103) Desse modo, unem-se as duas vertentes ao que de melhor podem oferecer, a brasilidade nata, que aos poucos desenvolver-se-ia ao atingir estágios superiores¹³.

A figura do sertanejo, embora obtenha maior repercussão no início do século XX, já se apresentava na literatura brasileira desde a segunda metade do século XIX. A obra “O Sertanejo”, de José de Alencar, publicada em 1875, retrata a vida de um vaqueiro do século XVIII, figura sofrida, batalhador, capaz de enfrentar qualquer dificuldade por amor e por seus ideais. Retratado no sertão nordestino, o autor explora os cenários que compõem o sertão e a vida dos sertanejos.¹⁴

A brasilidade do sertanejo torna-se então representativa em variados meios, tendo como um dos principais nomes no período em Euclides da Cunha, cuja obra “O Sertão”¹⁵, publicado em 1902, iria redefinir o modo pelo qual se concebia essa definição. O autor acentuava em seus dizeres que essa distinção na qual haviam se formados Brasis diferentes é

¹³ Como defendia o Positivismo.

¹⁴ Relembrando que sertão não se referia a um lugar determinado, mas a tudo que se colocava como atrasado quando comparado ao desenvolvimento existente no litoral, eram as áreas mais longínquas, pouco povoadas.

¹⁵ Na obra “O Sertão”, Euclides da Cunha relata o conflito ocorrido no estado da Bahia, nos anos de 1883 a 1897, intitulado Guerra de Canudos. Liderado por Antônio Conselheiro, formou-se um arraial no interior da Bahia, sendo este acusado de levante contra o governo republicano. O movimento foi resultante da extrema miséria que assolava determinadas regiões do Brasil, em especial os sertões, oriunda da crise econômica que se estendia desde o governo provisório. Foram mandadas expedições militares com o intuito de acabar com o grupo que se formava, mas estes conseguiram se manter e vencer as tropas do Exército, por duas vezes. O conflito teve seu fim com um massacre, no qual os seguidores de Antônio Conselheiro foram dizimados.

resultante do esquecimento litorâneo de outros grupos da sociedade brasileira, privilegiando um empréstimo fragilizado dos ruídos da Europa. (SOUZA, 1997)

Cabia então um processo restaurador, de modo a sobrepor uma única unidade à dualidade que se formara nesses séculos de Brasil. O que se via era uma continuidade territorial fragmentada pela diversidade sociocultural. O autor visava o surgimento de uma raça-brasileira, única, proveniente do progresso, da cientificidade e do desenvolvimento.

Não que as teorias racistas não permeassem as ideologias de Euclides da Cunha, mas este entendia que o embranqueamento homogeneizador para a formação da nação não seria possível, “ter-se-ia que montar uma equação receita para o progresso que suprimisse intelectualmente o empecilho da miscigenação [...] havia que se unificar os ritmos civilizatórios.” (SOUZA, p.96) Para ele, nesses ritmos de desenvolvimento, o sertanejo era um retardatário.

Nesse processo restaurador citado, alocamos outro autor que projeta caracterizações desse sertão e dos indivíduos que residiam nas, áreas inóspitas, Monteiro Lobato. Entre suas obras e personagens, destacamos a criação de “Jeca Tatu”, uma personificação do sertanejo. Este, ao mesmo tempo em que apresenta características negativas atribuídas ao sertão, como preguiça e indolência, traz consigo também a ação da ciência e as melhorias que a mesma ocasionaria em sua vida. Entre essas características, destacamos as doenças que a população sertaneja enfrentava no período e que, com o estudo e pesquisas de diversas expedições, especialmente a liderada por “Oswaldo Cruz”, foram sanando ao longo do tempo, é o saneamento dos sertões que curaria as patologias típicas da área. (LIMA. 1999, p.134)

As projeções feitas ao homem do sertão continuaram com o decorrer do tempo, sendo retratadas em fontes diversas, seja em romances, poesias ou músicas, entre as quais apontamos: 1) Vidas Secas, 1938, Graciliano Ramos; 2) Grande Sertão Veredas, 1956, Graciliano Ramos; 3) O Quinze, 1930, Rachel de Queiroz; 4) Cacau, 1933, Jorge Amado; 5) Luar do Sertão, 1914, Luiz Gonzaga; 5) Trem do Pantanal, 1975, Geraldo Rocca e Paulinho Simões, (que se popularizou na voz de artistas como Almir Sater).

É notório que a transposição da identidade sertaneja persistiu ao longo do tempo, e ainda hoje apresenta-se como uma característica da população brasileira. Esta identidade não permaneceu estática, imutável, mas adaptou-se aos preceitos que se desenrolaram no decorrer de décadas e ainda hoje permanecem no imaginário popular.

Assim como a ideologia posta, seu representante, Cândido Rondon, permanece também nos preceitos que dizem respeito à interiorização do Brasil, ao desenvolvimento

dessas áreas de sertão, à imagem do sertanista e do indígena, a uma busca pela integração territorial e social, em nome da formação de um Estado Nacional.

Este sertanista-sertanejo legítimo possuía em sua linhagem descendência miscigenada de indígenas e brancos. Nascido no Distrito de Mimoso, em Santo Antônio do Leverger, Província de Mato Grosso, em 05 de maio de 1865, batizado com o nome Cândido Mariano da Silva, o qual herdou de seu pai, falecido em dezembro de 1864, não chegando este a presenciar o nascimento de seu filho. Rondon se tornaria órfão em 1867, quando sua mãe, Claudina de Freitas Evangelistas falece, ficando aos cuidados de seu avô materno até os sete anos.

Ao completar sete anos, em 1872, seu tio Manoel Rodrigues da Silva, residente em Cuiabá, buscou Cândido Rondon para morar consigo, de modo que pudesse iniciar seus estudos, pedido feito por seu pai antes de seu falecimento. Aos 16 anos, em 1881, encerrou seus estudos no Liceu Cuiabano, estando apto a exercer as funções de professor primário.

Entretanto, não era essa sua vontade, deseja ingressar na carreira militar, cabe ressaltar que a composição dos militares havia mudado desde a implantação do Império do Brasil. Se durante as primeiras décadas os filhos da elite aristocrática galgavam o exército e seu oficialato, estes agora estavam com maior interesse em se formarem letrados e bacharéis, indo estudar na Europa e retornando com novas expressões políticas e sociais, com isso, crescia-se no Brasil um novo segmento social, os bacharéis. (FAORO, 2001)

A opção profissional escolhida por Rondon teria difícil aceitação por seu tio, que se alarmava diante das dificuldades que o sobrinho-filho viveria. Sugere então adotá-lo como filho, entendendo que, devido a seu posto de Capitão da Guarda Nacional, facilitaria a vida de Rondon. Este se recusou a ter seus caminhos facilitados pelo nome do tio, recusando a oferta e ingressando no Exército em novembro de 1881. (SÁ, 2009)

Matriculou-se em março de 1883 no curso preparatório da Escola Militar, e ingressaria no curso superior em 1884. Em 1885, iniciou e conclui o curso de cavalaria e infantaria. Em 1887 concluiu o curso de artilharia e no ano seguinte seria promovido alferes-aluno. Em 1890 recebeu o título de Engenheiro Militar e de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e naturais, sendo promovido a Tenente no mesmo ano. Aproveitando a oportunidade, o militar decide homenagear o tio que tanto fez pela sua vida, acrescentando o nome Rondon.

O nome Rondon fora acrescentado ao nome de seu tio por uma situação constrangedora a que o mesmo se submetia na cidade de Cuiabá, pois havia um homônimo

seu cuja conduta era reprovável. Para não correr o risco de ser confundido com a figura, Manoel Rodrigues da Silva decide acrescentar ao nome o apelido de sua mãe, alterando para Manoel Rodrigues da Silva Rondon. Cândido Mariano que anos antes não havia aceitado ser adotado pelo tio, resolve homenageá-lo assumindo o sobrenome “Rondon”, este que se torna vitalício na memória nacional. (VIVEIROS, 1958, p.29)

Sua entrada na carreira militar modificaria a trajetória de sua vida, se tornando um dos principais nomes do Exército Brasileiro, associado a aspectos fundamentais para a formação e apropriação territorial brasileira, em suma os telégrafos, o avanço para os sertões e a integração do indígena como trabalhador brasileiro.

Foi nesse período em que frequentava a Escola Superior de Guerra que entrou em contato com a ideologia Positivista, por meio dos ensinamentos de Benjamim Constant, a quem Rondon refere-se como mestre, sendo sua influência presente nos feitos do militar por toda a sua vida. Essa relação fez com que Rondon participasse das articulações que antecederam a Proclamação da República em 1889, ganhando a confiança de Benjamim Constant.

Em 1890, durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, a República organizava a Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso a Goiás (Comissão Goiás), que deveria estabelecer uma linha telegráfica entre a cidade de Cuiabá e o Araguaia, a primeira Comissão Telegráfica na qual participaria. Comandada pelo General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, este teria solicitado um auxiliar oriundo das terras mato-grossenses (SÁ, 2009)

Enquanto ainda estava em campo na construção das linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, Benjamim Constant o nomeou professor substituto da Escola Militar da Praia Vermelha, em cargo vitalício, no ano de 1891. Entretanto, General Carneiro alegou não poder abrir mão de seu auxiliar naquele momento, ficando resguardada sua atribuição ao cargo quando a Comissão se findasse, vindo a assumir o cargo de professor em 01 de julho de 1891.

A vida pessoal de Rondon caminhou junto à sua vida profissional. Em 1892 o militar casara-se com Francisca Xavier, em cerimônia civil e religiosa católica, no ano seguinte é realizado seu casamento na Igreja Positivista. Cândido Rondon e Francisca tiveram sete filhos.

A vida de sertanista duraria muitos mais do que Rondon poderia ter imaginado naquele momento, de seus 92 anos, cerca de 42 passou em missões, ausente da presença de sua família. Assim como Rondon, sua esposa acreditava na ideologia positivista, e

incentivava-o ao senso de dever para com a Pátria, ideal que facilitava a suportar a ausência do marido. (SÁ, 2009)

Figura 9: Cândido Mariano da Silva Rondon e família



Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br>

Em 1892, Rondon seria convidado novamente a integrar a Comissão Goiás, sendo indicado pelo General Gomes Carneiro, a fim de reconstruir parte das linhas que haviam se danificado devido à qualidade do uso dos materiais, empreitada que se estenderia até 1898. Sobre essa nova missão, acentuou:

Delineava-se o futuro, quando me punha a pensar na vida remansosa que passaria a ter entre a família que ia fundar e as funções de lente, para as quais me sentia com verdadeira vocação. Mas todos esses planos teriam de ser modificados inteiramente: em vez de calma e metódica vida de professor, teria de ser minha vida a de sertanejo, empolgante, mas rodeada de perigos de toda espécie e longe do aconchego familiar, aconchego que constituía para mim sonho dulcíssimo. (VIVEIROS, 1958, p. 97 – 98)

A reconstrução da linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia se prolongaria até 1898. Ao encerrar esta, logo se fez chamado para um novo empreendimento, atuando agora como chefe da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – 1900 a 1906, a Comissão Mato Grosso, e em seguida, designado para a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) de 1907 a 1915, a qual se constituiria como um dos principais feitos a sua carreira devido à área de exploração, o “sertão bruto”.

É durante a CLTEMTA, que o seria criado e presidido por Cândido Rondon o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), uma das principais medidas criadas por Rondon em defesa dos indígenas (de acordo com a ideologia positivista). Estas comissões telegráficas, associadas aos trabalhos que Rondon desenvolveria até 1930, constituem a chamada “Comissão Rondon”, que se refere ao conjunto de trabalhos aos quais o militar esteve à frente dos aparatos estatais de inserção do Mato Grosso para a modernidade e o desenvolvimento.

Nessas comissões telegráficas, Rondon não seria o responsável somente pela implantação dessa tecnologia, mas pela modificação ideológica de um todo que constituía o sertão. A integração territorial proporcionada aproximou estas áreas daquilo que se preconizava como civilização, e a imagem de sertanejo propagada pelo personagem que se tornara, desmistificou determinados apontamentos que haviam se impregnado no imaginário popular sobre o sertanejo. Se a intenção Estatal republicana era criar uma nacionalização do brasileiro e a unificação territorial, os referenciais indicados pela Comissão Rondon, acenavam para a concretização destas premissas.

Após o fim da CLTEMTA, Rondon se dedicaria a inserir nestas regiões a propagação dos resultados obtidos em suas expedições, divulgando em conferências e relatórios os feitos alcançados, bem como as possibilidades que as áreas a noroeste ofereciam ao desenvolvimento do Brasil, seja por seus aspectos geográficos físicos, por questões naturais ou pela sua gente.

Entre suas conferências realizadas, destacamos três, realizadas em 1919 e 1920, nas quais ele exulta o Mato Grosso e as vantagens que suas terras têm a oferecer para o cenário nacional, intituladas “Influência de Cuiabá na revolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje”; “Matto-Grosso – o que elle nos offerece e o que espera de nós” e; “Rumo ao Sertão”.

Nestas conferências, Rondon elucida e aclama não somente o estado de Mato Grosso e os aspectos que formam sua composição, como também a ação dos agentes externos que colonizaram o mesmo, em específico destacamos a miscigenação e sua colaboração para a formação do sertanejo e do Brasil (uma vez que era esse o ideário que se via propagar visando a exaltação do legítimo brasileiro, ainda que com resquícios privilegiados característicos da elite branca); a contribuição dos bandeirantes, paulistas para os desbravamentos daquelas áreas a oeste de Tordesilhas e o legado civilizatório proporcionado pelo desenvolvimento científico que se fizera até o momento.

Embora não se colocasse como político, tal papel se viu desempenhado por Rondon, uma vez que, como apontado por Sá (2009, p.93) “atua com maior grau de independência para decidir qual o melhor caminho a atingir o desiderato almejado pela Administração pública.”

Outro fator que demonstra essa ação política de Rondon, são os acordos e manobras que faz para conseguir dar continuidade aos trabalhos telegráficos. É sabido que as difíceis condições ofertadas pelo sertão para a implantação telegráfica eram muitas vezes obstáculos para a continuação das mesmas, seja pelos ataques indígenas, como ocorrido em 1907 pelos Nhambiquaras, pela falta de alimentos e ainda deserções acometidas pelos próprios membros das comissões. Por isso, as alianças formadas por Rondon com os coronéis locais eram um meio de dar prosseguimento aos trabalhos, bem como a ação pacífica que se mantinha com os indígenas, integrando-os de forma linear ao trabalho civilizado e acordando condições que os favorecessem. (MACIEL, 1998)

Em 1917, uma nova missão colocaria Rondon rumo aos sertões de Mato Grosso, a (re) elaboração da Carta do Estado de Mato Grosso, proposta feita por Dom Aquino Corrêa, então governador do estado, e aprovada pelo General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra. Cria-se então o Serviço de Conclusão da carta de Mato Grosso, sendo o próprio Rondon Diretor Geral. Este feito trazia a Rondon uma satisfação particular, uma vez que sempre teve o intento de refazer a que já se havia, visto que esta era cheia de erros e falhas. (BERNADINO, 2010, p. 04)

Redesenhar uma carta com limites externos e internos tão extensos como era os de Mato Grosso, era uma tarefa complicada. Em meio a essa revisão fronteiriça, Rondon acumularia os cargos de Diretor de Engenharia do Exército (1919 – 1924), e seria designado como General de Divisão para lutar contra a Coluna Prestes (1923 – 1924), atividade esta que

se tornou a mais árdua de sua carreira, uma vez que lutara até então pela paz, e agora se via em luta armada contrária.

Nesse momento, se expressa novamente a relação política que Rondon estabelecia entre os políticos e homens de poder no período, uma vez que se aproveitando das problemáticas ocasionadas pela Coluna Prestes, articulava em seu estado natal, foro político de apoio, de modo a alcançar apoio para a continuidade da Comissão Rondon. (BIGIO, 200)

Passado esse período, Cândido Rondon é nomeado Inspetor de Fronteiras (1927 – 1930), atividade essa que seria colaborativa para a confecção da Carta de Mato Grosso. Entretanto a Revolução de 1930 colocaria uma pausa nos trabalhos de Rondon, tendo em vista a oposição que o então General exerceu no movimento, chegando a ficar preso por um breve período.

Em 1934, eclode um conflito territorial entre o Peru e a Colômbia pela região de Letícia. Cândido Rondon é então convidado pelo próprio Getúlio Vargas para mediar o processo de paz, após a concretização dessa dissidência, o militar retomaria seus serviços à frente do SPI, não tardando muito para que, ao ser instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em 1939, Rondon assumisse a Presidência.

O ano de 1952 seria de muitos feitos para Cândido Rondon. Ocorre a conclusão da Carta de Mato Grosso, desenhada por Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, por meio dos dados obtidos por Rondon em seu levantamento no noroeste brasileiro, a apresentação a Getúlio Vargas o projeto de criação do Parque do Xingu, este que viria a se consolidar em 1961, pela ação dos irmãos Vilas-Boas, durante o governo de Jânio Quadros. E ainda, no ano seguinte, sob inspiração de Cândido Rondon, Darcy Ribeiro funda o museu do índio, do qual participa da inauguração. Suas atividades se findariam por completo, em 1958, com seu falecimento, aos 92 anos.

As contribuições que o legado de Rondon proporcionaram para a constituição territorial brasileira e ao processo de nacionalização, especialmente das populações indígenas, estão fixadas na História do Brasil. Entre contradições e certezas, as ações do sertanista favoreceram um período em que o Estado Republicano precisava ser legitimado em um território dúbio, composto por variados modos de vida e cultura, ao qual seria necessário exercer a unificação, em suma, a “*incorporação do território existente à vida econômica da nação, a colonização interna nacional*”. (SOUZA, 1997, p. 143)

Sua história se mistura a críticas e a enaltecimentos quanto a seus feitos. Críticas que vieram ainda em vida por arte de seus colegas de fardas que viam nos telégrafos um gasto

desnecessário de dinheiro público, pela igreja que não aceitava o caráter leigo da política indigenista e do Serviço de Proteção ao Índio, e também de políticos que se viram prejudicados pelas políticas de intervenção do SPI. (SÁ, 2009, p.20)

Após sua morte, as críticas viriam especialmente de pesquisadores, que basicamente se dividiam em duas vertentes, àqueles que tecem elogios ao mesmo, enaltecendo suas ações e sua posição mediante a História Nacional, e pela apresentação de um revisionismo da participação deste agente público aos feitos contributivos para o país, acusando-o de:

“Impor sua visão de mundo e seu conceito de cidadania brasileira a outros povos, o que teria levado a aculturação de várias tribos indígenas. Reprovam o legado das Comissões de Linhas Telegráficas na região Amazônica por considerarem-no o início de uma onda de destruição ambiental e etnocídio que subsiste até a atualidade” (SÁ, 2009, p.26)

Não nos cabe neste trabalho exercer um papel de defensor magno ou de acusador atônito, uma vez que entendemos que para determinados parâmetros postos atualmente, algumas ações de Rondon teriam o caráter citado por Luiza Vieira de Sá, na descrição acima. Entretanto, a análise a que nos propomos desde o início deste estudo, refere-se a um período específico, carregado de ideologias que delimitam um todo que se forma, assim, entendemos que as informações postas devem ser estudadas de acordo com as premissas estabelecidas no recorte tempo/espaço delimitado como objeto, sobretudo no que se refere à formação territorial.

Nesse sentido, ao expormos os fatos recorrentes às contribuições da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907 – 1915) – CLTEMTA para a formação territorial brasileira, bem como das ações de Rondon, enquanto chefe da mesma, entendemos que em determinadas análises e reflexões, a exposição feita se aproximará da primeira vertente, alcançando Rondon como um precursor, ressaltando que não o consideramos a frente de seu tempo, mas por ter sido um representante nato daquilo que se prostrava nas primeiras décadas do século XX.

3.2 As primeiras Comissões de Rondon: entusiasta territorial e político

As linhas telegráficas constituíram-se como um importante meio representativo de modernização para o país. Embora grande parte de sua implantação tenha ocorrido ainda no Período Imperial, este período representava para a República que nascia, um momento

letárgico e monótono da História do Brasil, o qual “se contrapunha um novo tempo, ágil e vivaz, trazido pela descentralização, pelo regime representativo, pela participação política e pela reunião de Estados autônomos na constituição da nação brasileira.” (MACIEL, 2001, p.133)

Essas proposições colocavam-se como incentivos para a aceleração do desenvolvimento das comunicações e interiorização da nação, haja vista que a problemática fronteiriça estava em evidência no cenário nacional desde a Guerra do Paraguai. A telegrafia configurava-se assim como um:

elemento técnico inestimável para a solução dos “magnos problemas da administração pública e da segurança nacional”, além de constituir um poderoso promotor do desenvolvimento material nas regiões atravessadas pelas linhas telegráficas. (MACIEL, 2001, p.133)

O estado de Mato Grosso, apesar de sua imensa extensão territorial e sua condição de fronteira, ainda não contava com essa tecnologia no início republicano, as formas de comunicação com a Capital Federal eram difíceis e lentas. Havia ainda as ideologias disseminadas pelos ideais positivistas e pelas teorias raciais que se difundiam no período, colocando o estado como atrasado no que se refere ao desenvolvimento social, havia ainda a crença de que as ações coronelísticas violentas que ocorriam no período, indicavam a “rudeza” que ainda se presenciava (GALETTI, 1995). Acrescenta-se a esses aspectos a grande quantidade de natureza intacta e de povos indígenas que habitavam essas áreas. Para os moldes modernistas que procuravam se sustentar na época, era um outro país dentro do território brasileiro.

Apesar de tal descrição ser profícua em retratar o modo pelo qual se via o Mato Grosso no período, cabe salientar que a visão posta é baseada nos discursos modernizantes e de atraso que circundavam a região, desconsiderando as contribuições e características culturais dos grupos sociais e sociedades indígenas que habitavam as áreas a Noroeste.

Visão que se apresenta com uma ancoragem preconceituosa, e que, embora acordamos que tenha realmente essa distinção apesar de não satisfazer nosso ponto de vista, refaz um retrato específico daquilo que se propagava sobre os sertões naquele determinado momento, sendo o tema discorrido nas obras de autores como Maciel (1998), Lima (1998; 1999), Souza (1997), Galetti (1995; 2002) e nos discursos do próprio Rondon (1919a; 1919b; 1920; 1922)

Situação que se modificaria com as políticas públicas territoriais desenvolvidas durante a Primeira República (como descrito nos capítulos anteriores) que não somente

integravam a dualidade sertão – litoral na ânsia da unificação territorial e na implantação de um nacionalismo, como se passou a expandir as questões qualitativas que o sertão dispunha para a nação.

O território a oeste/noroeste é então apropriado como objeto de legitimação territorial republicano, de modo que o Estado se apodera de sua natureza, sua população, sua cultura e suas contribuições para o crescimento econômico do país, tendo em vista a exploração extrativista que se propaga na época, especialmente do látex e da erva-mate, e ainda da produção pecuária.

Em 1888, antes de proclamar a República, o General Deodoro da Fonseca havia sido enviado para o Mato Grosso como comandante para proteger as fronteiras, sendo acompanhado por militares e engenheiros a fim de analisar a futura instalação de linhas telegráficas que teriam a função de unir as cidades de Corumbá, Coimbra e Cuiabá (LASMAR, 2011, p.36). Assim, ao assumir o Governo Provisório, o general propiciou a continuação da implantação de linhas telegráficas, alcançando o sertão incógnito.

Assumiria como encarregado da Comissão o Coronel Ewerton Quadros, tendo como auxiliar o Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, fazendo a ligação das cidades de Franca, Uberaba e Goiás, alcançando a margem do Araguaia, onde então se encontraria com o Capitão Cunha Matos, tendo este saído de Cuiabá.

Com a Proclamação da república, o capitão Cunha Matos fora substituído pelo Major Ernesto Gomes Carneiro, organizando a Comissão de Linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, que faria a ligação entre Mato Grosso e Goiás, em 1890. A importância logística dessas linhas era fundamental para a proteção fronteiriça do território brasileiro, dando fundamento a um discurso republicano de “país em construção”. (MORAES, 1999, p. 45)

Tal discurso ia ao encontro dos interesses das elites políticas que se formam no estado, apropriando-se territorialmente a articulando as alianças de interesses que se constituem na nova configuração republicana, a autonomia ofertada pelo federalismo carecia de maior articulação entre os poderes políticos, e a facilitação dos meios de comunicação e uma maior integração territorial eram primordiais para a manutenção desse sistema.

Nesse período, Rondon está se formando como engenheiro militar, e é convidado a participar da Comissão pelo Major Gomes Carneiro. O convite seria feito por intermédio de Benjamim Constant, que possuía relação estreita com Cândido Rondon, após a manifestação de Gomes Carneiro em tê-lo acompanhando um militar que fosse originário do Mato Grosso.

A ligação que se coloca entre os três militares é o fato de serem adeptos do positivismo, envolvendo-se assim em uma mesma apreensão ideológica. (LASMAR, 2001; SÁ, 2009)

Seria o Positivismo a válvula de impulsionamento para a obstinação de Cândido Rondon em integrar e desenvolver os sertões a partir da tecnologia telegráfica, e, embora Rondon tenha aderido às ideias positivistas em um momento cujo movimento era considerado moda e estava em ascensão, permaneceu sobre o mesmo ideário por toda a sua vida. (DIACON, 2006, p.102)

Rondon acompanharia então seu segundo mestre, Major Gomes Carneiro, a quem apelidara de mestre do sertão, durante a construção das linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, nos anos de 1890 e 1891. O aprendizado que teria com este seria essencial para as políticas indigenistas que desenvolveria durante toda a sua vida. Em suas palavras:

Iniciado pelo meu único mestre prático, o immortal Gomes Carneiro, na vida pública, com elle aprendi, na severa escola da honestidade profissional e cívica, a bem servir a nossa grande Patria. A sua memória me desperta sempre novos incitamentos: pois, jamais poderei esquecer as bellas lições de devotamento e de abnegação que aquelle cidadão-soldado, me stransmitiu, nos incomparáveis exemplos cívicos que deixou a posteridade naquelles 13 mezes de actividade inimitável, que tanto durou a construcção da Linha Telegraphica de Cuyabá ao Araguaya. (RONDON, 1919b, p.18)

O Major assumira uma posição de não-agressão ao índio, entendendo que o confronto com os nativos poderiam ocasionar o atraso e desmoronamento dos objetivos que ali impunham, evitando assim conflitos entre os índios e os agentes públicos, e, além disso, foi nas ações desse militar que Rondon se espelhou no trato com os subordinados e no modo com que uma liderança deve se posicionar, relatando que nunca se deve mostrar cansaço ou ignorância diante de seus subordinados, mantendo assim a autoridade respeitada. (VIVEIROS, 1958)¹⁶

A medida em que iam acontecendo deserções devido às difíceis condições ofertadas pelo trabalho telegráfico, o efetivo diminuía e Rondon acumulava funções, ocupando papel de destaque entre os envolvidos nesta empreitada. Conhecedor da fauna existente em Mato Grosso, desenvolvia meios de manter a equipe alimentada com àquilo que a floresta os oferecia, uma vez que o fornecimento de alimentos era precário e muitas vezes não atingia os

¹⁶ A obra de Esther de Viveiros possui importantes significado uma vez que foi escrita pelos relatos do próprio Cândido Mariano da Silva Rondon especificamente para a produção do livro, desse modo o que se tem são as impressões que este militar desenvolveu em suas missões, assim, pela contemporaneidade entre o autor e personagem, a obra *Rondon conta sua vida*, expressa-se como uma biografia ainda em vida, podendo ser Viveiros considerada como uma hagiógrafa de Rondon.

locais aonde as tropas se fixavam, como exemplo, a fabricação de açúcar do buritizeiro, o palmito do Inajá, frutas, folhas de gravatá – Açú, mel da manduri, do urucu e da bojuí. (VIVEIROS, 1958)

A Comissão levaria mais tempo do que se havia previsto. Após a conclusão dos trabalhos, em 1891, Rondon foi promovido a Chefe do 16º Distrito Telegráfico de Mato Grosso, assumindo o cargo em 1892 e permanecendo até 1898. A nova função dava ao militar maior autonomia e conseqüentemente maior responsabilidade. Entre as designações que recebera do interesse público estava à reconstrução da linha telegráfica que ajudara a construir até o Araguaia, a qual enfrentava problemas que em parte era devido à qualidade dos materiais utilizados.

A rede telegráfica implantada nessa última década do século XIX assentava o Mato Grosso no bojo da modernização e do progresso. Estas áreas, que até então haviam permanecido em um estigma de atraso, iniciavam seu processo de inserção no cenário político/econômico nacional. O projeto teleográfico em questão foi um meio de proporcionar a comunicação entre a capital do estado, Cuiabá, e o Rio de Janeiro, exercendo um maior controle no cerne político de Mato Grosso.

A ideia de modernização estava atrelada ao profundo conhecimento do território, isso porque as áreas até então pouco exploradas serviria para a expansão do processo capitalista, especialmente rumo ao oeste, de modo que se tornasse possível demonstrar em nível nacional e internacional, as potencialidades que advinham do território brasileiro como um todo unificado. (DUARTE, 2013, p. 27).

Em suma, há um processo de dominação Estatal sobre as áreas que já pertenciam ao Estado, propiciando um critério básico (modernizador) para a legitimação da soberania jurisdicional, “assim a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais.” (MORAES, 2002, p. 74)

Os telégrafos projetavam a materialidade territorial incitada pelo Estado Republicano, o demasiado afastamento que as áreas ao oeste mantinham da costa, e o forte fluxo de migrantes que para lá se dirigiam (fossem de uma migração interna ou externa, especialmente dos países vizinhos, como já exposto), davam uma possibilidade de haver uma propensão a se formar outra nacionalidade, embora não se tenha definido qual, caso não se articulasse maior familiaridade entre as partes que compunham o território brasileiro, “assim a simples existência de uma estação telegráfica [...] corresponderia, [...] à presença das altas

autoridades da República, reforçaria o prestígio da autoridade local e dar-lhe-ia assim, mas ânimo abreviando a vinda de recursos muitas vezes urgentes.” (MACIEL, 1998, p.99)

A instalação dos primeiros telégrafos no estado de Mato Grosso se deu em Cuiabá, devido a sua importância política, era naquela região que se encontrava os principais nomes de referência das oligarquias mato-grossenses, cujas disputas políticas ocasionavam transtornos locais e também nacionais, haja vista a violência utilizada na resolução dessas dissidências.

Após essa primazia que se atrelava a cidade de Cuiabá, emergia na parte sul do estado a necessidade de se construir uma rede telegráfica ligando-a com Cuiabá e a capital federal, isso porque foram estas regiões as mais afetadas com a Guerra do Paraguai, bem como as que comportavam maior número de migrações, devido ao seu desenvolvimento econômico. Além da Cia. Mate Laranjeira, a pecuária se mostrava crescente e fornecia indícios da diferenciação na divisão territorial do trabalho que se dava entre o norte e o sul de Mato Grosso.

Cândido Rondon, durante seus trabalhos na Comissão Goiás, que durara até 1898, estudou junto a sua equipe, as possibilidades de implantação telegráfica na fronteira sul, além de outros pontos estratégicos, visando ampliar a rede telegráfica e instituir a presença Estatal nessas áreas que ainda se colocavam como risco a integridade nacional e territorial.

Diante de tais premissas, o Governo Federal criou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – Comissão do Mato Grosso (1900 a 1906), devendo ligar à fronteira sul do estado de Mato Grosso com a Capital Federal. Esse novo empreendimento objetivava a consolidação da ocupação territorial fronteiriça atendendo aos interesses da soberania nacional, sendo acompanhada pela construção de estradas férreas e viação fluvial, de modo a promover melhorias na comunicação em várias frentes. (SÁ, 2009)

Os principais pontos na fronteira a receberem o telégrafo seriam as cidades de Corumbá e Coimbra, ambas atacadas por forças paraguaias durante a Guerra, não querendo o Brasil ser surpreendido novamente. Dada a demanda e o grande interesse na ocupação estratégica da região de fronteira, além de cursar por áreas ainda desabitadas e inóspitas, considerou-se ser mais viável entregar esta missão a um comandante que fosse militar, sendo o eleito Cândido Mariano da Silva Rondon.

Esta comissão teria a participação de dois ministérios, o da *Guerra* e o da *Indústria, Viação e Obras Públicas*, sendo a comissão de telégrafos subordinada a ambos. O envolvimento do ministério da Guerra não funcionava como indicativo de conflito, mas

considerava-se que somente os militares estavam aptos a realizar determinados trabalhos, sendo encarregados da execução de diversas obras públicas. A Comissão Mato Grosso contaria com um total de 11 engenheiros militares, 6 funcionários civis da repartição de telégrafos, 100 praças e 1 fotógrafo. (LASMAR, 2011)

São as comissões telegráficas que começam a formar uma reciprocidade nas contribuições feitas entre o sertão e o litoral, o primeiro de modo a receber a modernidade e integrar-se no todo nacional, e o segundo sendo recompensado com características e materiais importantíssimos para o desenvolvimento científico brasileiro. Território e nacionalismo se confundem para a legitimação da soberania estatal. Para Rildo Borges Duarte:

Esta tentativa de integração material do Brasil via comunicações é à base da representação geográfica sobre a identidade nacional. Este pensamento estratégico sobre o Brasil que envolve as noções de povo, território e comunicações, a partir do instrumental oferecido pela geografia, seria a base do modelo geopolítico brasileiro, muito discutido a partir da década de 1920. (DUARTE, 2013, p. 52 – 53)

Na Comissão Mato Grosso, a fronteira oeste é finalmente alcançada pela tecnologia e o Estado Republicano se faz presente nos confins do Brasil, apresentando a um território promissor a infraestrutura que se fazia necessária para acelerar o desenvolvimento econômico e social daquele meio.

Ao assumir o posto de Chefe, Rondon teria a autonomia para definir e impor decisões em situações nas quais antes lhe cabia somente à obediência. O agente público apresentava também seu lado político, agindo da forma com que considerava mais valorosa para o andamento das implantações dos telégrafos, destacando o modo pelo qual se relacionava com os indígenas e com seus subordinados.

Os soldados aparelhados a desbravarem o sertão na construção das linhas telegráficas eram na maioria recrutados a força, após conduta inviável para o serviço militar e encaminhados para as comissões telegráficas como castigo (MACIEL, 1998). Ao chegarem *in loco* ficavam estarecidos com a realidade que enfrentariam, como a fome, doenças, insalubridade do local, isolamento na floresta, presença de índios bravos, dura rotina de trabalhos (SÁ, 2009), fazendo com que muitos tentassem se evadir daquela situação ou provocassem rebeliões a fim de estagnar o trabalho.

Sobre o assunto, Todd Diacon aponta:

Só a força motivou muitos dos soldados da Comissão Rondon. A julgar pelos números do Exército brasileiro como um todo, metade dos soldados da

comissão eram recrutas arrastados à força para o serviço militar. Talvez uma parcela igual tenha sido composta de homens da cidade, que nunca haviam visto uma floresta. (DIACON, 2006, p.93)

Assevera-se ainda:

O temor constante de doenças e ferimentos combinava-se às agonias do recrutamento e do trabalho forçado e gerava uma mistura emocional potencialmente explosiva entre os soldados da comissão. O estilo de comando de Rondon e o medo crescente de ataques indígenas agravavam a situação. As resultantes deserções perturbaram a comissão durante toda sua existência e forçaram Rondon e seus oficiais a despender boa parte de seu tempo e energia perseguindo e punindo soldados fugidos. (DIACON, 2006, p.81)

Com uma formação militar, Cândido Rondon entendia e cumpria a hierarquia existente na estrutura de poder, por isso sua ação com seus soldados era enérgica, ocorrendo diversas situações em que usou a força física para contê-los, considerando esta a única forma de manter a organização e autoridade durante a Comissão.

Situação oposta ocorria em função dos grupos indígenas. Rondon acreditava que eram os trabalhadores da Comissão que adentravam em território alheio, e mesmo sendo essa uma façanha necessária para o desenvolvimento e o progresso almejados pelo Estado republicano, a falta de credibilidade dos índios era compreensível, não revidando os ataques e procurando manter uma relação amistosa com os mesmos.

Para tanto, após tentativas de aproximação, o estabelecimento de uma relação amigável entre Rondon e os chefes da tribo Borôro, fez com que, mediante a situação complicada em que se via frente as deserções e doenças que ocasionaram a abaixa do efetivo, convidasse os índios que habitavam a região para atuarem junto a ele no trabalho das linhas telegráficas, diminuindo o problema de seu efetivo e ainda aproximando os indígenas da cultura tida como civilizada.

A audácia para o convite ao trabalho nas linhas telegráficas representa a figura política que Rondon desempenhava em sua função de comandante, aproveitando-se do contato diário com os índios que frequentavam o acampamento e as relações, diríamos diplomáticas, que havia criado com os líderes dessa tribo. Sobre isso, Luiza Vieira de Sá argumenta:

Nesse momento, em que o agente público delibera e vai além da sua atribuição expressa, de modo a implementar o fim público, ele se torna agente político. Eis a distinção: o agente público aceita as circunstâncias inevitáveis e não previstas; ele cumpre fielmente as regras que lhe foram passadas, somente isso. Já o agente político vai além. Ele age

autonomamente com a finalidade de implementar o fim público. (SÁ, 2009, p.93)

Os índios (Borôro) que iriam aderir ao serviço público teriam uma rotina de trabalho diferenciada, de modo a preservar as atividades silvícolas que eram de seu costume, demonstrando o respeito a sua cultura. Estes trabalharam na linha telegráfica de Corumbá por cerca de 12 meses, “em razão do solo, que era pantanoso e alagado, foi este o trecho mais difícil de implementar as linhas da região sul de Mato Grosso. Trabalhos que já haviam sido iniciados em outras duas ocasiões, mas não se lograra terminá-los”. (SÁ, 2009, p.98)

A participação dos índios Borôro na construção dessas linhas facilitava o serviço, uma vez que os mesmos já possuíam familiaridade com o solo e o clima do local, fator de suma importância para a efetivação do trabalho, especialmente no que tange as cheias e as secas da região (Pantanal). Cândido Rondon aproveitava-se então desse conhecimento prático para aprimorar suas decisões quanto ao andamento da linha telegráfica, para tanto o militar aprendeu a língua Borôro para facilitar a comunicação. (RONDON, 1949)

A relação entre os índios e os demais trabalhadores da Comissão não era de fato tão amigável quanto Cândido Rondon desejava, por isso o mesmo organizou regras de conduta para que a sociabilidade não fosse afetada e se pudesse dar continuidade aos trabalhos que ainda restavam, e para àqueles que não a obedecessem haveria sanções a “moda da floresta”, uma vez que ali não haveria cadeia ou outros meios utilizados comumente pelos militares, teria de se criar tais meios, entre eles o “bater de vara” e o “amarrar no tronco”. (MACIEL, 1998; DIACON, 2006; VIVEIROS, 1958)

Situação complexa se dava também entre os índios e os fazendeiros que habitavam a região por onde a Comissão Mato Grosso se instalava, entre ataques armados e situações de escravidão, Rondon se colocava em defesa dos índios denunciando as agressões por meio de relatórios e telegramas. Entretanto, a importância político-econômica desses proprietários de terras fazia com que tais denúncias tivessem como respostas o silêncio. (SÁ, 2009)

A severidade com que tratava os trabalhadores da Comissão e a pacificidade ofertada aos indígenas era motivo de críticas, apesar disso, Cândido Rondon defendia que os militares que participavam das Comissões provinham de um ambiente civilizado, cujas regras e hierarquias eram de convívio cotidiano, por outro lado os índios não tinham entrado em contato com as normas de convivência mínimas para um cidadão, por isso a necessidade de integrá-los e ensiná-los a viver de modo civil.

Como referência, cabe ressaltar que, quanto a participação indígena na Comissão, não são apenas méritos atribuídos a Rondon, o pesquisador Antônio Carlos de Souza Lima (1995), tece uma crítica ao relatar que a proteção e pacificação disseminadas pelo poder Estatal correspondiam na verdade a dizimação desses povos. Tal argumento se pressupõe no poder tutelar imposto pelo Estado sobre esses povos, reduzindo-os a uma unificação.

Figura 10: Índios Borôro na construção da linha telegráfica



Fonte: Rondon, 1949

De fato, o processo de civilizar, amansar e domar os sertões vazios (MACIEL, 1998), carregavam consigo as premissas de domínio e poder, uma vez que o objetivo republicano se pautava nos processos de unificação territorial e desenvolvimento social. Sertão e Litoral deviam aproximar-se e, para tanto, deveria alcançar um mesmo estágio de desenvolvimento.

E o papel de fazer avançar a civilização era creditado ao povoamento, à cidade, aos pioneiros, que, a medida que fosse se instalando (ao longo das ferrovias e linhas telegráficas por exemplo), iriam submetendo o território selvagem, impondo-lhe suas normas e códigos, verdadeiros “focos civilizadores” que iluminaram com sua luz a escuridão do desconhecido, das matas fechadas e da ignorância. (MACIEKL, 1998, p.170)

Ao final da Comissão Mato Grosso, haviam sido construídas 16 estações em uma extensão de 1.667 quilômetros de linhas telegráficas. O sul do estado estava de fato envolvido

nas práticas modernizantes as quais se calcava a Primeira República. O território estava cercado pelas linhas telegráficas e avultava a chegada da estrada férrea, a fronteira que há tanto tempo permanecera distante da capital federal, agora se comunicava com esta em uma velocidade que até então era apenas fonte de abstração e as relações econômicas e políticas se ajustavam ao cerne nacional.

Cândido Rondon, que iniciara sua vida de sertanista como um Tenente auxiliar, lograva-se agora Major comandante, e embora as críticas existissem, o fato era que suas ações estavam promovendo a (re) estruturação territorial e nacional que a República exigia nesses primeiros anos de existência.

3.3 A Comissão multifacetada: Domínio territorial, político e social

Aos poucos, o território a oeste do Brasil que por tanto tempo se estigmatizou como um sertão vazio, alinhava-se ao restante do Brasil, adentrando em uma perspectiva projetista das potencialidades que poderia oferecer ao desenvolvimento da nação. As Comissões telegráficas, muito mais do que ampliar o sistema de comunicações brasileiro, funcionavam com um agente exploratório, seja no campo social, cultural, econômico, político e científico, enviando por meios de relatórios as informações detalhadas que a República carecia para a implementação de novos e futuros empreendimentos.

Não seria este um processo rápido ou fácil de ser finalizado, as discrepâncias que se colocavam quanto a demografia, centros urbanos, rodovias e vias férreas, indústrias, escolas e outras características que acentuavam o “tom civilizador”, eram gigantescas. O sertão oeste/noroeste havia permanecido em uma ruptura territorial por muito tempo, (re) unificar essas áreas demandaria de um investimento também imensurável.

Essa discrepância não se dava apenas entre o sertão e as demais regiões do Brasil, como mencionado anteriormente, o Mato Grosso, devido a sua grande extensão territorial, se desenvolvia de forma diferenciada, com a parte do sul do estado sendo favorecida por um crescimento, diríamos até acelerado para o momento, devido a sua localização geográfica, uma vez que seu território permitia um acesso facilitado à navegação do Rio Paraguai, incentivo que promoveu uma diversificação da economia, com o surgimento de eixos comerciais, como Corumbá, e acabou por atrair uma leva considerável de migrantes. A parte norte do estado, que comportava a capital Cuiabá, possuía um caráter eminentemente político e centralizado, como pôde ser verificado na figura 7 do capítulo anterior.

O poder republicano visionava a situação descrita, iniciando a implantação telegráfica pelas áreas do território que se faziam mais acessíveis ao projeto. A capital Cuiabá, como núcleo político de Mato Grosso, deveria estar conectada ao Rio de Janeiro com urgência, sendo por isso incluída nos projetos imediatos do Governo Republicano, interligando-se com a Capital Federal por meio de uma rede telegráfica que também cruzaria o estado de Goiás, até então dois entes federativos, de um total de três, que não contava com a tecnologia, desenvolvendo-se assim a já comentada Comissão de Linhas Telegráficas de Goiás a Mato Grosso, de 1891 a 1898.

Após a concretização dessa ligação, a capital do estado de Mato Grosso interligar-se-ia às regiões cuja extremidade fronteiriça se colocava em risco para a integridade territorial e nacional, áreas que já contavam com uma densidade demográfica de maior concentração, e uma economia emergente, tal como posto nos relatos sobre a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, de 1900 a 1906. Estas áreas já não se tratavam apenas de um sertão vazio e incógnito, pois o Estado Nacional se fazia presente e iniciava seu processo de desenvolvimento e progresso, seja com a instalação das linhas telegráficas, vias férreas ou com o ideário de civilização que se almejava.

Durante essas comissões, Cândido Rondon e o grupo que compunha as equipes de trabalho, traziam consigo amostras para o levantamento científico dos recursos naturais das regiões percorridas, e com o trabalho desenvolvido com os indígenas demonstrou ser possível a integração destes como trabalhadores nacionais,¹⁷ soma-se a esses fatores a extensão percorrida e o adentramento em áreas inóspitas (especialmente a pantaneira) que indicavam a possibilidade de um mapeamento mais detalhado do território. Enfim, as promessas de um reconhecimento territorial e apropriação deste tornavam-se cada vez mais vantajosas, sendo por isso designada pelo então presidente Afonso Pena a criação de uma nova comissão, esta que seria um marco na geo-história brasileira.

É instituída então, em 1907, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA, sob a chefia do então Major Cândido Rondon e projeto do engenheiro Francisco Bhering. O projeto da CLTEMTA visava à continuação do projeto telegráfico a partir de pontos que haviam sido levantados pela comissão anterior, mas “não

¹⁷ A integração das sociedades indígenas à população “branca e civilizada” já havia sido almejada anteriormente a Comissão Rondon. No século XVIII, o Marquês de Pombal elaborou uma série de medidas que foram sistematizadas em um Diretório que visava “a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural.” (GARCIA, 2007, p. 24)

objetivava tão-somente estabelecer comunicações, mas se tratava de verdadeira *política de governo* que sinalizava a intenção de ocupação definitiva do território” (SÁ, 2009, p. 119).

Francisco Bhering foi um engenheiro adepto da ideia de civilização dos sertões, após passar uma temporada na Europa, retornou ao Brasil com as ideias em floreio e encontrou um território propício ao desenvolvimento e progresso que tanto defendia. O engenheiro afirmava que o progresso material é também social, expressando sua visão civilizadora e progressista, motivada especialmente pelos avanços dos conhecimentos científicos, visão que sobressaía no período. (DUARTE, 2013, p. 35)

Nesse sentido, o desenvolvimento e progresso passavam a ser associados às materialidades postas no território, a técnica passa a exercer predomínio nesse processo, por isso a excelência dos profissionais que se colocavam a disposição nesses projetos, certos de que cabia a poucos a condução dos mesmos. O telégrafo, as linhas férreas e as cidades são exemplos dessa materialidade.

Assim, intensifica sua participação em defesa da “marcha civilizatória ao oeste”, e apresenta seu projeto de expansão das linhas telegráficas ao noroeste do Brasil, com a “Construção de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas”, que apresentava características provenientes de aspectos políticos, econômicos e estratégicos. O projeto receberia o apoio de Cândido Rondon e Euclides da Cunha, nomes de grande importância na época, e com os quais Bhering já havia consolidado aliança. (DUARTE, 2013)

O empreendimento foi impulsionado com extrema rapidez, de modo que a Comissão Mato Grosso encerrou-se em dezembro de 1906, e em fevereiro de 1907 o presidente Afonso Pena já convocava Rondon para as novas atribuições, sendo a situação descrita pelo militar:

Em princípio de 1907, achava-me eu nesta Capital havia apenas dois meses de regresso dos confins do Brasil com a Bolívia, onde terminara a construção da rede telegraphica que liga o Araguaya a Cuyabá e dahi se estende, através de pantanes, até S. Luiz de Caceres, Corumbá, Coimbra, Miranda, Porto-Murtinho e Bella Vista, quando fui chamado a conferenciar com o Presidente da República, o Snr. Afonso Penna, sobre as possibilidades e condições de se estabelecer igual ligação com o Acre, Alto-Púrus, Alto-Juruá e Amazonas. Para este gigantesco empreendimento, de cuja realização depende a regularidade da acção governamental sobre aquellas longínquas paragens, haviam sido apresentados vários projectos, entre os quaes os dos distintos profissionaes Dr. Francisco Bhering [...]. (RONDON, 1922, p.7)

Em uma interpretação global sobre os acontecimentos que interpelavam o estado de Mato Grosso naquele momento, entendemos que as disputas políticas que haviam ocorrido no

ano anterior, resultando na morte de Totó Paes, contribuía para a rápida decisão de Afonso Pena, de modo que a violência contida nas ações dos chefes oligárquicos locais precisavam de ajustes quanto aos critérios de civilidade estabelecidos. (GALLETI, 2012; CORRÊA, 2009)

Outro ponto essencial para a organização da CLTEMTA era a recente anexação do território do Acre ao Brasil, estas áreas, cujo Estado Brasileiro havia disputado com a Bolívia durante cerca de quatro anos, resultando em um acordo de paz, o Tratado de Petrópolis, em 1903, se encontravam afastadas do centro político do país, e sua importância para a economia era imponente devido ao auge da extração do látex.

Ainda que o principal intuito da CLTEMTA se dirigisse à apropriação, fortalecimento e integração do território nacional, seus desígnios eram muito mais abrangentes. Rondon seria acompanhado durante toda a Comissão por profissionais das mais diversas áreas, como biólogos, geógrafos, antropólogos, geólogos, cartógrafos, médicos, jornalistas, fotógrafos entre outros, exercendo um papel essencial para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Assim, “este empreendimento uniu às atividades de instalação do telégrafo, serviços de exploração territorial, demarcação, proteção de fronteiras e levantamento científico de recursos naturais.” (ARANHA, 2012, p. 92)

Por este motivo, podemos afirmar que a CLTEMTA (e a Comissão Rondon como um todo) possuía um caráter multifacetado, composto por diversas vertentes que formavam um único objetivo, legitimar o domínio territorial republicano. Essa multiexpressividade é necessária porque o Estado já herdara do Período Imperial um território praticamente constituído, entretanto disforme em sua configuração, como citado no primeiro capítulo, as fronteiras e limites territoriais desenharam uma espécie de “cofre territorial”, que guardava diversas riquezas, mas que não formava um único elemento.

O desenvolvimento científico, estrutural, cultural e da identidade brasileira, seriam o acesso para o fortalecimento do nacionalismo, de modo que os indivíduos que compunham o território se vissem como pertencentes a um mesmo Estado-Nação. Partindo desse ponto de vista, as diversas vertentes que constituíam a CLTEMTA estavam diretamente relacionadas ao domínio e apropriação territorial, sendo agentes essenciais nesse processo. Asseverando a ideia, utilizamo-nos da citação:

Estes objetivos científicos estavam diretamente ligados ao estabelecimento de infraestrutura em comunicações, esperando-se que, juntos, telégrafo e ciência cumprissem a meta de modernização e integração efetiva do território nacional. Por este motivo, a CLTEMTA possuía como seu próprio nome já expressa, valor estratégico e crucial para a incorporação, ocupação e conhecimento da porção noroeste do

território brasileiro. (ARANHA, 2012, p. 92)

O caráter multifacetado que se constituía a CLTEMTA, não era intermediado pela fragmentação dos trabalhos, mas por um coletivo que se fixava em prol do desenvolvimento da pátria brasileira. Isso se faz representado nos relatórios e conferências oriundos da Comissão Rondon, que expressam a versatilidade existente nos estudos desenvolvidos.

Em um levantamento realizado nos documentos produzidos pela Comissão Rondon existentes no acervo digital do Museu do Índio¹⁸, foi possível elencar temas que se destacam entre os documentos ali presentes. Entretanto, é fundamental enfatizar que muitos deles abordam uma variedade de informações que, em vias de catalogação, poderiam assumir áreas distintas, dadas a amplitude da descrição realizada pelos autores. De um total de cem documentos que se misturam entre relatórios e conferências, foi possível elencar uma média de cinco que se referem com maiores especificidades a Astronomia; dezenove a Botânica; quinze a Zoologia; vinte e dois a Etnografia e indígenas; cinco a Geologia; três a Serviços Sanitários e Médicos; doze a Topografia, mapeamento e descrição de rios; um a Religião e Mitologia; dois a Águas Termais; e quinze que se apresentam como totalizadores de informações em diferentes núcleos.

Essa diversidade existente nos encargos da CLTEMTA era resultante de sua tripla filiação ministerial, estando vinculada ao 1) Ministério da Guerra; 2) Ministério da Agricultura e; 3) Ministério da Viação e Obras Públicas. Cada uma dessas repartições possuía objetivos específicos para as comissões que se desenvolviam, entretanto, as atividades desempenhadas agrupavam as mesmas conjecturas, resultando em um mesmo direcionamento, o domínio territorial.

O Ministério da Guerra era responsável por fornecer os oficiais engenheiros (formados nas escolas do Exército - Escola Militar do Brasil e Escola de Artilharia e Engenharia) e praças para o trabalho de construção das linhas telegráficas. Por ser tratar de uma região fronteira, a presença do exército nessas áreas era fundamental para indicar a proteção que o Estado mantinha no território brasileiro, além disso, o serviço para implantação das linhas telegráficas era um trabalho árduo, de difícil execução e custoso, por isso, havia a crença de que apenas pessoas bem preparadas seriam capazes de exercer tais

¹⁸ Os documentos que foram contabilizados para essa análise estão disponibilizados em plataforma virtual do <http://www.museudoindio.gov.br>. Cabe ressaltar que não foi realizada uma apreciação aprofundada destes, mas feito uma investigação acerca dos temas tratados nos mesmos. Desse modo, entendemos que a seleção proposta é variante da interpretação de cada autor sobre os mesmos (embora alguns tenham titulação específica) e que existem outros que não estão ali disponibilizados, além de obras de outras naturezas, como livros, periódicos e artigos.

tarefas, por estarem acostumadas a um rigor hierárquico e a ordem. (MACIEL, 1998; ARANHA, 2012)

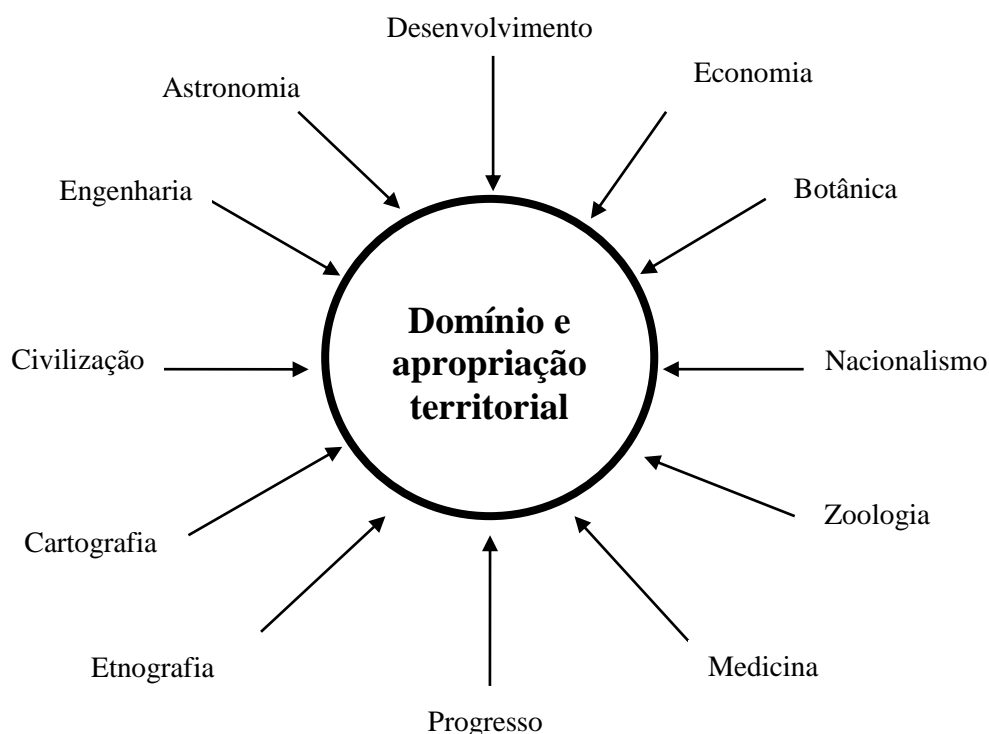
Para o Ministério da Agricultura, a Comissão representava a aquisição de novas áreas disponíveis para o cultivo agrícola e de pastagens, uma vez que as demais regiões do país (sul, sudeste e nordeste) já apresentavam um saturamento das áreas produtivas. A comissão promovia assim, além de um estudo que envolvia aspectos como solo, clima e vegetação, a infraestrutura necessária para a instalação de novos investimentos voltados a economia agrícola.

Essa infraestrutura era promovida principalmente pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, que possuía empenho direto na comunicação gerada via telégrafo, bem como na construção de estradas de rodagem e vias férreas, que acompanhariam o sistema telegráfico, e ainda no transporte fluvial. Cabe ressaltar que a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré iniciou seus trabalhos também em 1907, sendo as linhas telegráficas um acompanhamento modernizador junto à mesma.

Dada a argumentação, a CLTEMTA pode ser considerada como um somativo de objetivos e poderes que se organizavam na representação figurativa de Cândido Rondon, verdadeiro sertanejo, destemido e corajoso, que trabalhava em prol da pátria no amansamento dos sertões. Tal como posto por Laura Antunes Maciel:

Atribuía-se a essa Comissão a construção de milhares e quilômetros de linhas telegráficas, o levantamento geográfico e cartográfico de cerca de 50 mil quilômetros lineares de terras e águas até então desconhecidos, a “pacificação” de numerosos grupos indígenas, a “conquista” e demarcação das fronteiras nacionais com as Guianas, a Venezuela e a Bolívia, entre tantos outros trabalhos. “Escola do dever” ou uma “lição cívica” para todos os brasileiros, os trabalhos realizados pela Comissão apareciam como resultado dos esforços de um único homem – Rondon –, exemplo de abnegação, tenacidade e devoção à Pátria. Somente ele, o “apóstolo da selva” o “pacificador” e o civilizador dos sertões – títulos a ele conferidos por sociedades científicas nacionais e estrangeiras –, poderia realizar a missão de devassar desertos, “plantando” atrás de si os postes e o fio do telégrafo. (MACIEL, 1998, p. 16)

Representamos essa multiexpressividade existente na Comissão Rondon como um núcleo gravitacional que, embora tenha suas extremidades compostas por diversas ramificações, estas acabam sendo atraídas para um mesmo direcionamento. Em nossa analogia, o núcleo seria o domínio e apropriação territorial exercidos pelo poder republicano por meio da Comissão Rondon, e as ramificações as áreas científicas e de trabalho desenvolvidas pela mesma, conforme exemplificado:



Org.: TEODORO, 2017

Devido à importância que se dava a instalação das linhas telegráficas para o impulsionamento do desenvolvimento dos sertões a Noroeste, a organização da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, deu-se de modo rápido, a qual daria continuidade aos trabalhos realizados pelas comissões anteriores. Rondon, em Conferência sobre os trabalhos desenvolvidos nos primeiros anos da CLTEMTA, descreve a rapidez de implantação do projeto por meio das datas em que estes homens se colocaram à disposição do sertão:

Portanto, consituída a comissão a 11 de Março de 1907, já a 28 deste mez embarcavam para Matto-Grosso o pessoal tecnico e o contingente do exército. A 6 de Maio deixava eu esta cidade, iniciando a 7 de Junho a vida de acampamento, que levei por três anos seguidos, até que, sahindo a 25 de Dezembro de 1909 no Madeira, por este descí a Manáos e dahi vim para esta Capital, onde cheguei a 6 de Fevereiro. (RONDON, 1922, p.09)

A dimensão do empreendimento foi ressaltada por Rondon e pelos envolvidos, dados os aspectos naturais que se faziam presentes em toda a área a ser explorada, como vegetação, clima, solo, os indígenas “selvagens”, e o pouco conhecimento que se fazia daquelas áreas, salvo pela descrição de viajantes naturalistas que se arriscavam a conhecer tais locais e um

número apoucado de bandeirantes que por ali haviam passado, entretanto, contestava-se a dimensão entre reconhecer passageiramente o sertão e promover a fixação de linhas telegráficas e povoamento nestes.

As operações do empreendimento que se ia encetar tinham de desdobrar-se em Matto-Grosso por cerca de 250 léguas de sertão bruto, nunca antes percorrido senão pelos selvicolas que o habitam e estenderem-se por mais de 330 léguas através da Amazonia. E, para aumentar as dificuldades da exploração que havia a fazer na vasta zona do noroeste mattogrossense, ahi estava a novidade do itinerario a seguir. Com effeito, tinhamos de varar o sertão sempre por terra, através de matas e campos, galgando serras, transpondo rios, sem podermos aproveitar as facilidades offerecidas pela navegação. (RONDON, 1922, p.08)

As atividades de incursão no sertão ocorriam em dua etapas distintas, a primeira podemos denonimar de *Locação* ou *Reconhecimento*, na qual eram ponderados os aspectos do território e as condições que propiciavam para os trabalhos a serem desenvolvidos pela CLTEMTA. A segunda etapa era a de *Exploração*, que basicamente consistia em um “raio X” do território (ARANHA, 2012), coletando todas as informações possíveis sobre o mesmo, em seus maios diversos aspectos, de modo a fornecer informações necessárias para a elaboração de um acervo científico, das possibilidades de povoamento e desenvolvimento econômico, e ainda para a construção de um material cartográfico detalhado da região. Sobres estas, esmiúda-se o fato de que:

[...] é importante destacar que como ponto comum entre estes saberes geográficos está a forma de coleta de informações e apresentação. O conhecimento produzido por estes homens deveria ser utilitário, técnico, sua finalidade era dar suporte ao plano de modernização da região amazônica, sendo assim, os aspectos relatados possuíam um padrão de apresentação no formato de carta-itinerário. A intenção principal era revelar os caminhos percorridos, as dificuldades encontradas, o meio de transpô-las, elementos acerca da navegabilidade de rios e se estes ofereciam ou não problemas se fossem usados como caminhos. Até mesmo quando há informações acerca da vegetação das margens, dos produtos locais ou minerais encontrados, elas estão colocadas sob o ponto de vista de seu uso posterior. (ARANHA, 2012, p. 95)

Para o início dos trabalhos de implantação dos telégrafos, organizou-se o roteiro a ser seguido mediante os avanços obtidos na Comissão Mato Grosso (1900 – 1906), sendo um dos primeiros empreendimentos a construção da linha telegráfica que ligaria São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso. Para o bom andamento dos trabalhos, as equipes eram divididas em frentes de trabalho, que diferenciavam-se em sua funções a fim de facilitar o

trabalho e o tempo de execução do mesmo.

Quadro 3

Organização para o início da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA)		
	Chefes	Ações
Seção A	Major Felix Fleury de Souza	Construção de um ramal ligando São Luiz de Cáceres a Cidade de Mato Grosso (Vila Bela)
Seção B	Capitães Custódia de Sena Braga e Marciano de Oliveira Ávila	Construção da linha-tronco de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira
Seção C	Candido Mariano da Silva Rondon	Grandes Reconhecimentos do sertão e estudos preparatórios para fixar o traçado da linha-tronco
Seção D	Tenente Renato Rodrigues Pereira	Medição das terras da fazenda de Casalvasco (da Serra do Aguapeí à fronteira com a Bolívia)

Org.: TEODORO, 2017.
Fonte: BIGIO, 2000

Na divisão feita pelo próprio Cândido Rondon, a seção de *Reconhecimento* ficaria sob a responsabilidade do mesmo, que se dispôs a desbravar os sertões aguerridos de natureza, que ainda pouco haviam sido explorados no sentido de promover atributos civilizadores e integracionais. Assim, em junho de 1907, iniciavam-se os trabalhos em campo, preparando sua comitiva para realizar os reconhecimentos e demarcações necessários para a continuidade dos projetos telegráficos.

Para o reconhecimento do território a ser explorado, foram realizadas três expedições, que fariam o levantamento territorial e as disposições que possuíam para a exploração. Esta etapa era feita de forma esmiuçadora, contendo nas cadernetas de campo e relatórios apresentados detalhes minuciosos das características das áreas por onde passara, bem como das populações que ali viviam e que poderiam se confundir com as expedições destinadas a exploração (ARANHA, 2012). Percebe-se assim a dedicação de Cândido Rondon com a missão que lhe foi atribuída e a meticulosidade com que trabalhava, sendo denominado de perfeccionista, o que nos permite compreender a mitologia criada em torno de seu nome.

Antes que se desse início às expedições que se projetara, era necessário realizar uma primeira que correspondia ao término dos trabalhos previstos para a Comissão Mato Grosso, mas que não fora possível concluir, cuja objetivação se dava na construção do ramal que aproximaria por meio da comunicação as cidades de São Luiz de Cáceres à cidade de Matto-Grosso (Vila Bela de Santíssima Trindade), e ainda parte da linha tronco entre as cidades de

Cuiabá e Diamantino. (RONDON, 1922, p. 10)

Após a concretização do ramal ligando São Luiz de Cáceres à cidade de Matto-Grosso, a seção de Rondon iria despontar àquela que seria a primeira em sertão bruto, objetivando o descobrimento do rio Juruena. Aponta-se como descobrimento porque os raros aventureiros que haviam se deslocado para a região, nos vestígios documentais que haviam deixado, combinavam-se entre si em apenas um ponto, no mais, havia informações que se contradiziam, eram vagas ou por demais fantásticas. (RONDON, 1922, p.16)

Para alcançar o Rio Juruena, a comitiva instituiu como ponto de partida a vila de Diamantino, situada ao noroeste de Cuiabá, a uma distância de 184 quilômetros, servindo como entreposto para o comércio da borracha. A expedição foi organizada e os trabalhos divididos em quatro divisões: 1) exploração da vanguarda; 2) condução do material; 3) serviço de acampamento e cozinha; e 4) o comboio. (RONDON, 1922, p.16)

O território que estava em reconhecimento pela comitiva de Rondon era habitado pelos índios Pareci, com os quais o militar estabeleceu relação de amizade, e pôde contar com o apoio e auxílios dos mesmos para o trabalho que seria desempenhado. Tamanha era a associação amigável existente entre Rondon e os Pareci, que estes disponibilizaram um dos seus, o índio Zavadá-Issú, para servir de guia nessas terras incógnitas.

Os pontos demarcados revezavam-se entre aldeias indígenas, a maioria dos Parecis, quedas d'água e rios. À medida que adentra o território inóspito, Rondon traceja consigo as possibilidades que as áreas em reconhecimento e exploração podem oferecer ao desenvolvimento e progresso almejado, como exemplo, sua passagem pela queda d'água Zuziro –Uamolonê (Salto da Mulher), ma qual os índios Pareci acreditavam haver uma ninfa que arrastava para o abismo aqueles que dela se aproximavam. Ao ver a potencialidade que a queda d'água oferecia, descreveu:

Fui vê-lo, e pareceu-me realmente digno do interesse que desperta no espírito dos filhos do chapadão. Tem oito metros de altura; o volume fornecido por segundo, avalei em 38 metros cúbicos, o potencial é, pois, de quatro mil cavallos-vapôr. [...] Reservatórios de energia que hão de satisfazer, senão exceder, a todas as exigências das indústrias, numa época de prosperidade e florescimento” (RONDON, 1922, p. 21).

A citação esclarece o preceito quanto à minuciosidade com que Rondon descrevia o território desbravado, detalhando as contribuições que oferecia a sociedade civilizada, tornando-se possível relacionar tal relato aos preceitos positivistas de desenvolvimento, especialmente no que se refere à economia. (GIANNOTI; LEMOS, 1978, p.16)

Nos documentos emitidos por Cândido Rondon, encontramos referências às dificuldades enfrentadas pelos membros da comissão. A maioria delas relaciona-se às questões naturais do local, que esgotavam a resistência física dos mesmos, bem como dos animais que acompanhavam a tropa, vindo muitos a morrer por ingerir ervas venenosas. Quanto à alimentação da tropa, garantia-se por meio de frutas como jabuticabas, mangabas, palmito e animais como veados e tatus.

A comitiva iria chegar às margens do rio Juruena em 20 de outubro de 1907. Até que se chegasse ao ponto de destino, foram percorridos um total de 618 quilômetros, dos quais, 484 quilômetros configuram-se como a distância real do ponto inicial ao final, e 135 quilômetros de variantes que interceptaram a comitiva.

Essas variantes correspondiam a inviabilidade de adentrar em determinadas áreas, reconhecimento de outras que apresentavam-se como futuros potenciais para a implantação de reservatórios de energia e outros recursos relacionados a infraestrutura, e também pela aspereza de determinados grupos indígenas ao vê-los adentrando em seu território, sendo um dos exemplos o assalto feito pelos Nhambiquaras, assim descrito por Rondon:

Eramos quatro e marchavamos em fila: o da frente ia armado de Winchester, em seguida eu, com a minha Remington de caça, em terceiro lugar o Tenente Lyra e por fim o photografo Leduc, ambos com pistola Colt. Ainda não havíamos feito um kilometro, quando sinto no rosto um sopro e vejo de relance um vulto, como de passarinho que cruzasse o meu caminho, na altura dos olhos e bem próximo. Acompanhei-o com a vista, á direita, e só então compreendi. A choupa de uma flecha, cuja ponta se cravara no sólo arenoso, ali estava vibrando. Já uma segunda mensageira da morte me passara rente da nuca, roçando o capacete, e deante de mim, a uns doze passoa, dois guerreiros Nhambiquaras retesavam seus arcos. [...] Tiro a espingarda do hombro, dou um tiro a esquerda e logo outro a direita... e isto num instante tão fugaz que já estava tudo terminado antes que meus companheiros se apercebessem do ocorrido. [...] Passada a surpresa, queriam os meus companheiros metter-se pelo mato em perseguição dos indios; a isso oppuz-me, mas para contel-os foi preciso apellar para o prestigio de meu posto. (RONDON, 1922, p. 26 -27)

O avanço a que os índios Nhambiquaras se mostraram em posição não chegou a acontecer, por ocasião da recuada feita pelos membros da comitiva que, para evitar um conflito armado, decidiu por contornar as cabeceiras do rio, ampliando o retorno em 90 quilômetros.

Não viéramos a conquista de índios, mas sim para trazer até o Juruena o reconhecimento de que necessitavam as operações posteriores da Comissão de Linhas Telegraphicas; e como este obcjetivo estava alcançado, decidi organizar a retirada, único meio seguro de evitar represálias cruentas, cuja consequência seria estabelecer o estado de guerra

permanente entre os índios e o pessoal da Comissão. (RONDON, 1922, p.27)

Figura 11: Os quatro expedicionários na posição de guarda ao serem atacados pelos índios Nhambiquaras (1) e expedicionários depois do ataque, vendo o índio Uazacuri-gaçu (Pareci) com as flechas encontradas que foram lançadas pelos Nhambiquaras (2)



Fonte: Rondon, 1922

Figura 12: Índio Nhambiquara



Fonte: Rondon, 1922

Tal medida é justificada por Rondon que, ciente da exaustão física que causaria a seus homens, preferiu retroceder e “evitar uma guerra com os habitantes de uma zona por onde tinha de passar a futura linha telegráfica” (RONDON, 1922, p. 28). O embate não era viável, tendo em vista que os territórios “indígenas deveriam ser incorporados e os próprios

índios transformados em brasileiro” (BIGIO, 2000, p.7), e para isso era preciso cautela e precisão nas formas de contato com essas sociedades “primitivas” e ainda em estágio “fetichista”.

Esta primeira expedição de reconhecimento foi encerrada sem que nenhum homem se perdesse, apesar do sofrimento a que foram submetidos ao longo dos meses em que desbravaram o sertão abrupto.

A segunda expedição sairia em 28 de julho de 1908, “composta por 127 homens, 96 bois cargueiros, 58 burros de carga, 30 de sella, 6 cavallos para o serviço de gado e 20 bois de corte” (RONDON, 1922, p.29). O guia para a expedição seria o índio Toloiry, Pareci da aldeia Macuátia-querê. Esta expedição já se iniciara com uma problemática em vista, a aspereza dos índios Nhambiquara com o adentramento da Comissão em seu território, sendo previsível a reação mediante os acontecimentos passados.

Os trabalhos existentes cotidianamente de reconhecimento eram ardorosos e exigiam esforço significativo, formados por longas caminhadas por matas, cerradões de vegetação intrincada, morros, transposição de rios, atoleiros e, depois do esmorecido cansaço, vinham os trabalhos para montar o acampamento. O jantar era servido por volta das oito da noite e, às quatro da manhã já se colocavam de pé para recomeçar os trabalhos no sertão. (RONDON, 1922, p. 30)

Rondon seguia sempre no sentido noroeste, por acreditar que assim, mesmo que se desviasse do caminho estipulado, alcançaria os confins do sertão até o Amazonas (LOBATO, 1957). Passados 29 dias da saída da segunda expedição, alcançara o ponto em que haviam demarcado o rio Juruena no ano anterior e, confirmando o receio que se havia, foram recebidos por algumas flechas dos Nhambiquaras, estes que se posicionaram estrategicamente em situação de ataque para emboscar os membros da Comissão.

Apesar da iminência de um conflito, Rondon sempre manteve sua posição de pacificidade perante os grupos indígenas, e visando acenar aos Nhambiquaras que não concorria com os mesmos, deixou presentes (foices, machados, lenços, facas) em um de seus acampamentos como sinal de paz.

No dia 07 de setembro de 1908, foi inaugurado o destacamento do Juruena como ponto de apoio, o qual foi composto por cinquenta e seis praças e um oficial. A inauguração foi realizada em data meticulosamente planejada, na comemoração da emancipação política brasileira, realçando o caráter político e patriótico atribuído a Comissão.

Festejamos a data da Independencia, com alvorada de toques de cornetas e

clarins, o hymno nacional pelo gramophone, e uma salva de 21 tiros de dynamite, ao hastear a bandeira. A noite houve fogo de artifício e projecções cinematográficas, figurando entre os “films” os retratos do Presidente da República e dos Ministros da Guerra e da Viação. (RONDON, 1922, p.36)

Ao se aproximar a Serra do Norte¹⁹, Rondon tem seu trabalho de reconhecimento interrompido pelo pedido de auxílio feito pelos majores Senna Braga e Ávila, apontando gravíssimas dificuldades que colocariam em risco os trabalhos de construção das linhas telegráficas. Diante da situação, declara:

Resolvi suspender a exploração para acudir ao ponto em que taes dificuldades surgiam. Comtudo continuamos a marcha para a Serra do Norte, penetrando em forte depressão da enorme chapada, produto de colossal erosão cavada pelos rios. Na nossa frente, para o Poente e ao Norte, levantava-se o dorso de um grande massiço, que não é mais do que o talude da formidável escavação que resultou do lento, mas continuo esboroamento desta parte do chapadão dos Parecis. (RONDON, 1922, p.37)

Desse modo, ao alcançar a Serra do Norte, a comissão havia executado 401 quilômetros de reconhecimento, a partir de Aldeia Queimada e determinado 23 posições geográficas. No entanto devido às problemáticas na construção da linha telegráfica, foi necessário o interrompimento desses trabalhos para que não se prejudicasse o trabalho já iniciado.

Ao encerrar esta etapa da CLTEMTA, Rondon assevera que as cartas existentes sobre o Estado, muito mais complicaram o andamento de reconhecimento do território do que auxiliaram as equipes, apontando erros de coordenadas, informações incompletas e imprecisas, que “transformaram-se em erros e confusões, que redobramos os [...] trabalhos e lhes augmentaram os riscos”. (RONDON, 1922, p.38)

Com isso, a necessidade, de acordo com Rondon, de se compilar novas informações geográficas sobre o território de Mato Grosso, era algo urgente a ser feito, com isso o levantamento cartográfico que se desenvolveu durante a CLTEMTA era constante e detalhista, resultando em informações que posteriormente compuseram a Carta de Mato Grosso, de 1952. No que tange a Comissão Rondon para esses levantamentos, aponta-se:

A confecção da Carta contou com trabalhos cartográficos produzidos por diversas seções das linhas telegráficas de 1890 até 1930, algumas cartas empregadas são cópias de antigos mapas dos séculos XVIII e XIX que foram redesenhados pela Seção de Desenho da Comissão e utilizados como bases para a correção cartográfica, foram inseridas as coordenadas geográficas

¹⁹ Região que se aproxima do que atualmente conhecemos como o estado de Rondônia. (SÁ; SÁ; LIMA, 2008)

determinadas pelos astrônomos da Comissão Rondon [...] (BERNADINO, 2010, p. 09)

Figura 13: Praças do destacamento de Juruena como a correspondência que provocou o retorno de Rondon



Fonte: Rondon, 1922

A terceira expedição de reconhecimento iniciar-se-ia em junho de 1909, partindo do Juruena, a nova rota traçada competia em adentrar novamente no sertão bruto até que se alcançasse Santo Antônio da Madeira. A essa altura, arregimentar homens para o trabalho na CLTEMTA se tornava dificultoso, as deserções se ampliavam, dada as dificuldades de

sobrevivência nas matas fechadas, bem como a falta de alimentos e a rigidez com que eram tratados. Outro ponto fundamental é a arrecadação salarial que cada trabalhador embolsava, sendo muitas vezes mais rendoso laborar na extração do látex. (BIGIO, 2000)

Pela distância e trajeto que esta nova empreitada percorreria, via-se necessário a implantação de um novo ponto de apoio, uma vez que àqueles instalados em 1907 em Juruena e em 1908 na Serra do Norte, ficariam em um afastamento considerável. Para tanto, escolheu-se o ponto no alto Jacy-Paraná, facilmente alcançado por vias fluviais.

Para esta tarefa, foram escalados o Capitão de Artilharia Manoel Theophilo da Costa Pinheiro, e os auxiliares 1º Tenente Almicar Botelho de Magalhães, o Inspetor dos Telégrafos Francisco Xavier Junior e o médico Paulo Fernandes dos Santos. Dentre esses homens, o Tenente Almicar Botelho de Magalhães seria um dos maiores defensores da Comissão Rondon, no intuito de rebater as críticas que a mesma recebia, especialmente pelos gastos públicos, desse modo o referido militar foi o responsável por diversas publicações que tinham o intuito de revelar o trabalho que se fazia nos sertões, sendo denominado por alguns autores como o Historiador da Comissão Rondon. (SÁ, 2009)

E para dar início aos trabalhos nessa terceira expedição de reconhecimento, Cândido Rondon convidou novamente o índio Toloiry e seu irmão Zaôlo para acompanharem a Comissão. Ambos possuíam importância para o andamento do empreendimento, dada as habilidades que possuíam, o primeiro se via como um exímio caçador e conhecedor das matas, e o segundo serviria como interprete para a língua dos Nhambiquaras. Antes que se pudessem iniciar de fato os trabalhos, Rondon foi avisado da morte do índio Toloiry, ficando combalido frente à notícia, visto a perda de grande contribuidor para seus objetivos futuros.

Ressaltando a relevante contribuição que o índio Toloiry dava as expedições, Cândido Rondon adjetiva o mesmo como sendo:

Dotado de grande intelligencia, elle apprehendia com tacto admirável as difficuldades que havia a remover na exploração e abertura de picada. Todos os dias, depois da chegada ao lugar escolhido de véspera para acampamento, ia reconhecer a vanguarda, estudar o terreno, os matos, as passagens dos rios, e dos menores accidentes apanhava a significação topográfica com tanta clarividência que as suas informações nos davam sempre o melhor traçado da marcha seguinte. (RONDON, 1922, p.42)

A relação entre Rondon e os indígenas não se resumia às contribuições que estes propiciavam aos trabalhos da CLTEMTA, mas procurava estudar e conhecer os aspectos que circundavam a vida dos silvícolas, de modo a compreender a cultura, economia, religião, organização política, sempre destacando pontos em comuns que possuíam com os chamados

civilizados. Tal ação não se constituía na plena preservação da cultura indígena, mas na potencialidade que se via nestes para a transição à sociedade civilizada e desenvolvida, tratando-os como cidadãos brasileiros.

Figura 14: Índio Toloiry, auxiliar da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas



Fonte: Rondon, 1922

A morte do índio Toloiry não seria a única a assolar esta terceira expedição, no dia 30 de junho chegava à notícia da morte dos engenheiros Cícero de Campos e Antônio Lins, afetados por doença, e ainda o falecimento do presidente Afonso Pena, implacável apoiador das Comissões. Houve ainda a morte de um dos trabalhadores, Honorato, que acertou a si mesmo com um tiro ao limpar o seu Winchester, e já próximo do Alto Madeira, a morte de mais dois, um por doença e outro em ocasião de ataque indígena do grupo Caritianas.

Ainda viria a conturbar a expedição um ataque dos Nhambiquaras, que acertaram flechada em um soldado da expedição, ficando este muito ferido. A resistência dos Nhambiquaras se fazia desde a primeira expedição, no entanto, as tentativas de aproximação feitas por Rondon e pelos demais membros da Comissão iam fornecendo os primeiros sinais de uma possível abertura por parte dos indígenas, mediada especialmente pela oferta de presentes.

A comissão se encontrava ao norte, em direção ao Jamary, alcançando as florestas fechadas que compunham a vegetação da região, a Amazônica, cuja densidade aumentava as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, especialmente na abertura de picadas, característica que seria constante até o objetivo final em Santo Antônio do Madeira²⁰, as áreas de cerrado haviam ficado para trás.

Só vendo-se estas arvores colossaes, é que se pode avaliar a somma enorme de esforços que tinham sido desenvolvidos pela nossa vanguarda para conseguir os 51 kilometros de percurso já realizado. E o peor é que não havia o menor indício de ver o fim da mata, Ella se estendia ininterruptamente até o madeira. Os nossos homens já começavam a ressentir-se sob aquella abobada de folhagens, que não se deixava penetrar pelos raios de sol. [...] Lá fora, no campo, a resistência do solo favorece a marcha; aqui, caminha-se sobre um alto tapete de folhas, que de todos os lados cede e recúa. Os animaes a custo fazem a meia légua por hora e acabam extenuados, vencidos pela pérfida Macieza da Alcatifa. (RONDON, 1922, p.54 -55)

Para facilitar o reconhecimento e exploração dos locais, Rondon dividira a Comissão em três colunas em dois momentos distintos, o primeiro ocorreu no dia 12 de agosto de 1909, no qual o Tenente Lyra seguiria a direção para o nascente, o Tenente Amarante para o Norte e o Tenente-Coronel Cândido Rondon nas curvas que se davam do Sul para o Noroeste e o Norte, visando desbravar com maior eficácia a área posta e prosseguir com avanço, tanto em latitude quanto em longitude. Após incessantes trabalhos e deslocamentos distintos, ora avançando, ora tendo que recuar, visto o prolongamento dos percursos abertos, no dia 05 de setembro, a Comissão alcança a divisão dos rios Juruena-Madeira.

A Comissão, à medida que avançava para o noroeste/norte, demarcava territórios, populações e possibilidades de fontes econômicas como a exploração da madeira, áreas propícias para a fundação de fazendas com solo fértil ou de pastagens, de seringais, metais preciosos, bem como para o desenvolvimento científico da Zoologia, Botânica, Medicina, Astronomia, Etnografia e demais ciências.

²⁰ Atualmente Santo Antônio do Madeira é um bairro da capital de Rondônia.

As expedições de reconhecimento direcionavam as posteriores para o trabalho de construção dos telégrafos e exploração do território, suas ações estavam vinculadas aos interesses diversos existentes na CLTEMTA e, por isso, os relatórios eram compostos das mais variadas informações, de modo a promover uma espécie de orientação a tudo que o sertão oferecia. Não é raro ler nos relatórios e conferências o quão rico era Mato Grosso. A medida que adentravam na floresta Amazônica, as características climáticas atrapalhavam o avanço da comitiva, especialmente devido às fortes chuvas típicas da região, sendo necessário modificar o modo com que vinha avançando.

Em 25 de outubro, o Tenente-Coronel fazia a nova divisão da Comissão, novamente em três colunas, a primeira, direcionada a explorar o Jamary, comandada pelo Tenente Alencarliense, outra, que regressaria para o Juruena, comandada pelo Sargento Indalécio Rondon, encarregada de recolher os animais e instrumentos que ficaram pelo caminho, e a última, em sentido Noroeste, comandada pelo próprio Rondon. A Coluna de Rondon seria ainda subdividida em três outras seções, uma para a abertura de picadas, com a direção do Tenente Lyra, outra para o Levantamento, sob o comando do Tenente Amarante e ainda uma para carregadores e serviços, com o Tenente Pyrineus.

Almejava-se encontrar a comissão chefiada pelo Capitão Costa Pinheiro, mas a medida que a equipe de Rondon avançava para o Jacy-Paraná, teve-se a notícia de ataque indígena ao referido capitão, ficando a dúvida se teria ou não continuado com a missão, por isso a desistência de encontrar-se com esta coluna e a decisão por continuar o desbravamento.

A Comissão alcançaria seu objetivo em 31 de dezembro de 1909, ao chegar à povoação de Santo Antônio da Madeira, a qual descreve a população como constituída por “aventureiros vindos de todas as partes do mundo, cheia de vícios, alcoólatra, parece ter querido erigir padrão de glória o desprezo pela hygiene e pelo asseio. [...] O principal ramo de commercio é o alcool” (RONDON, 1922, p.75)

A situação da povoação de Santo Antônio da Madeira iria ao encontro das histórias que se contam sobre essa região, como uma área incivilizada e temida, acobertada pela calamidade. Não seria essa a única surpresa de Rondon ao atingir seu objetivo, tendo sido confirmado o acampamento montado pelo Capitão Pinheiro, acompanhado do Tenente Almicar Magalhães, no ponto que se havia previsto, sendo avisando-o para o retorno após a conclusão do projeto de reconhecimento.

As expedições descritas abriram caminho para os posteriores trabalhos que se fizeram durante a CLTEMTA e em toda Comissão Rondon, proporcionando a integração

territorial entre sertão e litoral, bem como a exploração dessas áreas com suas perspectivas e potencialidades de desenvolvimento e progresso. No total, foram percorridas uma área de 2.635 quilômetros de reconhecimento e exploração.

Os resultados da Comissão Rondon seriam projetados para o futuro, servindo como uma infraestrutura para a continuidade dos almejos elencados desde o início do século XX, como povoação, integração econômica, ampliação da malha rodoviária, implantação de um agronegócio exportador entre outros, como aponta Elias dos Santos Bigio:

Os trabalhos realizados pela Comissão projetaram-se para o futuro, pois serviram de referência ao traçado da antiga BR-364 e à implantação de projetos de colonização levados adiante nas décadas de 1940 e 1970 no atual estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e em Rondônia. Onde ficavam algumas antigas estações telegráficas, estabeleceram-se cidades como Tangará da Serra, no antigo Território dos índios Paresi; Barra do Bugres, no território de Umutina; Rondonópolis, segundo maior município do estado de Mato Grosso, no território dos Borôro, Juara, no território dos Apaiacaa/Caiabi; Aripuanã e Juína, no território dos Cinta Larga; Barra do Garças, Xavantina, Campinápolis e Água Boa, no território dos Xavante. (BIGIO, 2000, p.12)

Dentre os feitos ocasionados durante o desenvolvimento da CLTEMTA, está a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN, em 1910. Rondon desenvolve uma política indigenista que, como positivista convicto, reconhece a posição destes em estágio ainda inferior daquele que se encontra a sociedade civilizada, a contrariedade entre os estágios fetichista x positivo, entretanto há também uma certeza de que estes silvícolas alcançariam o último estágio de desenvolvimento social se incentivados por aqueles que se encontram em posição superior. Explica-se:

Eles entendiam que os índios ainda estavam na etapa “fetichista” do desenvolvimento humano e eram suscetíveis de progredir industrialmente, tal como os povos andinos, os egípcios e os chineses haviam progredido. Para isso, bastava uma educação que lhes proporcionasse os meios para que adotassem as artes e indústrias da sociedade ocidental. Assim, não cabia ao governo qualquer atividade de catequeses voltada para a conversão espiritual, o que pressupunha a existência de uma doutrina oficial, fosse religiosa ou filosófica. O que se impunha era uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão. (BIGIO, 2000, p.31)

Desse modo, contrário a guerra e a violência com estes povos, amparado pelos ensinamentos aprendidos com seu mestre do sertão, General Carneiro, desenvolve uma política de pacificação com esses povos e passar reivindicar a potencialidade dos indígenas

como cidadãos brasileiros, premissa que defenderá por toda a sua vida, dando existência a célebre frase: “morrer se for preciso... matar nunca!”

Rondon e os defensores do positivismo acreditavam que o caminho para integrar pacificamente os grupos indígenas a civilização era, libertá-los de pressões externas (ação compulsória) e ampará-los, que a evolução seria uma ação espontânea, e “seu projeto de Linhas Telegráficas visava justamente a integrar os indígenas, transformando-os em brasileiros e em trabalhadores.” (BIGIO, 2000, p.32)

A feição que se mostra presente nas descrições feitas por Rondon em seus relatórios e conferências, era a de adentrar realmente em um vazio, em um sertão nunca antes desbravado e, nos pontos que já haviam sido referenciados, a presença constante de erros que prejudicaram o trabalho da CLTEMTA. Podemos então aferir que de fato o Estado Republicano, na figura da Comissão Rondon, estava (re) inventando, (re) descobrindo e (re) apropriando um território inóspito, que até então pouco tinha oferecido ao Brasil, salvo períodos específicos de sua História.

Utilizamos do termo (re) inventando porque a Comissão Rondon adentrava em um território que, de acordo com os moldes do período, pouco se conhecia, era preciso reinventar para a sociedade o que era o Mato Grosso, desmistificando o que se havia construído até então e criando novas histórias.

O (re) descobrimento estava associado a ação científica que se alocava nas ações da Comissão Rondon, seja na Cartografia, Geografia, Etnografia, Astronomia, Biologia, Medicina ou Botânica, levanta-se um acervo de amostras, dados e fontes que contribuíam para o crescimento da ciência no Brasil.

E o (re) apropriar, relaciona-se a ação e intervenção do Estado republicano no Mato Grosso como um todo. Dessa vez, não se direcionava os investimentos no sertão apenas para extrair ou explorar periodicamente o território e suas riquezas, o Estado estava presente, e para ficar.

Capítulo 4

RELATÓRIOS E CONFERÊNCIAS DA CLTEMTA: UMA ANÁLISE NO ESPAÇO/TEMPO

É para o sertão que os nossos melhores esforços deviam convergir, na conquista das fabulosas riquezas que a nossa abençoada Terra guarda e conserva com o carinho e zelo de Mãe Extremosa. Desvendar essas riquezas: pol-as ao alcance dos capitaes humanos capazes de incrementar o progresso do Brasil incomparável. Seria de alto alcance patriótico, a que todos os brasileiros deviam com entusiasmos entregar-se. A orla do nosso imenso território achava-se povoada com proveito para a colletctividade humana e especialmente para o povo brasileiro. (RONDON, 1920b, p. 35)

Desbravar, que no dicionário Houaiss ocupa o rótulo de perder a braveza, amansar, tornar culto, civilizar e cessar a rudeza de um povo classifica-se como um dos principais verbos transitivos diretos do qual se fez uso nas políticas públicas do início do século XX, cujo principal complemento era o estado de Mato Grosso e seu sertão incivilizado.

Cândido Mariano da Silva Rondon seria o nome representativo desse sertão, que em sua figura tornara-se civilizado, ratificando o potencial existente nessas áreas para o desenvolvimento e o progresso, uma vez que, filho dessas terras mato-grossenses, retornava a sua origem para impulsioná-la ao que de mais moderno havia de Brasil.

Modernidade que se pautava nas comunicações e transporte. Telégrafos e ferrovias vislumbram-se como os marcos representativos de um país que se desenvolve, cresce e progride, assemelhando-se às referências europeias, ao menos em tentames (SOUZA, 1997). A República se diferencia da Monarquia estática existente no Brasil por tantos anos, e se configura pela prosperidade exalada nas mudanças políticas, econômicas e culturais, estas que se fixaram de modo proeminente nos sertões e reorganizaram um novo cenário nacional.

O sertão, que por muito tempo fora visto de modo estigmatizado, se tornaria palco principal de uma série de projeções e potencialidades a que o Brasil estaria disposto, isso porque seu território era composto por aspectos que viabilizariam o desenvolvimento nacional, ressalta-se: 1) a população, que embora não se enquadrasse nos moldes civilizatórios, estavam hábeis a aprender; 2) seus limites fronteiriços, que eram alvo de ações geopolíticas necessárias para a manutenção da integridade territorial do Brasil e; 3) seus recursos naturais, que estavam à disposição para atender as necessidades postas pela indústria que crescia.

A Comissão Rondon, em suas expedições e trabalhos telegráficos, fazia o reconhecimento e exploração dessas áreas indicando aquilo que as mesmas teriam a oferecer, em suma, o Brasil se colocava diante de uma neocolonização, agora com o discurso de valorização de sua gente, de seus recursos naturais e de seu território. Integrar é o slogan, civilizar a legenda, e apropriar-se do território a meta final!

4.1 Apresentando os caminhos de Rondon

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) – 1907 a 1915 é o objeto de estudo desta pesquisa referente à formação territorial brasileira, que será analisada por meio da apreciação de algumas tendências de apropriação territorial realizadas pelo Estado republicano no início do século XX. Assim, as hipóteses que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa estiveram envoltas no seguinte questionamento:

- *De que modo a construção material do território se expressa pelas ações da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas?*

Em nossa perspectiva de análise, entendemos que a CLTEMTA foi à manifestação de uma tendência de incorporação do estado de Mato Grosso no cenário nacional, valorizando-o como território promissor ao crescimento do país, diferente da ocorrência nas situações anteriores, nas quais as áreas correspondentes ao mesmo configuravam-se como fornecedoras de produtos até que estes se tornassem insuficientes, como foi caracterizado o período aurífero.

Essa diferenciação é resultado do caráter científico-territorial a que esta Comissão esteve subordinada, uma vez que seus objetivos abrangiam uma rede de conexões entre as mais diversas áreas do conhecimento, da economia, da política e da cultura. Desse modo, ao adentrar nas terras que compreendiam o território do estado de Mato Grosso, a CLTEMTA procura expressar a funcionalidade que tais áreas teriam no conjunto territorial brasileiro, descrevendo nos relatórios e conferências oriundos das expedições as descobertas que facilitariam o desenvolvimento do país em diversos âmbitos.

Nesse paradigma, se expressa que os estudos realizados no desenvolvimento dessa pesquisa estão inseridos em uma subárea da Geografia denominada de Geografia Histórica,

uma vez que a nosso ver a mesma proporciona uma integração entre a complexidade geográfica e os contextos ocorrentes na dualidade tempo/espaço (PHILO, 1966).

Partindo da narrativa de Paulo Roberto Teixeira de Godoy (2013, p. 2), que ao citar Lacoste, afirma que a geografia Histórica “está profundamente ligada ao exercício do poder e às formas de domínio territorial”, aferimos a pertinência desse trabalho e sua consistência a área de pesquisa em questão, uma vez que o cerne deste estudo está associado às manifestações de políticas territoriais impulsionadas pelo Estado Republicano como afirmação de domínio e poder.

Assim, os estudos que permeiam esta área da ciência geográfica investigam os processos específicos de formação territorial, de um determinado tempo/espaço, que culminaram nos resultantes que se encontram inseridos no tempo presente. Redirecionando ao tema da pesquisa, nos indagamos sobre o porquê da CLTEMTA, a nosso ver, ser um dos principais responsáveis pela apropriação territorial realizada pelo Estado Republicano? E ainda, de que modo sua multiexpressividade contribuiu para a demonstração de domínio e poder promovidas pelo Estado durante os anos que perduraram a Comissão Rondon?

Para que as respostas a esses questionamentos fossem encontradas, consideramos necessário abarcar a formação territorial brasileira também por uma multiexpressividade, que se constituiu com o decorrer do tempo, durante os processos de conquista, expansão e reconhecimento territorial que se desenvolveram desde os tempos coloniais.

Seguindo esse direcionamento, fez-se a necessidade de compreensão acerca dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que constituíram o que podemos definir como contexto geo-histórico que, direta ou indiretamente, influenciou as ações de apropriação e consolidação do domínio territorial brasileiro em seu próprio território.

Desse modo, os dados apresentados até o momento foram levantados por meio de uma revisão bibliográfica, na qual foram consultados artigos, dissertações, teses, relatórios, conferências e livros que discorrem sobre o tema em questão, de modo a apresentar às diferentes faces do processo de formação territorial no Brasil, associados as demais implicações que culminaram na realidade posta nas primeiras décadas do século XX.

Dando prosseguimento, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa de caráter documental (ANDRE; LUDKE, 1986), na qual foram selecionados documentos denominados como primários de cunho retrospectivo, os quais foram redigidos por Cândido Mariano da Silva Rondon e, a partir dos objetivos postos, foram compilados para a pesquisa, sendo estes divididos em dois tipos: Conferências e Relatório. (MARCONI; LAKATOS, 2011)

As análises dos documentos se dividiram em duas premissas: a primeira baseada nas questões ideológicas que permearam a CLTEMTA e a segunda fundamentada nas políticas territoriais previstas para serem exercidas pela empreitada, mas que sofreram alterações devido às influências do período e que acabaram por ser redefinidas.

Quadro 4

Documentos procedentes da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas - 1907 a 1915	
Conferências	
1910*	Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo
1919	Influência de Cuiabá na revolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje
1920	Matto-Grosso – o que elle nos offerece e o que espera de nós
1920	Rumo ao Sertão
Relatório	
1919	Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907 - 1910
*Publicado em 1922	
Org.: TEODORO, 2017.	
Fonte: Dados da Pesquisa	

Os dados da análise documental resultaram em uma representação de cunho cartográfico, que expressa os contrastes existentes entre as primeiras expedições realizadas pela CLTEMTA, chamadas de *Expedição de Reconhecimento* e chefiadas diretamente por Cândido Mariano da Silva Rondon, e os materiais cartográficos publicados pela mesma, como forma de elucidar a espacialização das territorialidades e intencionalidades existentes na apropriação do sertão. Estes serão o cerne da exposição que se segue.

4.2 As facetas territoriais expressas nas Conferências da CLTEMTA

Ao se realizar uma análise documental acerca da CLTEMTA estruturada no binômio espaço/tempo, propõe-se compreender as continuidades e discontinuidades que se instauraram no processo de formação territorial brasileiro, para tanto, faz-se necessário esclarecer os conceitos chaves para essa análise, afinal, o que é o espaço e o tempo?

Tomando como diretriz os estudos de Milton Santos, as definições de espaço não são estáticas, mas, construídas “processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade” (SAQUET, SILVA, 2008, p. 9), assim as representatividades que o espaço possui devem ser estudadas de acordo com a meio social e o período vigente do objeto de estudo, possibilitando a percepção das mudanças e permanências.

Formam-se assim o que se denomina de Fixo e Fluxos. Os fixos estão presentes nas esferas econômicas, sociais, culturais, religiosos, sendo comumente representados por estruturas físicas, embora não se limites a essas; e os fluxos são resultados emitidos pelos fixos, quase sempre se constituem nas relações sociais, de poder ou políticas, em outras palavras, os fluxos dão movimentos aos fixos. (SANTOS, 1988)

Podemos pensar assim em uma evolução do espaço, onde os fixos e os fluxos interagem entre si e modificam as percepções que a sociedade estabelece, no qual a noção de espaço absoluto entra em declínio e a aceitação da ideia de espaço relativo se amplia. O espaço evolui, mas para isso se vincula a noção de tempo:

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial. (SANTOS, 1979, p. 42 - 43)

O espaço geográfico e indissociável do tempo, pois este cristaliza os momentos anteriores, é encontro entre passado e futuro, mediante as relações do presente, por isso torna-se necessário a unificação desses conceitos, o que pode ser alcançado por meio da técnica, uma vez que esta auxilia na historicização, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico e a geografizar, produzindo uma geografia como ciência histórica. Assim o espaço geográfico é um elemento do pensar histórico. (SANTOS, 2002)

Para o autor a criação do espaço consiste na história da técnica, sendo esta entendida como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida e produz ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2002). O espaço é, então, o resultado da ação e objeto articulados, assim a geografia é entendida como uma teoria social, ou seja, uma teoria da ação. Com o exposto, apresentar-se-á os movimentos que se fizeram perceber as mudanças e permanências existentes nas ações da CLTEMTA.

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 a 1915) caracterizou-se por sua multiexpressividade, pois seus objetivos não se restringiam apenas à implantação telegráfica, mas consistiram em um estopim para uma gama de realizações que colocaria o Mato Grosso definitivamente no cenário nacional.

Em seus anos de funcionamento, a CLTEMTA uniu a “instalação do telégrafo à exploração territorial. A incorporação destas áreas dependia diretamente do conhecimento que sobre elas havia, sendo preciso explorar e mapear para que a região se tornasse acessível” (ARANHA, 2012, p. 93). Esse (re) conhecimento associado à Comissão estava envolto nas mais diversas áreas da ciência, uma vez que a legitimação e domínio territorial possuíam intrínseca relação com o desenvolvimento propiciado pelo Estado.

O conhecimento geográfico promovido pela Comissão seria a “mola propulsora da incorporação, da ocupação e efetiva unidade física do Brasil” (ARANHA, 2012, p. 93). Para tanto, as expedições realizadas sob a chefia de oficiais militares deveriam produzir relatórios detalhados sobre os diversos aspectos que compunham as áreas de exploração, originando um acervo de informações dos mais variados campos do conhecimento científico.

Para que de fato fosse possível ocorrer esse detalhamento, o território de Mato Grosso passa a ser explorado como uma “área virgem”, isso porque as bases pelas quais se davam as ideologias que norteavam as ações militares imbuídas da Comissão se pautavam no Positivismo, desse modo, a imagem de atraso com a qual qualificavam o sertão acentuava o ideário de que havia a necessidade de intervenção para a promoção do desenvolvimento.

Cabe ressaltar que tal ideário, defendido principalmente nas postulações de Cândido Rondon, não descarta os alcances obtidos em momentos anteriores, mas estes são vistos como parte de um processo contínuo e evolutivo, a partir do qual a sociedade alcançaria o seu apogeu. (GIANNOTTI; LEMOS, 1978)

Desse modo, as informações contidas nas Conferências não se limitam aos fatos recorrentes a CLTEMTA, mas fazem um retrospecto geo-histórico, situando o leitor em um processo de desenvolvimento que, ainda não conclusivo, direciona-se à civilização e ao progresso, ressaltando as potencialidades cabíveis aos recursos que o Mato Grosso disponibilizava a Nação.

Em nova consulta ao dicionário Houaiss, encontramos a definição de conferência como: 1) conversa ou palestra sobre tema importante; 2) exposição oral para um auditório; 3) ação de verificar semelhanças e diferenças entre duas coisas. Tal exposição se faz necessária uma vez que o documento está intrinsecamente relacionado ao seu contexto de produção,

assim as análises realizadas nas narrativas constantes nas Conferências devem considerar seu objetivo final em seu espaço/tempo de produção.

Nesse segmento, optamos pela análise denominada de Unidade de Contexto, a qual permite explorar a conjuntura em que uma determinada ocorrência ocorre, o que nesta pesquisa corresponde à apropriação, reconhecimento e exploração territorial determinadas pelo Estado e expressas na CLTEMTA. (LUDKE; ANDRÉ, 1986)

A partir dessas definições, entendemos que as Conferências proferidas por Cândido Rondon possuíam a funcionalidade de tornar público os alcances realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, de modo a obter a adesão pública (ao menos daqueles de maior influência social) para a continuidade dos trabalhos, bem como de proporcionar uma visibilidade ao Noroeste do Brasil demonstrando as proeminências de suas atuações no sertão bruto.

Esse caráter político ao qual podemos atribuir a Comissão Rondon, relaciona-se com a intencionalidade de domínio territorial a que o Estado republicano se propunha. A integração territorial e a legitimação do Estado seriam consolidadas com a institucionalização de um nacionalismo e o reconhecimento da identidade brasileira, corroborando com o mesmo questionamento feito por Vânia Rubia Farias Vlach, afinal “*Como garantir o respeito às suas fronteiras sem o envolvimento do povo?*” (2013, p.04)

É nesse parâmetro que identidade, nacionalismo, território e legitimação se misturam em uma mesma rede de interesses que, embora discrepantes do ponto de vista teórico, misturam-se entre si em uma dinâmica ilógica e ao mesmo tempo coerente. E com essa trama dúbia e única, o ideal integrador se faz presente nos ditos de Rondon, promovendo um discurso correlato aos interesses estatais.

De modo geral, todas as Conferências analisadas enaltecem o Mato Grosso em seus mais diversos aspectos, procurando descrever o território como um potencializador para o desenvolvimento do país. É nesse âmbito que o sertão estigmatizado como atraso vai perdendo espaço para o sertão como espaço potencial de prosperidade, cujas contribuições se tornam inúmeras para o desenvolvimento almejado pelo Brasil que se estrutura nesse momento republicano. Com isso, podemos perceber a mudança na percepção que a sociedade estabelece do espaço (SANTOS, 2002) alterando as relações sociais, econômicas e políticas que haviam perpetuado durante séculos no referente à Mato Grosso.

As projeções para o futuro se tornam contínuas e o resgate ao passado glorioso que se fez com a extração aurífera promovida pelos bandeirantes do século XVIII, um estímulo a

ser reproduzido pelos brasileiros. Quanto ao potencial de progresso e desenvolvimento, Rondon inflama seu discurso:

A expansão deve estender-se terras a dentro, no sentido natural em que se tem effectuado todo o progresso humano. Em busca do Oeste as novas gerações brasileiras deviam estender-se formando a coorte moderna dos conquistadores das matérias primas para a grande Indústria. Penetrar o sertão levando nas mãos a força da indústria moderno, eis o ideal pelo qual deviam as novas gerações nortejar a sua actividade e a sua inteligência. (RONDON, 1920b, p. 58 - 59)

Da sua Geografia:

Dessa imensa superfície, uma terça parte é constituída das florestas que formam o fundo meridional da maravilhosa Amazonia. As outras partes são campos cortados de matarias frondosa, moldura de grande número de rios caudalosos que se entrelaçam formando uma das mais poderosas rês hydrographicas da América do Sul. A uberdade do seu solo é considerável; as terras provém da decomposição de rochas porphyricas e basálticas fortalecidas por densas camadas de humo, preparado no grande laboratório biológico das florestas, onde os phenomenos da vida e da morte se succedem ininterruptamente. (RONDON, 1920a, p. 07)

E de sua gente:

Se passarmos da terra para os seus habitantes, então só teremos motivos, senhores, para centuplicar muitas vezes a necessidade de primeiro tratar com elles, no seu estado nativo, para depois bem ajuizarmos da sua índole, do seu carácter, da sua sociabilidade e de suas aptidões praticas. Há vinte anos que trabalho no meio delles, e até hoje os tenho encontrado por toda a parte de peito aberto aos mais nobres sentimentos da humanidade; de inteligência lúcida e prompta a apprehender tudo quanto se lhes quer ensinar; invencíveis ás fadis do mais rude labutar; amigos constantes e fieis dos que os tratam com bondade e justiça. Não preciso repetir o auxilio que elles me prestaram, tanto na construcção da linha telegráfica do Sul de Matto-Grosso, como também nos da exploração dos sertões do Noroeste e agora na conservação da linha tronco... (RONDON, 1922, p. 111)

Para expressar as facetas territoriais que emergiam dos discursos de Cândido Rondon, foram selecionadas duas publicações subdivididas em seis Conferências que retratam a multiexpressividade existente na CLTEMTA. Nelas é possível perceber as variantes discursivas que Rondon se utiliza com o decorrer do tempo, destacando as primazias a serem salientadas em cada Conferência especificamente: 1) Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo: discussão acerca das expedições de exploração realizadas em 1907, 1908 e 1909; 2) Influência de Cuiabá na revolução política e histórica de Matto-Grosso,

desde a entrada dos bandeirantes até hoje (1919): retrospectivo histórico e geográfico acerca do desenvolvimento de Mato Grosso e principalmente de Cuiabá; 3) Matto-Grosso – o que elle nos offerece e o que espera de nós (1920): descreve as potencialidades existentes em Mato Grosso em seus mais diversos aspectos e; 4) Rumo ao Sertão (1920): a necessidade de povoamento e desenvolvimento no sertão.

Apesar de a CLTEMTA ter sido caracterizada como uma continuidade da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – 1900 a 1906, é possível inferir uma resistência a sua efetiva implementação. Tal pressuposto é relatado na Primeira Conferência de 1910²¹, na qual em uma espécie de introdução, Rondon descreve as problemáticas que encontraria nessa nova empreitada e no descrédito que a mesma possuía entre os influentes do período.

Entre os aspectos que proporcionavam a duvida quanto à exequibilidade do projeto, está o fato de se propor que a Comissão percorra os trajetos sempre por terra, em um local onde os rios sempre foram o principal meio de transporte e a construção de estradas se via praticamente nula. Exemplifica-se:

O problema dos transportes do pessoal e dos abastecimentos complicava-se então além de todas as previsões com as indeterminadas pastagens e de resistência de muares e bois, apresentando a sua solução embaraços desconhecidos ás expedições anteriores, que se fizeram descendo ou subindo rios em canos ou outras embarcações. (RONDON, 1922, p.8)

Tracejar um sertão vazio de civilidade e desenvolvimento, porém repleto de rudezas e perigos se mostrava de forma tão peculiar que a dúvida quanto à execução das tarefas projetadas pairava até mesmo sobre os envolvidos, visto que façanha similar fora tentada anos antes sem que se obtivesse sucesso.

E assim que a comissão de 1900 chefiada pelo Capitão Francisco de Paula Castro, distinctissimo companheiro de Carlos Von den Stein, encarregado de estudar o traçado de uma estrada de rodagem ligando Cuyabá a Santarém, no Pará, aniquilara-se logo no inicio de sés trabalhos, deixando de si apenas a merencória lembrança das trágicas condições em que se abysmmaram tantos esforços, tantas dedicações e tantas vidas... (RONDON, 1922, p.8 - 9)

Contudo, o servir a Pátria se configurava como mais importante do que qualquer dificuldade que se via estremecer, e nas palavras do positivista convicto, a Rondon não cabia alternativa “senão obedecer ás ordens que me dava o governo e applicar-me com todas as

²¹ Presente na Publicação n.68, de 1922, junto às outras três conferencias que se desenvolveram no mesmo ano em São Paulo e no Rio de Janeiro.

forças da minha natureza a atingir a meta que se me marcava” (RONDON, 1922, p. 9)

A contribuição Positivista para a legitimação da República foi de suma importância para o período, uma vez que a defesa ao novo regime e a condenação a monarquia facilitavam a estruturação do poder republicano, sendo que isso ocorria por meio de conferências, textos, pela manipulação dos símbolos nacionais, laicização do ensino, “a separação entre Estado e Igreja [...] o apelo a um executivo forte, capaz de realizar as mudanças necessárias à “evolução da humanidade” [...] a defesa de uma política social de integração”. (MACIEL, 1998, p.18)

As Conferências cujo cunho se direcionava a atos comemorativos, como no caso do bicentenário de Cuiabá, rememoravam feitos anteriores ao século XX, com a premissa de que a sociedade que ali se fazia presente deveria continuar com o trabalho iniciado pelos antigos bandeirantes, de modo a salientar que a Monarquia teria se configurado como o atraso social a que a República agora teria missão de sanar, uma vez que esta forma política deposita poderes imutáveis a um ser humano que tomaria a posição de único princípio. (GIANNOTTI; LEMOS, 1978, p.17)

Não basta dizer que esse território é rico, que é a maravilha do mundo, o deslumbramento do continente! Preciso tornar-se que sejamos práticos, de acordo com o espírito do século, através da orientação philosophica do nosso povo. Para isso basta haurirmos entusiasmo nos exemplos dos antigos conquistadores dos sertões, dos formidáveis bandeirantes dos séculos da cata do ouro e das pedras preciosas: a força sufficiente para continuarmos essa conquista, augmentando-a e melhorando-a com o poder que elles não tiveram e que a indústria moderna põe ao nosso alcance. (RONDON, 1920b, p. 58 - 59)

Tomando como pressuposto o fato de que a “colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaco que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão” (MORAES, 2002, p. 85 – 86), indica-se que as ações da Comissão Rondon poderiam expressar a formação de uma neocolonização para o Brasil, à medida que a apropriação territorial realizada pelo Estado na figura da CLTEMTA versava acerca de uma expansão interna cujas áreas denominadas como vazias seriam (re) povoadas, (re) integradas, desenvolvidas e civilizadas.

As Conferências proferidas no ano de 1910 possuem um caráter misto entre as narrativas e informações técnicas, referenciadas especialmente por meio da menção das coordenadas geográficas que demarcavam cada ponto que as expedições de reconhecimento chefiadas por Cândido Rondon alcançaram ao longo da CLTEMTA.

O projeto da CLTEMTA, desenvolvido por Francisco Bhering, já estabelecera um trajeto orientador no qual a Comissão devia pautar-se, sendo esta, considerada como um “experimento de controle territorial que condensava noções de militarismo, diplomacia [e] estratégia governamental” (DUARTE, 2013, p. 50 – 51). O projeto consistia em:

Demandar a cachoeira de Santo Antonio do Madeira, partindo de Cuyabá, pelo divisor das águas do Paraguay e Guaporé das do Tapajóz e Gy-Paraná, para penetrar no divisor secundário do Jamary e Jacy-Paraná, até alcançar o ponto inicial da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré. Deste ponto inicial a linha deveria seguir para as sedes das prefeituras do Acre, Purus e Juruá. (RONDON, 1922, p.7)

Francisco Bhering via o processo de instalação telegráfica como fundamental para a promoção da integração do território, devido ao processo de reconhecimento e exploração territorial que acompanharia a construção das linhas, de modo a serem realizados estudos topográficos e geográficos, levantamentos astronômicos e ainda a determinação das coordenadas geográficas, o que possibilitaria a elaboração de cartas do estado de Mato Grosso. (DUARTE, 2013)

Esses conhecimentos que viriam a ser produzidos possibilitariam o desenvolvimento da região, por meio da melhoria dos transportes e da comunicação que facilitariam a exploração dos recursos naturais encontrados no estado. Havia ainda incluído nessa integração territorial defendida por Bhering o processo de civilização dos povos que compunham o sertão, característica marcante nos relatos referentes àquele momento histórico específico.

Entretanto a multiexpressividade característica da Comissão exigia que o território fosse explorado em detalhes para que posteriores estudos pudessem ser efetivados, assim o caminho desenvolvido pelas expedições de reconhecimento caracterizar-se-iam por apresentar um percurso não-linear.

Para as expedições de reconhecimento, Rondon adotava como guia índios que conheciam o território a ser desbravado, bem como as peculiaridades que existiam nesses locais. Desse modo, aceitava as indicações dos mesmos para recuos, desvios e áreas que aparentavam transparecer algum proveito para a Comissão Rondon, seja para implantação telegráfica ou posteriores estudos. Tal exemplo é visto na expedição de 1907, que devido a tais deslocamentos do trajeto inicial que propunha, bem como adversidades sofridas, foi realizada com uma variação de 135 quilômetros do que se projetara. (RONDON, 1922)

As demarcações que se projetaram no território mato-grossense por meio das

expedições de reconhecimento, foram representadas em uma produção cartográfica que redesenham as variantes territoriais envolvidas nesse processo e, em um estudo analítico dos relatos existentes nas Conferências, tornou-se possível estabelecer um padrão indicador das ações públicas e políticas que Cândido Rondon desenvolvera a fim de possibilitar a continuidade da Comissão Rondon, estruturadas especificamente nas coordenadas geográficas que são citadas no decorrer das Conferências. Entretanto, antes que se faça a exposição, cabe destacar o modo pelo qual se compuseram os dados até que se chegasse nessa representação cartográfica.

O estabelecimento de um marco zero longitudinal mundial teve início em 1883, com a realização da Conferência Internacional de Geodésia, em Roma, na qual se procurou estabelecer a adoção de um único meridiano e da unificação do tempo (fusos horários). Dando prosseguimento ao debate, em 1884, no Congresso de Washington, houve nova reunião para decidir o meridiano zero, ficando a decisão mais veemente entre o Meridiano de Greenwich, em Londres, cuja maior parte da frota mundial já utilizava, e o Meridiano de Paris, também já usual. (LUZ; VERGARA, 2016)

Cabe ressaltar que o representante brasileiro no Congresso de Washington era o astrônomo Luiz Cruls, diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, sendo sua participação de grande importância para a representação do Brasil como país soberano e possuidor de uma ciência ativa. Corroborando com a afirmação:

Para aqueles que estavam interessados na participação brasileira, a possibilidade de mapear a nação representaria a afirmação da soberania nacional e, principalmente, dos avanços científicos no Brasil, que demonstraria ser capaz de realizar um estudo sistemático e as bases científicas de seu território. (LUZ; VERGARA, 2016, p. 7)

Após debates, decidiu-se por optar como marco zero longitudinal o Meridiano de Greenwich, entretanto, a adesão do Brasil a esse sistema viria a se estender e ocorrer somente em 18 de junho de 1913, com a lei nº 2.784, adotando a divisão de quinze graus de longitude a cada meridiano, a partir de Greenwich, o que gerou o estabelecimento de quatro fusos horários. (LUZ; VERGARA, 2016)

Embora a lei que determinava o Meridiano de Greenwich como marco zero tenha sido implantada ainda em funcionamento da CLTEMTA, as expedições de reconhecimento a que nos embasamos para a efetivação desta análise já haviam sido concretizadas, deste modo, a referência para definição longitudinal era estabelecida a partir de representatividades locais, no caso específico da Comissão, a Capital Federal. Entretanto esta não era uma

obrigatoriedade.

Assim, as coordenadas geográficas expostas por Cândido Rondon possuíam como marco zero de sua Longitude o meridiano do Rio de Janeiro, sendo designadas como L. O. Rio, e para as Latitudes usou-se a Linha do Equador. Nesse sentido, não era incomum durante as expedições da Comissão, ter certas localizações geográficas determinadas em tempos anteriores consideradas como errôneas, dificultando a missão posta a Rondon. (RONDON, 1922, p.58)

Sendo estes pontos marcados por coordenadas longitudinais que se diferem do padrão estabelecido (Meridiano de Greenwich), no material digital aqui produzido a partir do material analisado, optou-se por manter os pontos originais, tais como apontados por Rondon, e construir as representações cartográficas tendo como marco zero o Rio de Janeiro. Desse modo, as coordenadas geográficas estabelecidas diferem-se do comumente visto para o estado de Mato Grosso, cujas variantes estão entre os 50° a 59° Oeste, e 09° a 17° Sul.

Para obter o máximo de exatidão nos pontos demarcados em cada expedição, fez-se uso da Carta Sintética de Mato Grosso como referencial cartográfico, uma vez que a confecção da mesma foi produzida com a direção de Cândido Mariano da Silva Rondon sob os mesmos critérios no que se refere às coordenadas e seus meridianos. Para isso, foi utilizado como recurso um software de desenvolvimento tecnológico de mapas, o Quantum Gis, que oferece a capacidade de armazenamento, modificação e exportação de dados espaciais.

As informações utilizadas para a produção das representações cartográficas das expedições de reconhecimento comandadas por Rondon foram retirados das Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo, no qual foi estruturada uma base de dados com tabulação simples e completa.

A opção por tabular os dados referentes às Conferências e não os presentes nos relatórios dá-se mediante a possibilidade de distinguir as caracterizações territoriais existentes entre ambos os documentos, uma vez que os últimos, por sua propriedade técnica, apresentam uma organização singular própria, enquanto as Conferências apresentam as informações em uma perspectiva política.

A primeira expedição realizada pela CLTEMTA objetivou a construção do ramal telegráfico de Cáceres à cidade de Mato Grosso, empreitada desenhada na Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900 – 1906), mas que não se concretizou. Essa linha telegráfica entre as cidades citadas ligaria a extremidade fronteira do oeste mato-grossense, de modo a proporcionar a integração territorial de uma área que se colocava como de extrema

importância estratégica.

Dessa expedição foram resultantes quatro pontos demarcados pela Comissão por meio de coordenadas geográficas, demonstrando o avanço territorial obtido, uma vez que, apesar da existência longínqua de tais cidades, estas estavam se enquadrando ao cenário desenvolvimentista promovido pelos telégrafos, destreza que se mostra nos discursos proferidos por Rondon ao referir-se aos locais em menção.

Quadro 5

Construção do Ramal Telegráfico de São Luiz De Cáceres à cidade de Matto-Grosso (Vila Bela de Santíssima Trindade)		
Período: Junho a agosto de 1907		
Rota utilizada: Estrada dos Capitães-Generais (utilizada para o escoamento do ouro durante o período Colonial)		
Local		Coordenadas
Ponto 1	São Luiz de Cáceres	S 16° 03' 45'' W Rio 14° 31' 19''
Ponto 2	Retiro do Pau Secco e a fazenda do Caheté, alcançando o rio Jauru, em terras da fazenda do Cachoeira, no porto do Salitre, cujo nome Rondon alterou para Porto Esperidião	S 15° 50' 39'' W Rio 15° 17' 03''
Ponto 3	Guaporé, alcançando o lugar conhecido como Porto do Destacamento, alterado por Rondon para Pontes e Lacerda	S 15° 11' 59'' W Rio 16° 10' 35''
Ponto 4	Cidade de Mato Grosso, fundada como Vila Bela de Santíssima Trindade	S 15° 00' 12'' W Rio 16° 46' 45''
Org.: TEODORO, 2017. Fonte: RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.		

A cidade de Cáceres despontava como produtora da poaia e pela criação de gado, sendo provedora de parte dos fluxos econômicos do período, e a cidade de Mato Grosso, antiga (e atual) Vila Bela de Santíssima Trindade, criada como uma cidade planejada em um ponto estratégico de proteção dos limites fronteiriços havia perdido contingente populacional e importância política após a mudança da capital para Cuiabá, sendo de suma importância a

(re) conexão desta com os pontos de maior influência do estado.

Ao chegar à cidade de Mato Grosso, Rondon a descreve-a da seguinte forma:

Pouso-Alegre foi o seu nome primitivo, e o único que lhe podia assentar actualmente é o Villa Triste. Ao contemplarem-se estas ruínas evocativas de um passado de pompas e de domínio absoluto, sente-se a alma embeber-se de indefinível melancolia, como quando se revêem sítios que já vimos transbordantes de vida, e agora encontramos abandonados, sem ruído, sem um movimento, sem uma cor que lembre o presente, apagado pelas sombras da saudade. [...] Vendo estas derrocadas, abrigo de uma população de 340 habitantes derrotados pelo paludismo e pela miséria, custa crês que se está na mesma cidade em que, há apenas um século, mais de 2.300 pessoas assistiam “aportar aos cães do Guaporé as monções vindas do Pará, ou enviavam a Lisboa arrobos e arrobos de ouro, ou então acolhiam no meio de intermináveis festejos e pomposas galas os capitães-generaes”. (RONDON, 1922, p. 12 – 13; 15)²²

Podemos associar a descrição feita por Rondon da cidade de Mato Grosso aos fixos e fluxos citados no decorrer deste capítulo. A ação posta pela CLTEMTA com a construção do ramal de Cáceres a cidade de Mato Grosso é definir um novo fluxo às localidades já existentes, ou seja, os fixos, desse modo há o estabelecimento de uma nova relação social fixada em espaços que já foram destinados a outras funcionalidades.

Essas permanências que se fazem são denominadas por Santos (2002) de rugosidades, cujas características as tornam passíveis de identificação em um determinado tempo e função que ocupa. No que se refere ao tema, Rondon é enfático ao citar o Palácio dos “Capitães-Generaes”, cujo uso passado foi repleto de luxo e grandioso capricho, e que agora se via arruinado, sendo este reutilizado novamente como Estação Telegráfica.

O (re) conhecimento realizado assinalava-se por identificar os avanços (quase nulos na visão de Rondon) e principalmente retrocessos populacionais e desenvolvimentistas, sendo o telégrafo (e as melhorias advindas com este) um recurso de prosperidade futura. Transparece tal expectativa nos relatos de Rondon, que se utiliza das palavras do Dr. João Severiano da Fonseca para expressar seus lamentos:

Diante da morna tristeza que se derrama por Villa-Bella, também eu deixei arrastar-me por pensamentos de **ressurgimento, de glórias futuras**, como já em 1878 acontecera ao Dr. João Severiano da Fonseca, que escreveu: “Tempo virá, longe, muito longe, talvez quando já não exista senão o renome desta cidade injustamente desacreditada... verdadeiro coração da América Meridional, **em que ella vivificada pelos meios de comunicação será o centro da vida destas regiões**, tão cheias de riquezas nos três reinos

²² No trecho que se encontra entre aspas, Rondon cita Visconde de Taunay em sua obra “A cidade de Matto Grosso.”

naturaes quanto de misérias actualmente.” (RONDON, 1922, p.12 – 13)
[grifo nosso]

A inauguração do ramal ligando São Luiz de Cáceres à cidade de Matto-Grosso viria a ser concretizada em 1908. Este primeiro percurso realizado no projeto da CLTEMTA, evidência as iniciativas de apropriação territorial postas pelo governo republicano, uma vez que as instalações de linhas telegráficas nas citadas cidades reafirmavam o poder e a presença do Estado em áreas que se encontravam relegadas ao abandono, promovendo perspectivas de desenvolvimento. Ainda destaca-se a alteração de nomes de locais já firmados, promovendo a alusão de um (re) alicerçamento social e político.

A implantação do Ramal, embora se dispusesse como uma continuidade dos trabalhos da Comissão anterior, não seria realizada de modo fácil, iniciada em maio de 1907, época da seca, teria sua conclusão em fevereiro de 1908, momento no qual os brejais já batiam a água pela cintura dos trabalhadores e o calor escaldante de 40° era rotineiro. (DIACON, 2006) Devido a isso, reiteramos à importância dos estudos geográficos acerca das áreas de implantação das linhas telegráficas, dadas as condições precárias a que os trabalhadores eram expostos, conhecer o território se fazia primordial para o andamento das expedições.

Figura 15: Estação telegráfica de São Luiz de Cáceres, inicial do ramal para a cidade de Matto-Grosso

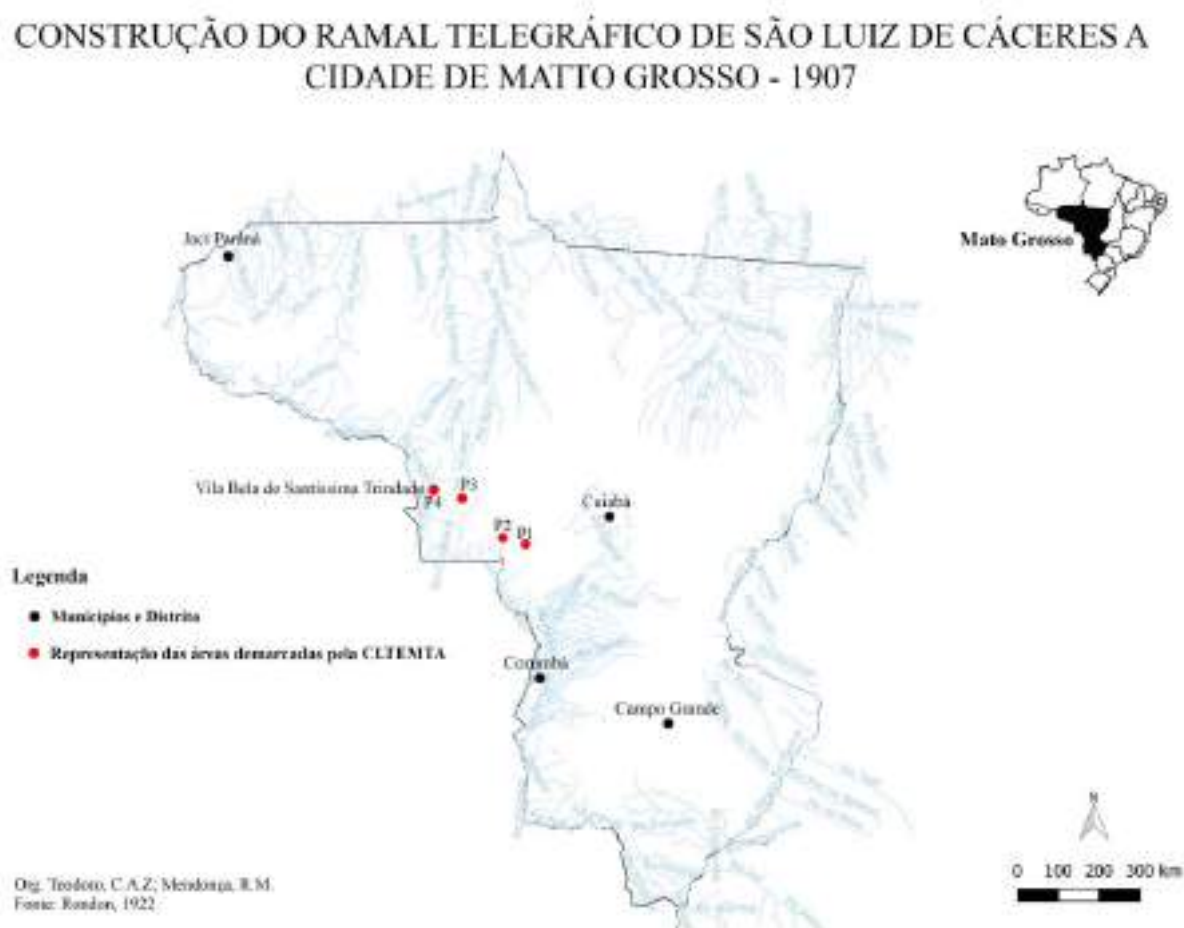


Fonte: Rondon, 1919b

Nessa perspectiva, retomamos a premissa de que a ação do Estado nessas áreas correspondia a uma neocolonização, uma vez que, como aponta Moraes (2001, p. 105), colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão. Assim, em uma analogia, na configuração que se colocava o Brasil naquele período, o litoral se expandia, e o sertão era o local dessa expansão.

De fato, se concretizava uma nova relação sociedade-espço, cujo afastamento territorial que separava a antiga capital mato-grossense do Rio de Janeiro, seria minimizado por meios das tecnologias de comunicação. Na representação abaixo, percebemos a posição estratégica da linha traçada pela CLTEMTA em sua primeira expedição.

Figura 16: Construção do Ramal Telegráfico de São Luiz de Cáceres à cidade de Matto Grosso – 1907



Com a concretização dos objetivos designados para esse primeiro momento da CLTEMTA, organizou-se a continuidade dos trabalhos, naquela que seria a expedição

responsável pela abertura e reconhecimento de fato das áreas a serem desbravadas pela Comissão, a Expedição do Rio Juruena.

Muitos eram os questionamentos que se colocavam para que se alcançasse o objetivo posto, uma vez que estas áreas não haviam ainda sido exploradas em terra por agentes públicos do governo. Ao propor tal afirmação, não estamos excluindo os viajantes, pesquisadores, bandeirantes e desbravadores que já haviam passado pelo local, ou por ali permanecidos por certo período de tempo, mas nos referindo ao (re) descobrimento do local, por meio de levantamentos geográficos que sistematizassem a área e visassem sua efetiva ocupação.

Quanto à complexidade para o adentramento do território, Rondon descreve:

Em resumo, o Juruena apresentava-se como uma incógnita, cujo valor só podia ser calculado por tentativas sucessivas. Que rumo conviria seguir? Pelo divisor das águas do Tapajoz e Paraguay, ou de Aldeia Queimada internarmo-nos para o noroeste? Estas dúvidas nos deixavam enleados quanto à escolha da base de operações; arriscavamo-nos a adoptar a menos conveniente para prover os abastecimentos da expedição desde que esta fosse forçada a tomar uma direcção diferente traçado por conjecturas. Para diminuir os efeitos dos erros possíveis, decidi restringir o campo destes primeiros esforços a atingir as margens do famoso formador do Tapajoz; elle nos serviria de ponto de apoio das futuras operações. (RONDON, 1922, p.16)

Apesar das dificuldades postas, esta expedição ainda não encontraria as florestas da Amazônia, uma vez que sua área de exploração estava ao norte de Cuiabá, região com vegetação de Cerrado, deste modo, apesar dos percalços que se desenrolaram durante o avanço territorial, estas não se configuravam como as terras que despertavam o imaginário de Cândido Rondon e de outros aventureiros, cujas selvas amazônicas representavam o El Dourado. (DIACON, 2006)

A chegada às selvas amazônicas era atemorizante aos trabalhadores da Comissão, uma vez que pouco se sabia sobre as características da região, salvo os relatos, já citados nesse texto, dos viajantes. A única problemática que causava maior exaltação eram as constantes incidências de doenças que circulavam na CLTEMTA, o que ocasionava constantes baixas no efetivo. (DIACON, 2006)

Durante a expedição para se alcançar o Rio Juruena, Rondon relatou em suas conferências um total de dez pontos correspondentes a coordenadas geográficas marcadas no terreno, que localizavam áreas ainda desabitadas pela civilização, mas que se faziam habitats naturais de sociedades que ainda permaneciam no estágio fetichista de desenvolvimento

evolutivo, em suma, indígenas.

Quadro 6

Primeira expedição de reconhecimento da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas		
Expedição de Descobrimento do Juruena		
Período: 02 setembro a 20 de outubro de 1907		
Rota utilizada: 484 quilômetros a partir de Diamantino somados a 135 quilômetros de variantes o que resultou num total de 618 quilômetros de exploração		
Localização		Coordenadas
Ponto 1	Diamantino (situada a noroeste de Cuiabá, num total de 184 quilômetros.	S 14° 24' 43'' W Rio 13° 16' 32''
Ponto 2	Uazúliatiá (território dos Pareci)	S 14° 05' 41'' W Rio 13° 46' 04''
Ponto 3	Cabeceira dos Veados	S 14° 09' 03'' W Rio 14° 09' 33''
Ponto 4	Ponte de Pedra	S 13° 35' 19'' W Rio 14° 10' 16''
Ponto 5	Aldeia Queimada (Pareci)	S 14° 27' 04'' W Rio 14° 56' 50''
Ponto 6	Zuziro –Uamolonê (Salto da Mulher – Cachoeira)	S 13° 48' 54'' W Rio 15° 16' 38''
Ponto 7	Utiarity (nome dado por Rondon em homenagem aos Pareci, cujo significado é pequeno gavião)	S 13° 00' 01'' W Rio 15° 15' 05''
Ponto 8	Uatiauiná – Rio Calor	S 12° 58' 36'' W Rio 15° 39' 55''
Ponto 9	Porto dos Nhambiquaras (nome dado por Rondon)	S 12° 55' 09'' W Rio 15° 44' 03''
Ponto 10	Acampamento de Zocuriuiná (nome dado por Rondon)	S 12° 49' 32'' W Rio 15° 51' 54''
Org.: TEODORO, 2017. Fonte: Fonte: RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.		

Rondon e os adeptos ao positivismo “desenvolveram sua teoria de que os indígenas não eram racialmente inferiores, eram tão capazes quanto os brancos, mas estavam simplesmente vivendo em um estágio inferior da evolução social” (DIACON, 2006, p.149). A importância dessa colocação está na maneira com que os índios vão ser integrados à sociedade civilizada, sendo vistos como iguais em capacidade de desenvolvimento intelectual, assim a Comissão Rondon impulsionou uma nova forma de integração desses indivíduos, vendo-os como cidadãos brasileiros.

O projeto de instalação de linhas telegráficas, gestado nos primeiros momentos republicanos, integra esse conjunto de estratégias e contempla também a questão indígena. Na região Oeste, início do século, projetos modernizadores conviviam com uma população indígena ainda grande e pouco conhecida. Para os governos republicanos, os índios, na condição de “brasileiros”, formariam o contingente de mão-de-obra necessário para garantir o desenvolvimento e a defesa da região e poderiam desempenhar um papel ativo na implantação das linhas telegráficas. (BIGIO, 2000, p.5)

Figura 17: Trabalhadores da Comissão Rondon



Fonte: Museu do Índio

Essa nova política integracionista não era unificada entre os intelectuais que

compartilhavam de influências na sociedade junto a Rondon, sendo este criticado diversas vezes por essa visão (DIACON, 2006). Entretanto, a perspectiva positivista possibilitava um desenvolvimento social para o Brasil que estava intrinsecamente relacionado a esses grupos vistos como atrasados e renegados pela sociedade civilizada.

Isto porque a apropriação e domínio territorial enfatizados pelo Estado seriam possíveis com a ação afirmativa nas áreas de maior afastamento. No entanto, para tal feito se fazia necessário que houvesse um povoamento nesses locais que legitimasse o poder da República e trabalhasse pelo desenvolvimento do país, a transmutação de pessoal de outras regiões para o noroeste brasileiro se via enfraquecida pelas condições oferecidas em tais áreas, desse modo, a integração desses povos sanava uma problemática eminente no processo de neocolonização.

Essa política indigenista, cultural e social se tornava uma facilitadora para a integração territorial do noroeste, “não apenas pela ação civilizadora em relação aos povos indígenas, mas também como um organismo militar: incorporar os territórios e integrar os índios à sociedade tornavam mais seguras as fronteiras do Brasil. (BIGIO, 2000, p.27)

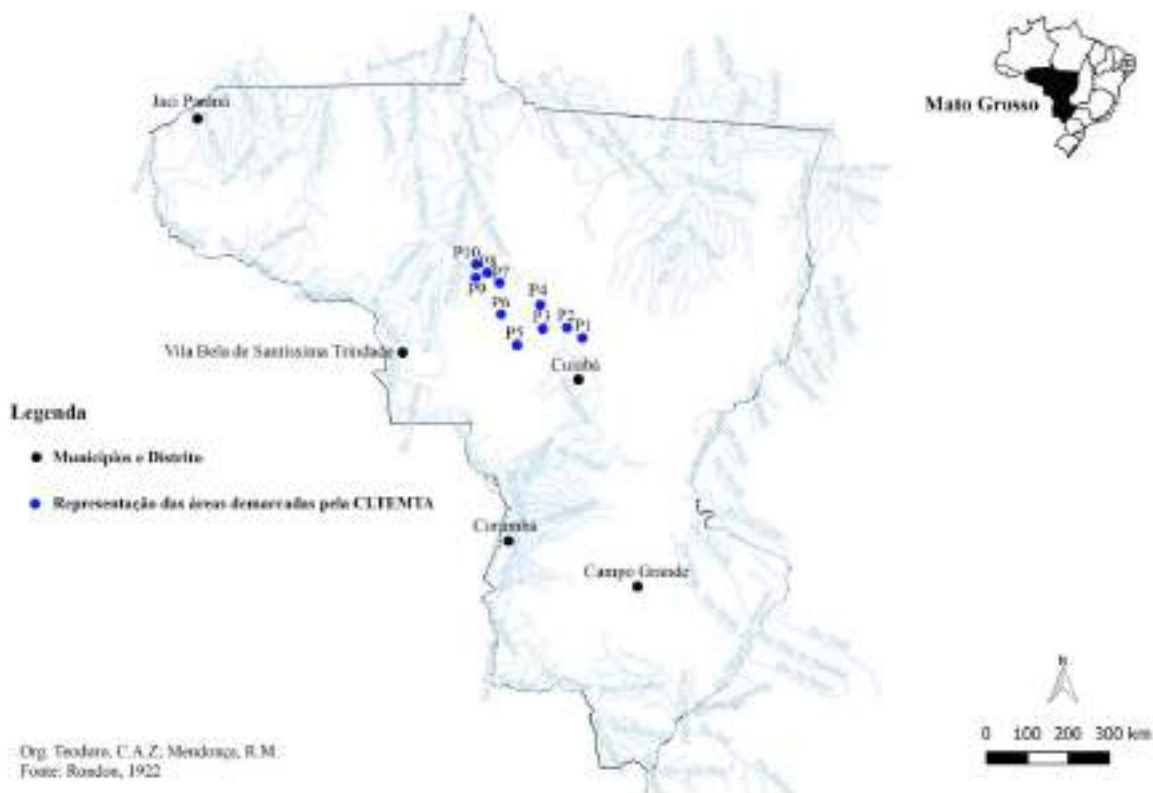
O percurso realizado pela expedição, evidenciado através do apontamento das coordenadas, distingue a exatidão com que a CLTEMTA se dispõe a explorar o território, uma vez que é possível identificar a proximidade entre as demarcações realizadas. O detalhamento realizado na exploração territorial é procedente da necessidade de esmiuçar os recursos naturais que se faziam presentes nessa área. Por isso, o reconhecimento realizado não pairava somente na viabilidade de implantação das redes telegráficas, mas consistia em um todo unificador.

A intenção ao alcançar o rio Juruena era “instalar uma plataforma de lançamento para a exploração da área a oeste, quase toda ainda não mapeada” (DIACON, 2006, p.35), este se tornara então um dos pontos referenciais para a CLTEMTA, representando o alcance às áreas inóspitas, pouco conhecidas, mas de grande valia para a República.

Afere-se ainda o caráter político que a Conferência assume para a disseminação do trabalho desenvolvido pela CLTEMTA, expresso na quantidade de pontos demarcados (coordenadas geográficas) na mesma. Tais pontos representam a precisão e propriedade das ações realizadas pela Comissão, de modo a ratificar a continuidade de seus objetivos, uma vez que espelhava avanços nunca antes obtidos e contribuía para o crescimento das ciências no Brasil, em um período em que a padronização da prática científica emergia como significado de desenvolvimento.

Figura 18: Primeira expedição de reconhecimento da CLTEMTA

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO DE RECONHECIMENTO DA COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DO MATO GROSSO AO AMAZONAS - 1907



Para a segunda expedição, ocorrida em 1908, a intenção inicial era conduzi - lá até o Rio Juruena, local onde seria instalado um destacamento de apoio para que dali prosseguisse até Santo Antônio do Madeira, objetivo final. Entretanto, essa expedição teve o trabalho interrompido por problemas que se instauraram na implantação dos postes telegráficos, tendo Rondon que cessar a segunda expedição de reconhecimento.

Cabe destacar que entre os problemas que fizeram com que Rondon retornasse, inclui-se as deserções, situação esta que não está posta nas Conferências analisadas, mas foi relatada por Todd Diacon (2006, p.38) que “havia desertado 28 praças, e os que permaneceram cruzaram os braços me protestos contra a falta de comida”, situação esta recorrente durante os anos da CLTEMTA.

Apesar do imprevisto que se pôs, a expedição conseguiu percorrer uma área de 401

quilômetros contados a partir de Aldeia Queimada, dos quais foram citados por Rondon um total de quatorze pontos demarcados por coordenadas geográficas, de modo a expressar a abrangente ação que estava sendo disseminada pelos sertões.

Quadro 7

Segunda expedição de Reconhecimento da Comissão De Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas		
Expedição de instalação de ponto de apoio e exploração até Serra do Norte		
Período: 28 de julho a 13 de outubro de 1908		
Rota utilizada: 401 quilômetros a partir de Aldeia Queimada		
Localização		Coordenadas
Ponto 1*	Aldeia Queimada (Pareci)	S 14° 27' 04'' W Rio 14° 56' 50''
Ponto 2*	Construção de ponte - Rio Tahuruiná e Timalatiá	S 14° 23' 16'', 10 W Rio 15° 36' 25''
Ponto 3*	Construção de ponte - Rio Sauêruiná e Zolo-haruiná	S 14° 03' 19'' W Rio 15° 50' 11''
Ponto 4	Bacia do Juruena – Cabeceira que recebeu o nome de Barrinha	S 13° 18' 17'' W Rio 15° 56' 14''
Ponto 5	Ribeirão do Roceiro	S 12° 53' 41'' W Rio 15° 54' 14''
Ponto 6	Destacamento do Rio Juruena	S 12° 50' 08'' W Rio 15° 58' 20''
Ponto 7	Ranchão (Aldeia Nhambiquara)	S 12° 52' 46'' W Rio 16° 2' 50''
Ponto 8	Zoco-Zocorezá ou rio Formiga (afluente da margem direita do rio Juína)	S 12° 53' 35'' W Rio 16° 09' 30''
Ponto 9	Zui-u-iná (Juína nas Cartas Geográficas)	S 12° 52' 45'' W Rio 16° 00' 07''
Ponto 10	Aldeia indígena nomeada como Vinte de Setembro em homenagem á República do Piratinim	S 12° 52' 29'' W Rio 16° 19' 07''
Ponto 11	Rio Camararésinho – (1) – Afluente do Juruena	S 12° 54' 14''

		W Rio 16° 31' 55''
Ponto 12	Rio Camararé – (2) – Afluente do Juruena	S 12° 53' 52'' W Rio 16° 43' 02''
Ponto 13	Rio nomeado como Nhambiquara – desconhecido antes da expedição	S 12° 49' 24'' W Rio 16° 48' 15''
Ponto 14	Serra do Norte	S 12° 46' 48'' W Rio 16° 47' 12''
*Áreas alcançadas na expedição de 1907		
Org.: TEODORO, 2017. Fonte: Fonte: RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.		

A preocupação de Cândido Rondon em expor os avanços territoriais e as potencialidades encontradas nas expedições era evidente, e entre narrativas que expressavam as principais características das áreas exploradas e determinações de pontos geográficos específicos, desenhava o território para aqueles aos quais, tal avanço interessava.

Embora a missão fosse desempenhada por terra, a demarcação de rios está entre as coordenadas mais citadas por Rondon, isso porque a importância que os referidos possuíam para a ocupação dessas áreas é fundamental, tendo em vista a necessidade do transporte fluvial e das possibilidades para a instalação de propriedades voltadas à agropecuária e ao extrativismo.

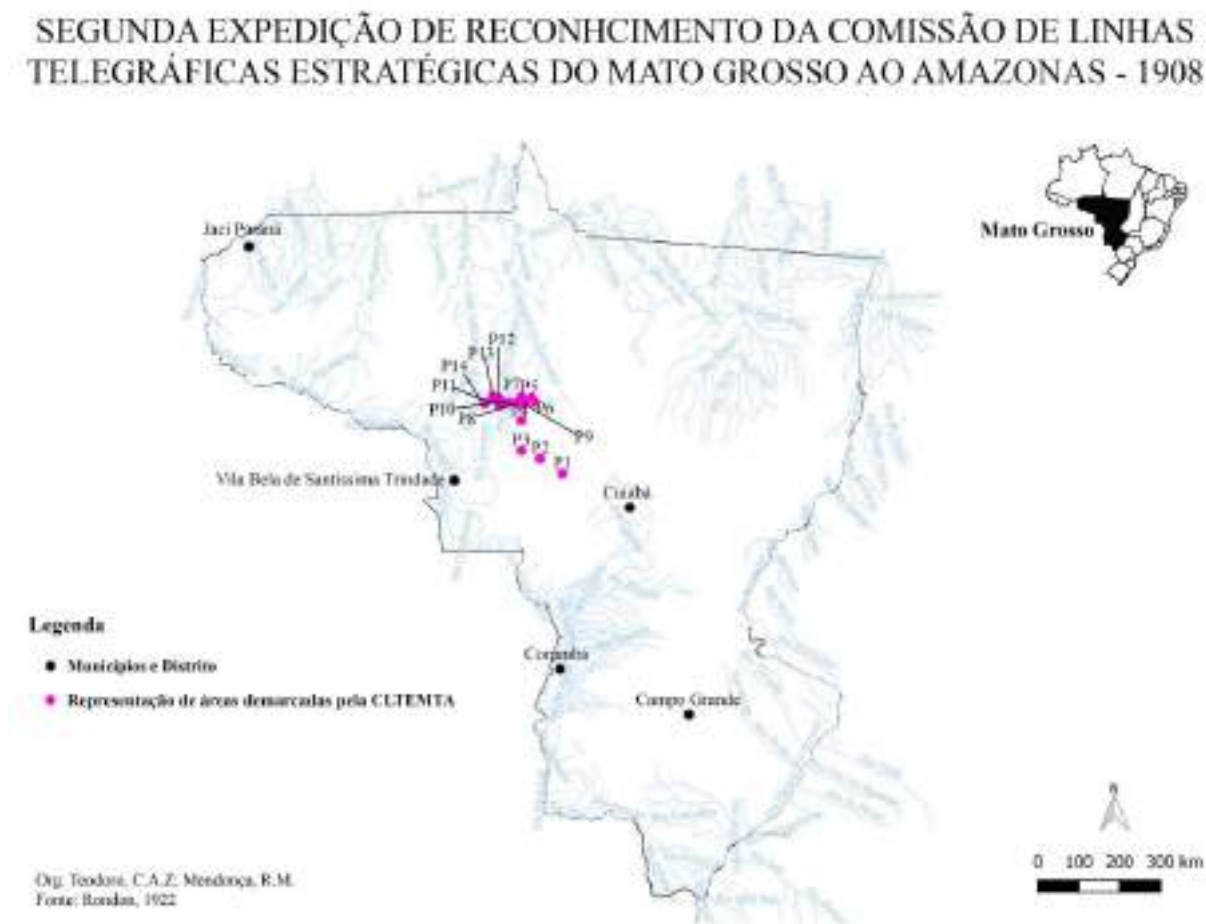
A segunda expedição tomara os mesmos pressupostos significativos expressos sobre a Expedição ao Rio Juruena. Ao analisarmos as coordenadas retratadas no quadro 7, percebemos que novamente há a incidência da demarcação de pontos muito próximos entre si, referenciando a necessidade de exposição do avanço territorial que se fazia, o qual associamos à incredibilidade com que a CLTEMTA fora montada, de modo que descrever os avanços territoriais alcançados autenticava o modo pelo qual o Estado se apropriava dos sertões na figura de Rondon e do positivismo.

Outro fator que evidencia a premissa posta é a exposição acerca da relação estabelecida com os indígenas, seja com as tribos já em estágios de socialização perante a Comissão, como os Pareci, ou daquelas que ainda estavam em processo de encontro cultural, como os Nhambiquaras. Em ambas as situações, é realizada uma breve descrição sobre o modo com que esses silvícolas agem e se relacionam de modo a demonstrar a capacidade de desenvolvimento intelectual, integração, pacificação e civilização.

Desse modo, assumindo o risco de parecer redundante nas análises, percebemos que

na explanação acerca das duas primeiras expedições, se mostrou próxima quanto à argumentação e representações territoriais.

Figura 19: Segunda expedição de reconhecimento da CLTEMTA



As expedições de 1907 e 1908 foram descritas em uma mesma Conferência, em 1910, na qual se podem efetivar algumas aproximações entre as mesmas. No entanto, dada a extensão dos acontecimentos nesses três anos de fecundo trabalho, a expedição de 1909 foi conferenciada em outro momento, também no ano de 1910. Por isso obteve-se um intervalo de tempo entre ambas que, embora não se possa afirmar veemente, gerou frutos diferentes para a continuidade da expressão dos trabalhos realizados.

Essas diferenças quanto ao modo de expressar os avanços obtidos pela mesma, de modo especulativo, pode estar associado à área em de exploração, uma vez que, na expedição de 1909, finalmente se adentraria nas florestas amazônicas, tão esperada e tão temidas. (DIACON, 2006)

Enquanto a primeira conferência foi realizada no Rio de Janeiro, a segunda seria em São Paulo. A participação dos paulistas no processo de colonização, povoamento e desenvolvimento do Mato Grosso é exaltada por Rondon em mais de um momento em suas conferências, uma vez que foi da antiga capitania de São Paulo que saíram os primeiros bandeirantes a se aventurarem e fundarem vilas e povoados nas terras a noroeste em busca do ouro. Esse “amansamento” realizado aos mesmos, além dos fatos históricos que o arrebatam, encontra-se também os fatores políticos, uma vez que a política nacional vigente possuía sua força estratégica principalmente nos influentes desse estado.

A glorificação de Rondon aos paulistas revela-se:

E neste particular, é a vós – Paulistas! – que cabe, não digo o direito, mas o dever, de tomar a dianteira sobre os filhos das demais unidades da República. Matto grosso, nascido do influxo das iniciativas audazes de vossos maiores, deseja e espera de vós que o acompanheis com o mais ardente e sincero interesse nos esforços que está prestes a desenvolver para acelerar a marcha com que prossegue a demanda ao lugar que o seu vasto e riquíssimo território e a bondade de seu povo lhe reservam na economia geral da Pátria Brasileira e do Mundo. (RONDON, 1920a, p. 6)

O reconhecimento territorial realizado por Rondon projeta-se para o futuro em seus feitos, de modo que as instalações que se fazem sejam propiciadoras de recursos que atendam a sociedade não só pelo imediatismo, mas em longo prazo. O domínio territorial republicano é então legitimado pela proeminência daquilo que se faz e do que irá fazer. Vê-se a expectativa de prosperidade nas seguintes ações:

Ao retirarmo-nos dali, o anno passado, soltáramos naquelles campos, sete bois, já exhaustos e incapazes de agüentarem as longas caminhadas que tínhamos de fazer sem parar. Agora estávamos anciosos por ver o estado em que elles se achavam; era uma prova experimental do valor destas pastagens. Poucos momentos depois avistamos alguns desses animaes, gordos e bem nutridos. Foi esse o motivo da nossa alegria, e bem fundada; porque assim ficava provado que os índios desta zona não atacam o nosso gado e também que podíamos contar com excellentes pastagens para as invernadas indispensáveis as ações futuras. Ficou, pois, desde logo, resolvido fundar nestes campos uma fazenda, a que demos o nome de Retiro do Veado Branco. Para esse fim escolhemos uma eminência, rodeada de cabeceiras com excellentes aguadas e sobre Ella construimos um bom rancho, modesto inicio de um estabelecimento que será dentro de poucos annos o abastecedor de todo Noroeste, até o Acre e o Alto Amazonas. (RONDON, 1922, p.49)

Esta seria considerada a expedição cujas dificuldades se aflorariam com mais vigor, isso porque adentrariam em floresta amazônica densa, afastando-se da vegetação

característica dos cerrados que perambularam até então. Ao modificar o tipo de bioma que seria percorrido, altera-se também os fluxos econômicos e científicos que podem ser extraídos dessas áreas para posteriores investimentos e estudos.

O discurso que se faz na Conferência referente à expedição de 1909 evidenciou características que a diferenciavam do padrão estabelecido nas duas anteriores, uma vez que estabeleceu-se um número ligeiramente alto de coordenadas, um total de vinte e quatro, para as duas já expostas, enquanto a terceira expedição consta com apenas três indicações de Latitude e Longitude, possuindo uma drástica minimização no que se refere a esse recurso técnico incluído nas narrativas.

Quadro 8

Terceira expedição de reconhecimento da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas		
A chegada a Santo Antônio do Madeira		
Período: 02 de junho a 31 de dezembro de 1909		
Rota utilizada: Saída do Juruena até Santo Antônio do Madeira (Ponto final Jacy-Paraná – acessível via fluvial)		
Localização		Coordenadas
Ponto 1	Rio Juruena	S 12° 50' 08'' W Rio 15° 58' 20''
Ponto 2	Juruena – Madeira (Cabeceira Maria de Molina)	S 12° 07' 12'' W Rio 17° 16' 20''
Ponto 3	Bom Futuro – margem direita do rio Jamary	S 10° 02' W Rio 20° 18'
Org.: TEODORO, 2017. Fonte: Fonte: RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.		

A abordagem realizada para a descrição dos acontecimentos começa a obter um cunho diferenciado daquilo que se havia feito até então. As duas primeiras expedições, embora descrevessem as características e potencialidades do território, adversidades sofridas, população indígena existente, entre outros temas relevantes, prezaram por expor também os dados técnicos relacionados ao avanço territorial, de modo a demonstrar geograficamente os locais que haviam sido reconhecidos e explorados. Na Conferência atinente à terceira

expedição, os dados geográficos (coordenadas de Latitude e Longitude) passam a ser menos compreendidos, e as narrativas de cunho descritivo são enriquecidas com um maior número de detalhes.

Estabelece-se desse modo um padrão, cujas narrativas passam a obter um caráter mais descritivo e com um menor uso do recurso a exposição de coordenadas geográficas. Embora saibamos que a afirmação que se segue para explicar tal padrão possui *função especulativa*, entendemos que essa alteração no modo de explanação corresponde à mudança das questões políticas que se formam envoltas à Comissão.

Como já abordado, havia algumas resistências quanto à efetiva execução da CLTEMTA, e com o passar do desenvolvimento da Comissão, essas resistências iam se alternando e modificando suas implicações (SÁ, 2009). Apesar de haver um espaço de tempo entre as expedições de reconhecimento e as Conferências, a função pública que as últimas emitem possui ampla função social e política, obedecendo a coerências sociais que se mostram vigentes.

Assim, entende-se que as primeiras expedições foram retratadas por Cândido Rondon com a indicação de um maior número de coordenadas geográficas por terem sido realizadas em um momento em que se questionava a viabilidade de exploração do território a Noroeste, acreditando ser inviável a missão posta a CLTEMTA devido aos fracassos anteriores de outras expedições e pela magnitude de funções atribuídas à referida que, embora fossem diversas em sua configuração, direcionavam-se para a apropriação territorial e domínio estatal. Com isso, os apontamentos do avanço territorial e da área explorada se faziam essenciais para a efetiva concretização do alcance obtido no que tange a abrangência pública.

Em contrapartida, após o momento em que se concretiza o bom resultado dos avanços territoriais, problemáticas diversas tendem a surgir no contexto da CLTEMTA, entre elas entendemos que as resistências alteram-se para questões que envolvem as reais contribuições que a Comissão propiciava ao país, tendo em vista problemáticas como o dinheiro público investido, os trabalhadores que em muito se mostravam insatisfeitos com as condições ofertadas pelo sertão, e ainda a oposição da igreja católica, contrária as ações indigenistas estatais. (SÁ, 2009)

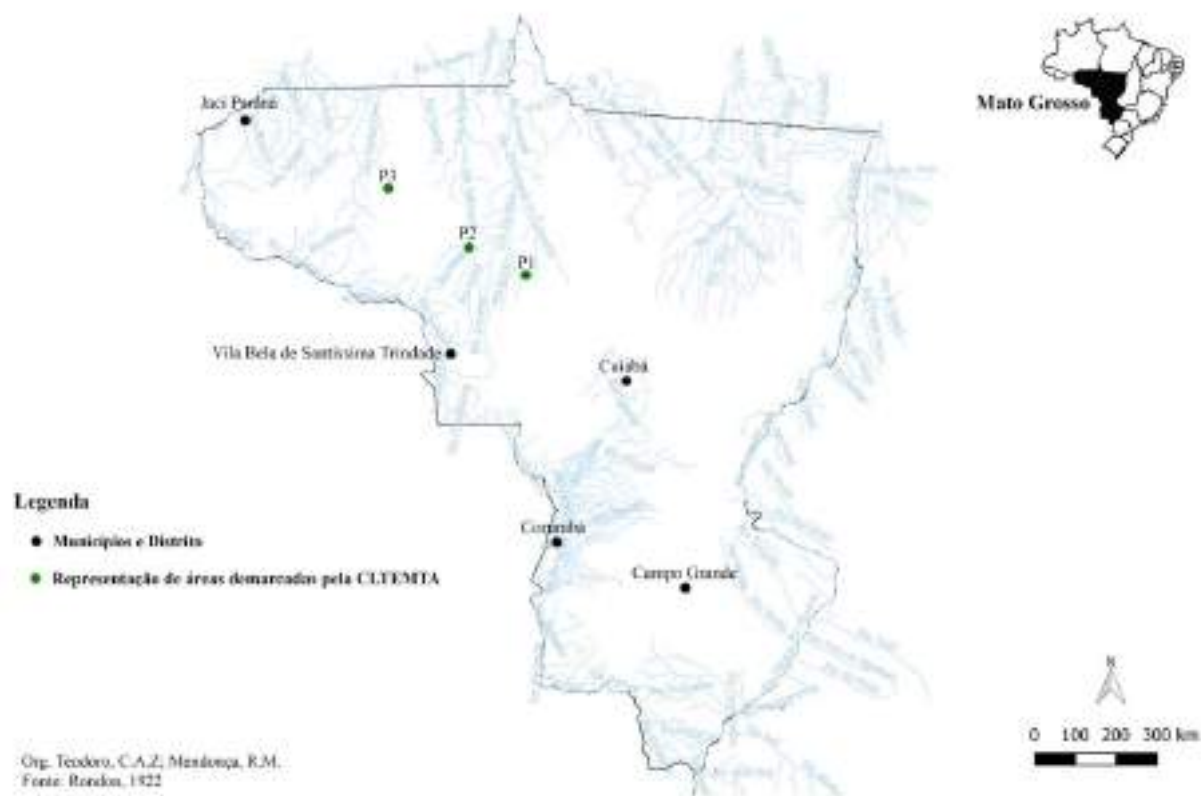
Desse modo, a terceira expedição foi retratada com um número menor de coordenadas geográficas devido à mudança de exigências quanto ao trato público, assim, apreendemos que a partir de 1909, se fazia necessário para a consolidação dos trabalhos CLTEMTA expor os subsídios que essas áreas ofereceriam ao desenvolvimento e progresso

almejado para o Brasil. Por isso, descrever os aspectos territoriais emergentes bem como as potencialidades da população ali existente, se tornava essencial para o prosseguimento da Comissão.

Por conseguinte, apesar de a expedição de 1909 ter alcançado os confins do Brasil com sua chegada em Jacy-Paraná, a representação cartográfica que se faz da mesma a partir das coordenadas expostas corresponde a uma pequena parcela do que fora cumprido.

Figura 20: Terceira expedição de reconhecimento da CLTEMTA

TERCEIRA EXPEDIÇÃO DE RECONHECIMENTO DA COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DO MATO GROSSO AO AMAZONAS - 1909



Para retratar o exposto, utilizaremos um trecho da Conferência, que nos transmite o ideário posto:

Pois não é realmente assombroso que desde o Sepotuba até o Madeira os seringas sucedam-se ininterruptamente? Para que falar nas outras riquezas, no caucho, nas plantas medicinaes, nas madeiras de construção, na multiplicidade de palmeiras, de cocos deliciosos e alimenticios uns, outros de vasta applicação industrial com a jarina, nas jazidas de metaes e pedras preciosas, na fertilidade do solo, quando só o interminável seringal representa uma fortuna maior do que a de qualquer paiz do mundo, dos que

mais tenham na conta de riscos? E se com isto considerarmos a profusão de rios, povoados de excellentes espécies de peixes e offerecendo meios fáceis de comunicação para o Amazonas e o Prata; as poderosissimas quedas, dando de graça centenas de milhares de unidades motrizes; então perguntaremos admirados, como é possível que tantos thesouros estejam ainda para alli desaproveitados e quase ignorados? Mas, felizmente, já agora está dado o primeiro passo na senda que nos há de levar á incorporação effectiva, e não de simples expressão geographica, desses opulentos territórios e dos seus habitantes ao grêmio da Patria nossa muito amada. (RONDON, 1922, p.79)

As análises apresentadas fornecem dados que foram extraídos das Conferências realizadas por Cândido Rondon, entretanto, há variantes e concordâncias dessas informações que se encontram presentes nos relatórios oficiais emitidos pela CLTEMTA.

4.3 Relatório da Comissão Rondon e suas ênfases

Sobre os relatórios que foram apresentados como resultantes da Comissão Rondon, consideramos relevante iniciar esta parte do capítulo com uma citação de Elias Bigio, sobre os mesmos, resumindo em poucas linhas a importâncias dos mesmos para a compreensão da expansão e apropriação territorial a Noroeste:

Os relatórios que Rondon encaminhou ao então Ministério da Guerra oferecem pistas significativas dos objetos que norteavam esses projetos, que abrangiam vasta região do Mato Grosso ao Amazonas, e tornam possível acompanhar sua evolução desde o período imperial. Salta aos olhos o caráter estratégico que teriam as linhas telegráficas: além de fator de desenvolvimento, esses trabalhos buscavam viabilizar a ocupação da região, incentivando a defesa das fronteiras brasileiras. (BIGIO, 2000, p.6)

Entre os relatórios apresentados por Cândido Mariano da Silva Rondon para os Ministérios responsáveis pela execução e andamento da CLTEMTA, elegeu-se para contribuir a esta pesquisa o *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907 – 1910*, publicado em 1919.

Já de antemão, nos apropriamos do relato de Patrícia Aranha, ao destacar “a forte presença de discursos que apresentavam os territórios do interior do Brasil e reafirmavam a meta de “civilizar os sertões”, de aproximar estes espaços, torná-los produtivos” (ARANHA, 2012, p. 94), de modo a reiterar a aparência marcante do termo civilização para as ações da CLTEMTA.

Associamos a necessidade de “civilizar” promulgada durante o período ao

desenvolvimento político-social que se instaurava, pois, à medida que as funções sociais se multiplicam, amplia-se também a interdependência dos sujeitos que compõem aquela sociedade, sendo esta interdependência válida desde as ações mais simples até as mais complexas. Com isso, a disposição dessa teia de relações precisa se organizar de modo rígido, para que cada função social seja desenvolvida sem ocasionar asperezas, assim às ações e objetivos do ser humano tornam-se regulados e reguladores da sociedade. (ELIAS, 1993, p.196)

O relatório em questão apresenta as informações relacionadas aos primeiros anos da CLTEMTA, indo ao encontro do conteúdo exposto nas Conferências analisadas por se tratar do mesmo espaço/tempo de atuação. O Relatório em estudo foi dividido em seis partes: 1) Projeto; 2) Construção; 3) Retrospecto Cronológico; 4) Dados técnicos das Linhas Ramal Construídas; 5) Serviço da secção de História Natural; 6) Resumo Estatístico dos serviços executados pela comissão, desde a sua instalação em Cáceres e Cuyabá, em 15 de Maio de 1907, até 31 de Dezembro de 1910; 7) Conclusão Geral e; 8) Anexos.

Cada parte apresenta uma relação detalhada e objetiva acerca dos processos que constituíram a Comissão Rondon, apresentando semelhanças e diferenças com os dados expostos nas Conferências, tendo em vista a natureza de cada documento.²³

Projeto

Os projetos que se estabeleceram foram alicerçados nas informações obtidas pelas expedições de reconhecimento e na experiência alcançada com as instalações telegráficas anteriores. O projeto inicial desenhado por Francisco Bhering seria o norteador da CLTEMTA, no entanto dada as especificidades do território que estava em reconhecimento e exploração, variantes eram necessárias para se alcançar o objetivo final posto a Comissão.

O interesse alocado nos projetos que se faziam para o andamento da CLTEMTA era, sobretudo, estratégico, “afinal era latente a necessidade de garantir a ocupação e o controle efetivo destas áreas, sobretudo daquelas localizadas na faixa de fronteira” (DUARTE, 2013, p. 92). Assim, há um evidente conhecimento geográfico das áreas de implantação telegráfica, que representava não somente o interesse na representação cartográfica que viria a ser produzida, como também na “melhor utilização do mesmo, por meio das melhorias materiais (ferrovias, telégrafos) que facilitarão a exploração dos recursos naturais.” (DUARTE, 2013, p. 78)

²³ Ao expor as diferenciações existentes entre os documentos, estamos nos referindo a dados discrepantes entre os ambos, tendo em vista a natureza distinta que se consolida entre as Conferências e Relatórios.

A afirmação acima se traduz nas designações que se fizera visando estabelecer a linha tronco entre o Rio Juruena e Nhambiquaras, por meio da ligação com o rio Juína, estabeleceu três variantes possíveis para se alcançar o proposto:

Em linha recta que lida o mencionado passo do Juhina ao do Nhambiquaras, medirá 64 metros no rumo 86° N.O. A segunda se comporá de 2 alinhamentos, partindo o primeiro do passo do Juhina e irá ao do Camararézinho com 36 metros e 85°45' S.O. de azimuth magnético. Do Camararézinho se estudará a segunda tangente dessa variante, linha de encurtamento com o rumo 76°30' N.O de azimuth magnético e extensão de e 29.500 metros ate Nhambiquaras. [...] Finalmente, se tanto o primeiro como o segundo traçado não puderem ser executados. Estudar-se-á então o terceiro, que se compõe dos alinhamentos anteriores até o Camararézinho e que deste rio vão á cabeceira do Chimarrão e desta cabeceira a Nhambiquaras. (RONDON, 1919b, p.7)

Percebe-se o detalhamento territorial e uso de técnicas para precisar o traçado das linhas, estabelecendo recuos para o andamento da empreitada, uma vez que a realidade posta pelas áreas se sabia fazer complexa. A área referenciada no projeto descrito refere-se aos traçados de reconhecimento realizados nas expedições de 1908 e 1909.

Para dar continuidade à implantação telegráfica, ao adentrar nos planaltos e na Serra do Norte, dado os aspectos territoriais, não seria possível a execução de um projeto rigoroso para se alcançar a Comemoração de Floriano²⁴, por isso, o que se fez foi esboçar um plano de exploração para que se tornasse possível a locação telegráfica.

Deixo em linhas geraes, o plano de uma exploração parcial, que se deve executar para projectar a linha entre aqueles dois pontos. Estando Comemoração de Floriano sobre um vasto chapadão de campos descobertos, com 662 metros de altitude, extremidade do Planalto do Parecis, onde o Gy-Paraná com os outros confluente do baixo madeira vieram buscar as suas primeiras águas; sendo essa uma situação favorável ao desenvolvimento de uma próspera povoação, dada a sua excepcional posição geográfica e configuração topográfica e geológica, não podia deixar de aproveitar aquelles bellissimos campos de chapadão, cercado de florestas em todas as dorecções dos valles d'aquelles rios, para a instalação de uma estação, núcleo de futura cidade. A construcção deverá effectuar explorações parciaes no sentido de encontrar melhor passagem no Morrinho do Lyra, no Ribeirão do Aroeira e Toloiry, e então traçar as tangentes mais apropriadas á configuração desses terrenos, tendo como ponto obrigado de passagem o retiro Veado Branco nos Campos Novos da Serra do Norte. (RONDON, 1919b, 8)

De Comemoração de Floriano, entre as recomendações feitas por Rondon, deve-se

²⁴ Comemoração de Floriano é o nome pela Comissão Rondon a um rio que na sua confluência com o rio Pimenta Bueno formam o Ji-Paraná.

evitar o trajeto que atravessasse o Rio da Dúvida²⁵, devido o brejo inacessível existente no local, até que se chegue a Maria de Molina, na qual se espreita as possibilidade de ligação até os afluentes dos Rios Comemoração de Floriano, Pimenta Bueno e Barão de Melgaço. Dali deve-se realizar um traçado entre o Gy-Paraná, Urupá, Ribeirão das Pedras, Jaurú, Barra do Canaan no Juary, da onde prosseguirá até que se encontre a divisa entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, a Santo Antonio do Madeira, onde será a chegada ao rio Madeira.

A ocupação na região de Santo Antônio do Madeira era de suma importância para o controle Estatal, ponto referencial da estratégia que envolvia a CLTEMTA. Tornou-se um dos principais núcleos de atuação da Comissão Rondon apesar das péssimas condições de higiene e da alta proliferação de doenças, especialmente a Malária, sendo os trabalhos na região iniciados em meados de 1910. Tal relevância se dava, pois, apesar de precária, a localidade contava com um “posto de coleta de impostos sobre mercadorias transportadas pelo rio Madeira e um porto por onde escoava a produção de borracha vinda da Bolívia e do Acre, o que tornava a região atrativa para a atividade extrativista” (VITAL, 2012, p.78)

Apesar da amplitude territorial que se visava em tal projeto, que alcançaria o Rio Madeira com os telégrafos, o traçado inicial de Francisco Bhering visava impetrar no Acre, Purus e Juruá, regiões que há pouco tempo haviam sido incorporadas ao território brasileiro, por meio de acordos diplomáticos, o que ampliava a ideia de que o mapa do Brasil estava sendo redesenhado, e de fato, estava, por isso o investimento e apoio para concretizar o projeto da CLTEMTA. (SÁ; SÁ; LIMA, 2008)

Para tanto, aproveitou-se a instalação de postes feita pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até, conseguindo assim alcançar as fronteiras de importância estratégica, saindo destes os estudos que a serem concretizados para alcançar Rio Branco. (RONDON, 1919b)

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré fazia parte do acordo firmado com a Bolívia pelo Território do Acre, sua construção teve início em 1907 e seu fim em 1912. Caracteriza junto à implantação telegráfico o símbolo do desenvolvimento e do progresso, de modo a proporcionar a integração territorial e, mais do que isso, do avanço capitalista.

A Madeira-Mamoré visava o escoamento de produtos, especialmente da borracha, extraída especialmente da Floresta Amazônica, em um período em que este era um dos

²⁵ O rio da Dúvida corresponde ao atual rio Roosevelt, nome dado em homenagem ao ex-presidente estadunidense Theodore que participou de uma expedição no rio, na chamada Expedição Científica Rondon-Roosevelt (1913- 1914). Dava-se o nome de rio da Dúvida por não terem certeza se esse seria um afluente do rio Amazonas sendo que, foi nessa expedição que se descobriu ser este um afluente do rio Aripuanã.

produtos mais rendosos para a economia. A demanda da construção da ferrovia se deu quase que em conjunto com a instauração da CLTEMTA, e esta última deveria acompanhar o desenvolvimento da linha férrea, visando alcançar o Amazonas e promover a continuidade da empreitada progressista modernizante que se fazia.

Um dos aspectos mais importantes do plano de desenvolvimento da região noroeste do Brasil, proposto quando da criação da Comissão, reside no apoio que o telégrafo daria às atividades produtivas já desenvolvidas nesta área, sendo a principal delas a extração do látex para a fabricação da borracha. À época do início de seus trabalhos, no ano de 1907, a produção brasileira estava a pleno vapor, correspondendo à sexta parte da receita do Estado. Durante os anos em que funcionou, a CLTEMTA acompanhou o apogeu e a crise da economia da borracha. (ARANHA, 2012, p. 93)

A construção da estrada de ferro veio acompanhada de milhares de trabalhadores mortos e grupos indígenas dizimados, ficando conhecida como a “ferrovia do diabo”, seja pelas doenças que cometiam os trabalhadores ou pelas condições de trabalho e de vida que a mesma oferecia, eram ainda constantes, os conflitos entre os grupos indígenas e os trabalhadores, que, não raramente acabavam em morte.

O empreendimento que visionava a instauração do progresso se viu arrebatado pelo desfacelamento econômico da região, devido à decadência da extração do látex devido à concorrência com a produção asiática, diminuindo (ou quase que esgotando) sua funcionalidade para a área de implantação, embora tenha continuado em funcionamento até 1971. (SOUZA, 2010)

Construção

A construção das linhas telegráficas se configurava como um dos serviços mais árduos que eram realizados pela CLTEMTA, devia-se abrir o sertão bruto para a construção de estradas, estações telegráficas, levantar postes, transportar os alimentos e os materiais utilizados ora por via fluvial, ora por terra, além das inúmeras dificuldades externas ao trabalho, ataques indígenas, escassez de alimentos, doenças, desentendimentos com os locais, entre outras problemáticas que se formavam.

Assim, embora este Relatório seja voltado a um momento específico, é possível construir uma análise a partir dos meandros que descrevem as situações postas. No que se refere aos trabalhadores da Comissão Rondon, Mirian Rejane Guimarães Ferreira (2009), em sua dissertação de mestrado intitulada “Os trabalhadores da Comissão Rondon: Violência,

esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo (1907 – 1915), relata sobre as condições exaustantes e precárias que eram submetidos os trabalhadores da CLTEMTA, sendo que, devido a falta de efetivo, quanto mais árduo fosse o trabalho, menos qualificação se exigia, sendo recrutados presidiários, baderneiros ou ociosos. A autora completa:

Nos relatórios oficiais, assinados por Rondon, não há referências à contratação de civis para os trabalhos do dia-a-dia, nem tampouco o número de praças engajados na Comissão. Há apenas relatos que se referem aos dissabores com aqueles que eram chamados de revoltosos. Esses trabalhadores, pessoas absolutamente comuns, de origem não declarada, não eram dotados de nenhuma grandeza estabelecida e reconhecida – as do nascimento, da fortuna, do heroísmo – pertencentes, portanto, a esses milhares, ou milhões de existências destinadas a passar sem deixar rastro. (FERREIRA, 2009, p.65)

As construções que são retratadas neste relatório correspondem à linha ramal e a linha tronco. A primeira concluída com nove meses de trabalho e 301 quilômetros de extensão, a partir de Cáceres. Sobre a linha ramal:

A linha – ramal teve por objectivo principal completar o desenvolvimento da linha Leste-Oeste brasileira, até a fronteira com a Bolívia, no alto Guaporé. Por isso mesmo a sua importância estratégica e commercial decorre desse objectivo. Intermediariamente a linha não atravessou nenhum povoado, apenas as seguintes fazendas: Nacional da Caissara, do Caethé e da cachoeira e terras que é denominada Fumaça, installando ás margens do Jaurú e Guaporé as estações << Porto Espiridião>> e <<Pontes e Lacerda>>. (RONDON, 1919b, p.15)

A segunda viria a ser finalizada ao alcançar o Rio Madeira, na divisa dos estados de Mato Grosso e Amazonas. Sobre a linha tronco:

A linha – tronco procurando o rumo de santo Antonio do madeira, na extensa faixa do Noroeste mato-grossense, passou pelas povoações de Guia e Brotas e villas de Rosario e Diamantino; após a qual penetrou no sertão bruto, atravessando os seringales do planalto dos Parecis, situados nos valles dos rios Sumidouro, Sucutiú-iná, Sangue, Cravary, Sacre, Papagaio, Buroty, Saueiruiná e Juruena, em cuja zona foram inauguradas as estações telegraphicas Parecis, Ponte de Pedra, Barão de capanema, Utiarity, Juruena, Nhambiquara e Vilhena, nucleos de futuras povoações sertanejas. (RONDON, 1919b, p.15)

Cabe ressaltar ainda que, nas demandas que se colocavam a construção das linhas telegráficas, Laura Antunes Maciel (1998, p.144) acentua as condições postas a esses trabalhadores, muitos perdidos de sua identidade quando “desterrados, eram mandados a força para a selva, incutidos de realizar a proeza de percorrer o desconhecido, encurtar distâncias e

integrar o território nacional”. Para muitos, o trabalho era árduo, forçado e temido.

Figura 21: Fases da construção da Linha Telegráfica



Fonte: RONDON, 1919b.

Apesar dos impedimentos que se colocavam à CLTEMTA, Cândido Rondon sempre se mostrou confiante com o prosseguimento do projeto, alegando que somente com destreza e energia física e moral, poderiam ser modificadas áreas tão brutas à existência humana, mas com o investimento necessário, se tornariam profícuas as atividades econômicas rentáveis, especialmente para a indústria. A ênfase dada à necessidade de investimento consiste na insuficiência de verba que muitas vezes se fazia para os gastos como a Comissão, sendo essa uma questão constante.

Retrospecto Cronológico

Cândido Rondon realiza um retrospecto dos feitos da Comissão Rondon desde sua inclusão nos trabalhos em campo, de junho de 1907 até a data final do presente relatório, 1910, apresentando dados e informações que foram reorganizadas para a apresentação feita

nas Conferências, já discorridas neste texto.

O relatório apresenta informações mais complexas quanto ao desenvolvimento das expedições, de modo a relatar os avanços obtidos, mas também as dificuldades enfrentadas, isso porque era a partir desses documentos que os Ministérios responsáveis pelo empreendimento se valiam das ocorrências e, a partir daí, forneciam os auxílios solicitados, seja em material, em número de trabalhadores, de alimentação ou outras demandas.

Inicia-se a argumentação contida no relatório com a expedição para a instalação do ramal telegráfico de Cáceres à cidade de Mato Grosso e da Linha Tronco. Grande ênfase foi dada para a discussão da condição sanitária vivenciada pelos componentes da CLTEMTA, em período de surto de doenças na região.

A CLTEMTA era acompanhada por médicos militares que, assim como os demais oficiais, deveriam elaborar relatórios descrevendo as condições sanitárias das regiões percorridas, analisando e caracterizando essas áreas a partir de sua ótica profissional, resultando em um quadro médico sanitário. Sua ação efetiva durante as expedições era tratar dos doentes e feridos, não somente dos trabalhadores que compunham a Comissão, como também dos sertanejos e indígenas que habitavam as proximidades dos trajetos cursados. (CASER; SÁ, 2010)

Os relatórios médicos apresentados dividiam-se em dois grupos, o primeiro no qual é realizado um relato curto e estatístico sobre o acompanhamento as expedições, sem aprofundamentos sobre as condições da região, sendo estes correspondentes aos anos de 1907 e 1908, emitidos por Armando Calazans, Manoel Antonio de Andrade e Joaquim Rabello. O segundo grupo apresenta análises que incluíam as condições climáticas e geográficas da região, bem como os hábitos da população local e dos trabalhadores, além dos dados estatísticos de ocorrências médicas e dos acidentes, sendo produzidos por Joaquim Tanajura, José Antonio Cajazeira, João Florentino Meira de Faria e Murilo Campos, entre os anos de 1910 a 1915. (CASER; SÁ, 2010)

No relatório em análise nesta pesquisa, Cândido Rondon expõe os problemas sanitários enfrentados durante as expedições, retratando seus superiores sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, desde o mais alto escalão militar até os civis. Entre as doenças que aparecem como as mais recorrentes encontram-se a varíola, paludismo (malária) e a polineurite, cujas complicações se acirravam devido à má alimentação ofertada.

Em diversas situações é possível perceber a referência a essas doenças durante a campanha da CLTEMTA, sendo necessário em determinados momentos que Rondon se

desfizesse do auxílio de alguns trabalhadores que, por ter contraído tais moléstias, já não suportavam a esgotante vida no sertão.

Como na Comissão de Corumbá, estabelecemos o melhor systema de alimentação a adoptar para que não só os nossos soldados, como os officiaes, pudesse melhor resistir aos effeitos destruidores do paludismo. A experiencia de muitos annos de serviço de campo demonstrou que, um trabalhador obrigado a sahir da sua barraca ás 6 horas da manhã para os trabalhos da picada ou quaisquer outros, sempre resistiu mais aos duros golpes da molestia, tomando sua alimentação matutina, do que qualquer outro cujo organismo não fosse objecto de uma tal precaução. [...] Assim é que, após o café ou mate da madrugada, uma farofa com carne constiuio o primeiro alimento que os soldados, officiaes e outros trabalhadores tomavam ao partirem do acampamento para os serviços diarios da construcção. (RONDON, 1919b, p.25)

A mudança na organização dos relatórios se deu a partir de 1910, tendo em vista o alto número estimado de doentes e de mortos durante a CLTEMTA. Nas Conferências de 1910, Cândido Rondon cita apenas a perda de três homens, “sendo dois por desastre, o anspeçada²⁶ Honorato e o remador Jacy, e o terceiro por doença” (Rondon, 1922, p.108), sendo contabilizadas apenas as mortes que se referem às específicas ações das expedições de reconhecimento.

No Relatório esse número amplia-se, uma vez que é feita menção da generalidade da CLTEMTA, sendo mencionado um equivalente de noventa e cinco pessoas²⁷, as quais Cândido Rondon rememora:

Tombaram no meio da jornada, cobertos dos louros do dever, em cujo crepe envolveram a santa dedicação patriótica, os pranteados companheiros; engenheiro geólogo Cicero de Campos; 1^{os} Tenentes Firmono Portugal e Antonio Lins, 2^{os} Tenentes Joaquim Gomes de Oliveira e José Joaquim Ferreira da Silva; inspector de 3^a classe, dos Telegraphos, Geraldo Carvalhaes da Silveira; guarda fio de 1^a classe, ex alferes do Exercito, em commissão, Izidoro dos Santos, guarda Argemiro Correia da Costa, Joaquim de Siqueira, João Antilho Soares, A. Paulino Bastos, Henrique Graciano de Pina; Diaristas Manoel Rondon de Oliveira, Alfredo Soares Cardoso, José da Silva, Pedro Dornellas, João Baptista, Brasilino José de Souza, e o saudoso cacique Parecis – Mathias Toloirí. (RONDON, 1919b, p. 23)

²⁶ Graduação militar de praça, imediatamente superior a soldado, mas inferior a cabo.

²⁷ Há uma contradição quanto ao número de mortes por doenças durante as expedições da CLTEMTA. Em uma mesma expedição, após a conclusão da construção do ramal de Cáceres a cidade de Mato Grosso, retornava dos trabalhos um total de 228 pessoas, ocorrendo à incidência de uma endemia que, de acordo com o relatório analisado, teriam falecido seis pessoas (RONDON, 1919b), entretanto, há pesquisas que revelam para o mesmo acontecimento, um total de 201 mortes (VITAL, 2011), evidenciando a possibilidade de novos estudos acerca do tema.

Em suma, a situação das doenças ao Noroeste era agravante, de modo que essas regiões podem ser consideradas como as mais insalubres do país, e, de fato, enquanto a ação midiática da Comissão Rondon afirmava que os trabalhos haviam sido concluídos com poucas baixas, na imprensa do Rio de Janeiro estimava-se um homem morto a cada poste colocado. (MACIEL, 1998, p.140)

Tendo visto essa situação problemática ocasionada pelas doenças, nesse mesmo ano, 1910, publicam-se as instruções para o serviço sanitário da CLTEMTA, encarando as mesmas como obstáculos à concretização dos objetivos postos a Comissão. As instruções:

“traziam uma série de recomendações que visavam o melhoramento da infraestrutura medico hospitalar da comissão. [...] As doenças passavam a fazer parte das preocupações fundamentais da comissão e detalhamentos dos relatórios médicos produzidos expressam o ajuste do foco desses profissionais.”

A mesma problemática se colocava aos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sendo contratado o médico Oswaldo Cruz para estudar a região e propor medidas que preconizassem a saúde dos envolvidos. Em visita a Santo Antônio do Madeira, tece críticas aos costumes locais:

A exemplo do tratamento do lixo e dos restos de animais abatidos, que formavam monturos apoiados às paredes das casas, provocando mau cheiro constante nas ruas. Destaca a inexistência de esgoto, água encanada e iluminação de qualquer tipo, e afirma que a malária, “sem exagero”, afetava toda a população. Seu relato reforça a imagem também veiculada pela Comissão Rondon e que se tornou célebre: a de uma cidade sem crianças. (VITAL, 2011, p.549)

Dadas as condições, “é difícil saber se realmente o higienista considerava viável reverter às condições sanitárias locais, até porque nenhuma medida de saúde para o povoado foi prescrita em seu relatório” (VITAL, 2011, p.549). A situação do povoado se alteraria com a intervenção e influência política de Joaquim Tanajura, que se envolve nas coligações partidárias do Mato Grosso, deixa a Comissão Rondon e inicia sua carreira política, colocando-se em defesa de Santo Antônio do Madeira, conseguindo para o local “à vacinação contra varíola e à organização de uma estrutura municipal com juiz, delegacia de polícia e nomeação de um intendente municipal.” (VITAL, 2011, p.551).

Entre as informações constantes, as determinações das coordenadas geográficas tornam-se fundamentais para esse processo analítico, uma vez demonstram diferenças entre

as constantes nas Conferências e as expostas no Relatório. Consta-se que as “latitudes foram obtidas mediante anturas circummeridianas do Sol; as longitudes por trocas de signaes telegráphicos, directamente, entre o observatório do Castello e as respectivas estações.” (RONDON, 1919b, p.28)

Quadro 09

Discrepâncias entre os Documentos		
	Conferências	Relatório
Cáceres	S 16° 03' 45'' W Rio 14° 31' 19''	S 16° 04' 08'' W Rio 14° 31' 19''
Diamantino	S 14° 24' 43'' 40 W Rio 13° 16' 32''	S 14° 25' 29'' W Rio 13° 16' 31''
Org.: TEODORO, 2017. Fonte: RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922. _____. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907 - 1910. 2° v., Publ. 39. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919b.		

Partindo do padrão estabelecido atualmente, há uma aproximação maior de graus nas coordenadas relativas à Cáceres nas constantes no Relatório, uma vez que sua latitude é S 16° 04' 14''. Para Diamantino a situação se inverte, alocando-se atualmente na latitude S 14° 24' 31''.

Tais imprecisões são constantes em um período em que os recursos disponíveis para medição possuíam certas limitações, por isso, diferenças tão próximas não se configuram como erros, uma vez que, como já descrito em momentos anteriores, a Comissão Rondon estaria reorganizando e atualizando os dados referentes aos aspectos geográficos de Mato Grosso, que de acordo com o mesmo estavam desatualizados e constavam com muitos erros.

Entretanto, o que nos chama a atenção é a variante existente desses dados em documentos oriundos da mesma comissão, o que nos leva a sugerir que houve uma adaptação, ou correção dos mesmos conforme disseminação dos dados e aprimoração das técnicas, visto que a CLTEMTA teria a duração de oito anos, mas os trabalhos da Comissão Rondon tiveram continuidade.

Ambos os documentos possuem como referência de dados coletados o ano de 1910, entretanto, o Relatório possui como ano de publicação 1919, enquanto as Conferências 1922, ano da comemoração do centenário da Independência, momento em que se promove no

Brasil uma disseminação das conquistas nas mais diversas áreas científicas, culturais, sociais e tecnológicas.

Entre essas conquistas está a confecção da Carta de Mato Grosso, que deveria ficar pronta para a comemoração do centenário, sendo produzida principalmente com os dados coletados pela mesma e ser divulgada na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Entretanto como o tempo não fora suficiente, contou-se como uma carta do estado organizada especificamente para a ocasião, a “Carta Sintética de Mato Grosso”, que acabou não sendo minuciosamente produzida e detalhada em termos cartográficos. (BERNARDINO, 2016, p.5)

Assim, pela data referente à publicação das Conferências, afere-se a possibilidade de adaptações mediante novos estudos e medições nas áreas já demarcadas nos primeiros anos da CLTEMTA, considerando as novas exigências que se propunham com o decorrer da Comissão Rondon, sendo tais informações oriundas de análises interpretativas ao contexto da época.

A continuidade das informações contidas no Relatório abrange as campanhas de 1908 e 1909, envolvendo as expedições de reconhecimento e as demais que se faziam concomitantemente para a exploração do território já desbravado por Rondon e para a construção das linhas telegráficas, percorrendo os trajetos do Juruena, Serra do Norte até o Jamari.

*Dados técnicos das Linhas Construídas*²⁸

Mais do que expor a descrição técnica das expedições e instalação das linhas telegráficas, destaca-se as significações que cada avanço da CLTEMTA representa para a apropriação e formação territorial. Como já retratado, a Comissão possuía um caráter multiexpressivo, que se configurava por diversos aspectos de modo que todos se direcionavam a um mesmo eixo centralizador, o território. Este corresponde a uma parcela do espaço geográfico, delimitado por uma ação legitimadora do exercício de poder, no caso específico, do Estado.

As representações que o espaço então representa para determinada sociedade, influenciam o processo de apropriação que se faz do território, uma vez que, a essência do conceito de espaço pode ser entendida como algo social, tendo em vista que a construção se

²⁸ As informações existentes nessa parte referem-se à descrição técnica das instalações telegráficas constantes no Relatório.

dá por uma ação mútua assim o espaço está para a sociedade, a economia, a cultura, da mesma forma que estas estão para o espaço, numa relação recíproca. (SANTOS, 1985)

Devido ao movimento social, cada território, cada paisagem é lotado de significações, de ideologias, e essas características abstratas se juntam a materialidade existente para compor o espaço. Desse modo, cada espaço deve ser estudado de acordo com os períodos de sua formação, assim quanto maior o espaço, maior os fragmentos a serem estudados (territoriais, ideológicos, sociais, culturais, de trabalho). (SANTOS, 1985)

Isto posto, dado a extensão da área de estudo desta pesquisa, o que se fez até o momento foi esmiuçar os aspectos sociais, políticos, culturais, ideológicos e territoriais que compunham a formação do estado de Mato Grosso e as representações que os mesmos proporcionaram em uma relação mútua de combinações bilaterais (SANTOS, 1985), no caso entre o local e nacional e/ou sertão e litoral.

A primeira descrição que se faz na parte técnica do relatório, corresponde à linha ramal construída de Cáceres até a cidade de Mato Grosso, região que, como apontado em momentos anteriores, não era de um (re) descobrimento, mas de uma (re) apropriação e impulsionamento ao desenvolvimento, dada as condições históricas do lugar (a relevância política- Cidade de Mato Grosso ou econômica - Cáceres).

O traçado atravessa o rio Paraguai, atingindo o Jauru depois de 92 quilômetros, assentando em Porto Espiridião a primeira estação desse ramal. Após transpassar pelas terras pantanosas do Vale do Aguapeí, do ribeirão dos Bagres, da várzea Buriti da Larga, alcançando as cabeceiras Estiva Nova e Estiva Velha, que vão até o Guaporé.

Nessa altura acompanhou-se novamente a estrada (utilizada como caminho para o ouro no século XVIII) e ao atingir a antiga povoação de Lavrinhas, assentou ali, em local elevado e seco, a estação Pontes e Lacerda. Seguindo as vazantes do Buriti, Couceira e Encantado, chegou-se novamente no Guaporé, em local próximo a cidade de Matto-Grosso, onde foi instalada a estação final dessa linha.

Partindo do ideário de que o ponto de partida é a sociedade humana em processo, essas características históricas que formam o espaço correspondente a essa primeira expedição materializam as representações ideológicas, culturais e territoriais que se fazem para compor o mesmo. “Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.” (SANTOS, 2002, p.54)

Desse modo, a materialização que se faz desse traçado para a implantação da linha

ramal, corresponde à redefinição do espaço para um novo processo de desenvolvimento. O uso que se faz do mesmo se modificou, sendo este acelerado pelo ritmo do tempo da comunicação rápida “tinha-se a sensação de viver um presente em contínuo movimento, de assistir a um tempo de rápidas e intensas mudanças e a percepção de que o tempo histórico se acelerava e o ritmo de sua passagem se modificava” (MACIEL, 1998, p.63)

Figura 22: Estação Telegráfica de Porto Espiridião



Fonte: RONDON, 1919b.

Seguindo pela descrição existente no relatório, faz-se a menção a Linha Tronco de Cuiabá em demanda do Rio Madeira, a qual seguiu-se por Cuiabá a Diamantino; Ponte de Pedra a Utiarity; Utiarity a Juruena e Juruena a Vilhena.

Percebe-se que na descrição feita, embora se fizesse o percurso por terra, os trajetos a serem designados pela Comissão sempre seguiriam pela indicação de elementos da rede hidrográfica, isso porque o “conhecimento destes territórios seria pautado por levantamentos de cunho geográfico se valendo de rios como caminhos”. (ARANHA, 2012, p. 92)

Parte-se inicialmente da ligação de Cuiabá a Diamantino, sendo que esta seguia pelo vale do rio Cuiabá cortando seus afluentes até alcançar a vila do Rosário, sendo considerados como mais importantes: Rio Coxipó-Assú e os ribeirões da Bandeira, Machado, Bahú, Uacurzal, Engenho e Forquilha. Para a construção de Diamantino a Ponte de Pedra foi

necessário um maior estudo dos aspectos do território, uma vez que a mesma era “situada em um profundo Valle limitado por altas escarpas que se oppõem, como verdadeiras muralhas, ao acesso para o chapadão dos Parecis” (RONDON, 1919b, p.67).

Durante o percurso a se seguir exposto por Cândido Rondon, são citados diversos rios e características do relevo do local, argumentando a necessidade de estudo para se conhecer melhor a região. Essas características eram constantes nos relatórios da CLTEMTA, que procurava embutir na sociedade o ideário de ineditismo quanto as suas intenções no território a Noroeste, deflagrando a diferença de intenções que havia entre seus feitos e aqueles realizados em tempos anteriores. Para Laura Antunes Maciel:

Na verdade, a Comissão começava a reclamar para si uma competência no trato das questões indígenas, no reconhecimento geográfico e no inventário do potencial da região, que a qualificava a exercer, sob o patrocínio do Ministério da Guerra, a administração desse território “descoberto” e a definição de estratégias para seu orçamento. (MACIEL, 1998, p. 152)

Pretendia-se com esses traçados minuciosos, proporcionar um levantamento cartográfico das regiões percorridas, que valeria não somente para a construção dos trajetos das linhas telegráficas, mas para a produção de uma cartografia da região, considerando que, naquele período, se ansiava pela construção de um mapa nacional. (MACIEL, 1998, p.155)

Concluiu-se após levantamento ser mais viável “galgar o valle do Ribeirão do Ouro pelo Morro do Almeida” (RONDON, 1919b, p.67). Assim, alcança-se a linha por meio desse morro, descortinando o rio Diamantino, até que fosse possível o acesso ao chapadão dos Parecis, lançando a linha tronco por entre as cabeceiras do rio Sumidouro: “Dahi voltou a linha ao divisor geral em demanda do Ribeirão dos Kagados, em cuja margem direita assentou-se a estação dos Parecis” (RONDON, 1919b, p.67).

Toma-se então a direção Noroeste, cortando o rio Santo Antônio, atingindo a cabeceira do rio Alegre (formador do Parecis), seguindo-se ao Norte até Ponte de Pedra. Segue-se a passagem pela bacia do Arinos para a do rio Tapajoz, cruzando-se a cabeceira dos rios Alegre e a dos Três Jacús. Instalando nesse ponto a estação, com um total de 1.955 postes.

Podemos então, atribuir a esses processos exploratórios da CLTEMTA a evolução do espaço (SANTOS, 1979) em uma sociedade que se via em movimento, principalmente ao considerarmos que as descrições territoriais feitas pela Comissão visionavam sua mudança em um determinado intervalo de tempo, uma vez que se almejava o desenvolvimento tecnológico e social, bem como a exploração das potencialidades econômicas da região.

Figura 23: Ponte de Pedra



Fonte: RONDON, 1919b.

Dando continuidade a construção da linha troncon, de Ponte de Pedra a Utiarity, foi necessário desenvolver um desvio devido às áreas pantanosas, direcionando-se a Sudoeste até que se alcançasse o rumo do rio Cravary, assentando ali uma estação. Seguiu-se pelo córrego do Chiquinho, a cabeceira da Ferrugem (que deságua no Cravary), retomando o rumo Noroeste, indo por terra, pelo Chapadão, até alcançar o Salto do Utiarity do rio Papagaio ou Saueruiná. Para essa linha foram assentados 1.445 postes.

Figura 24: Índios Parecis na estação de Utiarity



Fonte: RONDON, 1919b.

Do Utiarity a Juruena foi necessário cruzar o território como um arco devido às tortuosidades do trajeto em retílineo, atravessando com esse trajeto poucas áreas de mata, assentando 1.147 postes. Segue o percurso:

“para isto contornaram-se sucessivamente as cabeceiras do Catingueiro, contribuinte do rio Papagaio ou Sauêruina; do Quinco, affluente da margem direita do rio Burity ou Zolaharuiná; Huate-suê affluente também deste ultimo pela outra margem; atravessando-se muito a montante, quasi que despontando-as, as cabeceiras Dois de Abril (aguas do Papagaio), do Crystal (aguas do Saueuiná) e do Roceiro e da Baixada Funda contribuintes do Juruena pela margem direita. (RONDON, 1919b, p.76)

Cabe ressaltar que a exploração do território feita pela CLTEMTA ia ao encontro da exploração do látex e seringais, como já exposto, cujas áreas produtivas se localizavam especialmente nos afluentes do rio Juruena, constituindo-se como importantes regiões para o crescimento do estado de Mato Grosso na economia internacional da borracha, assim, “as primeiras estações inauguradas nessa linha do “sertão” – Parecis e Ponte de Pedra – estavam localizadas no coração da região mais rica em látex, expropriada aos Paresí”. (MACIEL, 1998, p.157

Figura 25: Estação Juruena



Fonte: RONDON, 1919b.

De Juruena a Vilhena viria a ser um dos percursos mais penosos a se efetuar a instalação telegráfica, uma vez que são constituídos por áreas desabitadas (civilizadas). Esse ponto da expedição correspondia às áreas de floresta Amazônica, importante área para o domínio do Estado, uma vez que a instalação telegráfica corresponderia a uma medida facilitadora para a inspeção das fronteiras brasileiras com o Peru e a Bolívia, empreendimento almejado pela Comissão Rondon. (CASER; SÁ, 2010)

Nessa área o traçado da linha se daria sempre de um lado a outro do poente, a área já havia sido explorada demasiadamente na exploração de reconhecimento em 1909, reconhecendo que na região de Vilhena nascem as águas do Guaporé, do Gy-Paraná, do Aripuanã, do Tapajós e do rio da Dúvida. Havia ainda sido fundada a Invernada do Veado Branco, ponto onde deveria passar a linha telegráfica. Traçou-se a linha com pontos de referência em Juruena, Nhambiquara e Vilhena, erguendo um total de 1491 postes.

O adentramento da CLTEMTA no norte mato-grossense alcançando a região da Amazônia representava a abrangência que os investimentos realizados pelo Estado republicano estavam vislumbrando nesse início de século. As áreas que até então haviam sido relegadas ao vazio e ao abandono, passavam a ser inseridas em um novo sistema de capital, engendradas nos processos civilizatórios que caracterizavam o novo mundo que se formava.

Na Comissão de Mato Grosso ao Amazonas, ciência, caminhos e comunicações adentraram o extremo norte do país juntos, e, nessa conjunção, era persistente a visão de que na Amazônia, sobretudo, caberia, a um só tempo, o ‘sertão’ como abandono por parte dos poderes públicos e ‘paisagem’ destinada a desaparecer; o ‘território vazio’ a ocupar, povoar e modernizar; a ‘fronteira’ a delimitar e precisar nos confins do país; a ‘floresta’ e seus animais, doenças e rios encachoeirados... (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 784)

Os telégrafos no Brasil, embora tenha sido instituído um discurso modernizador quanto às contribuições que proporcionariam a comunicação, teve sua real utilidade para penetrar nos sertões, “ocupar e conquistar territórios e povos” (MACIEL, 1998, p.164), cuja inspiração originou-se no exemplo dos Estados Unidos da América e seu “*far west*”, exemplo citado pelo próprio Rondon.

Isto posto, é cabível analisar o empreendimento para além de usa forma mais imediata, a comunicação, uma vez que os objetivos eram muito mais amplos, de modo a traduzir “uma política de Estado que visava à ocupação do território noroeste do Brasil” (ARANHA, 2012, p. 98)

A CLTEMTA teve importante participação no fortalecimento da Ciência no Brasil, sua ação multifacetada exprimiu conhecimentos que derivavam de diversas áreas, de modo a proporcionar uma abrangência no reconhecimento territorial a partir das contribuições que as informações científicas propiciavam, para Rondon, “exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado... elementos convergentes de um só objetivo” (SÁ; SÁ: LIMA, 2008, p. 785)

Desse modo, ao nos atentarmos aos relatos existentes nos relatórios e conferências, torna-se possível observar que não há divisão entre os aspectos territoriais, científicos ou civilizatórios, mas estes se engendram em um conjunto. Como exemplo citamos:

A correção de erros cartográficos, o contato e o estudo de sociedades indígenas, com destaque para os Parecis e os Nhambiquaras [...]o caso da descoberta do rio Juruena [...] Outra descoberta que ganhou notoriedade foi a do rio da Dúvida, afluente do rio Madeira posto no mapa do Brasil após a expedição Roosevelt–Rondon, realizada entre dezembro de 1913 e março de 1914 (SÁ; SÁ: LIMA, 2008, p. 786)

As pesquisas científicas que se permeavam a CLTEMTA viriam a ser ampliadas a partir de 1908, com a criação da Seção de História Natural, por indicação do próprio Cândido Mariano da Silva Rondon. No mesmo ano, Cícero de Campos (Geólogo), Alipio de Miranda Ribeiro (Zoológico) e Frederico Carlos Hoehne (Botânico) chegaram em Corumbá, seguindo para São Luiz de Cáceres, onde iriam ter início as pesquisas. Em suas bagagens, constava:

Os três pesquisadores partiram do Rio de Janeiro em direção a Mato Grosso em 27 de junho de 1908, carregando em sua bagagem todo o material necessário para a captura e o acondicionamento de espécimes e incluía lentes, lupa, termômetro, telas, lâmpadas apropriadas, vidrarias, material de desenho, pinças, estiletes, latões de cobre para acondicionamento de peixes, prensas para as coleções botânicas, torno de mão, tubos de vidro com rolhas, bússola de algibeira, barômetro, saco para borboletas, tela fina, pinças, tubos de vidro, tarrafas, espingardas, redes para capturar borboletas, caixas para acondicionamento de insetos dípteros e outras exclusivamente para mosquitos, alfinetes entomológicos etc., além de bibliografia especializada na história natural da região a visitar. (SÁ; SÁ: LIMA, 2008, p. 786)

Nesse primeiro momento, estudaram o rio Paraguai, Jauru e Sepotuba, vindo o Geólogo a pesquisar ainda a erosão no morro do Cambembe, sendo recolhidas um total de

732 espécies e 1543 exemplares de Zoologia, 350 espécies e 1023 exemplares de botânica e amostras de rochas e fósseis pela Geologia. (RONDON, 1919b)

Em 1909, o Zoólogo Alipio de Miranda Ribeiro prosseguiu com a expedição de reconhecimento comandada por Rondon com vias a alcançar o rio Madeira, encontrando “inestimável colleção zoológica, na qual figura um cachorrinho do mato (*Speothos venaticus*, Lund), tão raro que só dois museus na Europa o possuem” (RONDON, 1919b, p.90). O Botânico Frederico Carlos Hoehne completaria sua coleção em expedição até o Juruena, colecionando seu herbário com 73 grupos, 630 espécies com 1745 exemplares, além de 60 amostras de Madeira, frutas, plantas tóxicas, totalizando 2273 exemplares.

A indissociabilidade entre a produção científica e territorial existente na Comissão Rondon, pode ser vista também nos relatórios dos naturalistas, que além de detalhar minuciosamente as descobertas realizadas, descreviam as condições de vida dos trabalhadores:

Detalham as etapas das viagens e a divisão de trabalho entre militares, civis e regionais; a organização de cargas, animais, víveres e acampamentos; a diversidade das atividades das tropas, divididas em diferentes seções que se encarregavam distintamente do reconhecimento do terreno, da abertura das picadas, da instalação de postes e do levantamento científico dos arredores da rede de telégrafo que cortava a selva. (SÁ; SÁ: LIMA, 2008, p. 785)

O Serviço Astronômico, dirigido por Rondon e pelos Tenentes João Salustiano Lyra e Renato Barbosa Rodrigues Pereira, determinaram 78 posições geográficas de 1907 a 1910. Foram ainda realizados Serviço Meteorológicas para coletar dados referentes ao clima por meio de observações diárias nas estações telegráficas inauguradas. As informações coletadas pela Comissão Rondon resultaram em um acervo que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da produção científica brasileira.

Resumo Estatístico dos serviços executados pela comissão, desde a sua instalação em Cáceres e Cuyabá, em 15 de Maio de 1907, até 31 de Dezembro de 1910

Nesse trecho é realizado um resumo acerca dos avanços obtidos pela Comissão Rondon, de modo que se configuram as mais relevantes (RONDON, 1919b):

1. 1907: Construção do Ramal de Cáceres a cidade de Mato Grosso, com 198 quilômetros de linha, construído um galpão de zinco para a estação, uma ponte sobre o Guaporé, 100 quilômetros de Linha Tronco, 3 estações;

2. 1908: Foram instalados linhas telegráficas em 103 quilômetros de linhas para ramal e 320 quilômetros na linha tronco, construídas 4 casas e reformado o palácio dos capitães-generaes na cidade de Mato Grosso, 34 ranchos, 27 currais, 4 pontes, 8 pontilhões, 9 estivados, 6 estações, 4 destacamentos, 967, 311 quilômetros de reconhecimento, 548 quilômetros de exploração, 486 quilômetros de locação, 287 quilômetros de nivelamento, 38 posições geográficas, 91 quilômetros de exploração entre Porto dos Bugres Tapirapoan (Sepotuba) e aberta uma estrada, 80 quilômetros de exploração entre Tapirapoan e Aldeia Queimada e aberta uma estrada, conservação de 235 quilômetros de linha construída;
3. 1909: Foram abertos 1.257,940 quilômetros de reconhecimento na linha tronco, 67 quilômetros de exploração parcial, 104 quilômetros de locação, 233 quilômetros de nivelamento regular, assentadas 88 quilômetros de linhas telegráficas, construção de estrada nos 123 quilômetros que a expedição de 1908 abriu da Aldeia Queimada ao Juruena, construídos 10 pontilhões, 5 estivados, 14 posições geográficas;

Conclusão Geral

A principal preocupação de Rondon é a conclusão dos trabalhos até o Acre e a Capital do Amazonas, propondo novas medidas para o reconhecimento da região para que fosse possível a conclusão dos objetivos. Ganha destaque as contribuições ocasionadas para a economia e para política pela Comissão, mencionando a imensa riqueza que se poderia encontrar nessas terras a noroeste, ressaltando seu uso para as indústrias. Menciona também a “evolução” social que está sendo proporcionada, criticando aqueles que retratam apenas as questões utilitárias da CLTEMTA. A conservação das linhas constitui-se como problemática devido ao alto custo empregado, sendo justificado pelos feitos que essas áreas não de ganhar quando povoadas. (RONDON, 1919b)

Anexos

O documento consta ainda com seis anexos, produzidos pelos encarregados de demais setores da CLTEMTA sob o comando de Cândido Rondon, os quais se mencionam,

mas não estão constantes na cópia do Relatório que nos cabe:

1. Serviço Astronômico;
2. Exploração do rio Jacy-Paraná;
3. Exploração e locação do trecho compreendido entre os rios Zolaharuiná (Buriti) e Zocôzocôrezá (Formiga);
4. Relatórios diversos;
5. História Natural;
6. Serviço Sanitário.

4.4 Resultantes territoriais: uma análise nos Primeiros anos de República

O desígnio que se fez para a Primeira República envolve uma materialização de políticas territoriais que se faziam emergentes desde o Período Imperial. Integrar o território brasileiro não se configurava como uma nova proposta, mas como um anseio de tempos que, com a Guerra do Paraguai, se tornara essencial para o fortalecimento do país.

O sertão esquecido em suas propriedades singulares durante muitos anos entrou no século XX como o personagem principal de um cenário contraditório e único, na qual a integração territorial se associava a uma gama de interesses públicos repleto de variantes. Tais variantes não se encontram deslocadas, mas agrupadas em um mesmo fio condutor, a CLTEMTA, que conduziu a força motriz estatal para os caminhos de integração e fortalecimento do domínio territorial do Estado republicano.

A integração territorial promovida pelo Estado Republicano viria associada à exploração do território a Noroeste, não apenas no sentido retirar aquilo que se faz lucrativo, mas de apropriar-se dos bens que o mesmo teria a oferecer, inclusive da área vazia para povoamento. Nesse sentido, a CLTEMTA, em seus anos de funcionamento, proporcionou uma ampla experimentação nessas áreas, de modo a modificar as estruturas até então conhecidas do sertão incógnito.

Desse modo, o uso do território se faz recorrente em seus amplos aspectos, exploram-se as áreas propícias a habitação, as riquezas econômicas que potencialmente “aguardavam” uma apropriação produtiva, a variedade botânica, zoológica, geológica que contribuem para o conhecimento científico, a rica hidrografia cujo valor é imensurável para a época, e os seus habitantes, hábeis a aprender e adentrar no mundo civilizado.

Reconhecer cada espaço com minuciosidade acaba por se tornar uma tarefa imprescindível para o que se deseja materializar no sertão: a civilidade e o progresso. Para

tanto, os telégrafos tornam-se apenas um meio de locomover definitivamente o litoral ao sertão e o sertão ao litoral. (SOUZA, 1997).

Como afirma Cândido Rondon:

Nós, os descendentes dos conquistadores destas terras, podemos realmente fazer muito em benefício dos habitantes dos sertões; porém, eles, lá no seu meio, que conhecem melhor do que nós e ao qual já se adaptou o seu organismo, prestam-nos serviços inestimáveis. (RONDON, 1922, p.80)

Tal tarefa árdua possuía cunho político e público, sendo estes imbuídos na imagem do mentor desse projeto multiexpressivo. Cândido Mariano da Silva Rondon, deveria não somente introduzir o Estado no sertão por meio de suas ações desenvolvimentistas e civilizadoras, mas propagar a funcionalidade e potencialidade que tal predição possuía para o crescimento do país.

É esse o papel que se ocupa os relatórios e conferências emitidos com os resultantes da CLTEMTA, cada um com sua função específica, tornam público o feito dessa empreitada, retratando um sertão que se mostra promissor para a crescente sociedade brasileira. O território mato-grossense é agora reconhecido e explorado, cujas surpresas que o tangem relacionam-se a positividade e possibilidade de prosperidade, principalmente no que se refere ao futuro.

Quanto a esses documentos, menciona-se:

A questão da comunicação entre Rondon e seus superiores mereceu instrução específica, estipulando o prazo de três em três meses para o envio de um relatório detalhado de todos os serviços executados e das “ocorrências” havida no ano. Ao fim de todo o trabalho, um relatório geral, mencionando, além do que havia sido feito, “informações gerais, no sentido de esclarecer o Estado Maior sobre o valor militar do terreno explorado, sua topografia e sua estatística”, acompanhado de plantas definitivas do levantamento e do nivelamento da região percorrida. **Já estava presente, ainda que de forma imprecisa, a ideia de um inventário do território e da população com a coleta de dados numéricos sobre os habitantes de cada localidade, o tipo de produção e o potencial da região sob o ponto de vista militar e, também, quanto ao seu futuro desenvolvimento econômico e social.** (MACIEL, 1998, p.106) (grifo nosso)

Embora os frutos da Comissão tenham sido colhidos propriamente em anos posteriores, com a argüição de novas políticas públicas de povoamento e desenvolvimento, como a Marcha para o Oeste no governo de Getúlio Vargas, é no período anterior que a Comissão Rondon irá promover as bases necessárias para que se dê prosseguimento aos processos iniciados na Primeira República.

Tais bases podem ser vistas com a (re) descoberta de locais que se faz durante a CLTEMTA, abrindo espaço para a proposição de áreas propícias ao povoamento por serem provedoras de meios de vivência que garantiram o sustento e o enriquecimento, em uma abordagem literária, encontra-se o El Dourado. (MACIEL, 1998)

A demonstração dessas possibilidades promissoras encontram-se na exploração territorial que se faz, indicando que o Estado está presente nessas áreas e convida aos seus cidadãos para o povoamento dessas áreas, não somente como uma aventura, mas com a certeza de se conhecer (ao menos parte) do que oferece aquelas terras.

A divulgação dessa exploração territorial se faz de duas maneiras: por meio de dados geográficos (técnico) e pela descrição dos mesmos (narrativas). Enfatizamos essas duas formas de propagação dos feitos da CLTEMTA por identificarmos diferenças importantes entre elas. Embora em termos gerais ambas possuam a função de especificar o avanço territorial, as narrativas feitas por Rondon acabam por engendrar um caráter poético em seu desenho, retratando o sertão mato-grossense com grande valorosidade.

Assim, ao evidenciarmos as informações existentes no Relatório, os dados de cunho técnico expostos transferem ao leitor a vastidão territorial que se fez reconhecida e integrada ao território brasileiro. A cientificidade posta no mesmo tende a valorizar o território visto como vazio, gerando a premissa de domínio e controle, especialmente Estatal.

A República então não está distante em um território dúbio, mas unificado por meio da ação estadista pacificadora, desenvolvimentista, civilizadora e progressista. A chegada do telégrafo à fronteira é um indicador de que a “posse não depende apenas da fixação dos pontos de delimitação física/geográfica do território, mas principalmente da sua elaboração cultural e social.” (MACIEL, 1998, p.111)

O telégrafo, no início do século XX, pode ser visto então como a base modeladora de um território que se integra, agindo como centralizador de questões políticas, sociais, culturais e econômicas que se direcionam a um mesmo objeto, o sertão: “A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado”. (MORAES, 1999, p. 45)

Desse modo, as tabelas de coordenadas geográficas existentes nos relatórios, referentes às expedições de reconhecimento de 1907, 1908 e 1909, evidenciam com maior tendência quantitativa o avanço estatal que se faz no território brasileiro, mais especificamente, no sertão de Mato Grosso, demonstrando a apropriação e domínio territorial,

submergindo tais colocações no poder jurisdicional que o Estado exerce em seu território. O Noroeste não se configura mais como área incógnita, mas reconhecida por seu governo. Segue as representações geográficas apresentadas aos superiores de Cândido Rondon que aferimos como símbolo desse domínio:

Figura 26: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1907

Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas
TABELA DE COORDENADAS GEOGRAPHICAS, ORGANIZADA PELO 1.º TENENTE JOÃO SALUSTIANO LYRA
RECONHECIMENTO DE 1907

Localidades	Latitude Austral	Longitude Oeste do Rio de Janeiro	HEMISF. NORO.	OBSERVADORES
Darratini	14° 25' 39",7	13° 10' 31"	1° 11' (N.E.)	1.º C.º Rondon
Pucú	14° 5' 47",0	13° 40' 47"	1° 10'	"
Cabeceira dos Veados	14° 0' 2",8	14° 9' 23"	1° 32'	" e 1.º T.º Lyra
Cabeceira do Serapiquí	14° 14' 33",1	14° 38' 21"	"	"
Cabeceira de Agua Limpá	14° 17' 58",7	14° 47' 53"	"	"
Porto de Tapirapan	14° 53' 50"	14° 26' 0"	"	"
Alfama — (Oito)	12° 50' 47",8	"	"	"
Aldeia Queimada (Cabeceira do Juba)	14° 27' 47",4	15° 0' 11"	1° 24'	"
Passo do Rio Verde	12° 15' 32",3	13° 12' 41",8	1° 45'	"
Passo do Rio Sarcé	14° 5' 17",7	13° 10' 10",5	"	"
São da Mulher	12° 48' 34",8	15° 16' 38",0	"	"
Passo do Rio Paraguai	13° 23' 31",5	13° 22' 10",0	"	"
Cabeceira do Jacá	12° 16' 11"	13° 30' 47",2	2° 14'	"
Passo do Rio Betty	12° 9' 30",8	15° 31' 54",8	"	"
Uariou — Set	12° 3' 31",8	15° 36' 1"	"	"
Passo do Lufantina	12° 58' 30",1	13° 39' 55"	"	"
Morta de Observação	12° 57' 00",7	13° 43' 42"	"	"
Porto dos Nharibiquaras (Rio Soubina)	12° 55' 0",1	15° 44' 17",3	2° 30'	"
Passo da Cabeceira do Jato, Zocimimará	12° 48' 32",1	15° 51' 54",8	"	"
Passo do Rio Jurema	12° 50' 07",8	15° 38' 20",1	2° 20'	"
São Liberto	12° 08' 17",8	15° 15' 57"	"	"
Barra dos Pagres (Rio Paraguai)	14° 58' 29",14	0° 12' 28",5	"	"

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1910.
João Salustiano Lyra
 1.º Tenente Major

Fonte: RONDON, 1919b

Figura 27: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1908

Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas
TABELA DE COORDENADAS GEOGRAPHICAS, ORGANIZADA PELO 1.º TENENTE JOÃO SALUSTIANO LYRA
RECONHECIMENTO DE 1908

Localidades	Latitude Austral	Longitude Oeste do Rio de Janeiro	HEMISF. NORO.	OBSERVADORES
Cabeceira do Rio Verde	14° 25' 14",2	15° 19' 23"		1.º C.º Rondon
Passo do Rio — Se	14° 26' 50",0	15° 34' 9"	1° 32' (N.E.)	" e 1.º T.º Lyra
Passo de Trivalata — Se	14° 27' 10",1	13° 36' 29"	"	"
Passo de Ibatuba	14° 17' 2",0	15° 42' 28"	1° 50'	"
Passo de Zocimimará	14° 3' 10"	15° 30' 11"	2° 1'	"
Cabeceira Agua Quente	12° 50' 1"	13° 53' 38"	2° 0'	"
Cabeceira Sacutina	13° 45' 12"	15° 56' 21"	"	"
Cabeceira do Mutum	12° 54' 50",9	15° 58' 1"	2° 11'	"
Cabeceira Uaipakimé	13° 29' 47",4	15° 56' 34"	"	"
Cabeceira Baraiba	13° 18' 10"	15° 56' 14"	2° 10'	"
Cabeceira Várzea Comprida	13° 11' 14"	13° 51' 14"	"	"
Passo do Ribeirão Graúbas	13° 5' 45"	15° 56' 1"	2° 37'	"
Cabeceira do Mandaguary	12° 10' 59"	15° 56' 34"	"	"
Passo do Ribeirão Rococo	12° 32' 40"	15° 54' 18"	"	"
Aldeia do Ruchão	12° 52' 46"	16° 2' 50"	"	"
Passo da Linha do Rio Zocimimará	12° 53' 35"	16° 5' 30"	"	"
Passo do Rio Juba	12° 52' 47"	16° 12' 20"	"	"
Aldeia Várzea de Sombria	12° 52' 29"	16° 19' 3"	"	"
Passo do Rio Pissaveta	12° 52' 20"	16° 20' 6"	"	"
Passo do Rio Camacãozinho	12° 54' 14"	16° 31' 55"	"	"
Passo Cabeceira de Carga	12° 55' 38"	16° 20' 6"	"	"
Passo Rio Camaroté	12° 53' 52"	16° 42' 2"	"	"
Passo do Rio Nharibiquaras	12° 48' 24"	16° 48' 15"	"	"
Último Acompanhamento (Barra do Norte)	12° 46' 48"	16°	"	"

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1910.
João Salustiano Lyra
 1.º Tenente Major

Fonte: RONDON, 1919b

Figura 28: Coordenadas Geográficas do Reconhecimento de 1909

Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas
Tabela de Coordenadas Geograficas expedida pelo 1º Tenente Luiz Sebastian Lyra
RECONHECIMENTO DE 1909

Localidades	Latitude Austral	Longitude Ocidental de Rio de Janeiro	RECONHECIMENTO	OBSERVAÇÕES
Jureia (Local da Estação)	12° 50' 1"	19° 38' 20"	2° 10' (N.E.)	1º Tenente Lyra
Último Acampamento	12° 46' 48"	19° 47' 12"	2° 12' "	
Local da Invernada (Veados Brancos)	12° 46' 28"			T.º C.º Rondon e 1º T.º Lyra
Passo do Rio Doce de Catubé	12° 45' 14"			Defensores do Caminhamento
Passo do R.º S. João	12° 44' 1"	19° 58'		1º Tenente Lyra
Comunicação de Floresta	12° 43' 21"	19° 7' 4"		" "
Cabeceira Desfiladouro dos Dois Itaites	12° 40' 4"	" "		T.º Coronel Rondon
Cabeceira do Urucú	12° 30' 23"	17° 13' 6" A		T.º C.º Rondon e 1º T.º Lyra
Cabeceira Maria de Molins	12° 7' 12"	17° 18'		1º Tenente Lyra
Salto de Paratá	11° 58' 2"	17° 44'		" "
Córrego do Teotônio Bandeira	11° 54' 12"	18° 8' 22"		" "
Rua de São Passagem (Gp. Paratá)	11° 46' 28"	18° 17' 7"	2° 58' "	T.º C.º Rondon e 1º T.º Lyra
Passo da Barba da Ásta Amada	11° 33' 3"			" "
30ª Bivouac (Rio 15 de Novembro)	10° 51' 18"			1º Tenente Lyra
21ª Bivouac	10° 33' 10"			" "
Posto 27 de Novembro	10° 31' 13"			" "
Barracão Fresta (Rio Preto)	10° 16' 4"			Debaixo do Caminhamento
Barracão dos Arredos (Alto Jureia)	10° 2' 13"			" "

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1910.

João Sebastian Lyra
1º Tenente Artilharia

Fonte: RONDON, 1919b

Do mesmo modo, as Conferências emergem como dados públicos quanti-qualitativos, uma vez que também fazem uso das coordenadas para divulgar os avanços territoriais, mas acabam por priorizar o uso da narrativa para expressar a relevância dessas áreas para o crescimento do Brasil. A apropriação territorial feita pelo Estado republicano é promulgada por meio de diferentes vias a fim de noticiar suas (re) conquistas.

Ao estabelecermos um comparativo entre as coordenadas geográficas existentes nas Conferências, retratadas nos quadros de número 6, 7, 8 e as expostas nas tabelas postas como figura 26, 27 e 28, percebemos que as últimas possuem um número maior de informações, já que as conferências, dado seu caráter público no que se fazia comum à época, difundia de modo geral os dados considerados como mais relevantes para a afirmação das ações no sertão. Enquanto os relatórios priorizavam pela totalidade dos fatos, ou a maior proximidade possível.

Outra questão é o fato de que esse mesmo comparativo evidencia alguns pontos de coordenadas geográficas que diferem entre si, no entanto, como já abordado, não podemos nos esquecer que as informações territoriais e geográficas que se mostravam estavam em processo de construção, sendo que alguns dados foram reavaliados e reconfigurados no decorrer da Comissão Rondon.

De fato, ambos os documentos são reveladores da exploração territorial, desvendando a transformação de uma área vista como fundo territorial no decorrer de sua formação histórica e assumindo a condição de lócus para um projeto estatal-nacional de nação, a ordem do arcaísmo que tanto estigmatizou o sertão, “deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território.” (MORAES, 2003, p. 05)

A implantação telegráfica foi à representação da pressa que a República demonstrava ter em “transportar o pensamento de seus cidadãos de um lado a outro do seu território, colocando em comunicação “Estados irmãos” que, até então, teriam ficado à parte da nação brasileira em função da distância e do atraso técnico que os separaria.” (MACIEL, 2001, p.133)

Essa integração territorial é representada em uma nova produção cartográfica a partir dos dados geográficos coletados pela Comissão Rondon, uma vez que as anteriores, oriundas do Império, era consideradas falhas por conter erros e, mais que isso, a renovação proporcionada pela República carecia de uma cartografia própria, renovada e inovadora. A qual se sobrepuja que:

A Comissão Rondon, de cuja atuação resultariam o reconhecimento e incorporação de uma região até então “inexplorada”, pretendia elaborar também a construção simbólica desse território, construindo um “mapa nacional”. Produzir diferenças que constassem nos mapas como informações verdadeiras e confiáveis, eis a função de um mapa. Sendo assim, pode-se pensar no trabalho cartográfico da Comissão como uma cartografia das diferenças encontradas, capaz de sobrepor a elas e construir um mapa homogêneo e reconhecível da nação. (MACIEL, 1998, p. 155)

A produção cartográfica que se faz visa sanar com a heterogeneidade existente na representação do espaço, que evidenciava a descontinuidade territorial e desenvolvimentista que havia entre as regiões brasileiras (SOUZA, 1997). A Carta Sintética de Mato Grosso, publicada em 1922, seria a imediata representação desse novo Mato Grosso que se constitui após o (re) descobrimento.

Desenhada por Francisco Jaguaribe de Matos (1881 – 1974), a Carta Sintética de Mato Grosso representava especialmente a possibilidade de progresso, sendo que, para Bernardino (2016), sua função executa-se como um artefato propagandístico, que embora não possuísse detalhes geográficos, simbolizava os feitos da Comissão Rondon, com o traçado as linhas telegráficas e as cidades, povoados e vilas fundadas, exportando a ideia da ocupação, povoamento e desenvolvimento do território.

Figura 29: Carta Sintética de Mato Grosso

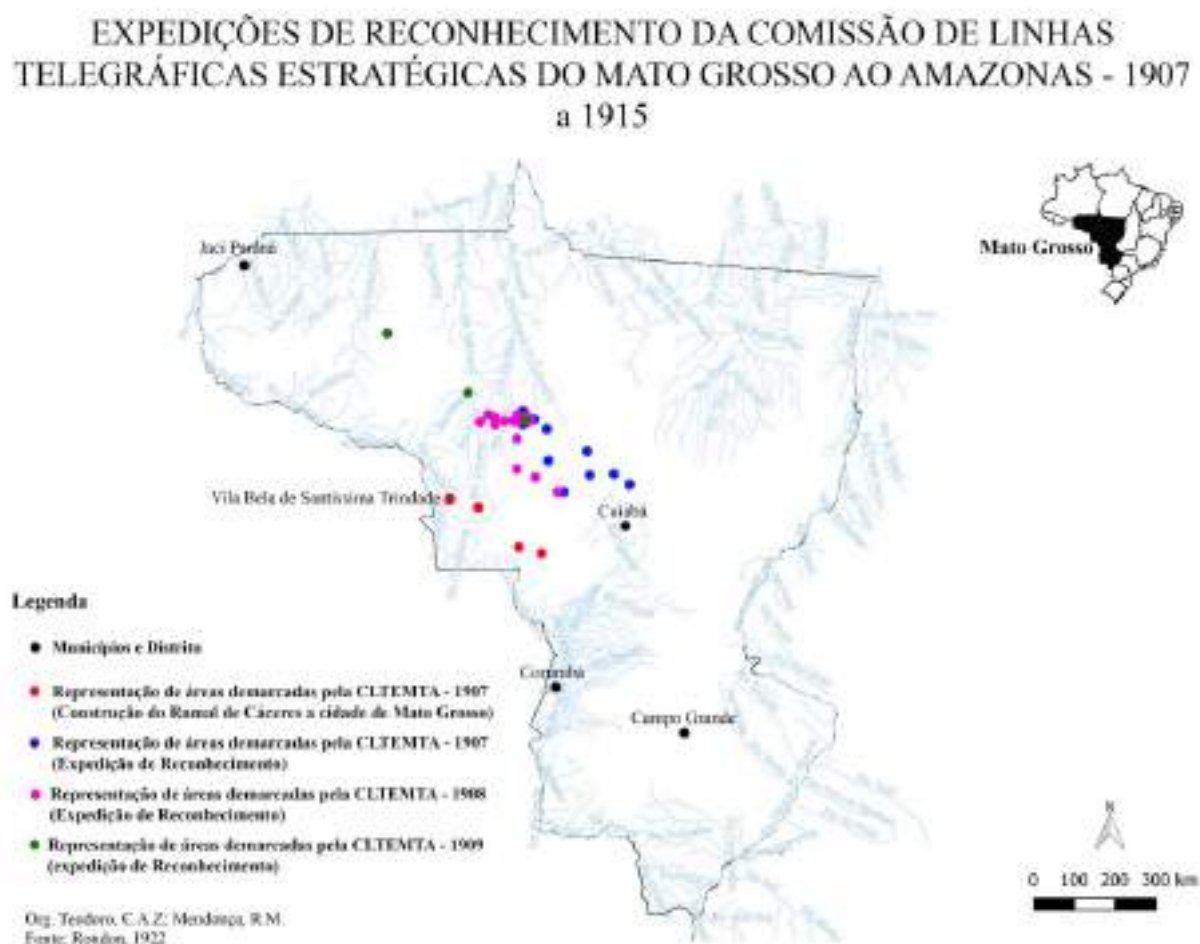


Fonte: CORRÊA FILHO, Virgílio. Mato Grosso. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1922.

Para a representação cartográfica digital dos avanços feitos pela CLTEMTA aqui apresentada, optou-se pelos dados correspondentes às Conferências, pois, como referenciado em outros momentos, optou-se por analisar as feições nacionais que estavam sendo transmitidas sobre as expedições que compunham a referida, deste modo, ao retratarmos estas posições geográficas, percebe-se que a exploração contínua do território configurou-se por

transcender o que se havia feito até então, se contrapondo às dificuldades e promovendo a inclinação desenvolvimentista que tanto se propagava.

Figura 30: Representação Cartográfica totalizadora das coordenadas referente às Conferências de 1910 realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo



Ao compararmos os pontos demarcados na figura 30, com as informações existentes nas tabelas representadas nas figuras 26, 27 e 28, fica claro que as últimas, quando simuladas em uma produção cartográfica, resultariam na evidência de uma maior área de exploração. Entretanto, o que se propôs foi entender as ideologias culturais, sociais e políticas envolvidas da CLTEMTA, e, para tanto, expor as diferenças existentes entre os materiais resultantes dessa Comissão é imprescindível nesse processo.

Salienta-se então que as Conferências possuíam a funcionalidade de exposição das potencialidades do território, de modo que o discurso proferido visava à valorização do Mato Grosso em seus mais diversos aspectos, por isso utiliza-se de representações descritivas,

muitas vezes de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais oriundos ainda do Período Colonial, como forma de enaltecer o estado.

O emprego das coordenadas geográficas nas conferências é visto como referenciais pontuais para a singularidade daquilo que se fazia na expansão territorial. O estado e sua apropriação, seu reconhecimento estavam manifestados nas demarcações realizadas, podendo ser visto a materialidade desse domínio.

Em contrapartida os relatórios eram compostos de informações integrais, seja para características positivas alcançadas ou das problemáticas que se faziam, possuindo um detalhamento mais profícuo e verossímil, voltado a expor aos Ministérios os ganhos obtidos mesmo frente à dura realidade vivenciada, como forma de ampliar os apoios estatais.

O confronto entre a figura 30 e a Carta Sintética de Mato Grosso, demonstra ainda a variação da representação territorial que se pretendia fazer, uma vez que o desenho de uma linha telegráfica única e contínua no estado proporcionaria uma alusão à expansão realizada pelos confins do Brasil, e simbolizaria uma organização e propriedade ao serviço que estava sendo realizado. A impressão que se tem é de um prolongamento no território, no qual o Estado Nação se faz presente seja qual for a extensão.

Portanto, os mapas tendem a focalizar a atenção do observador sobre o centro e a promover assim o desenvolvimento de visões de mundo exclusivas, voltadas para o interior com um centro cultural povoado unicamente de verdadeiros crentes... (HARLEY, 2009, p. 11)

Cabe ressaltar que havia no período uma grande crítica aos investimentos realizados para a implantação telegráfica e sua manutenção, deste modo, a produção cartográfica significava a representação material daquilo que se havia avançado em termos de domínio territorial, implantação telegráfica e potenciais rendimentos. Os dados transmitidos por meio dessas representações afirmavam aquilo que a Comissão Rondon queria transparecer, de modo a reforçar os ideais que direcionavam seus trabalhos. Deste modo, retomamos a Harley ao relatar que:

Um bom exemplo de interação entre mapas e regime político encontra-se na história da tecnologia militar. Para o exército, os mapas foram sempre considerados como uma forma importante de conhecimento, e as medidas para conservar o segredo e a censura são comuns tanto hoje em dia nas especificações escondidas dos organismos cartográficos públicos militares quanto nos Estados – maiores de campo do passado. (HARLEY, 2009, p. 7)

A afirmação se sustenta a partir dos objetivos que foram designados a CLTEMTA em seus anos de funcionamento, dada a diversidade de aspectos a serem permeados no sertão, cada relatório, conferência, material cartográfico, fotografia e outros, possuíam determinações específicas quanto a sua funcionalidade em prol da continuidade da Comissão. A esse respeito, Patrícia Aranha assevera:

Desta forma, os relatórios de expedições dos engenheiros da Comissão podem ser caracterizados através da análise do discurso integrador que estava sendo construído, ou seja, do quê e por que eram destacados determinados pontos, como barracões, depósitos de seringa ou cachoeiras. Também os rios, temas das viagens, são um bom exemplo desta escolha: estes, em sua maioria, eram ratificados como os mais importantes da região, descritos com minúcia e de acordo com a possibilidade de seu uso para o transporte. Daí, também, o destaque para lugares onde seriam encontrados barracões, povos indígenas e quedas d'água. Neste encaminhamento, assevero que estes produtos também eram instrumentos da Comissão demonstrando que os territórios percorridos eram passíveis de serem ocupados, conhecidos e incorporados. Relatórios e trabalhos cartográficos eram resultado das viagens de exploração e foram formas de certificar o próprio discurso político que criou a Comissão: a importância da integração do noroeste do Brasil. (ARANHA, 2012, p. 97)

Assim, a apropriação territorial promovida pelo Estado e figurada na imagética da Comissão Rondon, se desenvolveu por meio de agentes políticos e simbólicos, que retratavam as especificidades necessárias a serem transfiguradas em cada meio de publicação, saltando aos olhos o caráter estratégico que se implicava nesse processo de integração.

Considerações Finais

Cândido Mariano da Silva Rondon não assumiu cargos políticos durante sua vida, embora tal possibilidade fosse extremamente cogitada por aqueles que o circulavam. Apesar disso, seu papel político é manifesto após assumir a direção da CLTEMTA, sendo um representante direto dos interesses do Estado. Não que tal característica seja causa de demérito, pelo contrário, sua formação militar e positivista o colocava nesse papel e, com isso, em muito contribuiu para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso e do Brasil.

Demonstramos no decorrer da pesquisa que os processos de formação territorial, no caso brasileiro, no qual as governabilidades foram extremamente distintas em sua história (Colônia, Império e República), estão interligados e correspondem à execução de uma mesma prerrogativa: expandir!

Processo que resultou em um Brasil dúbio, cuja existência simbólica e prática de dois territórios distintos, colocava a República em uma posição de desnivelamento. É nesse viés que a CLTEMTA objetiva suas ações, de modo a propiciar uma apropriação do território ao Estado republicano, por meio da integração entre sertão (oeste) e litoral (leste), sendo esta realizada por meio de uma multiexpressividade que envolvia aspectos sociais, culturais, tecnológicos e científicos.

As diferenças regionais que se prostravam no território brasileiro dificultavam a organização unificada que se propunha àquele momento, cujo princípio de nação, inquestionavelmente, correspondia ao estabelecimento de uma supremacia territorial. Esta que se associava integralmente ao desenvolvimento dos sertões.

O discurso integrador e nacionalista professado por Cândido Mariano da Silva Rondon atuou como mediador para a proteção do território fronteiriço, bem como também introduziu as áreas a Noroeste em uma dinâmica espacial nacional que até então era praticamente inexistente ao considerarmos a precária proximidade territorial e ideológica existente entre essas áreas e as regiões litorâneas, sendo contribuintes para as políticas territoriais realizadas no Brasil, considerando que visavam o estabelecimento de um Estado central forte que mediasse o progresso e a ordem dentro do território nacional.

Os resultados da Comissão Rondon constituem-se por variantes de documentos que, considerando a sua função específica, retratam as ideologias e políticas postas para a disseminação das ações estabelecidas, de modo a suscitar na sociedade o nacionalismo e interesse pelas áreas de sertão, a curto, médio e longo prazo, uma vez que algumas projeções

feitas a CLTEMTA vieram a ser realizadas posteriormente. A produção de uma representação cartográfica veio a contribuir para a elucidação da exploração do território, tornando possível visualizar as influências políticas que estavam envoltas na Comissão e eram ratificadas pela CLTEMTA nos documentos oficiais que foram publicados.

Consideramos que a Comissão Rondon cumpriu com seus objetivos, uma vez que em decorrência das efetivas ações da mesma, foi possível estabelecer as bases necessárias para o incentivo ocupacional e econômico das áreas a Noroeste que se faria nos próximos anos. A República teria alcançado os feitos políticos que se almejava desde o Império, fortalecendo seu poder territorial na propagação de um nacionalismo que auxiliou no processo unificador do território. O sertão republicano já não era tão desconhecido, tão bárbaro e tão incógnito.

Referenciais Bibliográficos

Documentos

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferência “Influência de Cuiabá na revolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje”. Cuiabá, 1919a. Pte. II, p. 30 – 53.

_____. Conferência Matto-Grosso – o que elle nos offerece e o que espera de nós. Conferências realizadas perante a Sociedade Rural Brasileira. São Paulo, 1920a. Pte. I, p. 01 – 28.

_____. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.

_____. Conferência “Rumo ao Sertão”. Piracicaba, 1920b. Pte. III, p. 55 – 59.

_____. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907 - 1910. 2º v., Publ. 39. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919b.

_____. Relatório dos trabalhos realizados de 1900 – 1906. Comissão Telegráficas do Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145 – 151, 1995.

ARANHA, Patricia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 – 1915). **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91 – 100, jan. – jun. 2012.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. Disputas Oligárquicas em meio ao desequilíbrio federativo: uma análise das práticas políticas das elites mato-grossenses. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios. **Anais...** Florianópolis – SC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434400299_ARQUIVO_paperLarissaArruda1.pdf. Acesso em: 25 ago. 17

BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. Cartografia na Comissão Rondon:

“Redesenhando o Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. In: 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia - Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana, 3., 2010, São Paulo. **Anais do Congresso...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/cartografia-na-comissao-rondon-completo2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016

_____. O mapa como elemento do progresso. Um breve ensaio sobre Francisco Jaguaribe de Mattos e a Carta de Mato Grosso (1910 – 1922). In: XVIII Encontro de História da Anpuh – Rio: entre o local e o global. 18., 2016, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso...** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016. Disponível em: www.encontro2016.tj.anpuh.org. Acesso em: 20 out. 2017

BIAGGI, Enali M. de. As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1., 2011, Paraty – RJ. **Anais ...** Paraty – RJ: UFMG, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf. Acesso em: 26 fev 2017

BIBLIOTECA Digital Luso Brasileira. **Carta corographica do Império do Brazil.** Disponível em: http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/21183?locale-attribute=pt_PT. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. **Carta do Império do Brasil : reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846 e das especiaes das fronteiras com os estados limítrofes.** Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/16950>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Carta geographica de que se serviu o Ministro Plenipotenciário de S. Magestade Fidelissima para ajustar o tratado de limites na America Meridional, assignado em 13 de janeiro de 1750.** Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/21704>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. **Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional.** Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15346>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: A integração Nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixas de fronteira: expansionismo, limites e defesa. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 59 -78, 2013.

BRASIL, **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.** Primeiro Fascículo de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

_____. Senado Federal. **Um paraíso perdido:** reunião de ensaios amazônicos: Euclides da Cunha (1866 – 1909). Brasília: Conselho Editorial, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano:** Estrutura de poder e economia (1889 – 1930)

8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 1, p. 15 – 50.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Sociedade de Geografia: espaço como projeto político. In: XXIV Simpósio nacional de História – História e multidisciplinares: território e deslocamentos, 2007, São Leopoldo – RS. **Anais...** São Leopoldo-RS: Unisinos, 2007.

Disponível em:

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Luciene%20P%20Carris%20Cardoso.pdf>.

Acesso em: 11 ago. 2016

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Pedro Libanio Ribeiro de. Perspectivas do Mato Grosso em Mapas da Comissão Rondon. In: CONINTER, 3º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 3., 2014, Salvador. **Anais do Congresso...** Salvador: UCSal, 2014. Disponível em: <http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2016/27.%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 27. Jul. 17

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato grosso ao Amazonas (1907 – 1915). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, maio-ago. 2010

CINTRA Jorge Pimentel. Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.21, n.2, p. 11 - 45. jul. dez., 2013.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

_____. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1922.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

_____. História e Violência Cotidiana de um “Povo Armado”. **Projeto História**, São Paulo, n.39, p. 57 - 73, jul./dez., 2009.

DIACON, Todd A. Rondon: o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DUARTE, Rildo Borges. **Incógnitas Geográficas: Francisco Bhering e as questões territoriais brasileiras no início do século XX**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2013.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. Do Controle Social ao Autocontrole. In: _____. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2, pte. 2, cap. 1, p. 193 – 206.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: 2001. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B-vWcDYCKP5sMjFhMWU3MmYtZWVjNC00Mjc4LTk2OWUtMDQ4M2VhYWJlOGY1/edit?hl=pt_BR. Acesso em: 15 nov. 2016

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. **Os trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907 – 1915)**. 2009. 230 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas, 6., 2003, Caxambu/MG. **Anais do Congresso...** Caxambu/MG: ABPHE, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/v-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-6-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>. Acesso em: 10 fev. 2017

_____. **Mato Grosso (1850 – 1889): Uma Província da Fronteira do Império**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Dossiê**, p. 23 – 38, 2007.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigmata da barbárie e a identidade regional. **Textos de História**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 48 – 81, 1995. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5776>. Acesso em: 04 fev. 2017.

_____. **Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá – MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2012.

GIANNOTTI, José Arthur; LEMOS, Miguel (orgs.). **Comte (1798 – 1857): os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo. **Terra Brasilis**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/767>. Acesso em: 05 ago. 2017

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 05, p. 1 – 24, 2009.

JANKE, Leandro Macedo. Território, Territorialidade e Ideologia geográfica no Império do Brasil. In: XVI Seminário Regional de História Anpuh – Rio – Saberes e Práticas Científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso...** Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. Disponível em:

http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400279546_ARQUIVO_Texto_completo_Leandro_Janke.pdf. Acesso em: 25 fev. 2017.

LASMAR, Denise Portugal. **O Acervo Imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio 1890 - 1938**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNAI, 2011.

LEOTTI, Odegar. **Instituto Histórico e Geográfico De Mato Grosso - IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934**. 2013. 262 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2013.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Ferdy Ravazzi. História da Cartografia: Relações entre saber e poder no ensino fundamental. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, 1., 2010. **Anais...** Porto Alegre, AGB, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Elinasouza/Downloads/download\(872\).PDF](file:///C:/Users/Elinasouza/Downloads/download(872).PDF). Acesso em: 15 mar. 2017.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 163 – 193, 1998.

_____. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.

LOUIS, Carla. **Quando os mapas criam realidades: a performatividade da imagem cartográfica**. Palestra proferida no IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico & II Encontro Nacional de Geografia História. Belo Horizonte – MG, 09 dez. 2016

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Laura Antunes. A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: Espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 167 – 189, 1999.

_____. **A nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

_____. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/343>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e planejamento. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. **O Despertar da República.** São Paulo: Contexto, 2001.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A noção geográfica de país na República Velha: tratados e limites do Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218, 2006. Disponível em:

file:///C:/Users/Cristiane%20Teodoro/Desktop/A%20no%C3%A7%C3%A3o%20geogr%C3%A1fica%20de%20pa%C3%ADs%20na%20rep%C3%ABlica%20velha_%20tratados%20e%20limites%20do%20Brasil.html. Acesso em: 11 abr. 2016

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**. Vitória, n. 2, p. 105 – 113, jun. 2001

_____. Notas sobre Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43 - 50, jul./dez. 1999

_____. O Sertão: um “outro” olhar geográfico. **Terra Brasilis**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 05 ago. 2016

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREL, Cristina Massadar; MOREL, Marco. Almanaque Histórico Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. A Conquista do Brasil Central: Fronteiras e Frentes Pioneiras no Século XIX. In: XII Colóquio de Geocrítica: Las independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialização, siglos XIX-XX. **Anais do Congresso...** Bogotá – Colômbia, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-C-Nogueira.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Geografia Histórica e Formação Territorial em Mato Grosso – Século XX. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia.. **Anais do Congresso...** São Luís – MA, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467855756_ARQUIVO_TrabalhoCompleto_ENG_SaoLuis_NOGUEIRA_CE.pdf. Acesso em: 15 out. 2017

_____. **Nos Sertões do Poente: Conquista e Colonização do Brasil Central**. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. Tese (Mestrado de Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. 2 ed. Editora Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/peixoto.html>. Acesso em: 26 fev. 2017.

PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.299-318, jan./dez. 2004

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 1., 2011. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, ANPUH – SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300202997_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 26 fev. 2017

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112 – 124, 2005.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH. (orgs.) **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966. Pte 2, Cap 9, p. 269 – 298.

PASOLD, Guilherme Raul Blaese. Paraísos, Monstros e um Náfrago Português: Aleixo Garcia e a Mitologia Ibérica (1300 – 1745). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 24 – 42, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. Ed. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/180420162557_CaioPradoJr.HistoriaEconomicadoBrasil.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889 – 1930)** 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 3, p. 155 – 190.

_____. **O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. Tese (Mestrado de Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.- set. 2008.

SÁ, Luiza Vieira. **Candido Mariano da Silva Rondon: sertanista político**. 230 fls. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo - SP, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. Navegação e Limites: Peculiaridades de uma Província Fronteiriça. **CLIO – Revista De Pesquisa Histórica**. Recife, n. 30, p. 01 – 15, 2012.

SILVA, René Marc da Costa. O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro. **Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização**. Brasília, v. 3, n.2, p. 427 – 454, 2006.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed da UFG, 1997.

SOUZA, Murilo Mendonça de Oliveira. Entre a ferrovia do diabo e o trem fantasma: uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. **Campo - Território: revista de Geografia Agrária**, v. 5, n.9, p. 237 – 246, 2010.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Dominação do território e poder no Brasil: o significado da ideia de território. In: XX Semana de Geografia; XIV Jornada Científica de Geografia da UEPG; IX Encontro do Saber Escolar e Conhecimento Geográfico; II Semana e Jornada Científica de Geografia do Ensino a Distância da UEPG, 1., 2013. **Anais...** Ponta Grossa –PR: UEPG, 2013. Disponível em: http://pitangui.uepg.br/eventos/semanadageografia/_PDFs/20131/RESUMOS%20EXPANDIDOS/VLACH.pdf. Acesso em: 26 fev. 2017

VITAL, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911. **Fontes**, v.18, n.2, p.545 - 555, 2011.

_____. Visões do Alto Madeira: Comissão Rondon, malária e política em Santo Antônio do Madeira (1910 – 1915). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 77 - 90, 2012.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: São José, 1958.

XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira Oeste brasileira: entre o contraste e a integração**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.